

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Claudio Antonio Delfino

O matrimônio cristão diante da realidade contemporânea

MESTRADO EM TEOLOGIA

SÃO PAULO – SP

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Claudio Antonio Delfino

O matrimônio cristão diante da realidade contemporânea

MESTRADO EM TEOLOGIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia Prática (Moral) sob a orientação do Prof. Dr. Côn. Sérgio Conrado.

SÃO PAULO – SP

2014

Banca Examinadora

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é refletir sobre o matrimônio cristão na realidade atual. Para tal fim definimos como hipótese primária da nossa investigação verificar quais seriam as principais perspectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea. A fim de realizarmos o que foi proposto nesta hipótese primária, estabelecemos três hipóteses secundárias, correspondentes a cada um dos capítulos, desta maneira: a) analisar criticamente a realidade contemporânea a partir de princípios pré-estabelecidos, mostrando como esta pode interferir no modo de ser e pensar das pessoas, especialmente no interior da vida matrimonial e familiar, requerendo da Igreja, em sua missão evangelizadora, respostas aos novos anseios emergentes; b) apresentar as notas fundamentais do matrimônio cristão, baseando-nos na fundamentação bíblico-teológica deste; c) detectar as principais perspectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea, com base no que apresentamos nos dois capítulos anteriores. cremos que a importância desta reflexão consiste no fato de termos que, continuamente, reafirmar os valores humanos e cristãos fundamentais do matrimônio e da família, especialmente, num tempo em que experimentamos um fenômeno denominado mudança de época. A Igreja, em sua missão evangelizadora, não pode prescindir dos novos anseios e desafios que as pessoas vivenciam no cotidiano matrimonial e familiar. Fidelidade a Jesus Cristo e sensibilidade com as alegrias e esperanças, tristezas e sofrimentos dos homens e mulheres do nosso tempo, são duas faces da mesma moeda que ela não pode desprezar. Ao final de nossa pesquisa concluímos que as principais perspectivas teológico-pastorais que a Igreja deve empreender na orientação da vida matrimonial e familiar são as seguintes: necessidade de aprofundar a partir da fé e da razão a sua compreensão eclesial acerca da realidade do matrimônio e da família; promover uma sincera conversão pastoral, passando de uma mera pastoral de manutenção a uma pastoral autenticamente missionária; necessidade de fortalecer e inovar uma Pastoral Familiar missionária.

Palavras chaves: matrimônio (cristão), família, realidade contemporânea, conversão pastoral, Pastoral Familiar missionária.

ABSTRACT

The focal point of this research is to reflect on the Christian marriage in the current reality. For that purpose we define as the primary hypothesis of our research to check which are the main theological-pastoral prospective of the Church to guide the experience of Christian marriage, given the unstable and complex contemporary reality.

In order to do what was proposed in this primary hypothesis, we established three secondary hypotheses, corresponding to each of the chapters in this way: a) to critically analyze the contemporary reality from pre-established principles, showing how it can interfere with the way of being and thinking of the people, especially within the marriage and family life, requiring from the Church in its mission of evangelization, responses to new emerging aspirations; b) to present the fundamental notes of Christian marriage, basing on the biblical and theological foundations of this; c) to detect the major theological-pastoral prospective of the Church to guide the experience of Christian marriage, given the unstable and complex contemporary reality, based on what we presented in the previous two chapters. We believe that the importance of these considerations consist in the fact that we have to continually reaffirm the fundamental human and Christian values of marriage and family, especially at a time when we experience a phenomenon called change of season. The Church, in its mission to evangelize, cannot ignore the changing needs and challenges that people experience in their marriage and family life every day. Fidelity to Jesus Christ and sensitivity with the joys and hopes, sorrows and sufferings of men and women of our time, are two sides of the same coin that the Church cannot ignore. At the end of our research we concluded that the main theological-pastoral prospective that the Church must implement in the orientation of marriage and family life are as follows: the need to examine in depth though faith and reason its ecclesial comprehension of the reality of marriage and family; to promote a sincere pastoral conversion, from a mere maintenance pastoral to an authentically missionary pastoral; need to strengthen and innovate a missionary Family Ministry.

Key words: marriage (Christian), family, contemporary reality, pastoral conversion, missionary Family Ministry.

SUMÁRIO

SIGLAS	<u>6</u>
INTRODUÇÃO.....	<u>7</u>
1 CENÁRIOS DIVERSIFICADOS EM QUE SE ENCONTRA O MATRIMÔNIO CRISTÃO HOJE.....	<u>10</u>
1.1 – PRINCÍPIOS PARA OLHAR A REALIDADE HOJE	<u>10</u>
1.1.1 – <i>Olhar a realidade a partir de Jesus Cristo, na Igreja.</i>	<u>12</u>
1.1.2 – <i>Olhar para a realidade com a devida humildade.</i>	<u>22</u>
1.1.3 – <i>Contar com a valiosa ajuda das ciências sociais e humanas.</i>	<u>26</u>
1.1.4 – <i>Nunca deixar de buscar o conhecimento por inteiro.</i>	<u>33</u>
1.2 – VISÃO DA REALIDADE HODIERNA.....	<u>37</u>
1.2.1 – <i>Cenário cultural.</i>	<u>38</u>
1.2.2 – <i>Cenário do fenômeno da globalização.</i>	<u>44</u>
1.2.3 – <i>Cenário sociopolítico.</i>	<u>50</u>
1.2.4 – <i>Cenário eclesial.</i>	<u>52</u>
1.2.5 – <i>Cenário familiar.</i>	<u>55</u>
2 FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA DO MATRIMÔNIO CRISTÃO	<u>60</u>
2.1 – OS DESÍGNIOS DE DEUS SOBRE O MATRIMÔNIO: FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA.	<u>60</u>
2.1.1 – <i>O Matrimônio cristão no Antigo Testamento.</i>	<u>61</u>
2.1.2 – <i>O Matrimônio cristão no Novo Testamento.</i>	<u>74</u>
2.2 – FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA DO MATRIMÔNIO.	<u>93</u>
2.2.1 – <i>A Naturalidade do Matrimônio cristão.</i>	<u>93</u>
2.2.2 – <i>A Sacramentalidade do Matrimônio.</i>	<u>102</u>
2.2.3 – <i>Sobre o Consentimento Matrimonial.</i>	<u>106</u>
2.1.4 – <i>O simbolismo das Alianças, a Bênção Nupcial e a Eucaristia.</i>	<u>112</u>
3 ALGUMAS PROSPECTIVAS TEOLÓGICO-PASTORAIS ACERCA DO MATRIMÔNIO CRISTÃO NA ATUALIDADE.	
.....	<u>119</u>
3.1 – NECESSIDADE DE APROFUNDAR A PARTIR DA <i>FIDES ET RATIO</i> A COMPREENSÃO ECLESIAL ACERCA DA REALIDADE DO MATRIMÔNIO E DA FAMÍLIA	<u>120</u>
3.2 – CONVERSÃO PASTORAL: NECESSIDADE DE PASSAR DE UMA PASTORAL DE MANUTENÇÃO A UMA PASTORAL MISSIONÁRIA.	<u>123</u>
3.3 – NECESSIDADE DE FORTALECER E INOVAR UMA PASTORAL FAMILIAR MISSIONÁRIA.....	<u>128</u>
3.3.1 – <i>Setor pré-matrimonial.</i>	<u>131</u>
3.3.1.1 - <i>Preparação remota para o Matrimônio.</i>	<u>132</u>
3.3.1.2 - <i>Preparação próxima para o Matrimônio.</i>	<u>144</u>
3.3.1.3 - <i>Preparação imediata para o Matrimônio.</i>	<u>151</u>
3.3.2 – <i>A Celebração do Matrimônio.</i>	<u>153</u>
3.4 – SETOR PÓS-MATRIMONIAL.	<u>156</u>
3.5 – SETOR CASOS ESPECIAIS.	<u>165</u>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	<u>175</u>
REFERÊNCIAS	<u>182</u>

SIGLAS

CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DV – Dei Verbum

GS – Gaudium et Spes

LG – Lumen Gentium

INTRODUÇÃO

Que naturalmente todo ser humano busque ser feliz parece ser uma verdade aceita por todas as pessoas de bom senso. Como realizar este desejo é um desafio que cada pessoa, necessariamente, deve descobrir. Tal inclinação nasce conosco e espera de nós uma resposta. Não realizá-la pode significar uma existência com grande risco de frustração. Dentre tantas possibilidades de realizar este desejo de felicidade, o matrimônio é um caminho possível que se apresenta às pessoas. Cremos que tal realidade foi querida por Deus desde o princípio da Criação. Ele mesmo inscreveu no coração do homem e da mulher este projeto. E Jesus Cristo, autor da nossa salvação, o elevou à dignidade de sacramento na sua relação de amor com a Igreja. Por outro lado, as pessoas que são chamadas a trilhar este caminho e, livre e conscientemente, se dispõem a isto, deparam-se com muitas alegrias e esperanças, mas também, com sofrimentos e desafios. E tudo isso ocorre no meio da história concreta. A Igreja é consciente do desígnio divino acerca do matrimônio, como um dos caminhos para felicidade, como também da fragilidade humana para alcançar tal fim. Mais que em outros tempos, ela deve, com esforço incansável, tornar-se sempre mais próxima das famílias, nos mais diversos e árduos desafios que estas encontram em nossos dias. A história presente nos desafia, mais que em todos os tempos. Para melhor compreendê-la precisamos de uma estreita relação da fé com a razão.

Construtor da história é o ser humano. Ao mesmo tempo, este é o caminho da Igreja¹. Esta sabe do cuidado que deve dispensar com aquele que foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,27)² e redimido em Jesus Cristo. Construindo a história, o ser humano deve tomar consciência que não se encontra abandonado nesta, mas goza da companhia do seu Criador e Redentor. Assim, a sua esperança não pode se encerrar nos limites desta, mas estar aberta para a transcendência. Encerrar a esperança humana e o significado de sua vida nos limites da imanência histórica é fechá-lo à dimensão última e decisiva da sua existência, provocando inevitavelmente a frustração deste.

Em relação à história presente, vivemos uma verdadeira mudança de época³. Este fenômeno não somente modificou os paradigmas internos de nossa época, mas os rejeitou.

¹ Cf. JOÃO PAULO II. *Centesimus Annus*. Carta Encíclica. 1991. São Paulo: Paulinas, 2.ed., 1991, título do capítulo VI: O homem é o caminho da Igreja.

² A Bíblia a ser utilizada será: BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*. 2ª impressão, rev. ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

³ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). 2.ed. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007, nº 33.

Não se trata de uma modificação interna da mesma época, mas a sua total substituição. O que antes era tido como sólido e definitivo, agora parece estar se liquidificando e tornando-se transitório. Tudo se transforma de modo vertiginoso. Esta mudança tem afetado diretamente o sentido da existência das pessoas. A relação do homem consigo mesmo, com o outro, com o mundo e com Deus, sofreu em nossos dias bruscas transformações. E neste contexto insere-se a vivência do Matrimônio cristão.

Assim, a hipótese desta pesquisa é verificar quais seriam as principais perspectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea.

A fim de realizarmos o que propomos nesta hipótese primária, estabelecemos três hipóteses secundárias, correspondentes a cada um dos capítulos, desta maneira:

a) Analisar criticamente a realidade contemporânea, a partir de princípios pré-estabelecidos, mostrando como esta pode interferir no modo de ser e pensar das pessoas, especialmente no interior da vida matrimonial e familiar, requerendo da Igreja, em sua missão evangelizadora, respostas aos novos anseios emergentes.

b) Apresentar as notas fundamentais do matrimônio cristão, baseando-nos na fundamentação bíblico-teológica deste. Partindo da Sagrada Escritura, analisaremos os textos Gn 1,26-28.31a; 2,4b-7.18-24, Mt 19,1-9 e Ef 5,2a.21-33 referentes ao tema em questão. Em seguida trataremos da naturalidade e da sacramentalidade do matrimônio cristão.

c) Detectar as principais perspectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea, com base no que apresentamos nos dois capítulos anteriores.

Cremos ser importante ressaltar que a estrutura do segundo capítulo foi inspirada na estrutura do rito da celebração do matrimônio. Neste está contida uma grande riqueza que pode ser sempre mais aprofundada. Tal iniciativa visa oferecer elementos que colaborem com o zelo pastoral da Igreja para com os casais e famílias que se aproximam de nossas comunidades. Simultaneamente, queremos chamar a atenção para a necessidade urgente de irmos ao encontro de tantos outros que se encontram afastados de nosso convívio, enfrentando, em muitos casos, graves sofrimentos solitariamente.

Diante do que já expomos, perguntamos: como olhar os diversos cenários que compõem a realidade hoje? Quais os princípios a serem observados nesta análise? Quais as influências que os diversos cenários hodiernos exercem na vida matrimonial e familiar? Numa época onde a tendência ao relativismo e a instabilidade é latente na vida dos homens e mulheres, como afirmar os valores fundamentais concernentes ao matrimônio cristão segundo

os desígnios de Deus? Como a Igreja pode ser simultaneamente fiel a Jesus Cristo e ao seu Evangelho e ser atraente em sua vocação de discípula – missionária? A fluidez é uma das notas marcantes nas relações interpessoais. Como falar de um amor comprometedor e definitivo? Precisamos dar mais atenção pastoral ao Sacramento do Matrimônio, referente às suas diversas etapas de preparação? O mundo muda constantemente. A Igreja não tem medo de ficar atrasada permanecendo firme no que sempre ensinou? Seu ensinamento não está fora de moda? O que pode fazer a Pastoral Familiar diante de tudo isso? Valeria a pena um investimento na família? Podemos continuar esperando que as pessoas venham nos procurar ou temos que sair ao encontro delas? Como tratar com caridade e verdade as famílias que se encontram em situações especiais? Estas e outras perguntas semelhantes merecem nossa atenção. No cotidiano pastoral não é difícil encontrar indagações a este respeito. Nosso intento é buscarmos respostas para estas e outras indagações afins, enquanto possível.

Por que consideramos importante emprendermos uma pesquisa com esta temática?

Os motivos são os seguintes:

a) Necessidade de estabelecermos princípios que norteiem o nosso olhar sobre a complexa e instável realidade presente, a fim de conhecer os vários cenários que a constituem, procurando responder aos desafios que esta apresenta, na ação evangelizadora da Igreja, especialmente em relação à vida matrimonial e familiar.

b) Diante de uma realidade complexa e instável é necessário reafirmarmos a estabilidade da Doutrina cristã referente ao Matrimônio, a fim de mantermos nossa fidelidade a Jesus Cristo e não cairmos na tentação da cultura da moda.

c) Embora seja primordial e irrenunciável a fidelidade ao Senhor e ao seu Evangelho, a Igreja sente-se impelida a experimentar as alegrias e esperanças do seu tempo, mas também de responder às suas inquietantes interrogações. Logo, pretendemos colaborar com ela nesta tarefa, a partir daquilo que propomos.

d) Apresentarmos pistas de ação para a missão evangelizadora da Igreja, especialmente em relação à vida matrimonial e familiar.

O método fundamental que empreenderemos será basicamente o de pesquisa bibliográfica. Para cada parte determinaremos um conjunto de Fontes, que servirão de base. A estas uniremos outros textos secundários. O objeto de estudo proposto é marcado por uma relação de temas diversos e afins. Traçaremos um diálogo no interior da própria Teologia e com as ciências que podem nos ajudar a compreender melhor a realidade presente e, nesta, o dinamismo da vida matrimonial no interior da família, da Igreja e da sociedade.

Assim segue.

1. CENÁRIOS DIVERSIFICADOS EM QUE SE ENCONTRA O MATRIMÔNIO CRISTÃO HOJE

Recordamos que a hipótese deste trabalho é verificar quais seriam as principais perspectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea.

Referimo-nos somente as “principais perspectivas” e não a “todas as perspectivas”, pois, pressupomos a grande quantidade destas e a dificuldade de exauri-las nesta pesquisa.

Já quando utilizamos a expressão “realidade contemporânea”, temos consciência da complexidade e abrangência desta. Num universo globalizado fica quase impossível delimitar uma realidade específica totalmente desvinculada das demais. É como se disséssemos que uma parte poderia subsistir prescindindo completamente do todo. Por outro lado, investigar a totalidade da realidade contemporânea seria uma tarefa árdua e fora de propósito, tamanho é o emaranhado de dados que a constitui. Portanto, nos contentaremos em apresentar em linhas gerais a análise da realidade brasileira, fazendo acenos necessários à realidade latino-americana e caribenha diretamente, e quando possível, à realidade mundial, dado que os fatos não são ilhas separadas do continente. Enfocaremos na análise da realidade os dados que colaborarão para alcançarmos o fim proposto por esta pesquisa. Este recorte é imprescindível.

Em vista de concretizarmos parte daquilo que acabamos de expor, propomos para este capítulo: analisar criticamente a realidade contemporânea, a partir de princípios pré-estabelecidos, com o enfoque que sublinhamos no parágrafo anterior, mostrando como esta, com seus diversos cenários, pode interferir no modo de ser e pensar das pessoas, especialmente no interior da vida familiar e matrimonial, requerendo da Igreja, em sua missão evangelizadora, respostas aos novos anseios emergentes.

1.1 – Princípios para olhar a realidade hoje

O método ver, julgar e agir acompanha a experiência eclesial latino-americana há várias décadas. Especialmente a partir da II Conferência do CELAM, em Medellín, na Colômbia, em 1968, foi assumido como um valioso instrumento, exceto na IV Conferência, em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992. Na Igreja do Brasil, têm-se notícias da aplicação deste método, já antes deste período.

Como ver a realidade é uma questão importante para todo o desenvolvimento deste método. O momento do ver condicionará, decididamente, o julgar e o agir. Portanto, é necessário proceder de modo criterioso.

A V Conferência do CELAM, ocorrida em Aparecida – SP, em 2007, adotou o método ver, julgar e agir e dedicou um espaço especial para esta questão metodológica ligada ao “ver”. De certa forma, os Bispos inovaram o modo de conceber este momento do método, tanto na elaboração dos princípios que nortegassem o “ver”, quanto a sua própria postura diante da realidade, como segue:

Em continuidade com as Conferências Gerais anteriores do Episcopado Latino-americano, este documento faz uso do método “ver, julgar e agir”. Este método implica em contemplar a Deus com os olhos da fé através de sua Palavra revelada e o contato vivificador dos Sacramentos, a fim de que, na vida cotidiana, vejamos a realidade que nos circunda à luz de sua providência e a julguemos segundo Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, e atuemos a partir da Igreja, Corpo Místico de Cristo e Sacramento universal de salvação, na propagação do Reino de Deus, que se semeia nesta terra e que frutifica plenamente no Céu. Muitas vozes, vindas de todo o Continente, ofereceram contribuições e sugestões nesse sentido, afirmando que este método tem colaborado para que vivamos mais intensamente nossa vocação e missão na Igreja: tem enriquecido nosso trabalho teológico e pastoral e, em geral, tem-nos motivado a assumir nossas responsabilidades diante das situações concretas de nosso continente. Este método nos permite articular, de modo sistemático, a perspectiva cristã de ver a realidade; a assunção de critérios que provêm da fé e da razão para seu discernimento e valorização com sentido crítico; e, em consequência, a projeção do agir como discípulos missionários de Jesus Cristo. A adesão crente, alegre e confiante em Deus Pai, Filho e Espírito Santo e a inserção eclesial, são pressupostos indispensáveis que garantem a eficácia deste método⁴.

É aceitável que o olhar humano sobre uma determinada realidade não está isento de mediações, tanto externas como internas. Um mesmo objeto visto em distâncias maiores ou menores pode ser percebido pelo mesmo sujeito de maneiras diferentes. Quanto mais próximo o objeto estiver do sujeito, maior a possibilidade de ser percebido com mais nitidez e precisão. O contrário também é verdadeiro. Influi também nesta operação a disposição interior de um sujeito na percepção de um objeto. Por exemplo, uma pessoa interiormente dócil e afável pode ver uma roseira e valorizar nela a beleza da flor que nasce, dizendo: Que linda roseira! Já uma pessoa amarga e insensível interiormente pode perceber na mesma roseira a dureza e o perigo dos espinhos, e dizer: Que pavor me dão os espinhos desta roseira! Sendo assim, não é difícil concluir que o mesmo mundo pode ser visto com significados diversos por nós. Por vezes, as disputas para ver quem tem razão se prolongam inutilmente.

⁴ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nº 19, pp. 19-20.

A fim de não cairmos num subjetivismo estéril, ao vermos a instável e complexa realidade contemporânea, que exige de nós mais afinco que antes, em nossas investigações, escolhemos alguns princípios para vê-la. Estamos em busca de uma análise de caráter o mais objetivo possível, para passar credibilidade.

Compreendemos o termo “princípios” como referenciais objetivos que servirão para nortear nossa visão sobre a realidade hodierna, onde a própria Igreja está inserida. Assim, a escolha e a definição deles servirão como elemento condicionante na pesquisa que será efetuada. O modo como percorreremos o caminho que nos propomos será extraído daí.

Em vista de alcançarmos a meta proposta para nossa pesquisa, enumeraremos a seguir tais princípios. São eles:

- Olhar a realidade a partir de Jesus Cristo, na Igreja (princípio teológico).
- Olhar a realidade com a devida humildade (princípio eclesial).
- Contar com a valiosa ajuda das ciências naturais (princípio científico).
- Nunca deixar de buscar o conhecimento por inteiro (princípio filosófico).

1.1.1 – Olhar a realidade a partir de Jesus Cristo, na Igreja

Seguindo os passos das conclusões da V Conferência do CELAM, na esteira do cinquentenário do Concílio Vaticano II, os Bispos da Igreja do Brasil reafirmaram o compromisso de iniciar toda a ação evangelizadora da Igreja a partir de Jesus Cristo. Vejamos:

Toda ação eclesial brota de Jesus Cristo e se volta para Ele e para o Reino do Pai. Jesus Cristo é nossa razão de ser, origem de nosso agir, motivo de nosso pensar e sentir. Nele, com Ele e a partir d’Ele mergulhamos no mistério trinitário, construindo nossa vida pessoal e comunitária. Nisto se manifesta nosso discipulado missionário: contemplamos Jesus Cristo presente e atuante em meio à realidade, à Sua luz a compreendemos e com ela nos relacionamos, no firme desejo de que nosso olhar, ser e agir, sejam reflexos do seguimento, cada vez mais fiel ao Senhor Jesus⁵.

A Igreja encontra a sua identidade sublime no Mistério da Santíssima Trindade⁶. É um povo reunido em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo⁷. Esta é consciente de sua missão de transmitir aquilo que ela mesma recebeu de seu Senhor e Mestre (cf. 1Cor 15,3). Identidade

⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011-2015*, Doc. 94. Brasília: CNBB, 2011, nº 4, p. 21.

⁶ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*: Constituição Dogmática sobre a Igreja. In: VIER, Frei Federico (Coord.) *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. 25.ed. 1996. Petrópolis: Vozes, 1996, capítulo I: O Mistério da Igreja, nnº 1-8, pp. 39-48.

⁷ CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*: Constituição Dogmática sobre a Igreja. nº4, p. 41. Esta definição foi dada por São Cipriano.

e missão eclesiais são inseparáveis. Sua fidelidade a Jesus Cristo é imprescindível. A natureza da verdade ensinada por ela é revelada por Deus, sem deixar de possuir um grau de inteligibilidade. O fim da verdade é levar o ser humano ao conhecimento do seu Criador e Redentor e conhecer-se em sua identidade plena. Assim, a Igreja é fiel depositária da verdade, confiada a ela por seu Fundador. Ela foi constituída por Ele como coluna e sustentáculo (cf. 1Tm 3,15). Como *Mater et Magistra*⁸ ela deve gerar seus filhos com sincera caridade e educá-los na verdade. Aliás, caridade e verdade são como duas asas do mesmo pássaro, em linguagem análoga à do Beato João Paulo II nas primeiras linhas da Carta Encíclica *Fides et Ratio*⁹, seguindo São Tomás de Aquino ao se referir à íntima relação entre fé e razão.

Concebemos a identidade da Igreja a partir de sua íntima relação com Jesus Cristo e, através dele, com o Pai e o Espírito Santo. Qual nova Eva, ela brota, do lado aberto de Jesus Cristo, o novo Adão, ferido no seu lado pela lança do soldado, enquanto adormecido no sono da morte (cf. Jo 19,33-34). Ela que foi tirada dele, deve tornar-se sua fiel discípula, para imediatamente tornar-se sua missionária. O ser Igreja e toda a ação eclesial devem ser reflexos do seu Fundador e Senhor.

Esgotar toda a riqueza da identidade da Igreja é algo difícil e parece não caber num único olhar. Muitas são as perspectivas segundo as quais ela pode ser compreendida. Afirmar toda a sua riqueza, a partir somente de um dos seus elementos, é empobrecer e ofuscar o brilho desta realidade magnífica. A complexidade e o dinamismo pertencentes a ela não se deixam aprisionar por um único viés de indagação¹⁰. Optar por definir a Igreja toda somente a partir de um dos seus elementos é cair irremediavelmente num reducionismo sem sentido.

Não obstante isso, reafirmamos¹¹ que a origem, a forma e a meta de toda a vida eclesial é a Trindade, mesmo que ela se configure na história de diversos modos ou seja representada por diversas figuras. No mistério Trinitário a Igreja encontra a sua fonte; em nome dele, ela se reúne e para ele tende. Esta é a razão mais profunda de ser da Igreja, da qual ela jamais pode se separar:

⁸ JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. Carta Encíclica. 9.ed. 1991. São Paulo: Paulinas, 1961, nº1, p. 3. Cito: “Mãe e Mestra de todos os povos, a Igreja Universal foi fundada por Jesus Cristo, a fim de que, no seu seio e no seu amor, todos os homens, através dos séculos, encontrem plenitude de vida mais elevada e seguro penhor de salvação. A esta Igreja, *coluna e fundamento da verdade* (1Tm 3,15) confiou o seu Fundador santíssimo uma dupla missão: de gerar filhos, e de os educar e dirigir, orientando, com solicitude materna, a vida dos indivíduos e dos povos, cuja alta dignidade ela sempre desveladamente respeitou e defendeu”.

⁹ Cf. JOÃO PAULO II. *Fides et Ratio*. Carta Encíclica. 8 ed. 2005. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 5.

¹⁰ Esta é a tese defendida e desenvolvida por Antonio José de Almeida, no livro: *Sois um em Cristo Jesus*. Cf. ALMEIDA, Antonio José, *Sois um em Cristo Jesus*. São Paulo: Paulinas; Valência – Espanha: Siquem, 2004, capítulo I, “A Igreja não cabe num único olhar”, pp. 13-32.

¹¹ Reafirmamos, pois, já havíamos afirmado isto na página anterior.

A Igreja origina-se do mistério insondável do Pai, pelo Filho que se fez nossa carne, no Espírito Santo. É o nível de maior profundidade do mistério da própria Igreja. É o Santo dos Santos, onde só o sumo sacerdote podia entrar, para cujo interior, porém, conduz-nos Jesus, o mediador da nova aliança (Hb 9-10), em cujos meandros nos envolve o Espírito, aquele que nos ensina todas as coisas¹².

A missão eclesial é decorrente de sua identidade. Assim, como a Igreja brota do lado aberto de Jesus Cristo, ela deve continuar a fazê-lo presente na história, até os confins do mundo, anunciando o Evangelho a toda criatura (cf. Mc 16,15). A sua missão deverá ser em continuidade com a missão de seu Senhor. Não é algo opcional para ela, mas essencialmente ligado ao seu ser. O coração amável de Deus deve bater no coração da Igreja. Esta deverá carregar em si os mesmos sentimentos de Jesus Cristo (cf. Fil 2,5). Deve tornar-se a missionária do Reino. O coração duro de outrora (cf. Mt 19, 8) deve dar lugar a um novo coração. Identidade e missão eclesiais redundam em: Igreja discípula-missionária de Jesus Cristo.

Nas águas do batismo fomos sepultados com Cristo, na esperança de também com ele ressurgirmos. Esta é a fé que dele recebemos e que sinceramente devemos professar. Ela é o elo que nos une a Deus e entre nós. Formamos assim uma só família, o Corpo místico do Senhor, tendo Ele como nossa Cabeça (cf. Cl 1,18). Todo o Corpo ordena-se à Cabeça. E o que compete ao Corpo compete a cada membro. Dissemos acima que na Igreja devem transparecer, ainda hoje, os mesmos sentimentos de Jesus Cristo, portanto, tal compromisso é de todos nós.

Esta é a base onde se apoia o primeiro princípio que escolhemos, isto é, olhar a realidade a partir de Jesus Cristo, na Igreja. Este é um princípio de natureza teológica. A partir de Jesus Cristo, à luz do mundo (cf. Jo 8,12), em sua íntima comunhão com o Pai e o Espírito Santo, queremos procurar compreender a realidade que nos rodeia e a própria realidade eclesial que está inserida nesta. O cenário eclesial será um dos vários cenários que analisaremos. A luz divina ilumina as trevas deste mundo e nos auxilia a discernir os sinais dos tempos. *“Como discípulos de Jesus Cristo, sentimo-nos desafiados a discernir “os sinais dos tempos” à luz do Espírito Santo, para nos colocar a serviço do Reino, anunciado por Jesus, que veio para que todos tenham vida e “para que a tenham em plenitude” (Jo 10,10)”*¹³. E este discernimento deve ser feito, antes de tudo, à luz da fé e com o justo auxílio da razão. A fé, como uma luz nova, faz ver mais longe, nos concedendo uma compreensão mais verdadeira da realidade, justamente por contar com a bondosa presença de Deus que é

¹² ALMEIDA, Antonio José, *Sois um em Cristo Jesus*, p. 33.

¹³ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida*, nº 33, p. 28.

fiel á sua aliança. É o que afirma o Papa Francisco ao refletir as palavras do profeta Isaías ao rei Acáz em Is 7,9: *“Precisamente, pela sua ligação intrínseca com a verdade, a fé é capaz de oferecer uma luz nova, superior aos cálculos do rei, porque vê mais longe, compreende o agir de Deus, que é fiel às suas alianças e às suas promessas”*¹⁴.

Desta forma, em comunhão com Jesus Cristo e por meio dele, com o Pai e o Espírito, no seio da Igreja, a fim de não criarmos uma religião particular e egoísta, temos que extrair da vida e do ensinamento de nosso Senhor, elementos que norteiem o melhor modo de vermos a instável e complexa realidade hodierna. A partir dele queremos, com fé, olhar para o mundo que nos circunda e, simultaneamente, olhar para dentro da própria Igreja. A seguir, selecionaremos alguns textos bíblicos que nos auxiliarão nesta iniciativa.

a) Olhar para a complexa realidade hodierna a partir de Jesus Cristo, luz do mundo.

“De novo, Jesus lhes falava:

Eu sou a luz do mundo.

Quem me segue não andarás nas trevas, mas terá a luz da vida”. (Jo 8,12)

Diante da imensidão do complexo mundo hodierno, por vezes, sentimo-nos como um pequeno grão de areia diante do oceano. Com tantas conquistas e avanços em vários setores, não faltam também, no mundo de hoje, sombras que nos atemorizam. Somos desafiados a penetrar e a compreender o tempo presente. O medo não pode vencer a esperança.

Assim, somos chamados a olhar para a realidade atual, iluminados pela luz que é Jesus Cristo. Não há trevas que resistam ao esplendor da sua luz.

Quando temos que olhar na escuridão, perdemos a referência das coisas no espaço; a insegurança parece tomar conta de nós. Não somos capazes de vislumbrar com precisão aquilo que nos rodeia. Em outras palavras, a realidade parece ficar fora do nosso controle. O sentimento de impotência nos acompanha e uma boa dose de frustração inebria nosso interior. Como cegos, perambulamos vagarosamente, preocupados em não cair. A treva esconde a beleza daquilo que resplandece com a luz. O amanhecer parece manifestar mais intensamente a força da vida do que o entardecer, e o ciclo da existência presente se alterna entre estes dois fenômenos.

Poderíamos dizer que luzes e sombras estão mescladas no mesmo cenário. Isto tende a dificultar a identificação clara e precisa dos elementos que constituem a complexa rede na qual estamos inseridos. Poderíamos até mesmo afirmar que na instabilidade contemporânea,

¹⁴ FRANCISCO. *Lumen Fidei*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013, nº 24, p. 26.

por vezes, temos a impressão de que as trevas sobressaem à luz, causando-nos grande perplexidade.

Mas esta instável e complexa realidade atual, que analisaremos no decorrer deste capítulo, *“aflige-nos, mas não nos confunde”*¹⁵. E isto se dá pelo fato de não estarmos sozinhos no mundo. Isto diz o Senhor: *“Eis que eu estarei convosco todos os dias, até a consumação dos séculos (Mt 28,20)”*. É neste cenário obscuro que Jesus Cristo está presente. E, estando presente no meio de nós, Ele é a luz do mundo (cf. Jo 8,12). A sua luz opõe e vence as trevas deste mundo. Seguramente, olhar o mundo atual sem a sua luz seria uma tarefa árdua e dolorosa. O risco de sermos tragados por suas armadilhas seria grande. O insucesso na sua compreensão seria um perigo iminente.

Desta maneira, urge para todos nós abrir nosso coração e inteligência e nos deixarmos iluminar pela luz do Senhor. A humildade é a virtude essencial que deve nortear nossa atitude investigativa da complexa realidade hodierna. Sobre isto falaremos no próximo item deste capítulo.

É necessário que aceitemos nossa limitação e reconheçamos que nossos pensamentos são muito inferiores aos pensamentos de Deus (cf. Is 55, 8-10). Os dele estão acima dos nossos, assim como os céus estão acima da terra.

Enfim, olharmos a realidade hodierna, à luz de Cristo, pode significar fazer dos critérios da “lógica” de Deus, os critérios de nossa “lógica”. Seria contarmos com o misterioso auxílio de sua graça no discernimento dos sinais dos tempos atuais. Seria deixarmos que os critérios da fé iluminassem nossa razão, sem a cancelar. Seria olhar a realidade com fé, sem medo de sermos vencidos por ela. Seria termos a firme esperança de que nada está perdido, já que *“a esperança não decepciona, pois o amor de Deus foi derramando em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5)”*. Seria fazer da caridade o motor que nos move na direção da busca de transformar as estruturas de morte em estrutura de vida. Seria olhar para além das aparências e descobrir as primeiras causas daquilo que vemos. Que o Senhor nos ilumine, a fim de realizarmos com eficácia o que almejamos.

b) Descobrir na realidade que olhamos, Jesus Cristo que caminha conosco.

“Ora, enquanto conversavam e discutiam entre si, o próprio Jesus aproximou-se e pôs-se a caminhar com eles” (Lc 24,15).

¹⁵ CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nº 20, p. 21.

A instabilidade e a complexidade, marcas preponderantes do nosso mundo contemporâneo, não deixam de causar assombros na mente e no coração humano. Em meio às luzes e esperanças que encontramos neste mundo, as sombras que permeiam este cenário provocam desencontros entre nós. Presente no meio de nós como luz do mundo (cf. Jo 8, 12). Jesus Cristo nos ilumina, para não nos perdermos na escuridão hodierna e, também, para discernirmos corretamente os sinais dos tempos atuais.

Além de olharmos a realidade a partir da luz de Cristo, devemos descobrir a presença bondosa e amiga do Senhor como o Outro que caminha conosco.

A experiência dos discípulos de Emaús (cf. Lc 24, 13-35) pode ser um paradigma para nossos dias. Enquanto eles, com os rostos tristes e abatidos, com os corações feridos de dor e frustração pelos fatos ocorridos naqueles dias, caminhavam de volta para casa, talvez com o pensamento de terem de recomeçar a vida, após o aparente seguimento fracassado a Jesus, que fora crucificado, morto e sepultado, o próprio Jesus se “aproximou” e pôs-se a “caminhar” com eles. Mas, seus olhos estavam impedidos de reconhecê-lo.

Diante da realidade atual, talvez nos deparemos conosco mesmos, em situação semelhante à dos discípulos de Emaús. Não faltam vozes de pessoas incrédulas que não sabem para onde ir. Outros desconfiam se a Igreja resistirá ou não por muito tempo às rápidas e ferozes transformações do nosso tempo. Quando se dão conta de que sólidas tradições de tempos passados estão se desfazendo com tanta rapidez e facilidade, muitos se sentem desapontados e tristes. Assim, alguns se perguntam: estaríamos fadados ao fracasso? O que será de nós? Seríamos arrastados a imitar os discípulos de Emaús, caminhando com o sentimento de derrotados, de volta para casa? Por que Deus não intervém na história e impede que os horrores que destroem tantas vidas cessem em nosso meio?

O desafio, para nós, é descobrir em meio às luzes e sombras de nosso tempo, a presença consoladora de Jesus morto e ressuscitado, caminhando próximo de nós.

A tomada de consciência de que não estamos sozinhos na história, mas que Deus está no meio de nós, deveria nos dar novo alento e coragem para prosseguirmos o caminho que temos de percorrer. Além disso, precisamos convencer-nos de que o horizonte da nossa existência não finda nos confins da imanência histórica, se bem que não podemos nos alienar daqui de baixo.

Imersos num cenário histórico tão complexo como o nosso, com a sensação de caminharmos sozinhos, produz em nós sentimento de insegurança. Em contrapartida, quem se dá conta de que aquele que nos chamou para tal fim também caminha conosco e é sensível às

nossas fraquezas e dificuldades, passa a carregar a profunda convicção de que nada é impossível.

Peregrinando pelas estradas deste mundo, urge a descoberta de que o Senhor está presente na nossa história e, mais, deve ser a chave da leitura para compreendê-la, mesmo que tal descoberta é cercada de mistério, é mesclada de um reconhecer e um não reconhecer¹⁶. Parece que um dos motivos que levou a humanidade a alcançar o estágio atual é ter trilhado uma estrada que conduz sempre mais para longe de Deus, parcial ou totalmente. A este fenômeno chamamos de secularização, que desemboca na cultura do relativismo.

A negação da transcendência é um modo velado, que atualmente alguns segmentos têm procurado para atacar a religião, a Igreja e a Deus indiretamente. Mas, simultaneamente, tem arrastado fiéis e não fiéis ao ilusório fascínio de uma proposta de liberdade ilimitada, não mais tendo que observar nenhum valor objetivo, como norma de conduta. A promessa de autonomia absoluta tem seduzido muita gente a caminhar solitariamente neste mundo, entregue à própria sorte e buscando realizar todos os desejos que possui. Assim, o cenário atual favorece o individualismo, o egoísmo, o hedonismo e outras características semelhantes. Tudo isto depõe contra os princípios que cremos e afirmamos sobre o matrimônio cristão.

Enfim, é neste cenário de pessoas que caminham segundo a seu bel-prazer, entregues aos seus juízos subjetivos, nem sempre bons, às vezes indiferentes com Deus, que devemos procurar habitar. A descoberta e o convencimento interior de que Jesus Cristo caminha conosco, muito próximo de nós, será a companhia agradável a nos preceder, acompanhar e permanecer na realidade que temos de investigar. *“Fica conosco Senhor, pois cai a tarde e o dia já declina”* (Lc 24,29).

c) Olhar a realidade hodierna a partir de Jesus Cristo – caminho, verdade e vida.

“Diz-lhe Jesus:

Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida.

Ninguém vem ao Pai a não ser por mim”. (Jo 14,6)

Após refletirmos sobre a realidade a partir de Jesus Cristo, que é luz do mundo (cf. Jo 8,12) e aquele que se aproxima e se põe a caminhar conosco (cf. Lc 24,13-35), refletiremos sobre Ele como Caminho, Verdade e Vida. Estes vários elementos se entrelaçam e nos ajudam a compreender a complexidade do nosso tempo com maior profundidade. *“Jesus expõe em primeiro lugar qual seja o caminho, e a seguir, revela quem seja a meta (o Pai). Ele mesmo*

¹⁶ Cf. RATZINGER, Joseph (Bento XVI). *Jesus de Nazaré: Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*. São Paulo: Planeta, 2011, p. 238.

se define como o caminho, mas unindo essa qualidade sua a outras duas: a verdade e a vida”¹⁷.

Já vimos que a realidade contemporânea carrega luzes e sombras. Por vezes, parece que as sombras obscurecem a força da luz, gerando um clima de insegurança e medo. Além do mais, muitos se sentem sozinhos, sem direção. Mesmo no meio de uma multidão, não é difícil encontrarmos pessoas que dizem fazer a experiência de se sentirem sós. Isto é emblemático. Em outras ocasiões, muitos se veem numa encruzilhada. São vários os caminhos que uma pessoa pode ver diante de si, e precisa escolher uma alternativa para onde ir. A escolha de um caminho condiciona fortemente a vida humana. Se a pessoa não possui clareza de critérios, pode correr o risco de escolher um caminho inadequado. Quando a verdade é relativizada, a chance de erro cresce e o sentido da vida pode ficar comprometido.

É para este cenário que olhamos. Cremos que aquilo que acabamos de descrever seja parte essencial do complexo e instável mundo hodierno. É nesta realidade que devemos adentrar e decifrar seus enigmas. Assim, quando nos voltarmos para Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, encontraremos um referencial seguro capaz de nortear nossa iniciativa.

O Senhor se apresenta a nós não somente como aquele que se aproxima de pessoas frustradas e sofridas, que caminham com o rosto triste de volta para casa, após o aparente insucesso daquele que elas esperavam ser o Salvador, como é o caso dos dois discípulos (cf. Lc 24,15-16). Ele os ouve, os repreende pela incredulidade e lentidão de compreensão na interpretação dos fatos, mas também, os recorda do sentido das promessas de Deus no passado e o cumprimento das mesmas no hoje (cf. Lc 24,18-27). Enquanto caminham, faz os corações deles arderem, reacendendo assim o fogo do amor, que o sofrimento tinha reduzido a um fraco pavio que ainda fumegava. Muito sensível ao apelo deles, aceita o convite de ficar com eles e se dá a conhecer na benção e na fração do pão (cf. Lc 24,28-32).

Em uma palavra, Jesus Cristo não abandonou os seus em meio à desilusão e sofrimento consequentes da sua morte na cruz. E é justamente em meio às sombras experimentadas pelos discípulos desesperançados que ele manifesta seu amor e paciência.

Enquanto muitos caminham sem direção nos tempos atuais, Jesus Cristo não somente quer ser nosso companheiro de estrada, mas o **Caminho** pelo qual devemos andar. E ele é o Caminho que conduz ao Pai (cf. Jo 14,6). É Caminho, que vencendo as barreiras do tempo presente, irrompe na eternidade. E ainda, é o Caminho que irrompe a eternidade no tempo. E a condição para percorrer este Caminho é aprender a lógica do serviço desinteressado e fundado

¹⁷ MATEOS Juan; BARRETO Juan. *O Evangelho de João*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 600.

unicamente no amor. O discípulo missionário que se dispõe a andar por esta estrada deve imitar aquilo que o Mestre fez, pois o discípulo não é maior que seu Mestre (cf. Jo 13,16). O caminho de Jesus, que coincide com sua própria pessoa, é marcado por tensões e aparentes contradições. É caminho que conduz para a vida, para os prados eternos, mas que passa pelo calvário, pela cruz. No caminho que leva à vida, a morte precisava ser vencida, a fim de que a vida passasse a reinar para sempre. A fé na vida é o combustível que nos garante trilhar a totalidade da estrada de Jesus e que é o próprio Jesus. Quando a escuridão da morte chegar, ele que é a luz do mundo (cf. Jo 8,12) nos iluminará para não nos perdermos na dor.

Diante de tantas ofertas de caminhos que conduzem a tantos lugares, a missão da Igreja é proclamar o Caminho seguro que nos leva à felicidade perfeita e definitiva. Olhando para os muitos caminhos de hoje e nos aproximando daqueles que vagam sem direção, somos convocados a anunciar a proposta de percurso de Jesus Cristo.

E Jesus Cristo não é somente o Caminho que conduz ao Pai, fonte de vida eterna. Ele é também a **Verdade** que orienta o Caminho dos discípulos-missionários.

Num mundo secularizado, onde perpetua a ditadura do relativismo, o esplendor da verdade parece ter sido ofuscado por muitos e para muitos.

A verdade absoluta que se afirma hoje é de que não existe uma verdade absoluta. O juízo que exprime a verdade é fruto de mera inferência subjetiva. A verdade parece ser somente aquilo que o eu afirma como verdadeiro para si. Além dele, não se aceita mais a existência de uma verdade objetiva capaz de orientar, como referencial, a vida de todos os homens e mulheres.

Este subjetivismo ético em torno da verdade gera graves problemas para a humanidade. Gera, por exemplo, o individualismo que, por sua vez, não reconhece mais a beleza da alteridade. No mercado de verdades ganha mais aquele que apresenta uma verdade mais atraente, mesmo que desprovida de valores fundamentais para a realização humana. Alguns valores tradicionais mantinham o respeito, o zelo e o cuidado, sobretudo no campo familiar. Entretanto, à custa de repressão e ausência de liberdade e deliberação, foram postos em desuso ou considerados como obsoletos. O desprezo a Deus e à religião patrocinados por alguns e assumido por tantos outros, teve por consequência o aparecimento de seres humanos autossuficientes e indiferentes ao próximo e isto se manifesta nas relações interpessoais.

Diante disso, como Igreja, devemos olhar para a realidade e apresentar aos homens e mulheres de hoje, Jesus Cristo a Verdade que liberta e salva. Ele é a Verdade em pessoa, seus atos e palavras expressam o seu ser. Aderir a ele não é minimizar a liberdade humana, mas antes, é elevá-la ao seu mais alto grau. Ele, que é a Verdade, não fere a verdade que a reta

razão alcança. Antes, ele é a fonte de toda verdade alcançada por ela. É mais preciosa a fonte, do que aquilo que brota dela. Ele é a Verdade que veio para orientar o autêntico caminho da humanidade. Por fim, aquele que é o Caminho que nos conduz ao Pai, a Verdade que nos orienta nesta estrada é, também, a Vida que devemos almejar.

A Vida plena é a meta definitiva que buscamos um dia alcançar. Dispostos a seguir o Caminho, orientados pela autêntica Verdade, temos a esperança de conquistar o troféu da vitória, isto é, participar da Vida divina.

“Caminho” é conceito relativo, subordinado a um termo, ao que conduz. “Verdade”, por sua vez, é conceito adjetivo, que supõe um conteúdo e a ele se refere. No prólogo ficou patente que a verdade/luz tem como conteúdo a vida (1,4: Ela continha vida e a vida era a luz do homem). Dos três termos, portanto, o único absoluto é a “vida” (cf. Jo 11,25). Os outros dois termos devem estar em relação com ela¹⁸.

Em nosso instável e complexo mundo contemporâneo, são inúmeros os significados que atribuem ao sentido da vida humana.

Diante da cultura consumista, o sentido da vida é reduzido a ter as coisas. Aliás, atrelado a isso, o valor de uma pessoa parece estar profundamente condicionado pelas suas posses. O ter parece ser superior ao ser.

Alguns fatos recentes, como o ataque a moradores de rua, ferindo gravemente alguns e tirando a vida de outros, ilustram o descaso com a vida. A busca de lucros exorbitantes com o narcotráfico, à custa da desgraça de tantas pessoas e famílias, nos mostra a face horrível da aquisição de riquezas desenfreadas.

Muitos consideram que o sentido da vida está intimamente ligado à busca desordenada de prazer. Parece não existir limite para as aventuras humanas, se é que são de fato humanas. Por vezes, em nome de uma satisfação egoísta, o outro se torna um objeto de consumo. O mercado da prostituição é um rentável negócio na atualidade, onde pessoas são destituídas da sua dignidade e reduzidas ao status de coisas.

Estes e outros fatores têm gerado, como uma das consequências, uma quantidade enorme de pessoas que perdem o sentido da vida. Para muitos, a esperança de dias melhores não passa de uma mera ilusão, pois estão prostrados à margem da vida. A angústia tem tomado espaço sempre maior na existência humana, levando as pessoas a ficarem sem vontade de viver.

É neste habitat, onde parecem sobressair mais sombras que luzes, que olhamos. Se o sentido da vida está escasso para muitos, não podemos perder a esperança na vida, e

¹⁸ MATEOS Juan; BARRETO Juan. *O Evangelho de João*, p. 601.

especialmente naquele que é a Vida. Somos desafiados a identificar os muitos caminhos que tantas pessoas percorrem, levando-as a metas distintas e nem sempre saudáveis. É hora de ajudá-las a fazer o caminho de volta para a casa (cf. Lc 15,11-32), alusão clara à parábola do pai misericordioso, onde a alegria da vida é celebrada na família, onde a dignidade de quem se perdeu é recuperada, onde o amor vence a divisão. Para isso, repetimos, precisamos identificar por onde andam muitos de nossos irmãos. Encontrando-os, devemos cuidar de suas feridas (cf. Lc 10,29-37), animá-los a retornar para a vida autêntica, recordá-los de que aquele pelo qual fomos criados e redimidos continua de braços abertos à espera deste feliz reencontro. Aos que perderam o sentido da vida, é hora de comunicar-lhes que o remédio para esta enfermidade encontra sua causa primeira e fundamental na graça divina, além de contar com o valioso auxílio da razão humana, expresso nas várias ciências naturais.

Enfim, diante da instável e complexa figura deste mundo, recordamos que “*Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre*” (Hb 13,8), que vive em comunhão com o Pai e Espírito Santo, e misteriosamente permanece conosco até a consumação dos séculos (cf. Mt 28,20).

1.1.2 – Olhar para a realidade com a devida humildade

Na seção anterior discurremos em torno do primeiro princípio que estabelecemos para ver a realidade hodierna, na qual a Igreja é parte integrante. Trata-se de vê-la a partir de Jesus Cristo, na Igreja. Esta atitude nos permite olharmos para o mundo atual a partir da ótica da fé, deixando que a presença do próprio Senhor ilumine a complexa e instável realidade que nos rodeia. Ele que é a luz do mundo, caminha conosco e é o Caminho que nos conduz ao Pai, a Verdade plena que nos direciona em nossa peregrinação terrestre e a Vida definitiva que almejamos. Este modo de proceder não prescinde da razão natural e, por sua vez, da ciência (especialmente das sociais e humanas) que muito têm a colaborar conosco, em busca de uma visão mais ampla da realidade, mas antes, quer ser um autêntico auxílio nesta difícil tarefa. Também olhar filosófico nos ajudará nesta tarefa.

Entre as muitas contribuições que a V Conferência do CELAM nos deixou como herança está a constatação que a Igreja deve reconhecer que, diante da complexidade da realidade atual, ela deveria adotar uma postura de humildade na sua análise, interpretação e compreensão. Este é o segundo princípio que constituímos, isto é, a Igreja deve olhar a realidade hodierna com a devida humildade. Este princípio é de natureza eclesial. Assim encontramos:

Nesse novo contexto social, a realidade para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa. Isso quer dizer que qualquer pessoa individual necessita sempre mais informação, se deseja exercer sobre a realidade o senhorio a que, por vocação, está chamada. Isso nos tem ensinado a olhar a realidade com mais humildade, sabendo que ela é maior e mais complexa que as simplificações com que costumávamos vê-la em passado ainda não muito distante e que, em muitos casos, introduziram conflitos na sociedade, deixando muitas feridas que ainda não chegaram a cicatrizar. Também se tornou difícil perceber a unidade de todos os fragmentos dispersos que resultam da informação que reunimos. É frequente que alguns queiram olhar a realidade unilateralmente a partir da informação econômica, outros a partir da informação política ou científica, outros a partir do entretenimento ou do espetáculo. No entanto, nenhum desses critérios parciais consegue propor-nos um significado coerente para tudo o que existe. Quando as pessoas percebem essa fragmentação e limitação, costumam sentirem-se frustradas, ansiosas, angustiadas. A realidade social parece muito grande para uma consciência que, levando em consideração sua falta de saber e informação, facilmente se crê insignificante, sem ingerência alguma nos acontecimentos, mesmo quando soma sua voz a outras vozes que procuram ajudar-se reciprocamente¹⁹.

A idade contemporânea foi marcada por um acelerado desenvolvimento nos diversos campos da realidade. Encontramos, no século passado, uma quantidade enorme de conquistas na ciência, na tecnologia, nos meios de comunicação, no transporte, na medicina, entre tantas outras. Isto deixou a humanidade extasiada e esperançosa num primeiro momento. Mas os desencontros provocados pelo progresso não demoraram a provocar desilusões em muitos homens e mulheres.

O que nos interessa, neste novo cenário, é detectar a dificuldade de compreensão das gigantescas e complexas estruturas que foram se formando; a passagem das organizações socioeconômicas feitas antes por cada nação, individualmente, para os grandes blocos e a consequente relação de interdependência destas entre si e de outros blocos; o acesso facilitado a uma quantidade sempre maior de informações on-line, graças aos modernos meios de comunicações sociais; a busca de autonomia do ser humano; o enfraquecimento das tradições religiosas e culturais, antes aceitas por todos, entre outros.

Diante disso, a Igreja reconhece que não lhe é possível, nem prudente, olhar ingenuamente para o mundo onde ela está presente e deve ser a sua luz. Fazer uma análise simplista da realidade hodierna e tirar conclusões objetivas que devam nortear sua ação concreta no hoje da história humana seria incorrer num grave erro estratégico. A ausência de uma visão mais ampla possível do mundo onde estamos se tornaria um grande obstáculo para um planejamento que goze de eficácia na sua execução, embora tenhamos consciência das

¹⁹ CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nº 36, pp. 28-29.

dificuldades para obtê-la. Analisar a realidade de modo simplista pode significar uma atitude sem significado convincente.

E aqui se encontra a devida humildade eclesial. Seguindo o conceito de Santo Tomás de Aquino, por humildade compreendemos: “*virtus humilitatis in hoc consistit ut aliquis infra suos terminos se contineat, ad ea quae supra se sunt, non se extendens, sed superiori se subiciat (C. G., IV, c. 55)*”²⁰.

Alguém que age segundo a humildade reconhece seu verdadeiro limite, não pretendendo ultrapassá-lo. E este reconhecimento é a recordação da real situação e competência deste, em sua ação. E esta convicção provém do mais íntimo da alma, e por isso, Santo Tomás disse, no mesmo texto que citamos, que a humildade é uma virtude. A pessoa humilde não age por fingimento e nem coloca a causa da sua ação fora de si, mas com sinceridade, busca sua motivação no mais íntimo de si. Além de tomar consciência dos seus limites pela sua racionalidade, a pessoa se move por uma firme decisão da vontade, procurando deliberadamente não ultrapassar sua capacidade.

No que se refere ao olhar da Igreja sobre a realidade, é neste horizonte que ele é concebido. Na Conferência de Aparecida ela reconheceu os limites que a instável e complexa realidade hodierna lhe impunha, como vimos na citação, no início desta seção. Não é possível mais separar e elucidar com precisão todos os elementos que compõem a imensa rede do universo em que estamos. Fazer isso sozinha é ultrapassar os limites de sua competência. É agir com grande soberba e não oferecer o melhor de si para os outros. Ela reconhece que não é perita em análise da realidade, mas pode colaborar com seu parecer.

A tarefa de investigar com clareza e precisão a realidade hodierna torna-se uma empresa sempre mais engenhosa. A Igreja reconhece que nenhuma ciência particular, isoladamente, é mais capaz de oferecer um bom diagnóstico. Se alguém se arrojar esta missão, vai falir inevitavelmente. Esta pretensão é grande demais para o anseio humano isolado. Para chegar ao cumprimento de tal iniciativa é necessária a interatividade das várias ciências, onde cada uma investiga seu objeto próprio e oferece sua colaboração ao final do processo, restando ainda a necessidade de realizar a síntese e hermenêutica dos dados recolhidos. A multiplicidade dos significados que se entrelaçam na complexa rede em que estamos, às vezes, deixa-nos aflitos em busca de compreensão, mas não nos confunde. A razão humana, quando aberta à luz da fé, encontra nesta a claridade necessária para perceber

²⁰ MONDIN, Batista. Humildade. *Dizionario Enciclopedico del Pensiero di San Tommaso D'Aquino*. 2.ed. 2000. Bologna: Studio Dominicano, 2000, p. 608.

os meandros do tempo presente. Aquele que é o Caminho, a Verdade e a Vida não a deixa sozinha.

A atitude eclesial de humildade, quando olha para a instável e complexa realidade hodierna, deveria colaborar com a atitude das ciências no reto exercício de suas atividades. Cada cientista deveria sentir-se encorajado na busca da verdade que lhe é própria, possibilitando assim o acesso a inúmeros benefícios a toda a comunidade humana que aguarda com grande anseio e necessidade por estas colaborações. Ao mesmo tempo, ninguém deveria sentir-se prepotente a ponto de acreditar que a totalidade da verdade estaria esgotada somente na sua investigação. A cooperação mútua cabe em todo e qualquer campo da existência. Fechar-se a esta possibilidade é obter uma visão míope do mundo. Pior ainda é querer tirar conclusões universais de premissas e atitudes parciais. A probabilidade de erros é enorme.

Diante da temática proposta neste trabalho, isto é, detectar quais seriam os desafios teológico-pastorais para a Igreja, hoje, referentes ao matrimônio cristão, obter um conhecimento aprofundado da realidade é de fundamental importância para obtermos um resultado satisfatório em nossa pesquisa. E, para alcançarmos tal fim, temos consciência de nossos limites e os aceitamos. Assim, sabemos da necessidade de recorrermos a toda ajuda possível no conhecimento dos vários cenários que se entrelaçam e formam o instável e complexo ambiente hodierno onde nos encontramos.

Tal conhecimento não pode ser visto como um elemento opcional quando falamos em um planejamento pastoral (em nosso caso, um planejamento referente à orientação dada pela Igreja quanto à vivência do matrimônio cristão). Como ponto de partida, seria necessário responder algumas questões, por exemplo: Onde estamos? Para onde vamos? Qual caminho percorreremos? Quais ações tomaremos durante o trajeto? Estas e outras questões afins são imprescindíveis. Internamente, como poderíamos precisar quais seriam as pastorais e movimentos afins que colaborariam para alcançarmos a meta estabelecida? Como articular ações conjuntas entre os segmentos afins? O que se espera de cada um nesta iniciativa? Parece-nos que o ponto de partida para alcançar este fim passa por um conhecimento adequado do meio onde vamos evangelizar. E, repetimos, sozinha a Igreja não consegue recolher todos os dados que lhe são necessários. A complexa realidade atual a desafia a aprender com os outros que estão ao seu redor. Esta atitude não a diminui, mas leva-a a dar um exemplo de humildade que pode se tornar paradigmática para aqueles que se encontram junto dela. E isto não pode ser minimizado por ninguém. A atitude de humildade da Igreja

quanto à análise da realidade hodierna pode ser compreendida de modo análogo à “*moderação acadêmica*” afirmada por João de Salisbury²¹ no século XII da era cristã.

Enfim, conhecer o mundo em que estamos é um desafio que a Igreja sabe que tem de enfrentar. Ela tem consciência das dificuldades inerentes a isto. E ainda, sabe que este complexo mosaico causa angústia e sofrimento em muitos homens e mulheres por se sentirem quase que impotentes diante de tão rápidas e incompreensíveis transformações. Estes esperam um alento daquela que é Mãe e Mestra. Por outro lado, a Igreja reconhece que sozinha ela não tem condições de superar o desafio que lhe é apresentado. Conhecer com clareza e precisão a realidade hodierna é uma missão não muito fácil. Assim, reconhecendo, assumindo e respeitando os seus limites, ela conta com o auxílio das diversas ciências afins a este objetivo a ser cumprido, como veremos abaixo. Sem se deixar confundir e vencer pelos diversos cenários desafiadores do seu tempo, à luz do Espírito do Senhor e com a colaboração da luz natural da razão, a Igreja se esforça para oferecer a todos uma palavra de esperança e alento em meio às turbulências contemporâneas. Num ambiente onde as sombras parecem sobressair à luz, ela quer ser luz para os povos. Assim, fé e razão – teologia e ciência não se contradizem, mas se completam.

1.1.3 – Contar com a valiosa ajuda das ciências sociais e humanas

Vimos na seção anterior que a humildade é uma atitude devida e prudente da Igreja quando diz respeito ao conhecimento da realidade hodierna. Ela reconhece que a tarefa de conhecermos o mundo em que estamos é árdua e onerosa. Executá-la sozinha transcende seus limites e competência. Aceitar e respeitar os seus limites é fundamental. Assim, a abertura para as ciências naturais é atitude essencial para obter este fim. O exemplo eclesial de humildade deveria servir de modelo para os demais. Ninguém deveria considerar que a sua busca pela verdade exclui o esforço alheio. A colaboração mútua é primordial neste campo.

O objetivo agora é mostrar que na tarefa de olharmos a realidade, em vista de conhecê-la, a Igreja deve contar com a ajuda das ciências naturais, especialmente aquelas sociais e humanas. Este é o terceiro princípio de natureza científica.

²¹ João de Salisbury nasceu entre 1110 e 1120 em Sarum na Inglaterra e morreu em 1180. Foi um dos representantes da Escola de Chartres. Por “moderação acadêmica” (*temperamentum academicum*) ele sustentava que seria a atitude de todo homem sábio de duvidar de tudo aquilo que ele não teria conhecimento seguro. Ele afirmava que o filósofo deve possuir uma reserva prudente em seus julgamentos, de modo a não afirmar senão aquilo que sabe. Cf. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. 11.ed. 2008. Petrópolis: Vozes, 1970, pp. 326-327.

O olhar científico sobre a realidade nos impede de cairmos num subjetivismo ou em meras opiniões infundadas da mesma. A Sociologia, a Economia, a Antropologia, a Psicologia, entre outras ciências podem e vão colaborar em nossa reflexão. cremos que para uma devida compreensão da história é necessária a colaboração mútua entre fé e razão.

A Igreja, que está presente na história²² concreta dos povos, possui consciência histórica. Por consciência histórica compreendemos:

I) Por consciência histórica entende-se antes de tudo o fato de o sujeito colocar-se diante do simples devir. Um devir caracterizado pela dinâmica dos fatos que se tornam eventos, na perspectiva em que o sujeito os insere e que, portanto, constituem “história”. II) Consciência histórica é, a segundo nível, percepção de um senso histórico. Não tanto como uma conexão e interdependência dos eventos, mas como um ver e um saber imediato de uma constante tensão para uma realização. III) Consciência histórica, finalmente, é aquilo que permite um conhecimento histórico. Aqui, a filosofia da história e a historiografia servem de referência para a fundação e a elaboração da objetividade do saber histórico²³.

Estando presente no mundo, ela deve ser *Lumen Gentium*²⁴. Ser luz para ela deve significar estar em comunhão com Aquele que é a Luz do mundo (cf. Jo 8,12). Simultaneamente, ela deve irradiar a mesma luz na vida dos homens e mulheres do seu tempo. Como vimos, por história compreendemos o conjunto de fatos experimentados por um povo, sempre entrelaçado com a tradição do mesmo e aberto para o futuro, mesmo que hoje a tendência seja criar uma grave ruptura entre estes momentos. Com Santo Agostinho, afirmamos que a história é constituída de memória, intuição e esperança²⁵. Nela encontramos luzes e trevas, esperanças e alegrias, dores e tristezas, vitórias e derrotas. Nosso objetivo é justamente decifrar estes elementos.

Temos consciência de que esta colaboração entre fé e razão nem sempre foi retilínea e tranquila. Assim, optamos por fazer uma breve recordação desta relação no contexto histórico cristão, em vista de percebermos que esta atual postura da Igreja teve seus antecedentes

²² “O termo, que em geral significa pesquisa, informação ou narração, e que já em grego, era usado para indicar a resenha ou a narração dos fatos humanos, apresenta hoje uma ambiguidade fundamental: significa, de um lado, o conhecimento de tais fatos ou a ciência que disciplina e dirige este conhecimento (*historia rerum gestarum*); de outro, os próprios fatos ou um conjunto ou a totalidade deles (*res gestae*)”. ABBAGNANO, Nicola. História. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 477. Consideramos história o segundo significado do termo, isto é, os próprios fatos ou um conjunto ou a totalidade deles.

²³ FISICHELLA, Rino. História. Capítulo I: Consciência Histórica. In: LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dirigentes). *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994, pp. 373-375.

²⁴ Este é o título da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, definida no Concílio Vaticano II, com relação à identidade da Igreja.

²⁵ Cf. SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. 19.ed. 2006. São Paulo: Paulus, 1984, XI, 20, pp. 344-345. Neste livro Agostinho faz uma profunda revisão sobre o significado do tempo, o que nos permite, simultaneamente, de antever o significado da história.

positivos e negativos, podendo servir de referenciais para o discernimento que devemos ter diante do momento presente.

A relação entre fé e razão, e por isso, entre Teologia e Filosofia/Religião e Ciência, esteve sempre presente na história da Igreja.

Se olharmos desde os primórdios cristãos até nossos dias, encontraremos muitas variações nesta relação. Desde os primeiros séculos da era cristã, autores como Justino²⁶, Clemente de Alexandria²⁷, Agostinho de Hipona²⁸, até o período da Alta Escolástica²⁹, veremos uma concepção da razão subordinada à fé. Expoente do equilíbrio entre fé e razão será Tomás de Aquino³⁰. Com o advento do período Humanista – Renascentista nos meados do século XIV, na Europa, inicia-se um movimento de distanciamento/ruptura entre fé e razão/teologia e filosofia/religião e ciência, indo culminar com a total separação na fundação da Filosofia Moderna com René Descartes (1596-1650)³¹ e seus sucessores.

Desde então, foram mais de quatro séculos de separação entre as partes em questão. A ruptura entre humano e divino foi se perpetuando por muitas gerações, causando grandes males à humanidade. Da afirmação de Emanuel Kant (1724 – 1804) sobre a impossibilidade da razão humana conhecer aquilo que está além dos seres, com os quais podemos estabelecer uma determinada experiência – sensível ou racional – fechando-nos na pequena ilha do mundo dos fenômenos e colocando Deus como o “Totalmente Desconhecido” no grande oceano noumênico, afirmando assim a impossibilidade da Metafísica clássica³², ao decreto da “morte de Deus” por Friedrich Nietzsche (1844 – 1900) abandonando o homem ao seu destino à terra, e somente nela³³, e a exaltação da “autonomia absoluta do sujeito, prescindindo totalmente de Deus” por Jean Paul Sartre³⁴ encontramos um obstáculo aparentemente intransponível entre fé e razão.

No mesmo período, não faltaram dificuldades na relação entre fé e razão no interior da própria Igreja. Para fim ilustrativo, citamos, por exemplo, as controvérsias em torno da interpretação da Bíblia na Igreja na segunda metade do século XIX e primeira metade do

²⁶ Cf. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. pp. 28-29.

²⁷ Cf. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. pp. 38-39.

²⁸ Cf. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. pp. 168-172.

²⁹ Por Alta Escolástica compreendemos o período em torno aos séculos XII e XIII d.C.

³⁰ Cf. BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. pp. 451-453.

³¹ Cf. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. 2.ed. 1991. São Paulo: Paulus, 1990, 2 v, pp. 350-390.

³² Cf. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. 2 v, pp. 892-894.

³³ Cf. VANNI ROVIGHI, Sofia. *Historia da Filosofia Contemporânea*. 2.ed. 2001. São Paulo: Loyola, 1999, pp. 289-292.

³⁴ Cf. SARTRE, Jean Paul. *L'essere e Il nulla*. Milano: Est, 1997. Nesta obra, o filósofo francês afirma que a condição que o homem se encontra neste mundo é a de ser condenado à liberdade absoluta. Conferir, especialmente, quarta parte desta obra, capítulo I.

século XX, com as publicações da Carta Encíclica *Providentissimus Deus* em 18 de novembro de 1893 pelo Papa Leão XIII e 50 anos mais tarde a da Carta Encíclica *Divino afflante Spiritu*, em 30 de setembro de 1943 pelo Papa Pio XII. A questão central era de como deveria se dar a interpretação da Bíblia na Igreja, com ou sem o auxílio das ciências naturais e ainda, se a interpretação válida seria aquela chamada científica ou a espiritual. Dois breves textos nos orientam de como a questão foi tratada por cada uma, em suas circunstâncias específicas:

Em primeiro lugar, nota-se, entre estes dois documentos, uma diferença importante. Trata-se da parte polemica — ou, mais exatamente, apologética — das duas Encíclicas. Com efeito, tanto uma como a outra manifestam a preocupação de responder aos ataques contra a interpretação católica da Bíblia, mas estes ataques não tinham o mesmo objetivo. A *Providentissimus Deus*, por um lado, quer, sobretudo, proteger a interpretação católica da Bíblia contra os ataques da ciência racionalista; por outro lado, a *Divino afflante Spiritu* preocupa-se mais com defender a interpretação católica, contra os ataques que se opõem à utilização da ciência, por parte dos exegetas, e que querem impor uma interpretação não científica, chamada “espiritual” das Sagradas Escrituras³⁵.

E ainda:

Verificamos assim que, apesar da grande diversidade das dificuldades a enfrentar, as duas Encíclicas se encontram perfeitamente no nível mais profundo. Elas rejeitam, tanto uma como a outra, a ruptura entre o humano e o divino, entre a investigação científica e o olhar da fé, entre o sentido literal e o sentido espiritual. Mostram-se, além disso, em plena harmonia com o mistério da Encarnação³⁶.

É louvável a posição da Igreja diante dos entraves internos quanto ao uso das ciências naturais na interpretação da Bíblia. Não seria concebível prescindir dos válidos e sérios avanços científicos nesta questão. O uso equilibrado destes somente enriqueceu a reflexão eclesial. Tal posição foi ratificada posteriormente com a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, no Concílio Vaticano II³⁷.

E se olharmos ainda a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, do próprio Concílio Vaticano II, encontraremos a Igreja que reconhece receber auxílios do mundo de hoje, nas diferentes áreas de saber da humanidade. Vejamos:

Assim como é do interesse do mundo admitir a Igreja como realidade social da história e seu fermento, também a própria Igreja não ignora o quanto

³⁵ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. 6.ed. 2004. São Paulo: Paulinas, 1994, Discurso de Sua Santidade o Papa João Paulo II sobre a Interpretação da Bíblia na Igreja, nº 3, p. 8.

³⁶ PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. nº 5, p. 11.

³⁷ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum* (DV). Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, especialmente o nº 12, pp. 130-131.

tenha recebido da história e da evolução da humanidade. A experiência dos séculos passados, o progresso das ciências, os tesouros escondidos nas várias formas de cultura humana, pelos quais a natureza se manifesta mais plenamente e se abrem novos caminhos para a verdade, são úteis também à Igreja. Ela própria, com efeito, desde o início de sua história, aprendeu a exprimir a mensagem de Cristo através dos conceitos e linguagens dos diversos povos e, além disso, tentou ilustrá-la com a sabedoria dos filósofos, com o fim de adaptar o Evangelho, enquanto possível, à capacidade de todos e às exigências dos sábios. Esta maneira apropriada de proclamar a palavra revelada deve permanecer como lei de toda a evangelização. Deste modo estimula-se em todas as nações a possibilidade de exprimirem a seu modo a mensagem de Cristo e promove-se ao mesmo tempo um intercâmbio entre a Igreja e as diversas culturas dos povos. Para aumentar este intercâmbio, sobretudo em nossos tempos, nos quais as coisas se mudam tão rapidamente e variam muito os modos de pensar, a Igreja precisa do auxílio, de modo peculiar, daqueles que, crentes ou não crentes, vivendo no mundo, conhecem bem os vários sistemas e disciplinas e entendem a sua mentalidade profunda. Compete a todo o Povo de Deus, principalmente aos pastores e teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, auscultar, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra divina, para que a Verdade revelada possa ser percebida sempre mais profundamente, melhor entendida e proposta de modo mais adequado³⁸.

A “morte de Deus” no horizonte filosófico deixara uma lacuna aberta para a humanidade. A ruptura entre fé e razão parece que chegara ao seu final definitivo. O homem se sentiu dono do seu próprio destino neste mundo, livre de qualquer norma, a não ser aquela de que ele é a sua única norma. Não faltaram, neste contexto histórico, isto é, na primeira metade do século XX, fatos terríveis que apontaram que a humanidade abandonada ao seu próprio destino, separada de Deus, não pode subsistir realizada e feliz. Os Totalitarismos Políticos, as duas Grandes Guerras, o Holocausto, a morte de cerca de 20 milhões de pessoas, entre outros, apontaram para isso. O que foi feito diante disso?

O espaço deixado pela ausência de Deus, no âmbito da filosofia, foi um chamado à Igreja para se posicionar neste horizonte. Era preciso trazer de volta o discurso filosófico cristão para seu devido lugar. Mas era preciso fazê-lo em diálogo com os novos sistemas emergentes, a fim de não provocar novamente as cisões experimentadas em tempos passados.

Assim, surgiu nos meados do século XX, a Neo – Escolástica. E dois homens contribuíram de modo especial para o conhecimento e o reconhecimento da escolástica como corrente de pensamento e não como doutrinas impostas pela autoridade eclesiástica. Foram eles: Etienne Gilson (1884) e Jacques Maritain (1882-1973)³⁹.

Assim, estava restabelecida a possibilidade do diálogo entre fé e razão. A ruptura que durara mais de quatro séculos, agora encontrava um novo impulso. A cooperação mútua tende

³⁸ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes*. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 44, p. 192.

³⁹ Cf. VANNI ROVIGHI, Sofia. *Historia da Filosofia Contemporânea*. pp. 665-666.

a provocar mais benefícios que perdas, para todos. A reta razão jamais será prejudicial à fé e vice-versa.

Tal posição foi ratificada com a publicação da Carta Encíclica *Fides et Ratio* pelo Beato João Paulo II, em 1998. Segundo João Batista Libânio:

A encíclica (*Fides et Ratio*) analisa a causa profunda das contradições de nosso tempo. Identifica-a na ruptura entre razão e fé. O caminho de saída é compreender como fé e razão reclamam-se e têm necessidade uma da outra. E o lugar privilegiado do encontro entre elas são a cultura e a história⁴⁰.

Assim, ainda hoje, firmou-se tal proximidade e cooperação, não obstante a alegação de alguns segmentos da sociedade hodierna considerar o Estado Laico, concebendo, de modo arbitrário, não caber o discurso religioso em vários campos como aborto, concepção de família e matrimônio, homofobia, entre outros.

Além da necessidade da cooperação mútua entre fé e razão, outra relação não pode ser relegada para segundo plano na atualidade. Trata-se da relação entre ciência natural e metafísica. Qual o alcance do saber científico? O saber adquirido pela ciência natural pode ser considerado suficiente para explicar a totalidade da realidade? Ou o conjunto dos saberes particulares de cada ciência pode explicar o que almejamos? O saber científico necessita da metafísica, entendida como *protho philosophia* (filosofia primeira) como concebia Aristóteles?⁴¹

Autor como Pierre Duhem minimiza o alcance do saber científico e afirma que a ciência serve somente para salvar os fenômenos⁴², não exercendo uma influência contundente sobre a realidade. Revisando a evolução epistemológica de Platão a Galileu, o autor conclui que as teorias científicas formuladas e refutadas pelos vários autores em questão, nada mais fizeram que redimensionar, no âmbito conceitual, o que já estava dado na realidade, não apresentando nenhuma novidade epistemológica. Sendo assim, além de não estabelecer nenhuma colaboração com a metafísica, a ciência não teria qualquer consistência interna.

Já Alfred North Whitehead considera que a ciência natural possui o seu valor objetivo e que devemos reconhecer sua importância para a compreensão da realidade⁴³. Diferentemente de Duhem, Whitehead parte sua análise do século XVI e percorre até o início do século XX, mostrando que a ciência natural não somente explica o que já se encontra presente na realidade, mas formula teorias fundadas na racionalidade, descobrindo o que

⁴⁰ LIBÂNIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 84.

⁴¹ Cf. ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002, 1 v. *Metaph. G*, 1, 1003a 20-33.

⁴² Cf. DUHEM, Pierre. *Salvare i fenomeni*. Roma: Borba, (1908 pubblicazione originale) e 1986 edizione in italiano.

⁴³ Cf. WHITEHEAD, Alfred North. *La scienza e il mondo moderno*. Torino: Boringhieri, (1926 pubblicazione originale) e 1979 edizione in italiano.

ainda estava oculto aos olhos e à inteligência humana, testando hipóteses, definindo teorias e substituindo-as quando um novo paradigma explica melhor o mundo. Além disso, o presente autor concorda que a ciência natural detém o saber de parte da realidade somente, dependendo essencialmente daquela ciência que verte sua investigação sobre a totalidade do ser, isto é, a metafísica.

Assim, reafirmamos nossa opção de contar com a justa e devida colaboração entre fé e razão, e ainda, entre ciência e metafísica. Tendemos para a posição de Whitehead e não à de Duhem, quanto à concepção da ciência natural e sua relação com a metafísica. Prosseguiremos neste caminho no decorrer da pesquisa.

Ao olharmos para a instável e complexa realidade hodierna, temos consciência do emaranhado de questões que esperam por respostas, como já mostramos na Introdução. Simultaneamente, inúmeras pessoas de diversas idades, raças, crenças, status social aguardam com grande ansiedade por respostas convincentes. A questão fundamental é se a cooperação mútua entre fé e razão será suficiente para responder a todas as interrogações que encontramos em nosso meio, na mesma velocidade em que tudo acontece. A mobilidade frenética dos fatos, entrelaçando em si novas conquistas e novos dramas, ilumina e obscurece o nosso universo. E como diria o Papa Paulo VI, problemas difíceis não podem ser resolvidos com respostas fáceis. Logo, a complexidade atual requer, de todos nós, muito empenho.

Enfim, diante da complexidade que constitui o mundo em que estamos, diante da rapidez com que tudo acontece, diante da instabilidade de direção das pessoas, parece ser mais prudente afirmarmos que nossas análises não poderiam esgotar todos os elementos que se entrelaçam no meio onde nos encontramos. A exatidão de resultado, com clareza e precisão, alcançando uma verdade absoluta e incontestável, parece estar acima dos nossos limites, mesmo quando a Igreja recorre ao uso das ciências na investigação do mundo atual. Aqui reafirmamos o que dissemos no critério anterior, a devida atitude de humildade da Igreja na sua análise sobre a realidade hodierna deve-se tornar um paradigma para as investigações das várias ciências. O esforço de todos pode colaborar para melhor compreensão da totalidade, mesmo que não a esgotemos completamente. Devemos buscá-la sempre. Isto parece um paradoxo que não abandonou o homem durante toda a sua existência, isto é, o seu desejo pelo conhecimento do todo/do inteiro e a dificuldade de alcançá-lo. Desde a Grécia Antiga, onde nasceu a Filosofia, até nossos dias, experimentamos esta busca. E é sobre o desejo da busca do todo que iremos fundamentar o quarto e último critério para olharmos a realidade. Além da necessária colaboração entre fé e razão, vimos que não podemos prescindir da relação entre ciência natural e metafísica. A busca do saber particular não pode

se fechar ao horizonte da totalidade do ser. Ciência natural e Teologia, ciência natural e metafísica, são saberes que não podem ser desvinculados, se de fato desejamos compreender mais profundamente a realidade em que vivemos. E é sobre o saber filosófico/metafísico que discorreremos a seguir.

1.1.4 – Nunca deixar de buscar o conhecimento por inteiro

Vimos na seção anterior que ao olhar a realidade hodierna, a Igreja deve contar com a colaboração das ciências naturais, especialmente aquelas sociais e humanas. Assim, reconhecemos que fé e razão não se contradizem, mas antes, colaboram para alcançarmos o mesmo fim. Já quanto à possibilidade de obtermos um conhecimento claro, preciso e absoluto da nossa realidade, apresentamos as dificuldades reais que nos interpelam. Mas não obstante isso, perdemos interiormente o desejo de conhecimento da totalidade, da realização da síntese. Nosso espírito, mesmo consciente das dificuldades que encontramos para a execução deste fim, se sente impelido a isto. E este é o paradoxo que experimentamos em nossa existência humana.

Neste momento da pesquisa formularemos o quarto e último princípio para olharmos a realidade hoje, isto é, apesar dos desafios, nunca devemos deixar de buscar conhecer a totalidade. Este é o quarto princípio de natureza filosófica.

Um breve, mas conciso texto de Platão (Atenas, 427-347 a.C), nos orientará nesta reflexão. O filósofo, na sua obra denominada República, faz uma síntese do seu pensamento, escreve: *“E proprio qui – dissi – sta la prova determinante del fatto che una natura sia dialettica; perché chi sa vedere l’insieme è dialettico, chi no, no”*⁴⁴.

Platão, um dos maiores filósofos gregos, sustentava que um aprendiz de filosofia, depois de um período de três ou quatro anos de estudos, deveria ser capaz de realizar uma síntese da realidade. Aliás, era justamente nesta capacidade desenvolvida ou não que se podia dizer se um aluno possuía natureza filosófica ou não. No seu contexto histórico e acadêmico, esta capacidade de síntese do aluno de filosofia consistia em subir de degrau em degrau na realidade até alcançar o “ser em si”, o mundo das Ideias, denominado por ele de “hiperurânio” (ou lugar acima dos céus, mas lugar não físico). Conhecê-lo é a mais nobre atividade humana, assemelhando-se à atividade divina. E é justamente isso que caracteriza a sua natureza filosófica.

⁴⁴ PLATONE. *Tutti gli Scritti*: Repubblica. A cura di Giovanni Reale. Milano: Bompiani, 2000, VII, 537E, p. 1258.

Do mestre de Atenas, podemos aprender, por analogia, valiosos princípios capazes de nortear nossa investigação da realidade hodierna.

O primeiro deles é justamente aquilo que expomos no penúltimo parágrafo, isto é, *recordarmos da existência de uma realidade metafísica*. Diante da instabilidade e complexidade da realidade hodierna não podemos perder de vista a dimensão da transcendência. A recordação da existência de uma realidade metafísica deve nos ajudar a não cairmos no fascínio da tentação de considerarmos o mundo somente a partir de sua imanência histórica, onde tudo parece estar trancafiado à ferocidade das transformações. Deste modo, tudo estaria sujeito a ser irremediavelmente como é, sem chance de mudança para um estágio diverso do que existe agora. O modo de ser da realidade seria uma constante mudança. O fato de concebermos algo além do vórtice do devir, nos deve convencer que nem tudo está sujeito à frenética transformação que assistimos extasiados, ou melhor, que também nós sofremos. Como superarmos esta situação? Por exemplo, a simples aceitação de que nós mesmos não somos animalidade pura, mas encarnado em nosso corpo se encontra um princípio espiritual e imortal, resultando assim o homem: um espírito encarnado⁴⁵, dando-nos o status de pessoa, como sustenta o Personalismo⁴⁶, já seria suficiente para não considerarmos que o nosso modo de ser estaria determinado pelas constantes mutações circunstanciais externas que nos são impostas. Não seríamos plasmados pela realidade externa, mas graças à nossa espiritualidade teríamos a liberdade como dom, possibilitando-nos as escolhas de acordo com nossa vontade, iluminada pelos valores inscritos em nossa natureza. Além disso, aceitarmos a existência de um Ser Imutável que nos preceda, acompanhe e sucederá, confere um sentido sempre mais nobre à nossa vida. Isto porque nos convenceríamos de que não viemos do acaso, não estamos sozinhos neste mundo e nem caminhamos para o nada.

Um segundo viés hermenêutico do texto platônico poderia ser feito a partir da própria história, procurando *compreender a dinâmica temporal a partir da síntese entre presente, passado e futuro*. O tempo presente não pode ser visto isoladamente do passado e do futuro, tendência esta muito forte no momento atual. Segundo Santo Agostinho, vivemos entre recordação (na memória) – presente do passado, visão – presente do presente e esperança – presente do futuro⁴⁷. A consciência histórica não nos permite desvincular o hoje do ontem,

⁴⁵ Cf. LUCAS LUCAS, Ramon. *L'uomo spirito incarnato*. 2.ed. 1997. Milano: San Paolo, 1993. Como o próprio título diz, esta é a tese fundamental defendida pelo autor. O homem é um ser onde a carne é compenetrada de espírito, e o espírito é compenetrado de carne, resultando o homem – um espírito encarnado.

⁴⁶ Conferir, por exemplo, MONDIN, Batista. *O Homem, quem é ele?* 12.ed. 2005. São Paulo: Paulus, 1980, pp. 294-295.

⁴⁷ Cf. SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. XI, 20, pp. 344-345. Compartilhei deste modo de pensar o tempo. Cf. DELFINO, Claudio Antonio. *Necessidade humana de Deus hoje*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 67-70.

nem do amanhã. Por vezes, frustrados com as turbulências quotidianas (presente) nos esquecemos de que o aprendizado do ontem é um valioso patrimônio capaz de nos reorientar diante das incertezas do agora. As experiências passadas podem se tornar, assim, uma fonte inesgotável de bens para o hoje histórico de cada homem e mulher. Prescindir do passado é perder a memória. E perder a memória é perder a identidade. E alguém sem identidade corre o sério risco de ser tocado pelos sabores dos ventos, não sendo capaz de significar por si mesmo a sua própria existência. Por outro lado, no tempo presente, olhando para trás (passado) - procurando aproveitar dele os inúmeros benefícios de experiências realizadas - não podemos perder a esperança no amanhã (futuro). Algum fracasso experimentado hoje, não deve nos tirar o anseio de continuarmos a trilhar o caminho de nossa história. Parar diante da queda, achando que tudo está perdido, é decretar a nossa própria falência. Diante da velocidade com que tudo se transforma, às vezes temos a sensação de uma visão vertiginosa da realidade, causando grande desconforto em alguns, e até mesmo medo em tantos outros, desanimando muitos a não quererem mais seguir adiante na vida. Não ter medo de olhar para frente, eis o grande desafio que temos de superar na atualidade. O aprendizado do ontem pode nos nortear no hoje, em vista das escolhas que devemos fazer. Tais escolhas, inevitavelmente, podem condicionar o nosso amanhã. Logo, fazê-las adequadamente aumenta em muito a probabilidade de sucesso em tempos vindouros. O inverso também é verdade. O futuro, que não está em nossas mãos e só a Deus pertence, pode ser condicionado positiva ou negativamente, com nossas ações presentes.

Um terceiro e último princípio é *buscar compreender a realidade hodierna considerando a totalidade dos elementos que constituem esta complexa rede*. Agora a busca da síntese deve ser feita segundo a complexidade dos diversos elementos que constituem a realidade presente. Além de tudo se transformar de modo muito rápido, os elementos que se entrelaçam neste frenético ritmo são muitos. Por exemplo, quando falamos de conhecer a realidade hodierna, pressupomos conhecer economia, cultura, convívio social, ética, religião, globalização entre outros elementos. Como saber de tudo isso? Dizer que conhecemos com segurança o mundo em que habitamos é algo um tanto arriscado. Apesar de ser uma tarefa desafiadora, não podemos perder de vista a necessidade de alargarmos o quanto mais o nosso horizonte epistemológico referente ao universo que nos rodeia. A partir de um mero ponto de vista de conhecimento, pretender realizar inferências universais sobre o mundo é imprudente e incorreto. No Documento de Aparecida, nº 36, que citamos no início da seção sobre a visão eclesial da realidade com a devida humildade, a própria Igreja reconhece que, em tempos não muito distantes, o seu modo simplista de ver a realidade acabou gerando feridas que ainda

hoje não estão cicatrizadas. Quando falamos de buscar uma síntese mais aprofundada do meio em que estamos, visamos justamente superar tais simplificações e não cometermos o mesmo erro do passado. Para alcançarmos tal fim, reafirmamos que se tornou essencial, em nossos dias, a colaboração mútua das ciências naturais, especialmente aquelas humanas e sociais. Não podemos ter a presunção de sermos peritos em todos os campos do saber. A interação entre os diversos profissionais do saber enriquece a todos. E já dissemos, repetidas vezes, tal atitude não minimiza o valor da fé. Quanto mais profunda for nossa compreensão da realidade, mais teremos a possibilidade de encontrar meios adequados para responder às interrogações hodiernas de tantos homens e mulheres. Este pode ser um dos pilares de sustentação dos nossos planos de evangelização, colaborador essencial da graça divina. Não tenhamos medo de realizar a síntese em direção da totalidade da realidade hodierna, mesmo que não seja uma tarefa fácil. Seguindo o ensinamento platônico, fuja da mediocridade.

Enfim, consideramos que a filosofia pode colaborar conosco na compreensão da instável e complexa realidade hodierna. Platão foi o exemplo disso. O mundo é maior do que aquilo que vemos e sabemos do mundo. Não podemos nos iludir e reduzir o ser do mundo àquilo que vemos e sabemos dele. O mundo que está dentro de nós é menor do que aquele que nos rodeia e nos transcende. Nossa representação dele não será jamais condizente com a totalidade do seu ser real. Aquilo que é imanente a nós é uma dimensão do mundo. Além da sua dimensão física temos a metafísica. Possuir um conhecimento de causa de toda a realidade é algo grande demais diante da pequenez de nosso ser, mas é este o verdadeiro conhecimento⁴⁸. Somente o intelecto divino é capaz de realizar em ato uma operação deste nível. Não obstante isso, carregamos implícito, no mais íntimo de nós, o desejo de síntese e o potencial de realizá-la. Qual será a sua abrangência, depende da aplicação de cada um e da devida humildade de contar com a ajuda alheia para este fim. Não caiamos na mediocridade de contentarmos com o pouco que conseguimos. Busquemos o melhor. Vimos que a busca do melhor para nós é uma experiência espaço-temporal específica. O dinamismo temporal é algo fascinante. Não podemos nos perder nele. Presente, passado e futuro são inseparáveis. Esta é uma nova dimensão de síntese que temos que realizar. A riqueza epistemológica é cumulativa. O que conhecemos ontem pode nos orientar hoje e abrir nosso horizonte para o amanhã. O acréscimo desta riqueza enriquece nossa visão cosmológica hodierna. O tesouro a ser explorado é sempre mais precioso do que aquilo que já temos. Assim, a busca constante de

⁴⁸ Cf. ARISTÓTELES. *Metafísica*. A, 3, 983a 24-25.

penetrarmos em suas profundezas (na realidade), a busca do todo deverá sempre nos atrair. Este foi o último viés hermenêutico do texto platônico.

1.2 – Visão da realidade hodierna

Após termos definidos quais serão os princípios para olharmos a realidade hodierna – a saber: olhar a realidade a partir de Jesus Cristo, na Igreja (princípio teológico); olhar a realidade com a devida humildade (princípio eclesial); contar com a valiosa colaboração das ciências sociais e humanas (princípio científico), e, por fim, nunca deixar de buscar o conhecimento por inteiro (princípio filosófico) – agora temos o objetivo de olhar e analisar os dados da realidade hodierna. Como já dissemos no início deste capítulo, enfocaremos na análise da totalidade da realidade os dados que nos reportam mais diretamente à experiência matrimonial e familiar. Investigar todos os dados de modo pormenorizado seria algo fora do nosso alcance, por causa da enorme quantidade destes e da velocidade com que tudo se modifica. O resultado obtido aqui será utilizado como base de reflexão para o terceiro capítulo, onde trataremos dos desafios teológico-pastorais hodiernos para a vivência do matrimônio cristão.

À semelhança da Conferência de Aparecida – que utilizou o método ver-julgar-agir e teve como ponto de partida o “real” da América Latina e do Caribe, seguindo os passos do Vaticano II que partiu dos “sinais dos tempos”, para confrontá-lo com o Projeto do Reino⁴⁹ - optamos partir também da análise da “realidade”, a fim de confrontá-la com o projeto do Deus Criador e Redentor referente ao matrimônio cristão e, conseqüentemente, à família, já que o matrimônio é a base desta, procurando detectar quais seriam as principais perspectivas teológico-pastorais para a Igreja orientar a vivência de tal projeto hoje.

Investigaremos os seguintes cenários:

- Cenário cultural
- Cenário do fenômeno da globalização
- Cenário sociopolítico
- Cenário eclesial
- Cenário familiar

Os quatro primeiros cenários serão investigados a partir do enfoque já pré-definido e em vista de detectarmos as possíveis influências desses no cenário familiar, pois cremos que

⁴⁹ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 7-8.

este seja o habitat onde se realiza a experiência matrimonial. De modo nenhum pretendemos que os cenários sejam vistos como realidades estanques, mas sim, interligados.

1.2.1 – Cenário cultural

O *primeiro cenário* que compõe o complexo e instável mundo hodierno é o denominado *cultural*. Segundo Brighenti, comumente a análise da realidade começa pelo econômico, mas a V Conferência do CELAM, na qual nos baseamos, quis atualizar o paradigma de leitura, em uma sociedade que está fazendo a passagem do social para o cultural⁵⁰.

Encontraremos no Documento de Aparecida como marca preponderante deste cenário a expressão *mudança de época*.

Como podemos compreender esta expressão?

A expressão “mudança de época” não é uma simples inversão da expressão “época de mudança”. Esta segunda expressão significa uma época que sofre alterações internas, mas que permanece sempre a mesma época, diferenciada pelas mudanças sofridas. Os paradigmas fundamentais continuam a subsistir na sua essência, não obstante qualquer adequação ou modificação que estes venham a sofrer. Mudanças no interior de uma determinada época podem ocorrer. O avanço tecnológico pode ilustrar bem isso, por exemplo, no campo da informática e no da telefonia.

Mas, bem diferente é uma mudança de época. Mudança de época pode ser compreendida como a substituição de um determinado paradigma por outro. O que até então seria um referencial para dar sentido à realidade, agora é abandonado por algo diverso. E a afirmação deste algo diverso passa a conferir um sentido completamente novo em relação ao anterior. Se na época de mudança seria feito um reparo naquilo que era o referencial, continuando este a gozar a sua condição inicial, na mudança de época temos a troca de paradigma. Se a modificação interna no antigo paradigma já causa qualquer transtorno nos homens e mulheres envolvidos na questão, quanto mais insegurança, instabilidade, angústia causará a substituição do antigo paradigma por um novo.

O *Documento de Aparecida* assim compreendeu a expressão mudança de época e suas consequências para a humanidade, principalmente no seu nível cultural:

⁵⁰ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*, p. 8.

Vivemos uma mudança de época, e seu nível mais profundo é o cultural. Dissolve-se a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus; aqui está precisamente o grande erro das tendências dominantes do último século... Quem exclui Deus de seu horizonte, falsifica o conceito da realidade e só pode terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas. Surge hoje, com grande força, uma sobrevalorização da subjetividade individual. Independentemente de sua forma, a liberdade e a dignidade da pessoa são reconhecidas. O individualismo enfraquece os vínculos comunitários e propõe uma radical transformação do tempo e do espaço, dando papel primordial à imaginação. Os fenômenos sociais, econômicos tecnológicos estão na base da profunda vivência do tempo, o qual se concebe fixado no próprio presente, trazendo concepções de inconsistência e instabilidade. Deixa-se de lado a preocupação com o bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos, à criação de novos e muitas vezes arbitrários direitos individuais, aos problemas da sexualidade, da família, das enfermidades e da morte⁵¹.

Quando falamos de cenário cultural, como aquele que mais profundamente foi influenciado pela mudança de época, cremos não possuir uma realidade homogênea neste, isto é, a existência de uma cultura compacta. Mas seria melhor dizermos de cultura globalizada, compreendendo com isto a coexistência de várias culturas no mesmo habitat⁵².

Com base no texto acima destacamos os seguintes elementos que constituem a mudança de época, na ordem que segue:

- A compreensão que o homem tem de si mesmo.
- A sua relação com Deus.
- A sua relação com o mundo.
- O individualismo.
- O modo de conceber o tempo, com suas consequências.

O autor e protagonista da assim chamada mudança de época foi o próprio homem. Ele, o único ser dotado de razão, é o único capaz de atribuir sentido à realidade entre os existentes deste universo. E esta mudança ocorre justamente quando o ser humano decide modificar os referenciais que davam sentido à sua existência e a dos demais seres. Para descrever este novo cenário utilizaremos em várias ocasiões o Documento 80 da CNBB⁵³, que dois anos antes do *Documento de Aparecida*, fornece-nos valiosos elementos que estão intimamente ligados à mudança de época.

A autoconsciência é um tema fundamental para a Antropologia. A autocompreensão que o homem tem de si implica diretamente no seu modo de conduzir a sua existência.

⁵¹ CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 44, pp. 32-33.

⁵² Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. p. 9.

⁵³ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Evangelização e Missão Profética da Igreja* (Documento 80). São Paulo: Paulinas, 2005. O Documento de Aparecida remonta ao ano de 2007.

Conceber-se de modo integral é reconhecer a importância de não subjugar uma dimensão humana à outra, isto é, a sua animalidade não pode se sobrepor à sua espiritualidade, nem vice-versa. O que percebemos na realidade hodierna é justamente a dissipação destas duas realidades humanas. Por vezes, parece-nos que o culto ao corpo prevalece sobre a visão equilibrada do ser humano. O homem é reduzido, por ele mesmo, à sua condição de animalidade. E isto não deixa de gerar graves consequências para a humanidade. O Documento 80 da CNBB reconhece que apesar de verificarmos no plano da antropologia conquistas inenarráveis, quer no plano do respeito à liberdade pessoal, quer no plano da cidadania e da participação política, de outro lado, emergem posições que apontam para uma alternativa global no modo de conceber e de viver a sexualidade, a paternidade e a maternidade, a família e a procriação dos filhos e toda esfera de vida privada. Deixa-se de lado a visão cristã da existência. O que está em discussão é a imagem de homem e de mulher e o caminho para sua realização. Amor, sexualidade e fecundidade dissiparam-se completamente um do outro, esvaziando-se de sentido. Para ela:

O entrelaçamento do amor, sexualidade e fecundidade, que constituiu o núcleo do matrimônio e da família, entendidos à luz do plano divino, foi rompido nestas últimas décadas, podendo-se viver a sexualidade sem a fecundidade, a sexualidade sem o amor, a fecundidade sem a sexualidade. Estes três elementos se distanciaram, cada um percorrendo um itinerário próprio, distinto dos outros, com consequências imprevisíveis⁵⁴.

Tais mudanças condicionam diretamente o modo de conceber e viver o matrimônio e a família em nossos dias. Por exemplo, quando a vida conjugal restringe seu sentido de ser somente ao prazer que o outro pode me dar, a atração física pela outra parte parece tornar-se o único elo capaz de uni-los. A beleza da relação fundada no amor e aberta à procriação é ofuscada e grandes males se instalam no seio familiar. Em sentido análogo, as dificuldades se estendem para a relação entres pais e filhos e com outras famílias.

Já a relação do homem com Deus vem se deteriorando desde o século XVIII. Lembremo-nos de autores como Emanuel Kant (1724-1804) que exilou Deus no mundo noumênico e colocou-o na condição de totalmente desconhecido para nós, abrindo assim, caminho para o ateísmo contemporâneo, mesmo que acreditemos que não tenha sido este seu objetivo; de Ludwig Feuerbach (1804-1872) que reduziu a Teologia à Antropologia, concebendo Deus como criação humana libertada dos limites do indivíduo, tornando-se um dos expoentes do materialismo contemporâneo; de Friedrich Nietzsche (1844-1900) que

⁵⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Evangelização e Missão Profética da Igreja*, pp. 46-48.

decretou a morte de Deus em sua famosa obra “Assim falou Zaratrusta”, afirmando que o sentido da vida se encontra na terra, onde deveria se dar a existência do super-homem, deixando um vazio enorme no horizonte da existência humana concreta; de Jean Paul Sartre (1905-1980) um dos maiores existencialista niilistas, que soube exaltar ao extremo a liberdade humana, concedendo-lhe autonomia absoluta. Todos eles poderiam nos ajudar a compreender que a cisão do homem contemporâneo com Deus, constatada hoje, não é fruto de escolhas recentes, mas consequência de um longo percurso feito⁵⁵. Quando o homem nega a Deus, ele esvazia de sentido o próprio ser humano e o seu existir.

No mesmo Documento 80 da CNBB, citado acima, os Bispos mencionam que experimentamos hoje certa frustração da sociedade moderna. A promessa de grandes conquistas protagonizadas pelas ciências não se concretizaram. Em contrapartida, fatos nefastos aconteceram. Com o exílio de Deus do meio da história humana, abriu-se um vazio que ninguém, até então, foi capaz de preencher⁵⁶.

Não é difícil inferir que a ausência de Deus na existência humana provoca graves feridas, inclusive na vida familiar, incluindo, sobretudo, a matrimonial. Sendo Deus o fundamento do edifício onde se erguem os valores humanos e cristãos, uma vez que este é retirado, rui tudo aquilo que ele sustentava, restando destroços daquilo que antes era o referencial objetivo para a existência das pessoas. Sem isto, surge o homem autônomo absolutamente, isto é, aquele que é a lei para si mesmo. A liberdade humana torna-se ilimitada.

A ausência de Deus na realidade humana, além de ter modificado o sentido de ser do próprio homem, também provocou um modo diverso de relação do homem com o mundo. Desvinculando o mundo como criação divina, o homem contemporâneo, mais que em todos os tempos, viu neste um objeto de exploração e não mais como uma realidade que maravilhava a todos nós, como outrora aos gregos, ou a manifestação da bondade divina como o era para judeus e cristãos. A natureza foi vista com meio capaz de proporcionar riquezas e possibilitar lucros exacerbatentes.

Vinculada à mentalidade econômica neoliberalista, onde a lei do mercado é o “pode tudo”, o homem contemporâneo sentiu-se verdadeiramente livre para usufruir dos bens naturais, em vista da realização dos seus mais variados desejos, nem sempre bons. A

⁵⁵ Embora já tenhamos mencionado estes autores na seção 1.1.3 – sobre a relação entre fé e razão - consideramos oportuna a nova menção a eles, por se tratarem de autores que influenciaram diretamente o modo de conceber a relação contemporânea entre o homem e Deus e, por consequência, do homem consigo mesmo e com o mundo.

⁵⁶ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Evangelização e Missão Profética da Igreja*. pp. 35-39.

necessidade do consumo perpetuou-se como a rainha de todos os anseios humanos. A natureza sentiu-se gravemente ofendida com a irracionalidade humana no uso daquilo que gratuitamente recebia dela. E as consequências desta agressão não tardaram a vir. Desastres ambientais se repetiram aos montes nos últimos anos.

A relação do homem com o mundo pode ser definida como a “coisificação do segundo pelo primeiro”. Como coisa, o mundo perdeu a sua naturalidade, tornando-se um mero objeto de exploração e de consumo por parte do homem. Com um desejo insaciável de “ter” sempre mais as coisas, o ser humano relativizou o próprio sentido de ser o que ele é. O valor deste sentido parece ter sido reduzido ao possuir. Na sociedade hodierna o status de alguém está intimamente ligado ao seu poder aquisitivo. Assim, vemos modificado essencialmente o referencial nas relações humanas, inclusive no âmbito familiar.

Outra marca da mudança de época é a afirmação do império do individualismo. Surge uma supervalorização da subjetividade individual, enfraquecendo os vínculos comunitários, deixando de lado a preocupação pelo bem comum em nome da busca de realização imediata dos desejos pessoais⁵⁷. Neste contexto, o bem comum parece ceder espaço para o bem individual. “Essa cultura se caracteriza pela auto-referência do indivíduo, que conduz à indiferença pelo outro, de quem não se necessita e por quem não se sente responsável”⁵⁸. Segundo J.B. Libanio instaurou-se em nosso tempo uma cultura do individualismo, invadindo toda a esfera humana dos símbolos, dos comportamentos, do imaginário pessoal e social⁵⁹.

A mentalidade individualista influencia diretamente a prática dos valores humanos e cristãos no interior da família, provocando dificuldades em vários níveis, inclusive na vida matrimonial. Pensar e cuidar do que é “meu”, aparece com uma tentação, ao invés de pensarmos e cuidarmos daquilo que é “nosso”, é exemplo do que ocorre hoje. O excesso de privacidade dentro do mesmo teto é outro indicio deste dramático fenômeno. Tal mentalidade é contrária ao espírito de comunhão, causando cisão dos membros de uma família entre si e com outras famílias.

Ligado ao individualismo está o modo de compreensão do tempo. Esta é outra marca da mudança de época. O presente é exaltado, desvinculado do passado e sem esperança promissora de futuro. Isto fecha o ser humano na instabilidade do presente. E tal concepção está entrelaçada com o racionalismo da modernidade. Há a desvalorização do passado, considerado como o tempo em que os homens e as mulheres estavam sob a tutela de

⁵⁷ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *Aparecida em resumo*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 19.

⁵⁸ CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 46, p. 33.

⁵⁹ Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Cenários da Igreja*. p. 147.

autoridades externas (Igreja, Sagradas Escrituras), percebidos como contrários à razão e a liberdade, época das superstições e do acúmulo de erros⁶⁰. O processo da racionalização obscureceu também o futuro. O futuro luminoso anunciado como certo, quer no plano político e social, quer no técnico-produtivo, começou a parecer improvável. Assim, as possibilidades de vida e de satisfação passaram a concentrar-se no tempo presente. A moda tornou-se o fenômeno que mais significativamente encarna essa nova sensibilidade moderna, deixando de ser privilégio da elite, para tornar-se um fenômeno de massa. Mas, em contrapartida, aos pobres é negado o acesso ao mercado. Inaugura-se um tempo separado de suas origens (passado) e de seu destino (futuro), homens e mulheres sem raízes e metas, sendo chamados a aproveitar o momento (presente). No Brasil, muitos jovens e adultos são desenraizados de passado, isto é, de fontes onde poderiam haurir esperanças e energias para enfrentar os desafios do presente. Contemporaneamente foi retirada do seu horizonte de vida a esperança de futuro luminoso. Resta a instabilidade do presente, carregado das preocupações com a sobrevivência imediata. Consequentemente, a glorificação do presente e das satisfações que o mercado pode oferecer vai esvaziando a cultura da solidariedade, emergindo um individualismo exacerbado. Isto origina um indivíduo instável, de convicções voláteis, compromissos fluidos. Aparece também uma realidade extremamente fragmentada e privada de qualquer transcendência, emergindo uma cultura da superficialidade, juntamente com certa vulgaridade. A existência humana separada de toda transcendência é tomada por grande obscuridade⁶¹. Simultaneamente a este cenário, temos a sensação de que o tempo passa muito rápido. A vida frenética na cidade nos causa estupefação. Muitas coisas funcionam 24hs, sem intervalo. Ocorre uma mudança na concepção do tempo. Segundo J.B. Libanio a cidade desfaz lentamente o tempo do calendário, abandonando o ritmo dos astros que norteava a vida dos povos primitivos. A industrialização, a urbanização, os interesses de consumo e econômicos condicionaram profundamente esta mudança⁶².

Notamos uma perda acentuada no valor das tradições familiares. Práticas que antes eram essenciais, hoje são tidas como superficiais. O respeito nas relações entre pais e filhos

⁶⁰ No horizonte filosófico, expoente deste modo de pensar é o filósofo francês René Descartes (1596-1654). Nos seus escritos ele faz questão de mencionar o desvalor da tradição anterior a si. Ele fica profundamente frustrado com a formação recebida em escola do segmento escolástico. Na sua biografia encontramos sua insatisfação, segundo a qual o fizeram ausente do presente e cidadão do passado. Isto em nada lhe ajudou, reclama. Cf. VANNI ROVIGHI, Sofia. *Historia da Filosofia Moderna*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999, pp. 63-67.

⁶¹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Evangelização e Missão Profética da Igreja*. pp. 39-46. Ver também: CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 51, p. 34.

⁶² Cf. LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 92.

deu lugar em repetidos casos à violência. O papel desempenhado pelos genitores em tempos passados foi modificado profundamente. O que é passado é tido como arcaico. Agora o tempo é outro, alegam muitos filhos. Simultaneamente, encontramos uma geração sem esperança no futuro.

1.2.2 – Cenário do fenômeno da globalização

O *segundo cenário* que destacamos neste complexo e instável mundo hodierno é o *do fenômeno da globalização*. E, inseparável deste, se encontra *a economia*, ou melhor, a face mais difundida e de êxito da globalização é sua dimensão econômica, que sobrepõe e condiciona as outras dimensões da vida humana⁶³.

Veremos primeiro a influência da globalização nos seguintes setores da realidade:

- Na formação de uma ordem universal.
- O papel que a ciência e a técnica exerceram na globalização.
- A influência dos meios de comunicação social e seu impacto positivo e negativo na vida familiar.
- A instauração do modelo líquido nos relacionamentos interpessoais.

Após estas considerações, veremos de modo mais detalhado a face econômica da globalização.

Este fenômeno (o da globalização) introduziu no universo humano características que em outras épocas não encontrávamos. Segundo o *Documento de Aparecida*:

A novidade dessas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro. Habitualmente são caracterizadas como o fenômeno da globalização. Um fator determinante dessas mudanças é a ciência e a tecnologia, com sua capacidade de manipular geneticamente a própria vida dos seres vivos, e com sua capacidade de criar uma rede de comunicações de alcance mundial, tanto pública como privada, para interagir em tempo real, ou seja, com simultaneidade, não obstante às distancias geográficas⁶⁴.

- Quanto à formação de uma ordem universal:

O novo cenário inaugurado com a globalização implica o advento de estruturas universais. Tal cenário não é mais homogêneo. Isto significa que, aquilo que até tempos atrás era concebido de modo nacional, com uma determinada autonomia, agora parece quase impossível conceber. Quando falamos de economia brasileira, não falamos mais somente dos

⁶³ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 61, pp. 37-38.

⁶⁴ CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 34, pp. 27-28.

fatores internos que a condicionam, mas, antes, o nosso cenário é diretamente afetado positiva ou negativamente pelo cenário mundial. A Bolsa de Valores avança ou recua de acordo com o ânimo dos principais mercados ao redor do mundo, como o norte-americano, os europeus e alguns asiáticos. É muito difícil sustentar a existência de uma soberania econômica nacional absoluta, prescindindo dos demais mercados. A interferência exterior é inevitável. O que ilustrativamente aplicamos à questão econômica, quando falamos de globalização, pode-se aplicar ao horizonte cultural, social, político, dos meios de comunicações sociais, entre outros⁶⁵. Esgotar todos estes elementos seria uma tarefa árdua demais e estaria fora dos interesses desta pesquisa. Contentar-nos-emos em dar os devidos acenos oportunamente necessários. Aqui residem as dificuldades que aludimos quanto ao título desta pesquisa. É um paradoxo. Falar de instabilidade contemporânea requer abrir o discurso para o horizonte mundial, pois nada é tão independente que possa subsistir sem nenhuma referência ao todo. Por outro lado, não é possível investigar toda a realidade, dada a quantidade de dados que se entrelaçam e a velocidade com que estes se transformam.

- Quanto ao papel que a ciência e a técnica exerceram no mundo globalizado:

Como citado no texto acima, a ciência e a tecnologia exercem um papel preponderante no mundo globalizado.

Quanto à manipulação genética da vida dos seres vivos, a intervenção de ambas não deixou de trazer esperanças e polêmicas. Por exemplo, esperanças de curas de doenças, mas polêmicas quanto ao uso do material genético adequado (células-troncos embrionárias ou retiradas do cordão umbilical). Quando se falou dos alimentos transgênicos não faltaram esperanças de alimentos com qualidade melhor, mas, imediatamente, surgiram as críticas quanto à possibilidade destes causarem males para o ser humano devido às modificações efetuadas. Assim, poderíamos multiplicar os exemplos neste campo, mas bastam estes. Com o avanço das biotecnologias não podemos deixar de afirmar que este novo cenário tem profunda conexão com a vida matrimonial e familiar, trazendo esperanças, mas também, conflitos. O advento da Bioética é uma tentativa de normatizar este setor, em favor da vida⁶⁶.

Outro dado importante da intervenção da ciência e da técnica foi o campo da comunicação. No mundo globalizado os meios de comunicação tiveram um alcance mundial, formando uma rede capaz de encurtar as distâncias geográficas que nos separam. Mesmo

⁶⁵ Cf. VERGOPOULOS, Kostas. *Globalização: o fim de um ciclo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 7. Ainda: CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nnº 35, p. 28 e 61, pp. 37-38.

⁶⁶ Cf. MOSER, Antonio. *Biotecnologia e Bioética*. 2ed. 2004 (revista). São Paulo: Vozes, 2004, p. 306.

distantes, sentimo-nos próximos dos acontecimentos que ocorrem do outro lado do planeta. Acompanhamos muitos deles online, sentindo-nos dentro do ocorrido. A facilidade com que nos conectamos aos outros é algo fascinante. Temos a sensação de controlar o mundo com nossas mãos. Mas, simultaneamente, o excesso de dados que recebemos e a velocidade como eles são veiculados tornam o sentido da existência humana perplexa. Nem sempre somos capazes de dar significado a todos os acontecimentos como gostaríamos. E isto nos causa uma amarga angústia. São muitas as interrogações que esperam respostas de nossa parte. E quando não as respondemos sofremos com um sentimento de fracasso. Parece que perdemos o caminho.

- Quanto à influência dos meios de comunicação social e seu impacto positivo e negativo na vida familiar:

Ainda relacionado com o acesso fácil às informações na era da globalização, temos que mencionar o impacto que isto pode causar na vida familiar. É positivo o fato de não ficarmos alienados àquilo que ocorre em torno de nós. Quando nos interessamos pelo saber, a possibilidade de extirpamos a ignorância é grande. Além disso, graças aos diversos serviços de comunicação temos a sensação de estarmos mais próximos às pessoas que estimamos. O serviço de telefonia, a internet com as redes sociais e tantos outros meios de se conectar com outro, perto ou distante, nos evidencia isto. Parece o milagre da comunicação. Mas nem tudo é tão apazível assim. Exemplos não faltam. Alguém dizia que desde que os integrantes de sua família se interessaram pelo uso das redes sociais em casa, a dificuldade de dialogar entre eles se agravou. O entretenimento no mundo virtual fez com que a proximidade do mundo real entre eles se tornasse absurda. Assim, alguns se sentiam muito próximos daqueles que estavam geograficamente distantes, mas mais distantes daqueles que estavam geograficamente próximos. Este fenômeno pode afetar a vida conjugal, a relação entre pais e filhos, como também entre os irmãos e com outras famílias. É uma tensão maléfica. Certamente, a maldade não está presente nos meios de comunicação enquanto tais, mas no uso inadequado que deles foram feitos. A motivação que pode levar alguém a conectar-se com frequência com pessoas distantes pode ser uma válvula de escape para fugir das dificuldades reais que possui com aqueles que estão próximos. Além do mais, como filtrar os conteúdos acessados dentro da própria casa? Esta é uma dificuldade real que muitos pais têm encontrado em relação aos seus filhos. A indiferença, neste caso, pode provocar graves consequências. Como saber se um adolescente está acessando conteúdos e se relacionando com pessoas que,

de fato, contribuem para a educação desejada pelos pais? Esta é uma realidade que experimentamos, conscientes ou não.

- Quanto à instauração do modelo líquido nos relacionamentos interpessoais:

Outro dado que merece a nossa atenção é o modelo de relacionamento que se fundou na era da globalização. Zigmunt Bauman, um renomado sociólogo polonês assim descreve sobre o tema em questão:

Elas são “relações virtuais”. Ao contrario dos relacionamentos antiquados (para não falar daqueles com “compromisso”, muito menos dos compromissos de longo prazo), elas parecem feitas sob medida para o líquido cenário da vida moderna, em que se espera e deseja que as “possibilidades românticas” (e não apenas românticas) surjam e desapareçam numa velocidade crescente em volume cada vez maior, aniquilando-se mutuamente e tentando impor aos gritos a promessa de “ser a mais satisfatória e a mais completa”. Diferentemente dos “relacionamentos reais”, é fácil entrar e sair dos “relacionamentos virtuais”. Em comparação com a “coisa autêntica”, pesada, lenta e confusa, eles parecem inteligentes e limpos, fáceis de usar, compreender e manusear. Entrevistado a respeito da crescente popularidade do namoro pela Internet, em detrimento dos bares para solteiros e das seções especializadas dos jornais e revistas, um jovem de 28 anos da Universidade de Bath apontou uma vantagem decisiva da relação eletrônica: “sempre se pode apertar a tecla de deletar”⁶⁷.

Nas relações virtuais, a facilidade de se conectar ao outro é enorme. Mas esta é uma via de mão dupla. Da mesma forma que se conecta ao outro com facilidade, deletá-lo não custa nada. Basta apertar a tecla e este se foi. Não é preciso nem mesmo perguntar-lhe se ele deseja isto. E não precisamos de grande esforço para constatar que esta mesma lógica tem se implantado nas relações interpessoais reais. Na vida moderna, as relações interpessoais parecem ter sido marcadas por uma liquidez. Isto significa que a solidez que marcou as mesmas relações há décadas atrás cedeu lugar a uma instabilidade nunca vista. A facilidade em descartar o outro numa relação é algo que impressiona. Os relacionamentos duradouros vão perdendo força. O importante para muitas pessoas é o momento presente, o prazer imediato; quanto menor a dificuldade para obtê-lo, melhor. Como objetos, as pessoas são utilizadas e descartadas sem constrangimento. A proposta de felicidade deve ser imediata. O drama é percebermos que os critérios das relações virtuais estão sendo empregados vagarosamente nas relações reais entre pessoas.

Como podemos avaliar a influência dos meios de comunicação na realidade humana, em face da globalização?

⁶⁷ BAUMAN, Zigmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, pp. 12-13.

Reunidos na XIII Assembleia Geral Ordinária, em preparação para o Sínodo dos Bispos, que ocorrerá de 07 a 28 de outubro de 2012, em Roma, os Bispos assim emitiram sua avaliação sobre o tema em questão. Fazemos uso destas palavras, como nossas, pontualmente:

A difusão desta cultura (dos meios de comunicação social) traz consigo indubitáveis vantagens: maior acesso à informação, maior possibilidade de conhecimento, de partilha, de formas novas de solidariedade, de capacidade de construir uma cultura sempre mais global, tornando os valores e os melhores desenvolvimentos do pensamento e da expressão humana patrimônio de todos. Este potencial, no entanto, não pode esconder os riscos que uma excessiva difusão de uma cultura deste tipo está já gerando. Manifesta-se uma profunda concentração egocêntrica sobre si e sobre as suas necessidades individuais. Afirma-se uma exaltação da dimensão emotiva na estruturação das relações e dos laços sociais. Assiste-se a perda do valor objetivo da experiência da reflexão e do pensamento, reduzida em muitos casos, a puro lugar de confirmação do próprio sentir. Espalha-se uma progressiva alienação da dimensão ética e política da vida, reduzindo a alteridade ao papel funcional de espelho e espectador das minhas ações. O ultimo ponto ao qual podem levar estes riscos é aquilo a que se chamou de cultura do efêmero, do imediato, da aparência, ou seja, de uma sociedade incapaz de memória e de futuro⁶⁸.

- Quanto à face econômica da globalização:

Quanto à sua face econômica, a globalização apresenta uma série de elementos que merecem destaque. Para este cenário específico utilizaremos o Documento de Aparecida.

a) O fenômeno da globalização absolutiza facilmente a eficácia e a produtividade como valores reguladores de toda a atividade humana, através da dinâmica do mercado, gerando injustiça e iniquidades múltiplas, prescindindo dos valores humanos objetivos como verdade, justiça e amor e, especialmente, a dignidade e o direito de todos⁶⁹.

b) A globalização, tendendo a privilegiar o lucro e estimulando a concorrência, leva a riqueza e o poder a concentrarem-se nas mãos de poucos, causando sofrimento e pobreza em muitas pessoas, e pobreza não somente monetária, mas, sobretudo, de conhecimento e acesso ao uso das novas tecnologias, impossibilitando muitos de ingressarem no mercado de trabalho⁷⁰.

c) Temos a proposta dos Bispos de uma globalização pautada pela solidariedade, pela justiça e pelos direitos humanos, em contraposição àquela meramente econômica, que nos leva a contemplar o rosto daqueles que sofrem em nosso Continente e no Caribe, como os indígenas, os afro-americanos, muitas mulheres, jovens, pobres, desempregados, agricultores

⁶⁸ SÍNODO DOS BISPOS. XIII Assembleia Geral Ordinária: *A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã* – Lineamenta. Brasília: CNBB, 2011, pp. 39-40.

⁶⁹ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 61, 37-38.

⁷⁰ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 62, p. 38.

sem terra, crianças vítimas do aborto, entre tantos outros. Devemos superar a “exclusão social”, onde os excluídos não são somente “explorados”, mas supérfluos e descartáveis⁷¹.

d) Não obstante ao controle da inflação e da estabilidade macroeconômica dos países da região, ainda perdura em muitos governos a dificuldade para saldar a dívida externa, dificultando o desenvolvimento interno⁷².

e) A concentração de renda e de riquezas, principalmente nos sistemas financeiros, torna estas instituições mais ricas e poderosas, contradizendo os princípios da Doutrina Social da Igreja que afirma que o objeto da economia é a formação da riqueza e seu incremento progressivo em termos não só quantitativos, mas qualitativos. A moralidade econômica deve estar orientada para o desenvolvimento global e solidário do homem e da sociedade na qual ele vive e trabalha⁷³.

f) A gravidade do nível de corrupção econômica no setor público, muitas vezes vinculado ao narcotráfico ou ao narconegócio, provoca a destruição do tecido social e econômico em regiões inteiras⁷⁴.

g) O drama do desemprego, do subemprego e do trabalho informal afeta duramente o trabalho formal, sendo que pela contratação formal de um trabalhador formal se paga preço alto, a tendência é recorrer às outras formas de empregar onde os salários são mais baixos e paga-se menos pela seguridade social⁷⁵. A Igreja se mostrou solidária à questão operária, de modo especial e sistemático, a partir do Papa Leão XIII⁷⁶ e seus sucessores até então Além disso, o homem como pessoa é sujeito do trabalho. Trabalhando, ele transforma a natureza, exercendo o seu domínio sobre ela e realiza a si mesmo. Isto constitui a esfera de valor fundamental do trabalho humano⁷⁷. O trabalho constitui o fundamento sobre o qual se edifica a vida familiar, que é um direito fundamental e uma vocação do homem. Com o trabalho a pessoa colabora na construção do bem comum de sua Nação⁷⁸.

h) Nota-se o crescimento do processo da mobilidade humana. Por vezes, pessoas que são privadas do acesso aos bens econômicos, expostas às diversas formas de violência e pobreza, sem oportunidades para um autêntico desenvolvimento profissional, sentem-se forçadas a migrar de seus países de origem em busca de uma vida melhor. Tal fenômeno traz

⁷¹ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nnº 64-65, pp. 39-40.

⁷² Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 68, p. 41.

⁷³ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 69, p. 41.

⁷⁴ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 70, p. 42.

⁷⁵ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 71, p. 42.

⁷⁶ Cf. LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Carta Encíclica. 9.ed. 1992. São Paulo: Paulinas, 1965.

⁷⁷ Cf. JOÃO PAULO II. *Laborem Exercens*. Carta Encíclica. 8.ed. 1990. São Paulo: Paulinas, 1981, nº 6, p. 22.

⁷⁸ Cf. JOÃO PAULO II. *Laborem Exercens*. nº 10, pp.35-37.

graves consequências em nível pessoal, familiar e cultural. Não obstante isso, nota-se uma ascendência social naqueles que conseguem participar com êxito nesse processo⁷⁹.

Segundo J. B. Libânio:

Tarefa importante para a reflexão teológica neste terreno é fazer ver quais “estruturas de pecado” há na ordem econômica social. Ou seja, que elementos de rompimento da amizade com Deus estão presentes nas estruturas socioeconômicas que criam e mantêm injustas desigualdades entre as pessoas⁸⁰.

No mundo globalizado encontramos a supremacia dos mais fortes sobre os mais fracos. Isto se dá na relação entre Blocos, Nações, Empresas, nas relações econômicas, entre outros. O bem integral da pessoa e a convivência estável da família se veem ameaçados. A injustiça social, com a exclusão dos mais pobres, provoca graves feridas em muitos homens e mulheres. Deveria instaurar-se uma globalização dos valores essenciais para a criação de uma ordem humana e fraterna.

1.2.3 – Cenário sociopolítico

Um *terceiro cenário* que destacamos é o *sociopolítico*. No horizonte do mundo globalizado, também a política não pode mais ser concebida e estruturada isoladamente. Todos os níveis estão intercalados, interna e externamente, formando uma grande rede. Municípios se unem ao Estado, que se une à Nação, que, por sua vez, está aberta aos condicionamentos de outras Nações (que normalmente constituem um Bloco) e que, por fim, sofrem influência de outros Blocos. Há uma linha muito tênue entre a soberania política nacional e a ingerência externa. A medida de ingerência está intimamente ligada ao poder econômico e financeiro de uma Nação ou Bloco.

Destacamos os seguintes elementos:

a) Apesar dos avanços da democracia em nosso Continente e no Caribe, nota-se uma disparidade entre o modelo democrático participativo (que é o autenticamente correto) e um modelo democrático por via de regressão autoritária. Se bem que seja dito democrático, na prática ocorrem comportamentos por parte das autoridades competentes, que desviam o sistema do seu fim desejado. Valores como o reconhecimento da realidade da participação popular nas decisões do Estado e a promoção e respeito dos direitos humanos são desconsiderados por este viés democrático, acabando por se tornar uma ditadura velada,

⁷⁹ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 73, pp. 42-43.

⁸⁰ LIBÂNIO, João Batista. *Cenários da Igreja*, 1999, pp. 142-143.

traidora dos retos anseios do povo. Por outro lado, é emergente o surgimento de novos atores sociais no cenário de uma democracia participativa, tais como, os indígenas, os afro-americanos, as mulheres, os profissionais, uma extensa classe média e os setores marginalizados organizados. Estes grupos da Sociedade Civil têm assumido um protagonismo forte, criando novos espaços políticos. É de se lamentar a ingerência no cenário político mencionado de organismos das Nações Unidas e Organizações Não-Governamentais internacionais desvinculadas de critérios éticos⁸¹.

b) Após passarem por crise de enfraquecimento devido aos ajustes econômicos estruturais, impostos por organismos financeiros internacionais, vê-se com bons olhos os Estados definirem e aplicarem políticas públicas nos campos da saúde, educação, segurança alimentar, previdência social, acesso à terra e à moradia, promoção eficaz da economia para a criação de empregos e leis que favorecem as organizações solidárias. Não obstante isso, é alarmante o nível de corrupção na sociedade e no Estado, colocando em risco a credibilidade das instituições públicas e gerando desconfiança e desinteresse em grande parte do povo, especialmente na juventude, quanto à política⁸².

c) O crescimento da violência tem afetado com gravidade a convivência harmônica na vida social. Isto tem tomado vários rostos, tais como, roubos, assaltos, sequestros e assassinatos, que cada dia destroem mais vidas humanas e encham de dor as famílias e a sociedade inteira. Seus agentes são: o crime organizado e o narcotráfico, grupos paramilitares, fatos ocorridos com frequência nas periferias das cidades e no interior das famílias. Suas causas: a idolatria ao dinheiro, o avanço de uma ideologia individualista e utilitarista, falta de respeito à dignidade da pessoa, a deterioração do tecido social e a corrupção⁸³. Além disso, as leis validamente aprovadas pelos órgãos competentes nem sempre são justas e promotoras da justiça⁸⁴. Em alguns países tem aumentado a repressão, a violação aos direitos humanos, inclusive o direito à liberdade religiosa, a liberdade de expressão e a liberdade de ensino, assim com o desprezo à objeção de consciência⁸⁵. Em alguns países persiste a luta armada⁸⁶.

d) Por fim, nota-se, com esperança, o desejo de integração regional mediante acordos multilaterais, envolvendo crescente número de países que geram suas próprias regras no

⁸¹ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nnº 74-75, pp. 43-44.

⁸² Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nnº 76-77, pp. 44-45.

⁸³ No Brasil presenciamos a Ação Penal 470, denominada popularmente de Mensalão. A corrupção gera graves males para a sociedade. Pessoas e famílias são privadas dos bens primordiais para viverem dignamente. Tais bens são desviados para cofres particulares. O bem comum é lesado duramente.

⁸⁴ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nnº 78-79, p. 45.

⁸⁵ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 80, p. 45.

⁸⁶ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 81, pp. 45-46.

campo do comércio, dos serviços e das patentes. Além disso, é positiva a globalização da justiça nos campos dos direitos humanos e dos crimes contra a humanidade⁸⁷.

Cremos que o cenário sociopolítico exerce um papel fundamental na convivência estável das famílias, onde a experiência matrimonial é realizada. A execução do bem comum, com tudo que isto implica, é o primeiro dever que o Estado deve perseguir. As políticas sociais promovidas por este não devem jamais cercear o direito das famílias de se organizarem segundo seus retos juízos de valores. A ingerência do Estado no âmbito privado da família é nefasta e indesejável. No Brasil, Projetos Sociais implantados pelo Estado, como por exemplo, Seguro Desemprego, Bolsa Família, Vale Leite, entre outros, carregam consigo ambiguidades. É notório que muitos que fazem uso destes veem satisfeitas algumas necessidades básicas imediatas, mas preferem acomodarem-se nesta situação do que alçarem voos mais altos.

1.2.4 – Cenário eclesial

Um *quarto cenário* que merece nossa atenção específica é o *eclesial*. Quais seriam as luzes e as sombras da Igreja em meio ao complexo e instável mundo hodierno? Descreveremos suas luzes e em seguida as sombras que permeiam o tempo presente. Não obstante as dificuldades encontradas, não perdemos a esperança e a direção do caminho a seguir, graças à presença daquele que é a luz do mundo, Jesus Cristo (cf. Jo 8,12).

Destacamos os seguintes sinais de luzes da Igreja hoje:

a) Não obstante as deficiências e ambiguidades de alguns dos seus membros, a Igreja tem dado testemunho de Cristo no anúncio do seu Evangelho, promovendo, especialmente, os direitos dos mais necessitados em diversos setores. Tal serviço é realizado, por vezes, em comunhão com as instituições nacionais e mundiais, inclinadas por valores distintos da fé, a realizarem o mesmo bem⁸⁸;

b) Merecem destaques alguns esforços pastorais:

- A animação bíblica da pastoral proporcionou o aumento do conhecimento da Palavra de Deus e seu amor por ela, colaborando para uma reta orientação da vida de muitos de nossos povos.

- A renovação da liturgia proporcionou um acento maior na dimensão celebrativa e festiva da fé cristã, centrada no mistério pascal de Cristo Salvador, em particular na

⁸⁷ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 82, p. 46.

⁸⁸ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 98, p. 51.

Eucaristia. Tal fato colaborou para o fortalecimento da identidade eclesial, realizando um diálogo mais consistente em torno de verdades de fé, ganhando mais profundidade e comunhão.

- Estima, por parte do povo, pelos sacerdotes e reconhecimento do valor do trabalho e do testemunho de vida prestados por eles. Desenvolve-se em muitas Igrejas a Pastoral Presbiteral, produzindo bons frutos. Em algumas Igrejas desenvolve-se o Diaconato Permanente. É notória a importância dos ministérios confiados e desempenhados pelos leigos. É fundamental o papel desempenhado pelos Seminários e Casas de Formação. É louvável e significativo o testemunho da vida consagrada, pois estimula o incremento de vocações para a vida contemplativa masculina e feminina.

- Ressalta-se o testemunho de muitos missionários e missionárias em meio aos nossos povos e na missão ad gentes.

- Cresce o esforço para a renovação pastoral nas paróquias, favorecendo o encontro com Cristo, mediante diversos métodos de nova evangelização. É louvável, em alguns lugares, o florescimento das comunidades eclesiais de base, em comunhão com os Bispos e o Magistério da Igreja.

- Adquire relevância da Doutrina Social da Igreja, elemento constituinte de uma riqueza sem preço e referenciais objetivos capazes de iluminar a realidade vigente, especialmente a missão dos leigos e leigas em vários setores da sociedade. É como a presença do fermento na massa.

- A dinâmica de organização diversificada das estruturas eclesiais tem possibilitado uma melhor adequação da Igreja à realidade dos fiéis, atendendo com mais eficácia suas reais necessidades. Nota-se o crescimento e o fortalecimento, em vários lugares, de uma Pastoral orgânica. Em outros, nota-se também o crescimento do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, sempre em comunhão com o Magistério, estreitando laços e promovendo valores comuns⁸⁹.

Quanto às sombras da Igreja na realidade hoje destacamos as seguintes:

- a) Desproporção do crescimento percentual da Igreja em relação aos dos nossos povos. O aumento do Clero, e, sobretudo, dos religiosos, cresce num ritmo bem menor do que o ritmo populacional, dificultando os serviços prestados às comunidades.

⁸⁹ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 99, pp. 51-55, referente a todos os esforços pastorais mencionados.

b) Enfraquecimento da vida cristã no conjunto da sociedade e da própria pertença à Igreja Católica, expressa em algumas tentativas de voltar a certo tipo de eclesiologia e de espiritualidade contrárias à renovação do Concílio Vaticano II.

c) Pouco empenho no acompanhamento dos fiéis leigos em seu engajamento temporal a serviço da sociedade; uma evangelização centrada no ritualismo e sem inovação dos métodos; cultivo de uma espiritualidade individualista e de uma mentalidade relativista no campo ético e religioso; pouca aplicabilidade da Doutrina Social da Igreja e compreensão limitada desta em relação à identidade própria e específica dos fiéis leigos.

d) Utilização de linguagem inadequada, na pastoral, aos anseios de uma sociedade pós-moderna, especialmente em relação aos jovens, tornando-se pouco significativa para a cultura atual. Além disso, as mudanças culturais dificultam a transmissão da fé por parte da família e da sociedade. Presença débil da Igreja como geradora de cultura, de modo particular, no mundo universitário e nos meios de comunicação social.

e) O número insuficiente de sacerdotes para o atendimento das comunidades e a sua distribuição não equitativa, dificulta, em muitos lugares, a celebração da Eucaristia, fonte e ápice da vida da Igreja, privando, assim, milhares de pessoas de participar da celebração dominical. Outras causas são: número escasso de vocações para a vida sacerdotal e consagrada; falta de espírito missionário ao Clero, inclusive em sua formação; falta de assistência a muitos fiéis por parte da Igreja, até mesmo quando morrem; escassez econômica para a manutenção das estruturas pastorais; falta de espírito solidário entre as Igrejas locais e no interior destas; estruturas pastorais não condizentes com os anseios da realidade vigente⁹⁰; falta de integração nas estruturas paroquiais e diocesanas por parte de alguns movimentos e vice-versa.

f) A perda do sentido transcendental da vida e abandono das práticas religiosas por numerosas pessoas e, ainda, trânsito religioso acentuado de católicos para outras religiões.

g) O reconhecimento de que, ocasionalmente, alguns católicos não cultivam o modelo de vida evangélica, pautado pela pobreza, fidelidade à verdade e à caridade, persistência e docilidade à graça de prosseguir, fiel à Igreja de sempre, inclusive, à renovação iniciada pelo Concílio Vaticano II, impulsionada pelas Conferências Gerais anteriores, que procurou assegurar o rosto latino-americano e caribenho de nossa Igreja.

⁹⁰ Se bem não encontramos menção direta no texto que analisamos, temos consciência dos limites da atuação da Pastoral Familiar. Oxalá tudo o que a Igreja acredita e ensina a este respeito fosse realizado em nossas Comunidades.

h) Por tudo isso, a Igreja latino-americana e caribenha reconhece ser comunidade de pobres pecadores, mendicantes da misericórdia de Deus, congregada, reconciliada, unida e enviada pela força da Ressurreição de seu Filho e pela graça de conversão do Espírito Santo⁹¹.

i) Na experiência que tive como Assessor Nacional da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família – CNBB entre 2005-2007 constatee que persiste ainda uma distância entre a proposta apresentada pelo Beato João Paulo II na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* – 1981 referente à Pastoral Familiar e a realidade de parte das Dioceses do Brasil. Com alegria encontramos a presença desta Pastoral em vários lugares, mas ainda não bem articulada como foi projetada. Em poucos lugares, os Setores Pré Matrimonial, Pós Matrimonial e Casos Especiais funcionam simultaneamente. Impressiona-me a debilidade das Preparações para o Matrimônio em muitas de nossas Paróquias e a atenção indevida dispensada na liturgia matrimonial.

As luzes e sombras da realidade eclesial fazem com que nos perguntemos se estamos na direção certa no processo de evangelização ou se devemos passar por um processo de conversão. Quais seriam as principais perspectivas teológico-pastorais que a Igreja encontra, especialmente, com relação à orientação que ela deve dar no ambiente matrimonial-familiar? Este é o fio condutor de nossa pesquisa.

1.2.5 – Cenário familiar

Resta-nos ainda descrever sobre um *último cenário*, o *cenário familiar*. Neste, procuraremos, em linhas gerais, pontuar quais seriam as possíveis influências que os cenários anteriores possam exercer sobre a família, positiva ou negativamente, recordando que matrimônio e família cristãos são inseparáveis. O resultado da análise feita neste momento será de fundamental importância para a continuidade desta pesquisa.

Pontuamos os seguintes elementos experimentados pela família hoje:

a) Constatamos vários avanços: a existência de uma consciência mais viva da liberdade pessoal e maior atenção à qualidade das relações interpessoais no matrimônio, a promoção da dignidade da mulher, a procriação responsável, a educação dos filhos, a consciência da necessidade de que se desenvolvam relações entre as famílias por uma ajuda recíproca espiritual e material, a descoberta da missão eclesial própria da família e da sua

⁹¹ Referente ao que foi mencionado quanto às sombras da Igreja na realidade hoje, conferir: CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. nº 100, pp. 55-58.

responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa. Apesar destas conquistas, temos consciência dos avanços que ainda temos que realizar.

b) Independência dos cônjuges entre si. Seguramente esta concepção possui por base o individualismo presente na sociedade como um todo. Este se apresenta como um obstáculo para a vivência da comunhão, de uma espiritualidade conjugal mais profunda, do diálogo, entre outros.

c) Graves ambiguidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos. Vê-se no cotidiano familiar o desejo dos filhos de se tornarem, cada vez mais, autônomos em relação aos pais. Por outro lado, nota-se certa ausência de muitos pais na educação dos filhos. E é, às vezes, motivado por necessidades econômicas, onde pai e mãe são obrigados a trabalhar, mas, também, por influência negativa dos Meios de Comunicação Social dentro de casa, como por exemplo: em família onde cada um tem sua TV, dificilmente cria-se ocasião para o diálogo; a conexão ao mundo virtual pode afetar diretamente os momentos de proximidade na vida real familiar; ou ainda, por desencontros em horários de trabalho. A fragmentação adentrou em muitos lares, ferindo de muitas maneiras a beleza da comunhão e da unidade familiares.

d) Dificuldades concretas que a família, muitas vezes, experimenta na transmissão dos valores. Vimos que hoje se afirma o império do relativismo, gerando uma ética da situação, um subjetivismo desenfreado. Tudo isto quer colocar em crise os valores que antes fundamentavam e iluminavam a família, tais como, amor, fidelidade, respeito. Além disso, a mentalidade hedonista banaliza a sacralidade do ato conjugal.

e) Número crescente de divórcios⁹². Vê-se uma instabilidade terrível no relacionamento conjugal. Troca-se de parceiro com muita facilidade. O sacramento do

⁹² Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar* (Documento 79). Brasília: CNBB, 2006, nº 14, p. 24 e nº 18, p. 25. Esta edição é de responsabilidade da Comissão Nacional da Pastoral Familiar, vinculada à Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família – CNBB. Recentemente, uma pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas corroborou em nosso país este triste acontecimento. “A taxa geral de divórcio atingiu, em 2010, o seu maior valor, 1,8% (1,8 divórcios para cada mil pessoas de 20 anos ou mais) desde o início da série histórica das Estatísticas do Registro Civil, em 1984, um acréscimo de 36,8% no número de divórcios em relação a 2009. Por outro lado, a taxa geral de separação teve queda significativa, chegando a 0,5‰ (0,5 separações para cada mil pessoas de 20 anos ou mais), o menor índice da série. As Estatísticas do Registro Civil 2010 mostram também que cresceu o compartilhamento da guarda dos filhos menores entre os cônjuges divorciados, que passou de 2,7% em 2000 para 5,5% em 2010. Em Salvador, quase metade deles ficaram sob a guarda de ambos os pais. Constatou-se um crescimento proporcional das dissoluções cujos casais não tinham filhos, passando de 30,0% em 2000 para 40,3%, em 2010. Por outro lado, houve um incremento de 4,5% no número de casamentos em relação a 2009. Já os recasamentos (casamentos em que pelo menos um dos cônjuges era divorciado ou viúvo) totalizaram 18,3% das uniões, 11,7% a mais que em 2000. Houve queda no percentual de sub-registros de nascimentos (nascimentos ocorridos em 2010 e não registrados até o primeiro trimestre de 2011) no país, de 21,9% em 2000 para 8,2% em 2009, chegando a 6,6% em 2010”. Estas e outras informações podem ser acessadas na página das Estatísticas do Registro Civil 2010, pelo link <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/default.shtm>02/12/2011;15:20:25. A pesquisa foi publicada em 30 de novembro de 2011.

matrimônio, com sua graça santificante e os deveres a ele implícitos, não é vivido intensamente por muitas famílias.

f) Recurso cada vez mais frequente à esterilização. Sentindo-se como proprietários de seu ser, homem e mulher decidem, sem escrúpulos, sobre si mesmos. Com uma atitude antivida, interrompem o funcionamento natural do organismo humano e eliminam um dos pilares que sustentam a profundidade do ato conjugal (dimensão procriativa). Com isto, interferem negativa e diretamente no plano da criação divina⁹³.

g) Constatamos a instauração de uma verdadeira e própria mentalidade contraceptiva⁹⁴. A busca do prazer pelo prazer, a fragilidade do senso de responsabilidade no relacionamento com o outro, a redução do valor do outro, a supervalorização do eu e o desprezo pela moral cristã, são alguns dos elementos que contribuem para a formação desta mentalidade. Consequência desta realidade é que muitos esposos têm ferido, gravemente, com seu modo de agir relacionado ao ato conjugal àquela conexão inseparável que Deus quis para o (ato conjugal), isto é, os significados unitivo e o procriativo⁹⁵, gerando inevitavelmente a diminuição do número de filhos⁹⁶.

h) A praga do aborto⁹⁷. É angustiante, atualmente, o desrespeito pela vida. O homem e a mulher parecem se considerarem os autores da vida e, por isso, sentem-se no direito de decidirem sobre a sorte do outro. Visão errada se difunde por aí. Muitas mulheres utilizam o argumento que podem deliberar sobre o seu corpo. Equívoco sem precedente, pois o corpo é da mulher, mas o filho que carrega, embora esteja em seu corpo, não é seu corpo e, por isso, não é, por conseguinte, posse sua. Esquecem-se que a vida é dom de Deus. Além disso, a não aceitação de que a vida é um processo ininterrupto, indo da concepção à morte natural, faz com que alguns se sintam no direito de interromper ferozmente este ciclo, quando consideram isto conveniente, a partir de critérios egoístas e desumanos. Apesar da esperança proveniente dos recentes avanços e conquistas das Biotecnologias, preocupa-nos o uso inadequado destas, colocando em risco o bem integral da pessoa humana, principalmente, quando esta deixa de ser o bem último a ser promovido e defendido⁹⁸.

⁹³ Para os elementos relacionados à realidade familiar experimentados hoje, que mencionamos até este momento, conferir: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 14, pp. 23-24, exceto os dados do IBGE da nota anterior.

⁹⁴ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 14, p. 24.

⁹⁵ Cf. PAULO VI. *Humanae Vitae*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulinas, 1968, nº 12, p. 14.

⁹⁶ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 17, p. 25.

⁹⁷ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 14, p. 24 e nº 22, p. 26-27.

⁹⁸ Sobre as Biotecnologias e a dignidade humana conferir: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Evangelização e a missão profética da Igreja*, capítulo IV – Dignidade Humana e Biotecnologias, pp. 99-133.

i) Fruto da nova cultura é a superposição de diferentes modelos de famílias⁹⁹, gerando confusão para muitos fiéis, quanto à compreensão da identidade do modelo de família cristã e realização da missão intrínseca a esta, fundada naturalmente no matrimônio entre um homem e uma mulher, e elevado por Jesus Cristo à dignidade de sacramento, segundo o projeto do Deus Criador e Redentor¹⁰⁰.

j) Arraigado, nesse mesmo cenário, encontra-se o fenômeno do secularismo, uma das raízes que sustenta o complexo contexto sociocultural em que vivemos. Neste, afirma-se, entre outras coisas, a concepção de um mundo sem Deus, gerando o ateísmo ou a indiferença religiosa, onde o poder do homem é exaltado, a civilização do consumo é instaurada, o hedonismo é erigido como valor supremo. Tais elementos causam graves consequências para a sociedade e a família, isto é, uma conduta social baseada no relativismo ético, a separação entre fé e vida, em alguns casos o sincretismo religioso e o subjetivismo¹⁰¹. Tais elementos, juntando-se ao processo mais lento da maturação psicológica da pessoa hoje, aliado ao bombardeio de propagandas incentivadoras de um modelo de vida fluida, sem compromissos duradouros, a busca do prazer pelo prazer, o relativismo em suas diversas formas, políticas que fomentam a instauração de paradigmas contrários à reta razão e à fé, tornam frequente o abandono dos valores morais. Isto tem gerado famílias incompletas, casais em situação irregular, um número crescente de casamentos contraídos no âmbito civil sem celebração sacramental e uniões puramente consensuais. E ainda tem aumentado o número de mães (adolescentes) solteiras, de pais solteiros (a maioria sem responsabilidade e compromisso com a mulher e o filho) entre outros¹⁰². Além disso, constata-se as falhas dos pais na sua responsabilidade de educadores, a negligente omissão paterna que deixa à mulher o inteiro cuidado pelo sustento e educação dos filhos¹⁰³.

k) O êxodo rural iniciado há algumas décadas contribuiu para o enfraquecimento dos laços familiares, provocando gradativamente sua ulterior desintegração social. Os laços familiares que antes eram bastante estreitos encontram-se, principalmente nas grandes

⁹⁹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nº 17, p. 25. Quanto aos novos modelos de família emergentes atualmente conferir: PORRECA, Wladimir. *Famílias em segunda união*. São Paulo: Paulinas, 2010, pp. 81-94.

¹⁰⁰ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*. Exortação . 16.ed. 2002. São Paulo: Paulinas, 1981, nº 13, pp. 20-24.

¹⁰¹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 26-31, pp. 28-30.

¹⁰² Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 21, p. 26.

¹⁰³ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 22, pp. 26-27.

cidades, fragilizados. A casa paterna/materna como base de todos os integrantes da família para um encontro semanal parece estar perdendo todo o seu valor afetivo e simbólico¹⁰⁴.

1) No interior da vida familiar, o fenômeno da globalização é visto de modo paradoxal. Ao mesmo tempo em que este fenômeno, através, principalmente dos sistemas de comunicação, podem tornar os indivíduos mais próximos, podem também torná-los mais distantes, desde que utilizados como meio para aproximar as mercadorias e fomentar o conflito de interesses. A globalização pode tanto prestar um serviço de unidade e proximidade da família humana como também se restringir às leis do mercado, servindo exclusivamente ao interesse dos países mais ricos. Dependendo de sua orientação, ela pode colaborar mais para degradação do ser humano do que para a construção de um sujeito ético¹⁰⁵.

1) Paradoxal é o modo como é vista a emancipação da mulher pela Igreja. Em busca de realização pessoal ou por causa do empobrecimento, muitas mulheres enfrentam dupla jornada de trabalho, dividindo-se entre este e a família. Se de um lado a Igreja reconhece a importância deste acontecimento e contribui para com ele, ao mesmo tempo tem afirmado que a verdadeira promoção da mulher não pode prescindir do valor de sua função materna e familiar¹⁰⁶.

Enfim, recordamos que nesta seção de nossa pesquisa tínhamos o objetivo de olhar e analisar criticamente os dados da realidade hodierna, com os enfoques definidos previamente. Temos consciência dos limites e dificuldades desta empresa, dada à complexidade da realidade em questão. Investigar os dados de modo pormenorizado seria algo fora do nosso alcance, isto por causa da enorme quantidade destes e da velocidade com que tudo se modifica, como vimos no decorrer do percurso. O resultado que obtivemos será utilizado como base de reflexão para o terceiro capítulo, onde trataremos das principais perspectivas teológico-pastorais hodiernas para a Igreja, referente à sua orientação na vivência do matrimônio cristão e, inevitavelmente, a vida familiar.

¹⁰⁴ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 19, p. 25.

¹⁰⁵ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 20, pp. 25-26. E também: SÍNODO DOS BISPOS – XIII Assembleia Geral Ordinária: *A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã* – Lineamenta. p. 38.

¹⁰⁶ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nº 24, p. 27.

2. FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA DO MATRIMÔNIO CRISTÃO

Recordamos que a hipótese deste trabalho é verificar quais seriam as principais prospectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea.

Para concretizarmos parte daquilo que acabamos de expor, propomos como objetivo específico para este capítulo: apresentar as notas fundamentais do matrimônio cristão, baseando-nos na sua fundamentação bíblica e teológica. Tomaremos por base a estrutura da celebração litúrgica do matrimônio cristão, a fim de mostrarmos que nela estão implícitas as notas fundamentais que devem nortear a vida dos que o contraem. Ilustraremos a nossa tese perscrutando quatro textos da Palavra de Deus (dois do Antigo Testamento e dois do Novo Testamento), conformando-nos assim à Liturgia da Palavra do rito matrimonial e refletindo sobre os elementos extraídos oportunamente do rito sacramental do matrimônio, constituindo assim a nossa fundamentação teológica. O conteúdo exposto aqui será fundamental na orientação da Igreja para os seus destinatários. As prospectivas teológico-pastorais surgem exatamente no encontro dos princípios da fé referente ao matrimônio cristão com a existência concreta das pessoas.

2.1 – Os desígnios de Deus sobre o Matrimônio: fundamentação bíblica

A Palavra de Deus é a fonte perene e inesgotável da qual devemos beber continuamente. Ela é lâmpada para os meus pés, e luz para os meus caminhos (cf. Sl 119, 105) assim canta o salmista. Se Deus é Luz (cf. 1Jo 5,6), a Palavra comunicada por Ele, que redonda com a comunicação do seu próprio ser – pois, aprouve a Deus, em sua bondade e sabedoria revelar-Se a Si mesmo e tornar conhecido o mistério de Sua vontade (cf. Ef 1,9)¹⁰⁷ – deve ser a Luz verdadeira que veio iluminar a todos os que se encontravam nas trevas do pecado e da morte. É deste tesouro que vamos extrair os elementos fundamentais para o Matrimônio cristão, mostrando os desígnios de Deus sobre ele, o seu valor sagrado e a sua fertilidade para a vida familiar. Para tanto, percorreremos textos pontuais do Antigo e do Novo Testamentos, como segue.

¹⁰⁷ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum* (DV). Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, nº 2, p. 122.

2.1.1 – O Matrimônio cristão no Antigo Testamento

Falar validamente de Matrimônio cristão no âmbito do Antigo Testamento somente é possível à luz da compreensão da necessária relação deste com o Novo Testamento, isto é, aquilo que Deus prometera aos nossos antepassados realizou-se plenamente na pessoa de Jesus Cristo, verdadeiramente Deus e verdadeiramente Homem. A propósito, assim se afirmou no Concílio Vaticano II:

As coisas divinamente reveladas, que se encerram por escrito e se manifestam na Sagrada Escritura, foram consignadas sob inspiração do Espírito Santo. Para a Santa Mãe Igreja, segundo a fé apostólica, tem como sagrados e canônicos os livros completos tanto do Antigo como do Novo Testamento, com todas as suas partes, porque, escritos sob a inspiração do Espírito Santo (cf. Jo 20,31; 2Tm 3,16; 2Pd 1,19-21; 3,15-16), eles têm Deus como autor e nesta sua qualidade foram confiados à mesma Igreja¹⁰⁸.

Desta forma, nos sentimos à vontade para discorrer sobre o tema proposto partindo do Antigo Testamento, remontando, assim, ao desígnio primordial de Deus quanto ao Matrimônio (cf. Mt 19,8), até alcançarmos a sacramentalidade do mesmo no ensinamento de Jesus, expandido depois pelos Apóstolos.

Criação e Matrimônio (Gn 1,26-28.31a; 2,4b-7.18-24)

Os dois textos supracitados atestam a Criação do homem e da mulher realizada por Deus, e se encontram no livro do Gênesis, que por sua vez, encontra-se no conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia denominado Pentateuco.

Pesquisas sob o prisma da linguística, bem como critérios teológicos, tornaram claro que o Pentateuco não é uma obra composta de um só fôlego (exarada por escrito por parte de um só escritor ou equipe de escritores e num curto período de tempo), revelando que ele é como um tapete literário entretecido de diversas fontes de um mesmo matiz. Estas fontes eram originalmente obras escritas, concluídas e independentes umas das outras, que, todavia, não mais existem em sua versão original e que só podem ser deduzidas e seccionadas a partir do atual Pentateuco. As fontes mais importantes que foram reelaboradas e inseridas no Pentateuco são: E = Fonte escrita elohísta; J = Fonte escrita Javista; P = Fonte escrita Sacerdotal; Dt = Deuterônômio original¹⁰⁹.

Assim, enquanto Gn 1,26-28.31a pertence à Tradição Sacerdotal¹¹⁰ - indicada pela letra “P”, letra do vocábulo alemão *Priesterkodex*, que quer dizer “código sacerdotal”,

¹⁰⁸ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum* (DV). Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, nº 11, pp. 128-129.

¹⁰⁹ LAPPLE, Alfred. *Bíblia: interpretação atualizada e catequese*. (1 vol.) 2.ed. 1982. São Paulo: Paulinas, 1978, p. 40.

¹¹⁰ Cf. BRIEND J. *Uma leitura do Pentateuco*. 5.ed. 1980. São Paulo: Paulus, 1976, p. 71.

radicada na Babilônia, antes do fim do exílio (538)¹¹¹ – Gn 2,18-24 pertence à Tradição Javista¹¹², indicada pela letra “J”, radicada em Israel no século X¹¹³.

Por que optamos em citar os dois textos? Escritos em tempos diversos, em contextos históricos heterodoxos, os dois textos trazem elementos distintos que se entrelaçam e formam uma rica tradição em torno do tema em questão. A síntese deles constitui a singeleza e a formosura das muitas pétalas da mesma flor.

Refletiremos a partir da ordem cronológica da construção dos textos. Assim, aquele que aparece num segundo momento na Sagrada Escritura virá primeiro em nossa redação, enquanto aquele que aparece em primeiro lá virá em segundo aqui. Esta inversão de ordem está em vista de um melhor aproveitamento da experiência de fé histórica do povo de Israel com Deus. A lembrança do Deus libertador do Êxodo certamente inspirou a Tradição Javista a evocar a fé dos israelitas no Deus Criador, ao mesmo tempo em que a mesma lembrança deve ter animado todo o povo a esperar na libertação da Babilônia e à Tradição Sacerdotal a reevocar a criação do homem da parte de Deus influenciada por elementos próprios do seu tempo.

Passemos a analisar Gn 2,4b-7.18-24. Segue o texto.

No tempo em que Jahweh Deus fez a terra e o céu, não havia ainda nenhum arbusto dos campos sobre a terra e nenhuma erva dos campos tinha ainda crescido, porque Jahweh Deus não tinha feito chover sobre a terra e não havia homem para cultivar o solo. Entretanto, um manancial subia da terra e regava toda a superfície do solo. Então Jahweh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente.

Jahweh Deus disse: “Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda”. Jahweh Deus modelou então, do solo, todas as feras selvagens e todas as aves do céu e as conduziu ao homem para ver como ele as chamaria: cada qual devia levar o nome que o homem lhe desse. O homem deu nomes a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras selvagens, mas, para o homem, não encontrou a auxiliar que lhe correspondesse. Então Jahweh Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, Jahweh Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem.

Então o homem exclamou:

“Esta, sim, é osso dos meus ossos
e carne da minha carne!

Ela será chamada ‘mulher’,
porque foi tirada do homem!”

Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne.

¹¹¹ Cf. BRIEND J. *Uma leitura do Pentateuco*, p. 69.

¹¹² Cf. BRIEND J. *Uma leitura do Pentateuco*, p. 18.

¹¹³ Cf. BRIEND J. *Uma leitura do Pentateuco*, p. 11.

Movido unicamente por amor, Jahweh Deus quis manifestar-nos sua infinita bondade criando-nos da argila do solo. Autor de toda a vida é Ele quem deu vida à nossa vida (cf. Sl 65,5) e a sustenta segundo o seu misterioso desígnio. Quis Ele também que o homem encontrasse na mulher alguém que lhe correspondesse e vice-versa. É seu desejo primordial, e antes de tudo natural, que homem e mulher se unissem, experimentando a força de atração do amor um pelo outro e perpetuassem a sua espécie na criação, colaborando, assim, com o Criador. É neste contexto que se insere o Matrimônio como vínculo natural entre homem e mulher. Tal aliança chegaria ao ápice com a instituição sacramental realizada por Jesus Cristo.

Gn 2,4b-6 descreve a situação da terra, quando o homem é formado. Não existe arbusto nem ervas no campo. Falta chuva sobre a terra e o homem para cultivá-la. Estes elementos lembram a Mesopotâmia. Os versículos 5-6 lembram uma espécie de “caos” seco, em oposição ao “caos” aquático de Gn 1,2.¹¹⁴ Em ambos os casos aparece à intervenção divina transformando tal realidade em cosmos. Segundo o Novo Comentário Bíblico São Jerônimo Jahweh Deus prepara um ambiente para a comunidade humana, o foco está nas pessoas¹¹⁵. O jogo de palavras entre *adam* (homem) e *adamah* (solo/campo) indica que o homem e o campo são feitos um para o outro. Além disso, a chuva é concebida como dom de Deus¹¹⁶.

Em Gn 2,7 Deus é representado como ceramista. O verbo hebraico “*yâsar*” significa modelar, amoldar, formar. À semelhança de um ceramista, Deus forma o homem da terra úmida, denotando atividade criadora, habilidade de artífice, gosto no trabalho. Encontramos aqui um forte antropomorfismo¹¹⁷. Numa leitura literal deste texto, alguém poderia inferir que o homem surge necessariamente do barro, opondo-se a qualquer outra explicação. Ora, sabemos que nascemos de nossos pais e uma geração sucedeu à outra, possibilitando-nos a nos encontrar aqui e agora. Logo, parece mais oportuno interpretarmos Gn 2,7 como o caráter falível do homem, sua contingência (ligada à argila) e da sua inevitável dependência daquele que o modelou, tanto dos seus elementos externos (corpo ou carne) como do interno (vida). Além disso, este versículo corresponderia a Gn 1,26s, isto é, o homem criado como imagem de Deus¹¹⁸. Segundo o Novo Comentário Bíblico São Jerônimo o homem é feito da terra, o

¹¹⁴ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*. São Paulo: Loyola, nnº 113-116, 2005, p. 77.

¹¹⁵ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*. Santo André – SP: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2007, p. 66.

¹¹⁶ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 57.

¹¹⁷ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 78.

¹¹⁸ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 78. Quanto ao caráter falível do homem conferir também: ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 58.

que leva alguns estudiosos a propor a tradução “criatura terrestre” no lugar de “homem”, a fim de enfatizar que sua origem é proveniente da terra, e que a diferenciação sexual não aparece até a criação da mulher no v. 22¹¹⁹.

Deus é o autor da vida. Ele age insuflando o hálito de vida nas narinas do homem. Consequência desta ação é que o homem torna-se um ser vivente. A forma passiva do verbo (se tornou) denota a primazia da ação criadora de Deus e o ato receptivo do homem. Ele veio a ser vivente graças à ação divina. Assim, a vida não é propriedade exclusiva do homem, mas dom proveniente de Deus. O respirar é sinal e causa de vida. Se Deus retira do homem o respiro, ele morre (cf. Is 2,22; Jó 34,14-15; Sl 104,29-30)¹²⁰. Tal princípio pode muito cooperar no diálogo contemporâneo referente à ética em torno ao direito de viver.

Passemos a Gn 2,18-24.

Após criar o homem da argila do solo (cf. Gn 2,4b-7) Jahweh Deus reconhece que não é bom que este esteja só. Se antes vimos que, como um ceramista, Deus modelara o homem, agora como um psicólogo ele manifesta conhecer aquele que criara – *não é bom que o homem esteja só* (Gn 2,18a). Deus sabe que o homem é um ser social, que sofre com o isolamento e a solidão. O homem foi feito para a companhia, o diálogo, a colaboração, o amor, a geração de outros homens¹²¹. Tais notas são inerentes ao ser do homem desde a sua criação. A observação de Deus de que viver sozinho não era bom para a criatura humana, leva-o a criar uma auxiliadora à altura do homem¹²². Assim, solenemente ele delibera a sua ação em vista de tirar o homem desta situação existencial – *vou fazer uma auxiliar que o corresponda* (Gn 2,18b) Tal auxiliar não apenas ajudará o homem nos seus afazeres e em consolar as suas mágoas, mas será também sua mulher e mãe de seus filhos¹²³. O homem possui a necessidade de relação interpessoal. Ele não está chamado a viver solitariamente, mas, em diálogo de amor com alguém que seja condigna dele¹²⁴.

Em busca de sanar a solidão humana, Jahweh Deus modelou do solo (daquele mesmo solo – *âdâmâh* - que modelara o homem (cf. Gn 2,7)) as feras selvagens e as aves do céu e as conduziu para que o homem lhes desse um nome (cf. Gn 2,19). Nomear supõe conhecer a natureza e o destino de cada animal e expressá-los é ter autoridade sobre aquilo que é

¹¹⁹ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 66.

¹²⁰ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 58.

¹²¹ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 64.

¹²² Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 67.

¹²³ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 84.

¹²⁴ Cf. VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*. 2.ed. 2007. Aparecida: Santuário, 2006, p. 15.

nomeado. Assim, o homem, nomeando os animais passou a ter autoridade sobre eles¹²⁵. O nome expressa o que cada ser é, e o fim ou tarefa que pode executar. Mesmo homem e animais sendo provenientes do mesmo solo, eles não se encontram no mesmo nível de dignidade, tanto que o homem não acha entre todos os animais algum que lhe esteja à altura para transformar a sua existência¹²⁶. Os animais podem fazer companhia ao homem, mas não podem entrar em comunhão com ele¹²⁷. Nenhum animal trazia no rosto a mesma imagem de Deus que ele, com nenhum podia falar, a nenhum podia sorrir amorosamente e esperar dele a resposta de outro sorriso¹²⁸. Ainda sobre isso encontramos:

O homem não pode encontrar resposta adequada à sua necessidade de relação com as coisas criadas, e nem sequer na relação com os outros seres criados, como os animais, os quais também possuem o sopro vital. O homem precisa de um “alguém” à sua altura: a mulher¹²⁹.

Teria Deus se frustrado com a criação dos animais pelo fato do homem não ter encontrado neles uma auxiliar condigna dele, capaz de estabelecer uma relação de comunhão? De forma alguma. Pode ser visto como um belo artifício literário utilizado pelo hagiógrafo, uma espécie de retardo que põe na devida luz a dignidade da mulher e cria certa suspensão¹³⁰.

Diante da persistência da solidão humana, quando lhe foram apresentados os animais, Jahweh Deus, como um “anestesista”, submete o homem a um sono profundo, e como um “cirurgião”, tomou uma das costelas do homem e fechou seu lugar com carne (cf. Gn 2,21). Como um “construtor” ou um “cirurgião plástico”, Deus formou a mulher. Enquanto o homem e os animais foram criados do solo (cf. Gn 2, 7.19), a mulher é criada da costela do homem. A natureza de sua matéria não é estranha a ele. Poderíamos dizer que lhe é conatural, talvez próxima do seu coração. Em breve, a mulher será reconhecida pelo homem como “osso dos seus ossos e carne de sua carne” (Gn 2,23). Ela é como outro eu do homem, um prolongamento dele mesmo¹³¹. Tal relato da formação misteriosa da mulher indica a necessidade da integração dos seres para encontrar a complementaridade e totalidade do ser,

¹²⁵ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 67. E também: Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 64.

¹²⁶ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 85.

¹²⁷ Cf. VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*, p. 15. Conferir também: BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 67.

¹²⁸ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 64.

¹²⁹ Cf. CASARIN, Giuseppe. *Leccionário Comentado – Tempo Comum. Semanas XVII-XXXIV*. 2v. São Paulo: Paulus, 2010, p. 488.

¹³⁰ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 86.

¹³¹ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 86.

como em Gn 2,23¹³². Nisto está contido também a atração sexual entre homem e mulher¹³³. Submetendo o homem ao sono e criando a mulher de forma misteriosa, Deus busca a surpresa do homem¹³⁴. Além disso, ensina-se ainda, a dignidade da mulher e sua igualdade relativa ao homem (cf. 1Cor 11,12), a unidade do gênero humano, o dever do amor recíproco dos cônjuges (cf. 5, 28s) e a subordinação da mulher (cf. 1Cor 11,8s; Ef 5,23; 1Tm 2,12s)¹³⁵. São João Crisóstomo interpreta a formação da mulher, a partir da costela tirada do lado aberto de Adão, enquanto foi tomado de um sono profundo, como figura da Igreja nascida do lado aberto de Jesus, representado pelo sangue e água (cf. Jo 19,34), enquanto ele estava adormecido no sono da morte¹³⁶. Assim, como o esposo (Cristo) amou a sua esposa (Igreja) cada esposo deve amar a sua esposa.

“Esta, sim, é osso de meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem” (Gn 2,23). Após ter se desiludido com os animais, o homem expressa sua imensa alegria diante da mulher. Ela lhe é consanguínea, não lhe é estranha. É originada da mesma matéria (costela). Assim, sublinha-se a dignidade da mulher e sua igualdade com o homem, sendo ela criatura de Deus e não escrava e instrumento de prazer do homem¹³⁷. O homem reconhece o presente da mulher¹³⁸. A alegria do homem diante da mulher expressa a força do amor que os une. É a base natural onde se erguerá a aliança matrimonial. É a manifestação do desígnio primordial do Criador quanto ao homem e à mulher. Homem e mulher são consanguíneos. A mulher não é um animal inferior. Ambos têm a mesma origem, dignidade e destino e são feitos um para o outro¹³⁹. Já o nome mulher é fruto de um jogo de palavras, possível somente na língua hebraica e não no português (*ish* = homem; *isha* = mulher)¹⁴⁰. A identidade de raiz (*ish*) significa a identidade de natureza; a diferente desinência (*a*) responde à diversidade de sexos¹⁴¹. Comentando Gn 2,18-25 o Beato João Paulo II afirmou:

¹³² Cf. VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*, p. 15.

¹³³ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 67.

¹³⁴ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 64.

¹³⁵ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 86.

¹³⁶ Cf. LITURGIA DAS HORAS. In: BECKAUSER, Frei Alberto (Coord). *Liturgia das Horas: segundo o Rito Romano*, 2v, Tempo da Quaresma, Tríduo Pascal e Tempo da Páscoa. São Paulo: Paulinas, Paulus, Ave-Maria. Petrópolis: Vozes., 1995, pp. 415-417.

¹³⁷ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 87.

¹³⁸ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 67.

¹³⁹ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 65.

¹⁴⁰ Cf. BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*, nota de rodapé b, p. 37. Conferir também: JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*. Carta Encíclica. 6.ed. 2005. São Paulo: Paulinas, 1990, nº 6, p. 23.

¹⁴¹ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 65.

O texto bíblico fornece bases suficientes para reconhecer a igualdade essencial do homem e da mulher do ponto de vista da humanidade. Ambos, desde o início, são pessoas, à diferença dos outros seres vivos do mundo que os circunda. *A mulher é um outro “eu” na comum humanidade.* Desde o início aparecem como “unidade dos dois”, e isto significa a superação da solidão originária, na qual o homem não encontra um “auxiliar que lhe seja semelhante” (Gn 2,20)¹⁴².

“Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe e se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne” (Gn 2,24). Este versículo mostra a força natural irresistível existente entre o homem e a mulher. A afinidade os atrai de tal modo que nem mesmo os laços afetivos já constituídos entre os familiares são capazes de detê-los. Originada da costela do homem, a mulher carrega algo que o atrai. E o homem não descansa enquanto não se encontra com ela.

Vencendo o sofrimento de deixar a casa dos pais, o homem unindo-se a sua mulher, expressa, com este fato, a força quase irresistível dos sexos. O verbo hebraico “dâbâq”, que significa aderir, colar-se, apegar-se, indica, quando se refere a pessoas, apegar-se a alguma coisa ou a alguém, ficar fiel (cf. Rt 2,8.21.23), apegar-se firmemente, ficar fiel (cf. Rt 1,14). Unindo-se, homem e mulher se tornam uma só carne. Este tornar-se uma só carne pode ser pensado à luz da união sexual (cf. 1Cor 6,16). Num sentido mais moral, homem e mulher tornar-se-ão uma pessoa ou coisa, como “um coração e uma alma” (cf. Eclo 25,5s)¹⁴³. A força de atração amorosa que une homem e mulher vem do fato que eles são uma só carne em sua origem, de que Deus os fez um para o outro¹⁴⁴. O diálogo de amor busca a união e se realiza na unidade. Deste modo, o matrimônio monogâmico aparece como situação ideal ao amor conjugal¹⁴⁵. A partir de Gn 2,24 Deus faz o casamento parte da criação¹⁴⁶. A propósito do que dissemos neste parágrafo, o Beato João Paulo II afirmara num comentário sobre Ef 5,25-32, fazendo referência a Gn 2,18-24:

Nesta Carta o autor exprime a verdade sobre a Igreja como esposa de Cristo, indicando igualmente como esta verdade *se radica na realidade bíblica da criação do homem como varão e mulher*. Criados à imagem e semelhança de Deus como “unidade dos dois”, ambos foram chamados a um amor de caráter esponsal. Pode-se dizer também que, seguindo a descrição da criação do Livro do Gênesis (2,18-25), este chamamento fundamental se manifesta juntamente com a criação da mulher e é inscrito pelo Criador na instituição do matrimônio, que, segundo Gênesis 2,24, desde o início possui o caráter de união das pessoas (“*communio personarum*”). Embora não diretamente, a mesma descrição do “princípio” (cf. Gn 1,27 e 2,24) indica que todo o

¹⁴² JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*, n° 6, pp. 23-24.

¹⁴³ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 88.

¹⁴⁴ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 65.

¹⁴⁵ Cf. VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*, p. 15.

¹⁴⁶ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 67.

“ethos” das relações recíprocas entre o homem e a mulher deve corresponder à verdade pessoal do seu ser¹⁴⁷.

Gn 2,24 ganhou grande relevância, também no Cristianismo, de modo que Jesus o coloca na boca de Deus (cf. Mc 10,7; Mt 19,6) remontando ao desígnio primordial de Deus relativo ao Matrimônio, revogando assim a permissão concedida por Moisés, devida a dureza do coração humano (Mc 10,5-6). Também o Concílio de Trento, s.24, apoia-se em Gn 2,23,24 para mostrar que a indissolubilidade do Matrimônio foi proclamada pelo protoparente do gênero humano; depois aduz as palavras de Jesus que ensinam a monogamia e a indissolubilidade do Matrimônio (D 969)¹⁴⁸.

Passemos agora a Gn 1,26-28.31.

Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra’.

Deus criou o homem à sua imagem,
à imagem de Deus ele o criou,
homem e mulher os criou.

Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominaí sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra’.

Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom. Houve uma tarde e uma manhã: sexto dia.

Este texto é pertencente à Tradição Sacerdotal, como já dissemos no início desta seção. Em seu contexto próprio, o autor nos relata a criação do homem e da mulher realizada por Deus. Não obstante a diversidade de elementos da narrativa Javista, a origem humana é comum, isto é, procedemos da ação livre e amorosa do mesmo Deus Criador.

O versículo 26 do capítulo 1 começa com o dizer de Deus: *e Deus disse*. Esta expressão aparece por 9 vezes durante este capítulo. Parece um refrão que antecede o ato criativo de Deus. Aliás, a força da palavra que sai da boca divina tem poder de fazer passar as coisas da não existência para a existência. No Cristianismo, a Palavra Criadora de Deus é personificada em Jesus Cristo: “No início era o Verbo, e o Verbo estava voltado para Deus, e o Verbo era Deus; E Verbo se fez carne e habitou entre nós e nós vimos a sua glória; glória esta que, o Filho único cheio de graça e de verdade, tem da parte do Pai” (Jo 1,1.14). A criação é obra da Santíssima Trindade¹⁴⁹.

No mesmo versículo ainda encontramos: “*Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança*”...

¹⁴⁷ JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*, nº 23, p. 86.

¹⁴⁸ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 88.

¹⁴⁹ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 9.ed. 2004. São Paulo: Loyola, 1999, nnº 290-292, p. 86.

Qual seria o sentido da forma plural do verbo (façamos)?

Padres da Igreja como João Crisóstomo e Ambrósio viram na forma plural deste verbo a indicação do mistério trinitário¹⁵⁰. Em contrapartida, Padres como Hilário e Basílio afirmaram que o dogma da Santíssima Trindade é próprio do Cristianismo. Desta mesma opinião partilha Santo Tomás de Aquino¹⁵¹. Tais pareceres não nos impedem de afirmar que Deus foi preparando aos poucos o terreno para a revelação trinitária, como nos atesta a Dei Verbum:

Criando pelo Verbo o universo (cf. Jo 1,3) e conservando-o, Deus proporciona aos homens, nas coisas criadas, um permanente testemunho de Si (cf. Rm 1,19-20) e, além disso, no intuito de abrir o caminho para uma salvação superior, manifestou-Se a Si mesmo desde os primórdios a nossos pais... E assim preparou aos longos dos séculos, o caminho para o Evangelho¹⁵².

Outra interpretação sobre a forma plural do verbo - *façamos* - consiste na deliberação de Deus com a Cúria Celeste. Desta, partilham de Vaux, Renschens, Gross e Von Rad¹⁵³. Mas a dificuldade desta possibilidade fundar-se no fato de em nenhum momento a narração fazer alusão à Cúria Celeste.

Por fim, uma última interpretação deste texto em questão seria a deliberação de Deus consigo mesmo. Embora o verbo esteja no plural – *façamos* – refere-se só a Deus (cf. 1,27); logo é um plural de majestade ou intensidade¹⁵⁴.

Façamos o homem... No texto hebraico aparece “âdâm” (homem) sem artigo. Não é nome próprio, mas nome comum ou coletivo – “homem, homens” – como de resto indica claramente no mesmo versículo o verbo que segue, “que *dominem* sobre os peixes...”¹⁵⁵. Esta interpretação implica a criação da totalidade da humanidade, isto é, homem e mulher¹⁵⁶. O gênero humano tem uma origem comum, logo, forma uma unidade¹⁵⁷.

“A nossa imagem, como nossa semelhança”... A compreensão dos termos imagem e semelhança tende a mostrar a semelhança como atenuante da imagem. Isto significa que o

¹⁵⁰ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 56. E ainda: Cf. BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*, nota de rodapé d, p. 34. Conferir também: ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 39.

¹⁵¹ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 56.

¹⁵² CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum* (DV): Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, nº3, pp. 122-123.

¹⁵³ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 57. Conferir ainda: BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*, nota de rodapé d, p. 34. E ainda: Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 39.

¹⁵⁴ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 57. Tal interpretação não é compartilhada pelos comentadores da Bíblia de Jerusalém. Conferir também: BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*, nota de rodapé d, p. 34. E ainda: Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 64.

¹⁵⁵ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 57. Conferir ainda: BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*, nota de rodapé e, p. 34.

¹⁵⁶ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 39.

¹⁵⁷ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, nº 360, p. 104.

homem não é imagem perfeita de Deus, mas ao mesmo tempo, ele traz impresso em si os traços do seu Criador. É um antropomorfismo muito forte, porque supõe necessariamente tal forma ou aparência humana em Deus¹⁵⁸. Este é um modo humano de falar de Deus e não um modo divino de ser. Tal forma se manifestaria na Encarnação do Filho de Deus. Portanto, o homem é de fato imagem de Deus, é o único da criação terrestre que exprime em si mesmo os traços do seu Criador, se bem não seja imagem perfeita, mas só aproximada ou parecida, isto é, semelhante. Mas tal fato não minimiza a sua dignidade. De todas as criaturas visíveis, só o homem é “capaz de conhecer e amar o seu Criador”¹⁵⁹. O homem é o ápice da manifestação divina, não como um ser estático, mas como ser que age, o qual governará todas as coisas previamente criadas¹⁶⁰. Estas notas características do ser humano o fazem distinto de todas as demais criaturas terrestres e senhor delas, com uma dignidade pouco abaixo dos anjos (cf. Sl 8,5-7). A este propósito o Catecismo da Igreja Católica afirma:

Por ser imagem de Deus, o indivíduo humano tem a dignidade de *pessoa*: ele não é apenas alguma coisa, mas alguém. É capaz de conhecer-se, de possuir-se e de doar-se livremente e entrar em comunhão com outras pessoas, e é chamado, por graça, a uma aliança com seu Criador, a oferecer-lhe uma resposta de fé e de amor que ninguém mais pode dar em seu lugar¹⁶¹.

Este é um dos pontos centrais de interesse para a finalidade da nossa investigação. Criando o homem nestas condições, Deus possibilitou-nos realizar o seu desígnio de amor para o Matrimônio e a Família. É conatural ao ser humano ser dotado de espiritualidade, de conhecer-se, amar, estabelecer laços de comunhão com o seu Criador e com os outros, organizar-se e viver em sociedade. Em tudo isso reside a sua dignidade que não é apreendida, mas, inata a cada um de nós. Nós somos humanos e não simplesmente temos uma humanidade. Nosso ser humano é de caráter indelével. E toda essa dignidade espiritual do homem se reflete em seu rosto, espelho da alma, em seus gestos, em suas palavras, pois ele não é um puro espírito¹⁶². É possível ainda dizer que a sexualidade enquanto tal é um aspecto

¹⁵⁸ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 58. Conferir ainda: BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*, nota de rodapé f, p. 34. “Deus não é de modo algum à imagem do homem. Não é nem homem nem mulher. Deus é puro espírito, não havendo nele lugar para a diferença de sexos. Mas as ‘perfeições’ do homem e da mulher refletem algo da infinita perfeição de Deus: as de uma mãe, as de um pai e esposo”. Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 9.ed. São Paulo: Loyola, 1999, n° 370

¹⁵⁹ CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes* (GS): Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, n°12, p. 154.

¹⁶⁰ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 64.

¹⁶¹ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n° 357, p. 103.

¹⁶² Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 40.

integrante da semelhança que o homem tem com Deus¹⁶³. E ainda, a diferenciação sexual é o caminho dos humanos para a continuação da existência¹⁶⁴.

...“*E que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra*”. Desta maneira Gn 1,26 conclui. Acabamos de mencionar como Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e a riqueza de significado desta sua condição. Ora, parece que o domínio do homem sobre as criaturas (que repetirá em Gn 1,28) decorre muito mais da sua espiritualidade inteligente do que de suas forças corporais¹⁶⁵. Enquanto animal dotado de força física ele se compara aos demais animais. Mas enquanto pessoa, o ser humano possui a capacidade de subjugar a terra, o que a sua transformação atesta, para a sua própria realização. Mas este senhorio não pode ser executado de modo arbitrário e irresponsável, não pode estar a serviço de interesses egoístas e desumanos, ao ponto de colocar em risco o equilíbrio e a beleza da Criação divina. Se bem o mundo é feito para o homem e a mulher, eles deveriam respeitar o meio ambiente¹⁶⁶. A partir da Modernidade, com o surgimento da ciência natural e da técnica, assistimos a uma feroz e continua destruição do ecossistema, colocando em risco a existência de todos no universo, inclusive a nossa. Atualmente, não faltam esforços em vista do crescimento de uma consciência ecológica, capaz de frear o ritmo desta catástrofe e reconstruir a natureza devastada. Oxalá tal iniciativa seja bem-sucedida, mesmo que encontre resistência de muitos macroempreendedores e de vários interesses escusos do poder público.

“*Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher os criou*” (Gn 1,27).

No versículo anterior, após Deus ter solenemente deliberado consigo mesmo a criação do homem “*façamos o homem...*” agora deparamo-nos com a execução do seu plano. Por uma decisão livre e amorosa, Deus leva a termo o que desejara desde sempre. Como já fizera com as demais criaturas, e agora de modo mais sublime ainda, como veremos, desdobra-se de modo maravilhoso o que eternamente esteve presente no coração divino, um ser a sua imagem e semelhança. Três verdades decorrem-se deste acontecimento¹⁶⁷:

¹⁶³ Cf. VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*, p. 15.

¹⁶⁴ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 65.

¹⁶⁵ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 60. Para a tese contida na letra c conferir também: VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*, p. 15. E ainda: CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n° 369, p. 106.

¹⁶⁶ Cf. BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*, p. 65.

¹⁶⁷ Para estas três verdades conferir: TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, p. 60.

- a) O homem é criado por Deus. Aquele mesmo que quis eternamente e, no tempo previsto, executou o seu plano, criou antes todos os seres terrestres e no sexto dia o próprio homem, rei do universo. O autor de toda a Criação é Um e o mesmo Deus. O verbo criar (*bârâ* em hebraico) repete-se por três vezes em Gn 1,27. O mesmo verbo aparece uma vez em Gn 1,1 referindo-se ao universo, uma vez em Gn 1,21 referindo-se aos animais e duas vezes em Gn 2,3b.4a ao final da narrativa sacerdotal da criação. Portanto, é possível interpretar a partir desta tríplice repetição o grau de importância superior do homem em relação à toda criação. Ele recebe atenções particulares de Deus, é um ente *sui generis*. Não obstante isso, o homem é sempre criatura com as demais criaturas, mesmo que goze de prerrogativas essencialmente suas.
- b) O homem é criado à imagem Deus. Esta afirmação aparece por duas vezes no versículo investigado. Tal realidade difere-se da condição dos animais. Estes foram criados segundo as suas espécies. Portanto, embora sendo criatura como as demais, o homem traz impresso no seu ser algo que lhe é próprio exclusivamente e lhe permite estabelecer uma relação de comunhão com o seu Criador e com seus semelhantes.
- c) Homem e mulher os criou. Ambos são criados pelo mesmo Deus, gozam da mesma condição, isto é, de serem imagens de Deus. Portanto, possuem o mesmo valor, uma dignidade inamissível que lhes vem diretamente do seu Criador, pertencem à mesma categoria, têm os mesmos deveres e obrigações, e isso no Antigo Oriente. O autor sacerdotal insiste na igualdade dos cônjuges, decorrente do fato de provirem da mesma fonte¹⁶⁸.

Comentando Gn 1,27, o Beato João Paulo II afirmou que:

Devemos nos colocar no contexto do “princípio” bíblico, no qual a verdade revelada sobre o homem como “imagem e semelhança de Deus” constitui a base imutável de toda a *antropologia cristã*. “Deus criou o homem à sua imagem,; à imagem de Deus o criou, homem e mulher os criou” (Gn 1,27). Esta passagem concisa contém as verdades antropológicas fundamentais: o homem é o ápice de toda a ordem criada do mundo visível; o gênero humano, que se inicia com a chamada existência do homem e da mulher, coroa toda a obra da criação; os dois são seres humanos, em grau igual o homem e a mulher, ambos criados à imagem de Deus¹⁶⁹.

“Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra’” (Gn 1, 28).

¹⁶⁸ Para a letra c conferir também: Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 42.

¹⁶⁹ JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*, nº 6, p. 21.

Como havia ocorrido em Gn 1,22, onde Deus abençoara os animais, agora Ele abençoa o homem e a mulher, com uma diferença: ali ele: abençoou e disse... Aqui: abençoou e lhes disse... Deus se dirige pessoalmente ao homem e à mulher. Isto só é possível porque ele os criou à sua imagem e semelhança, podendo dirigir-se a eles com a sua própria palavra¹⁷⁰. Encontramos, neste versículo, três elementos fundamentais intrínsecos ao ser humano, por desígnio do Criador. Tais são: a benção e o almejo de fecundidade e o domínio da terra. A fecundidade deriva da benção. A prole numerosa sempre foi vista como benção de Deus, em oposição à esterilidade que era vista como maldição e causa de humilhação pública. Por várias vezes, Deus vendo o sofrimento humano daqueles que ele amava, interviu na história usando de misericórdia com eles, tirando-os desta desonra, como por exemplo, na concepção de Isaac (cf. Gn 18,1-16) na de Sansão (cf. Jz 13,1-7) na de Samuel (cf. 1Sm 1,19-28) e na de João Batista (cf. Lc 1,5-23). Já a Abraão, devido a sua fé, não negando a Deus levar ao sacrifício o seu único filho Isaac, Deus prometeu dar-lhe uma descendência tão numerosa como as estrelas do céu e a areia da praia, além de poupar Isaac da morte (cf. Gn 22,1-18). De qualquer forma, este texto ilustra o desejo de Deus, perpetuado na Criação do homem e da mulher, de encherem a terra (cf. Gn 1,28) e aqui, com o auxílio da benção divina. Em suma, a fecundidade deriva da benção de Deus e não da semelhança do homem com o seu Criador¹⁷¹. Temos aqui uma das passagens clássicas do Antigo Testamento sobre a finalidade do Matrimônio: a prole numerosa era a grande preocupação dos casais israelitas¹⁷². Na narrativa da criação do homem e da mulher por Deus, a fecundidade é um dos aspectos que mais chama a atenção do redator sacerdotal¹⁷³. Já quanto ao dever do homem de submeter à terra, vale o que dissemos em Gn 1,26 sobre este tema. O homem não tem o direito de realizar este imperativo ao seu bel prazer. Ele deve fazê-lo em plena conformidade com o Criador, expressando a sua bondade e generosidade.

“Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom. Houve uma tarde e uma manhã: sexto dia”. (Gn 1,31).

No sexto dia da semana da criação, vemos que Deus aprova tudo o que fizera e conclui toda a obra criadora. Cabe-nos ressaltar, nesta ocasião, a bondade presente em tudo aquilo que Deus fez. Salta aos olhos a expressão “muito bom” utilizada pelo autor sacerdotal somente neste versículo, enquanto em Gn 1,4.10.12.18.21.25 aparece somente “bom”. Deus, que é a própria bondade, cria livre e amorosamente uma realidade essencialmente boa, de modo que o

¹⁷⁰ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 42.

¹⁷¹ Cf. ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*, p. 42.

¹⁷² Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). *Introdução ao Pentateuco. Revista de Cultura Bíblica*, pp. 60-61.

¹⁷³ VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*, p. 15.

mal não poderia jamais proceder dele nem coexistir com ele na eternidade. Não obstante isso, todos admitimos a presença de males no meio do mundo. Mas vemos que o autor sacerdotal deixa transparecer no texto grande otimismo, oriundo de sua fé em Deus¹⁷⁴.

Enfim, neste primeiro momento, procuramos ilustrar com os dois textos citados as raízes do Matrimônio cristão no Antigo Testamento. E dizemos ilustrar devido a grande quantidade de outros elementos que poderíamos extrair de outros textos. Mas, naquilo que nos propomos, cremos termos alcançado o esperado. Lançamos os pilares desta Instituição, que consideramos tão antiga como o homem e a mulher. Aliás, o matrimônio é fruto da criação divina. E Deus o quis, desde o princípio, bom. Devido o pecado ter entrado no mundo (cf. Gn 3) e provocado a queda do primeiro casal, endurecendo o coração de toda a humanidade, porque todos pecaram (cf. Rm 5,12), o divórcio foi autorizado por Moisés (cf. Dt 24,1) mas, no princípio não era assim (cf. Mt 19,8). E é justamente a esta bondade originária que alçamos voo, fazendo prevalecer o desígnio primeiro do Criador. Agora vamos perpassar pela via que percorreu Jesus nesta questão, a fim de apresentarmos a grande riqueza que a Igreja carrega em seu depósito de fé.

2.1.2 – O Matrimônio cristão no Novo Testamento

Após termos refletido, a partir dos relatos Javista e Sacerdotal, sobre a criação do homem e da mulher no livro do Genesis e termos encontrado neles elementos fundamentais referentes ao Matrimônio cristão, agora passaremos ao Novo Testamento. Nosso objetivo é apresentar, em linhas gerais, o ensinamento de Jesus acerca do tema proposto, a partir do texto de Mt 19,1-9 e esboçar o ensinamento das primeiras Comunidades, a partir de Ef 5,2a.21-33. Estes textos foram escolhidos de acordo com o ritual do matrimônio, em sua Liturgia da Palavra. Logicamente, não temos o intuito de esgotar a riqueza desta temática. Tal fato seria pretensioso e longe de nosso alcance. Os elementos daqui extraídos servirão como base para nos orientar na proposta de ação evangelizadora que apresentaremos no terceiro capítulo, procurando iluminar a realidade que descrevemos no primeiro capítulo.

Jesus e o Matrimônio a partir de Mt 19,1-9

A fim de situarmos melhor o texto que nos propomos analisar, procederemos do seguinte modo:

- Apresentar brevemente os traços gerais da Comunidade de Mateus.

¹⁷⁴ Cf. TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*, pp. 61-62.

- Situar a problemática do Matrimônio na mesma Comunidade.
- Examinar o texto propriamente dito.

A Comunidade de Mateus

Mateus mostra uma comunidade viva, da qual se faz animador e porta-voz. Seu livro surge como catequese dirigida às igrejas judaico-cristãs, provavelmente situadas no norte da Palestina ou na Síria meridional, ou ainda na Fenícia ou Antioquia, por volta do ano 80¹⁷⁵.

Outro fator fundamental desta comunidade é o valor atribuído ao passado. A memória histórica do povo de Israel encontra-se muito viva. Afinal, são quase dois mil anos desde Abraão até Jesus. Não seria possível desvincular a pessoa de Jesus Cristo destes acontecimentos. Aliás, Mateus faz questão de ressaltar a fidelidade de Jesus à Aliança de Deus com Israel, manifestada pela “Lei e os Profetas”: ele não vem abolir, mas cumprir (cf. Mt 5,17). Ao mesmo tempo em que Jesus ensina como quem tem autoridade, ele revela uma misericórdia que supera o ensinamento dos rabinos. Assim, os cristãos deveriam viver fiéis à mesma Lei da Aliança, mas com a solicitude e a liberdade reveladas no Filho de Deus¹⁷⁶.

Mas esta relevância da memória histórica por parte da comunidade mateana não deixaria de se tornar um perigo para os cristãos. Provenientes do Judaísmo, os cristãos da comunidade de Mateus, se bem convertidos, viam-se obrigados a viverem de acordo com as prescrições da Lei em vigor. Com a tomada de Jerusalém em 70 pelos romanos, e com a destruição do Templo, o Judaísmo se fragmentou. Um movimento liderado pelos fariseus pregava o rigor na observância da Lei como saída para a manutenção da ortodoxia entre os judeus. Ganham relevância os livros de caráter normativo. Além disso, o Judaísmo sentia necessidade de se opor aos cristãos, vistos como uma seita dissidente deles. Esses dados se refletem no Evangelho de Mateus. A cisão entre Cristianismo e Judaísmo parece consumada. Daí, podemos compreender a expressão mateana “suas sinagogas” (cf. Mt 4,23; 9,35; 10,17; 12,9; 13,54; 23,34). Desta forma, Jesus é apresentado como novo Moisés. Nele as Escrituras se realizam. Não obstante isso, Mateus é consciente dos perigos existentes nas comunidades

¹⁷⁵ Cf. AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*. 2.ed. 1986. São Paulo: Paulinas, 1981, p. 170. E ainda: MATEOS, Juan; CAMACHO, Fernando. *O Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1993, pp. 10-11. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 16 e 35-36.

¹⁷⁶ Cf. AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*, pp. 170-171.

cristãos (cf. Mt 7,5; 24,51; 7,19.21-23; 18,23-35; 23,13-32) e prepara o espírito para a reconciliação e o amor aos inimigos (cf. Mt 5,12.44-47; 23,34-35)¹⁷⁷.

A ruptura com o Judaísmo impulsional, inevitavelmente, as comunidades de Mateus a abrirem-se aos pagãos. O povo eleito é constituído de todos os homens. O universalismo pregado por Jesus implica uma ida dos discípulos até às nações pagãs e não uma espera de que elas se convertessem e viessem até os discípulos. Os discípulos são enviados aos quatro cantos do mundo (cf. Mt 28,19). A Galileia das Nações é terra messiânica, como se fosse o berço do Evangelho de Mateus¹⁷⁸.

A igreja de Mateus é internamente bem organizada. Seu espírito é fraterno, responsável e aberto. Os cristãos são vistos não como um grupo de justos separados, mas sim como pessoas conscientes de suas limitações, que se esforçam para viver realisticamente a felicidade do Reino dos Céus. E esta igreja deve tornar-se para judeus e pagãos, no meio dos quais ela vive, um sinal da presença e da eficácia do Reino do Senhor. Após a morte e ressurreição de Jesus, formaram-se os grupos de “Nazoreus”, isto é, aqueles que acreditaram na vida eterna manifestada deste acontecimento primordial. Estes, primeiramente, permaneceram em Jerusalém, para depois se espalharem por toda a terra. Cinquenta anos após o evento pascal, provavelmente o momento em que Mateus escreveu o seu Evangelho, é possível percebermos a presença de grupos bem institucionalizados. Tal fenômeno não pode ser nem exaltado demais nem minimizado, se compararmos a organização eclesial que atualmente possuímos¹⁷⁹.

No meio eclesial organizado de Mateus, encontramos a presença dos Sacramentos e ministérios. O Evangelho se torna eco de uma vida sacramental e litúrgica de traços já bem definidos. O batismo existe com formulação trinitária (cf. Mt 28,19); a eucaristia instituída por Jesus na última Ceia (cf. Mt 26,26-30) faz parte integrante da comunidade reunida (cf. Mt 14,13-21; 15,32-39); o processo de reconciliação parece já estar em vigor (cf. Mt 18,15-17). Nestes grupos, as responsabilidades são assumidas não de maneira autoritária e arrogante, mas com humildade (cf. Mt 18,4) e com o intuito de servir (cf. Mt 20,26-28). Pedro ocupa lugar de destaque na igreja mateana, mas sempre ligado aos discípulos (cf. Mt 14,22-30; 16,13-28; 17,24-27; 18,21-22; 19,23-29; 26,30-35). Ao mesmo tempo ele é o fiel, a rocha

¹⁷⁷ Cf. AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*, pp. 171-173. Quanto ao rompimento de Jesus com as autoridades judaicas vigentes conferir: CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 27.

¹⁷⁸ Cf. AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*, pp. 173-174.

¹⁷⁹ Cf. AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*, pp. 174-175. Conferir também: CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, pp. 26-27 e 29-31.

sobre a qual Jesus constrói a sua Igreja (cf. Mt 16,18), mas também é o tentador e objeto de escândalo para Jesus (cf. Mt 16,23) chegando mesmo a negá-lo (cf. Mt 26,34.75). O que ocorre com Pedro denota a tensão existente entre a igreja concreta e o Reino anunciado¹⁸⁰.

A problemática do Matrimônio na comunidade de Mateus

Após descrevermos em linhas gerais os traços específicos da comunidade de Mateus, passaremos agora a analisar a problemática do Matrimônio na mesma comunidade. Tal reflexão pretende ajudar-nos a compreender melhor o ensinamento de Jesus acerca deste tema, como forma de responder aos conflitos existentes naquele contexto e iluminar a situação eclesial hodierna acerca da mesma questão. O fato de separarmos o Matrimônio dos demais sacramentos citados acima é pelo fato da importância primária desta temática em nossa pesquisa.

A problemática em torno à questão da prática do divórcio, aceito em toda a tradição bíblica do Antigo Testamento e codificada pela lei mosaica, parece também ter influenciando a comunidade de Mateus. Enquanto Jesus insistiu na vontade originária do Criador, declarando indissolúvel o matrimônio¹⁸¹, a Igreja mateana introduziu uma exceção bem precisa: a menos que aconteça um comportamento gravemente imoral e adúltero. Nesta comunidade dava-se muita importância à santidade do matrimônio, não menos que à sua unidade. O vínculo entre os esposos duraria para sempre, mas apenas no amor e na fidelidade. Se uma parte escolher seguir o caminho da infidelidade, a outra pode e deve separar-se. Subentendia-se que a união foi rompida pelo pecado. As novas núpcias da parte inocente não podem ser tidas como adultério. Ao cônjuge inocente é reconhecida, em consciência, a possibilidade de celebrar novas núpcias. Tal fato parece atenuar o radicalismo de Cristo¹⁸².

Diante do que expomos, é necessário perguntar-nos: quais são as perspectivas presentes no pensamento de Jesus e de Mateus? O Evangelho de Mateus destoaria do

¹⁸⁰ Cf. AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*, pp. 175-176. Quanto a realização de celebrações litúrgicas na comunidade de Mateus conferir também: CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 26.

¹⁸¹ Conferir Mc 10,6-9. Quanto à data de composição deste Evangelho a teoria mais divulgada situa-o antes da destruição de Jerusalém, cerca de 67-69. Mas esta é uma hipótese pouco confiável. Além disso, descobriu-se na gruta 7 de Qumrã um fragmento de papiro que pode ser datado no mais tardar em torno do ano 50 d.C. Cf. MATEOS, Juan e CAMACHO, Fernando. *Marcos*. São Paulo: Paulus, 1998, p.7. Esta observação é importante pois, além de Marcos ser uma das fontes de Mateus, significa que a exceção mateana quanto ao divórcio parece dizer respeito somente à sua comunidade de judeu-cristãos.

¹⁸² Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*. 2.ed. 2002. São Paulo: Loyola, 1990, pp. 291.295. A exceção mateana quanto ao divórcio pode ser compreendida à luz do privilégio paulino de 1Cor 7,12-15, citado no Código de Direito Canônico, cânon 1143. Para outras atenuações do Evangelho de Mateus em relação ao radicalismo do ensinamento de Cristo conferir a mesma obra citada nesta nota, pp. 295-296.

ensinamento de Jesus? Por que Mateus abriu uma exceção ao radicalismo do pensamento de Jesus acerca da indissolubilidade do matrimônio, presente na narrativa de Marcos?

É possível interpretarmos afirmando que Jesus olha para o presente da história e procura iluminá-lo à luz do futuro escatológico do Reino de Deus. As exigências radicais de sua pregação estão relacionadas com a iminência da chegada do Reino. Já Mateus olha pra o mesmo presente histórico á luz do passado e se recorda das consequências maléficas que o pecado ainda continua a causar na vida das pessoas. Sem deixar de acreditar na eficácia da força do Reino, o evangelista procura responder aos dramas reais e pastorais que os fiéis encontram na comunidade à qual ele destina o seu Evangelho¹⁸³.

A proximidade do Reino de Deus na história (cf. Mt 4,17) ou, mais exatamente, a sua entrada na história (cf. Mt 12,28) é o fundamento das exigências radicais da pregação de Jesus referente à santidade e à unidade do matrimônio. Desta forma, toda ação humana deve iluminar-se por esta nova lógica. Toda a vida deve refletir esta novidade. A erupção da nova criação, que se dá com a chegada do Reino, postula uma nova postura da existência humana. Os critérios do passado não têm mais valor. Os paradigmas são outros. As evidências dos critérios antigos que norteavam o presente caem e leva-se adiante uma nova verdade operativa, a do futuro de Deus.

É neste quadro prospectivo que se encontra o verdadeiro alcance das exigências radicais do ensinamento de Jesus. À luz do futuro escatológico, ele procura desvencilhar o presente das amarras do passado (da visão judaica do divórcio) e, profeticamente, iluminá-lo com esta luz renovadora. Em outras palavras, nada pode resistir á força inovadora e atrativa da chegada do Reino de Deus. O desejo originário do Criador acerca do matrimônio deveria prevalecer sobre a lógica instaurada devido ao pecado.

O ensinamento de Jesus considera a realidade histórica em que ele se encontra. Mas ele não a concebe como uma realidade fechada em si mesma e destinada a ser para sempre a mesma. Os desafios vivenciados na história presente, de modo especial na vida matrimonial, não devem impedir-nos de estarmos abertos para o Reino. O significado último desta história atual encontra-se na sua abertura para este futuro escatológico. Os condicionamentos do passado, causadores de instabilidades nas relações humanas, não podem ser obstáculos para experimentarmos a estabilidade do ensinamento de Jesus. Desta maneira, a vida matrimonial de duas pessoas abertas à fé, com todos os desafios que ela implica, não poderá mais ser

¹⁸³ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, pp. 296-298. Esta é a interpretação dos autores que acabamos de citar. O que exporemos a seguir é uma síntese das páginas desta citação.

vivida a não ser na fidelidade sem limites e no amor indivisível. Esta novidade aparece a partir da força do Reino que vem, como dom de salvação, ao encontro do homem e da mulher. Diante dela, o divórcio perde a sua razão de ser, pois este é expressão de um coração obstinado e rebelde. A comunhão messiânica dos discípulos, aberta à nova obediência (cf. Mt 5,20) não dá mais espaço ao divórcio. E tal comunhão é imitadora do amor indiscriminado do Pai (cf. Mt 5,45-48).

O ensinamento de Jesus acerca da indissolubilidade matrimonial não pode ser visto no horizonte simplesmente legal, mas sim como afirmação de caráter profético, de expressão de esperança, de elevação do presente ao futuro escatológico do Reino. Cito literalmente o autor:

A indissolubilidade, mais que uma cláusula jurídica do matrimônio, é a exigência insubstituível com a qual os esposos devem confrontar-se em um processo constante de verificação da sua fidelidade. O matrimônio indissolúvel é, na realidade, uma vocação radical de amor à qual a fé no reino de Deus chama os crentes. A sua perspectiva não pode ser senão aquela de uma fidelidade incondicional, ilimitada, e indivisa, adequada à esperança¹⁸⁴.

O ensinamento de Jesus em torno à indissolubilidade do matrimônio não é uma codificação legal, mas uma afirmação profética. Assim, à igreja mateana foi possível acolher a palavra do Senhor como voz profética e não uma lei rígida. Diante dos dramas reais experimentados pelos membros de sua comunidade, em meio à tradição judaica ainda viva na memória não obstante à conversão à fé cristã, Mateus interpreta profeticamente a palavra de Cristo, procurando responder aos anseios dos seus interlocutores. A igreja mateana procura traduzir em orientações práticas o ensinamento de Jesus acerca da vida matrimonial, consciente de que o passado, marcado pela força do pecado, continua a incidir sobre a vida dos crentes dispostos a entrarem na dinâmica de abertura ao Reino. É o caso da infidelidade e do adultério que procuram subverter o projeto magnífico de Deus acerca da indissolubilidade do matrimônio. A exceção mateana não visa destruir o projeto originário de Deus, mas simplesmente conceder à parte inocente a possibilidade de contrair novas núpcias, na fidelidade e no amor. Tal possibilidade parece viva até nossos dias, dependendo do juízo dos tribunais eclesiásticos competentes.

Após estas considerações acerca da problemática do matrimônio na comunidade de Mateus, passamos agora a analisar o texto proposto.

¹⁸⁴ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 297.

A questão do Matrimônio em Mt 19,1-9

Segue o texto:

Quando Jesus terminou essas palavras, partiu da Galileia e foi para o território da Judeia, além do Jordão.

Acompanharam grandes multidões e ali as curou.

Alguns fariseus se aproximaram dele (de Jesus), querendo pô-lo a prova.

‘E perguntaram: é lícito repudiar a própria mulher por qualquer motivo?’

Ele respondeu: ‘Não lestes que desde o princípio o Criador os fez *homem e mulher*? E que disse: *Por isso o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher e os dois serão uma só carne*?’

De modo que já não são dois, mas uma só carne. Portanto o que Deus uniu o homem não deve separar’.

Eles, porém, objetaram: ‘Por que, então, ordenou Moisés que se desse carta de divórcio quando repudiasse?’

Ele disse: ‘Moisés, por causa da dureza dos vossos corações, vos permitiu de repudiar vossas mulheres, mas no princípio não era assim.

E eu vos digo que todo aquele que repudiar sua mulher – exceto por motivo de prostituição – e desposar outra, comete adultério’ (Mt 19,1-9).

Mt 19,1-2 faz parte do momento de transição de Jesus da Galileia para a Judeia¹⁸⁵. Eles concluem o seu discurso doutrinal em Mt 18 (quando Jesus terminou estas palavras...). A localização geográfica da Judeia (além do Jordão) parece não condizer com a geografia real daquela ocasião. A multidão certamente é proveniente da Galileia. Enquanto em Mc 10,1 se faz menção do ensinamento, aqui em Mt 19,2 Jesus cura as pessoas. Este parece um típico motivo mateano¹⁸⁶.

O texto que segue, Mt 19,3-9, trata da controvérsia sobre o divórcio, já mencionado em Mt 5,32. Ele se estrutura em quatro momentos: pergunta dos fariseus; resposta de Jesus; objeção dos fariseus e solução de Jesus.

Em Mt 19,3 os fariseus aparecem como adversários de Jesus. O desejo deles de colocar Jesus à prova pode remeter-nos ao de satanás em Mt 4,3, tentando desviá-lo dos propósitos de Deus. O próprio Jesus advertira, em Mt 15,12-14, que os fariseus não são agentes de Deus e chamou a atenção dos discípulos sobre o ensinamento deles (cf. Mt 16,1.6.11.12)¹⁸⁷. A má-fé dos fariseus é manifesta na pergunta dirigida a Jesus acerca da liceidade ou não do homem repudiar sua mulher. Não é fácil determinar, com precisão, qual seria a expectativa deles. Quem sabe esperassem jogar Jesus contra a opinião de parte da sociedade, em torno a um tema tão debatido e controverso naquele tempo¹⁸⁸.

¹⁸⁵ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 475.

¹⁸⁶ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 289.

¹⁸⁷ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 475.

¹⁸⁸ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 291.

O eixo nevrálgico da discussão parece não ser se o divórcio era admitido ou não, pois esta prática fora aceita em toda a tradição bíblica do Antigo Testamento e até mesmo codificada pela lei mosaica em Dt 24,1, mas, ao contrário, quais seriam os motivos legitimadores da prática divorcista. Notemos que o direito de divorciar-se era estendido somente ao homem. Neste contexto, duas escolas rabínicas se confrontavam. Tratava-se da escola que apelava à autoridade do rabi Shamaï, de caráter mais rigorista, admitindo como única causa do divórcio o adultério da mulher; a outra escola, de caráter mais laxista, apelava para a autoridade do rabi Hillel e afirmava que qualquer motivo, mesmo os mais banais, seria ocasião para o homem divorciar-se de sua mulher. Era preciso definir qual seria o alcance da legislação divorcista¹⁸⁹.

A resposta de Jesus (Mt 19,4-6) coloca-se no mesmo plano da pergunta dos fariseus, contestando a legitimidade do divórcio. Em oposição à autoridade dos rabis Shamaï e Hillel Jesus apela para a autoridade do Deus Criador. Citando Gn 1,27 e 2,24 ele coloca Deus como origem da distinção dos sexos “*no princípio o Criador os fez homem e mulher*” e da união matrimonial do homem e da mulher, num só ser “*os dois serão uma só carne*”¹⁹⁰. Além disso, Jesus não centra a sua atenção a respeito da dominação masculina sobre a mulher expressa no divórcio¹⁹¹. Após esta solene declaração, Jesus conclui que aquilo que Deus uniu o homem não pode separar. Desta forma, ele exclui qualquer legitimidade de prática divorcista. Esta contraria o desígnio originário da ação criadora de Deus, como também a própria natureza da instituição matrimonial do princípio da Criação. Trata-se de uma união essencialmente indissolúvel. E tal fundamento encontra-se no fato de dois seres, sexualmente distintos, tornarem-se um só ser. A indissolubilidade seria uma consequência da unidade entre homem e mulher. Nenhuma vontade humana, em sentido divorcista, poderia contrariar a vontade do Criador¹⁹².

Em Mt 19,7 aparece a objeção óbvia dos fariseus: *por que, então, ordenou Moisés que se desse uma carta de divórcio quando se repudiasse?* Baseando-se num preceito da lei mosaica de Dt 24,1 – “*quando um homem tiver tomado uma mulher e consumado o matrimônio, mas esta, logo depois, não encontra mais graça a seus olhos, porque viu nela algo de inconveniente, ele lhe escreverá então uma ata de divórcio e a entregará, deixando-a de sua casa em liberdade*” – que previa o divórcio juridicamente, eles contestam o

¹⁸⁹ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 291. Conferir também: CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 476. O autor menciona ainda as várias atitudes judaicas e greco-romanas que levavam ao divórcio no tempo de Jesus e o domínio masculino sobre a mulher.

¹⁹⁰ Tivemos a oportunidade de aprofundar estes textos quando tratamos do matrimônio no Antigo Testamento.

¹⁹¹ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 477.

¹⁹² Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 291.

posicionamento de Jesus, não obstante ele ter recorrido em sua resposta à Escritura Sagrada. A provisão de Moisés de um certificado de divórcio reconhecia que um matrimônio tinha terminado¹⁹³.

A solução que dará Jesus em Mt 19,8-9 a esta objeção não visa mudar as Escrituras, mas interpretar devidamente as palavras de Moisés¹⁹⁴. E esta se divide em dois momentos: no primeiro, ele mostrará que o aparato jurídico dado por Moisés referente à possibilidade do divórcio foi para regulamentar uma prática anterior à sua concessão. Em outras palavras: a possibilidade do divórcio não se origina da lei dada por Deus desde o princípio da Criação, mas de um modo que Moisés encontrou para regulamentar uma prática desordenada do homem de repudiar a sua mulher, devido ao seu coração rebelde e obstinado diante das exigências divinas¹⁹⁵. Jesus argumenta que as palavras de Moisés em Dt 24,1 não são uma ordem, mas uma concessão a homens duros de coração que vivem um matrimônio patriarcal¹⁹⁶. Qualquer iniciativa humana que vise desviar o projeto de Deus referente ao matrimônio de sua bondade originária e pervertê-lo, não pode se firmar objetivamente. A vontade divina é sempre superior à vontade humana, pois Deus é essencialmente bom. A sua bondade conforma-se com o seu ser. A fé dos hebreus e a verdade originária das coisas identifica-se com a vontade do Deus Criador. A mentalidade hebraica vê nas origens não somente o início cronológico da existência das coisas, mas a realidade tomada em sua plenitude e integridade, não ainda cindida por fenômenos degenerativos. E é justamente aí que se encontra a união matrimonial autêntica e verdadeira: dois seres que, não obstante serem de sexos diferentes, tornam-se um só ser. Jesus reitera que a história do pecado entrou no centro decisional do homem (coração) e se erigiu como guia de sua conduta (duros de coração)¹⁹⁷. Mas esta condição pervertida não condiz com o projeto originário de Deus. E foi justamente para retirar a humanidade enferma desta desonra que ele veio (cf. Mt 9,10-13).

Num segundo momento da solução de Jesus à objeção dos fariseus aparece uma concessão, estritamente mateana, no seu pronunciamento: “*E eu vos digo que todo aquele que repudiar a sua mulher – exceto por motivo de ‘prostituição’ – e desposar outra, comete adultério*” (Mt 19,9). Trata-se não mais de um preceito legal, mas sim de uma responsabilidade moral. Caso um marido venha a repudiar a sua mulher infiel e desposar outra, ele não poderá ser tachado de adúltero, visto que a união matrimonial foi rompida

¹⁹³ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 478.

¹⁹⁴ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 478.

¹⁹⁵ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, pp.291-292.

¹⁹⁶ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 478.

¹⁹⁷ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 292.

justamente pela infidelidade da mulher e não por ele. É preciso reler este juízo moral à luz da longa tradição judaica acerca da santidade e pureza matrimonial (cf. Pr 18,22; Eclo 23,22-26; 25,26; Dt 24,1-4) e recordar os traços característicos que constituem a identidade da comunidade mateana de judeu-cristãos, como fizemos acima. A exigência radical de Jesus quanto à indissolubilidade do matrimônio e a consequente condenação da prática divorcista, deve ter causado dificuldades aos interlocutores de Mateus. Ele ou a sua fonte teve que adaptar o ensinamento do Mestre. Assim, o evangelista afirma que a unidade do matrimônio, afirmada com tanta energia por Jesus, não contrasta com a santidade da união, a qual exclui que o marido possa conservar para si uma esposa adúltera ou que a retome quando esta já tiver pertencido a outro homem. Mas não se trata do marido ter poder de expulsar a mulher adúltera, mas é esta que, pelo adultério cometido, desfaz a união¹⁹⁸. Essa concessão mateana reduz o poder masculino irrestrito sobre a mulher acerca do divórcio, reduzindo a uma única razão¹⁹⁹. Com a expressão *eu vos digo...* Mateus contrasta o ensinamento de Jesus e este dito da lei de Moisés acerca do divórcio. Ao primeiro evangelista interessa evidenciar que o revelador definitivo da vontade divina é Jesus e não Moisés. De agora em diante é a sua palavra que servirá de orientação²⁰⁰.

A concessão de Mateus acerca da possibilidade do divórcio, como acabamos de apresentar, não é a única adaptação dos evangelistas referente ao ensinamento de Jesus acerca da união matrimonial. Mesmo que Marcos e Lucas tenham transmitido o dito de Jesus sobre este tema, em seu teor originário, Marcos também teve que se esforçar, de modo diverso ao do primeiro evangelista, para adaptar este conteúdo do Evangelho à realidade dos seus interlocutores. O segundo evangelista escreve a uma comunidade de cristãos provenientes do mundo grego. Para eles, (os gregos) era reconhecido à mulher o direito de divorciar-se. Assim, Marcos estende o juízo de condenação da prática divorcista, proclamada por Jesus também à mulher (cf. Mc 10,12). Não se trata de mudar o ensinamento de Jesus, mas de interpretá-lo à luz dos desafios pastorais do tempo e da cultura dos evangelistas em questão, neste caso²⁰¹.

Enfim, o ensinamento de Jesus acerca do matrimônio visa reafirmar a santidade e a unidade originárias deste, como querido por Deus desde o princípio da Criação e instituí-lo como Sacramento. Os desafios pastorais de cada tempo e cultura devem ser solucionados, resguardando o desígnio divino. Certamente não faltam hoje objeções quanto à validade deste

¹⁹⁸ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, pp. 292-293.

¹⁹⁹ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*, p. 478.

²⁰⁰ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 293.

²⁰¹ Cf. BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*, p. 293.

ensinamento. Existem anseios para renová-lo, modificá-lo ou até mesmo abandoná-lo. Cabe à Igreja salvaguardar este precioso tesouro do patrimônio da fé que ela recebeu. E é tomando o ensinamento de Paulo acerca do Matrimônio a partir de Ef 5,2a.21-33 que procuraremos ilustrar esta dimensão.

O ensinamento de Paulo acerca do Matrimônio a partir de Ef 5,2a.21-33

Após termos refletido a questão do matrimônio em Mt 19,1-9, tomaremos agora o ensinamento de São Paulo apóstolo a partir de Ef 5,2a.21-32. Esta iniciativa tem por objetivo enriquecer a nossa pesquisa e alargar o horizonte desta tratativa. Veremos que a argumentação teológica do autor acerca do matrimônio baseia-se, antes de tudo, na relação de Cristo e a Igreja, realizando plena e definitivamente a união matrimonial prefigurada no primeiro casal em Gn 2,24. O desígnio primordial do Deus Criador encontra a sua plenitude na pessoa de Jesus Cristo o Esposo-Cabeça e a Igreja Esposa-Corpo. E ainda, especificamente, em Ef 5,25.32 encontraremos um dos textos que servirão como fundamento sacramental do matrimônio, como definira a longa Tradição cristã. Antes de analisarmos o texto proposto, situaremos brevemente as características fundamentais da carta aos Efésios, em vista de contextualizarmos melhor a nossa reflexão.

Características fundamentais da Carta aos Efésios

Desde a antiguidade até o séc. XVIII, a Carta aos Efésios teve uma história tranquila. Havia unanimidade quanto à autoria paulina deste escrito. Padres da Igreja como Efrém, o Sírio, João Crisóstomo, Jerônimo e mestres e teólogos da Idade Média como Tomás de Aquino entre outros, dedicaram escritos sobre este tema. Já Erasmo de Roterdã (séc. XVI) objetou se a Carta aos Efésios seria realmente de Paulo, observando o seu caráter estilístico, suas novidades linguísticas e a sua originalidade teológica. Mas, somente em 1792 E. Evanson duvidou se esta Carta seria realmente de Paulo. A partir de então acirraram os ânimos entre aqueles que se posicionaram a favor da autenticidade paulina desta Carta e os contra. Mas tal disputa não ofuscou os aspectos mais sugestivos deste escrito²⁰².

Constituída por seis capítulos, a carta aos Efésios pode ser basicamente dividida numa estrutura bipartida. Os três primeiros capítulos seguem o modelo influenciado pela liturgia e os três últimos o modelo de catequese ou parênese cristã. Seu estilo tido como de carta, na verdade carrega uma moldura de caráter homilético, dirigido a hipotéticos ouvintes. O texto

²⁰² Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*. São Paulo: Loyola, 1992, pp. 131-132.

que trataremos (Ef 5,2a.21-33) pertence à segunda parte, a um código ou tabela de deveres familiares e sociais (Ef 5,21-6,9)²⁰³.

A carta aos Efésios só pode ser entendida no ambiente da tradição cristã, em particular da paulina, tendo como pano de fundo a grande tradição bíblica. A revelação ou realização do “mistério”, isto é, o projeto salvífico de Deus em Jesus Cristo e na Igreja estão em consonância com o núcleo da fé cristã que afirma Jesus Senhor como o nosso Salvador. Pertence ao mesmo núcleo a convocação dos fiéis na Igreja, sob a ação do Espírito Santo. As citações explícitas do Antigo Testamento são raras nesta carta. Porém, em vários casos, é transparente e voluntário o uso de terminologias e de imagens bíblicas. Isso evidencia o contato com o ambiente e a cultura judaicos, abertos ao ambiente helenista-estóico, como atestam as descobertas de Qumran. Aliás, os escritos aí encontrados carregam um parentesco com esta carta. Pode-se dizer que as promessas feitas aos antepassados são realizadas em Jesus Cristo e se prolongam aos fiéis reunidos em *ekklêsia*²⁰⁴.

Desde a antiguidade (final século I e início do século II) a carta aos Efésios é tida como um escrito sagrado e canônico. As informações que seguem são prováveis e úteis para a exegese somente, não afetando o valor intrínseco desta carta. A sua autoria é atribuída a Paulo, com o testemunho indiscutível da tradição cristã muito antiga. Por um lado, temos uma série de argumentos extraídos do próprio texto e relacionados com o corpo epistolário paulino que depõem nesta direção. Em contrapartida, novos elementos teológicos, como a própria figura de Paulo, bastante idealizada e distante daquela histórica de 1Cor 9,1;15,8-9, a evoluída concepção de salvação, da visão de Igreja, entre outras, fez pensar, segundo alguns estudiosos, com certa consistência, a partir do séc. XIX, na hipótese de introduzir entre Paulo e a carta aos Efésios a figura de um discípulo-secretário. De qualquer modo, a autenticidade deste escrito não é negada. Os destinatários podem ser unicamente os cristãos das comunidades de Éfeso ou ter sido deixado no texto original um espaço em branco, sugerindo que o texto em forma circular ou encíclica, tenha sido dirigido a mais de uma Igreja da Ásia proconsular. A data de composição pode ser posta entre os anos 70 e 90 d.C., desde que aceita a possibilidade da existência do discípulo-secretário de Paulo. O lugar da composição pode ser indicado de modo aproximativo em uma das comunidades situadas em torno da metrópole de Éfeso²⁰⁵.

²⁰³ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 132-134.

²⁰⁴ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 134-137.

²⁰⁵ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 137-140.

Os interesses da carta aos Efésios, entendidos como critérios metodológicos para compreensão do texto em seu ambiente comunitário, podem ser assim demarcados: a preocupação do autor com a unidade e a paz da comunidade, fundada na ação gratuita de Deus e revelada na morte de Jesus na cruz, no seu sangue, e que agora se realiza na Igreja, seu corpo, que é o povo único e universal de Deus; a insistência sobre o papel de Cristo ressuscitado como único Senhor, acima de todas as potências do mundo, que podem ameaçar a existência cristã; a urgência da práxis, entendida como empenho visando ao amadurecimento cristão da comunidade (esta temática perpassa toda a carta, mas na segunda parte desta ocorre uma insistência maior sobre este aspecto)²⁰⁶.

Por fim, os dois polos teológicos onde se desenvolvem a reflexão e a exortação da carta aos Efésios são: Jesus, o Cristo, e a Igreja. A Igreja é compreendida à luz da reflexão cristológica. Esta, por sua vez, desenvolve-se em vista de uma nova consciência eclesial. Mesmo que a figura e o papel de Cristo sejam tratados de forma ampla e original, encontramos nesta relação entre Cristo e Igreja uma imagem simétrica de Cristo-cabeça e Igreja-corpo²⁰⁷. Aliás, será nesta relação que encontraremos a motivação fundamental para nortear a relação entre marido e mulher na união matrimonial.

Após termos descrito as características fundamentais da carta aos Efésios, passaremos ao texto proposto e à sua ulterior análise.

E andai em amor, assim como Cristo também vos amou e se entregou por nós a Deus. Sede submissos uns aos outros no temor de Cristo. As mulheres o sejam a seus maridos, como ao Senhor, porque o homem é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja e o salvador do Corpo. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos maridos. E vós, maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, a fim de purificá-la com o banho da água e santificá-la pela Palavra, para apresentar a si mesmo a Igreja, gloriosa, sem mancha nem ruga, ou coisa semelhante, mas santa e irrepreensível. Assim também os maridos devem amar suas próprias mulheres, como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo, pois ninguém jamais quis mal à sua própria carne, antes alimenta-a e dela cuida, como também faz Cristo com a Igreja, porque somos membros do seu Corpo. *Por isso deixará o homem seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher, e serão uma só carne.* É grande este mistério: refiro-me à relação entre Cristo e sua Igreja. Em resumo, cada um de vós ame a sua mulher como a si mesmo e a mulher respeite o seu marido (Ef 5,2a.21-33).

O texto citado é parte constituinte da moral doméstica paulina de Ef 5,21-6,9, também chamada de “código familiar” ou “catálogo dos deveres familiares”. Esta é dirigida aos maridos e mulheres, pais e filhos e escravos e patrões, dado que na concepção antiga de

²⁰⁶ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 140-141.

²⁰⁷ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 141-143.

família os empregados e os escravos eram tidos como seus membros. O autor tem por objetivo exortar todos os membros da família a uma submissão recíproca, estabelecendo assim um pequeno tratado ético-religioso²⁰⁸.

No texto da carta aos Efésios que citamos encontra-se o versículo 2a do capítulo 5, como acréscimo à parte do código familiar. O motivo para tal coisa é mantermos fidelidade ao texto litúrgico proposto no rito Sacramental do Matrimônio²⁰⁹. Inserido na seção referente à vida nova em Cristo, Ef 5,2a apresenta-se como uma chave interpretativa para todo o texto que o segue. O autor exorta aos seus interlocutores a viverem segundo a lógica da vida de Cristo. A doação total de si, empregada pelo Senhor, deve levar todos os fiéis da comunidade a fazerem o mesmo. Especificamente no contexto familiar, marido e mulher devem imitar em suas relações as mesmas atitudes de Cristo, em seu amor à Igreja. E será justamente isto a novidade que a comunidade cristã trará para o seio da família.

A experiência pastoral de 15 anos no exercício do ministério presbiteral mostrou-me, em muitas vezes, quando da leitura de Ef 5,21-33, certo desconforto e incompreensão da parte de várias pessoas, especialmente quanto ao modo de entenderem a submissão da mulher ao marido e a consequente soberania deste. Numa sociedade como a nossa, onde se apreciam valores como liberdade e dignidade das pessoas, tal conteúdo pode parecer reacionário e repressivo.

Este texto (Ef 5,21-33) menciona a estrutura antiga da família, organizada de forma piramidal e autoritária. Nesta ordem social dava-se muita importância à hierarquia dos papéis. Daí deriva o seguinte dever: cada um deve respeitar o próprio papel (e o do outro), numa família patriarcal que está fora de discussão. Disso decorre que, neste modelo de família, a mulher deveria estar submissa ao marido, respeitá-lo e obedecer-lhe. Mas é neste contexto que se apresenta a novidade da exortação cristã que tem por fim não apresentar um tratado ético-cristão para as relações entre os esposos, mas sim oferecer novas motivações para este contexto antigo. A relação de amor entre Cristo/esposo e Igreja/esposa é o eixo referencial para as novas relações entre marido e mulher no seio da família cristã. As motivações dos cônjuges na vida familiar quotidiana devem-se pautar no modelo da vida amorosa de Cristo e a Igreja. Será somente à luz desta relação que se poderá inovar uma estrutura marcada por

²⁰⁸ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, p. 192.

²⁰⁹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Ritual do Matrimônio*. São Paulo: Paulus, 1993, pp. 88-89.

submissão arbitrária e desigual entre marido e mulher²¹⁰. Lembremos que a dignidade conferida pelo Criador a ambos é a mesma, especialmente em Gn 1,26-28. Nosso intuito é colaborar para desfazer este mal-entendido ainda presente em nosso meio e apresentar uma interpretação realista deste texto.

No texto que analisamos, a exortação dirigida aos esposos pode ser condensada em dois princípios:

- a) As mulheres devem estar submissas (verbo grego: *hipotassesthai*) ou respeitar os seus maridos.
- b) Os maridos devem amar as suas esposas.

O verbo *hipotassesthai* (estar submisso) não tem compreensão unívoca. Assim, o seu significado está intimamente ligado ao ambiente em que é utilizado. Por exemplo:

- a) no ambiente grego profano: o uso desta terminologia é reservado à esfera militar, definindo a ordem ou subordinação existente;
- b) no epistolário paulino: quando o sujeito do verbo (usado no ativo) é Deus, trata-se de uma submissão não voluntária (cf. 1Cor 15,27; Ef 1,22). Mas no uso passivo e médio o verbo exprime a submissão voluntária de Cristo a Deus e dos cristãos entre si, por força da fé e do amor (cf. 1Cor 15,28; 16,16), ou à autoridade reconhecida como tal (cf. Rm 13,15)²¹¹.

A primeira distinção que devemos fazer é reconhecer que o uso do verbo *hipotassesthai*, no texto que analisamos da carta aos Efésios, abarca o significado cristão, ligado à submissão voluntária dos esposos entre si. E a motivação é clara: assim como a Igreja-corpo é submissa a Cristo-cabeça, a mulher deve, voluntariamente, ser submissa ao seu marido. E tal submissão não é imposta a quem não tem direito de decisão ou é inferior em dignidade, mas está inerente à vocação dos filhos e filhas de Deus que foram libertados do egoísmo e postos em liberdade por meio do amor fraterno, devendo estar a serviço uns dos outros (cf. Gl 5,14). As relações do casal cristão devem ser marcadas com a lógica do serviço mútuo, onde a mulher deve ser respeitosa ao marido e o marido amá-la generosa e desinteressadamente, tendo em vista o temor reverencial de Cristo ressuscitado, realizando assim o que afirmava em Gl 5,14²¹².

A segunda distinção é consequência da primeira. É incorreto querer interpretar a submissão no seio da família cristã com categorias que não sejam de cunho cristão. Seria como se desejássemos compreender as relações do casal cristão sem recorrermos à relação de

²¹⁰ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 192-194. Tanto no ambiente greco-helenista como no judaico, não faltam testemunhos do papel de subordinação da mulher no seio da família. Para tal fim, conferir a nota de rodapé 71 da referência apenas citada, à página 194.

²¹¹ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, p. 194.

²¹² Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 194-195.

Cristo-cabeça e Igreja-corpo como motivação fundamental. Se assim fizéssemos, empobreceríamos o significado contido neste mistério. E consideramos que este seja um dos motivos que leva várias pessoas a se embarçarem na compreensão do texto em questão. Note-se, então, que este estilo de vida é possível somente a partir da fé. Nem o machismo nem o feminismo deveria encontrar lugar nas relações do casal cristão. Se até pouco tempo o machismo se erguia como marca das famílias, também das cristãs, hoje assistimos ao erguimento do feminismo como contraposição àquele modelo, em nome de uma suposta emancipação da mulher. Tais tendências obscurecem os valores mais nobres do Evangelho da família.

A expressão “o homem como cabeça da mulher” contida em Ef 5,23 reflete a estrutura patriarcal ou arbitrária da família antiga. Assim, o autor da Carta aos Efésios faz uso desta, sem justificá-la. Seu intuito é apresentar a novidade cristã desta afirmação. O fundamento da relação entre marido e mulher no horizonte cristão somente poderá ser compreendido corretamente à luz da relação entre Cristo/esposo e Igreja/esposa, como o próprio versículo em questão sugere. O relacionamento interpessoal, de modo especial na vida conjugal, encontra a sua razão última nesta relação, dado que pertencem à Igreja, mediante a fé em Jesus Cristo. O papel de “Cabeça” pertence essencialmente ao Cristo, em sua relação com a Igreja. Além disso, ele é o seu “Salvador”. De Cristo Cabeça e Salvador da Igreja decorre a radicalização motivacional da relação entre marido e mulher cristãos e a delimitação do conteúdo e modalidade desta, isto é, o marido é “cabeça” da mulher só e precisamente na forma em que Cristo é cabeça da Igreja. Vivendo a experiência de casal própria, eles deverão buscar a sua motivação na relação de Cristo com a Igreja²¹³. Os versículos que seguem até o final do texto refletido serão interpretados à luz do que acabamos de dizer.

A condição da esposa cristã na vida conjugal expressa pelo verbo *hipotassesthai* (estar submissa) ao marido, como a Igreja está submissa a Cristo, como descreve Ef 5,24, aparelha-se aos deveres do marido expresso pelo verbo *agapan* (amar) em Ef 5,25-28. E três são as motivações que devem levar o marido a amar a sua esposa:

- a) A relação de amor entre Cristo-Igreja no processo salvífico.
- b) O dever ético de se amar o próximo.
- c) Reproposição da relação entre Cristo-Igreja com novas categorias²¹⁴.

A partir da primeira motivação notamos que não se trata de o marido exercer arbitrariamente a sua autoridade sobre a esposa. Ao contrário, o dever primordial do marido é

²¹³ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, p. 195.

²¹⁴ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 196-197.

o de amar a sua esposa, assim como Cristo amou a sua Igreja. A forma do amor esponsal é condicionada realmente pela forma de amar de Cristo para com a Igreja. A propósito, o Beato João Paulo II afirmou na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*:

A comunhão entre Deus e os homens encontra o seu definitivo cumprimento em Jesus Cristo, o Esposo que ama e se doa como Salvador da humanidade, unindo-a a si com seu corpo... Esta revelação chega à sua definitiva plenitude no dom do amor que o Verbo de Deus faz à humanidade, assumindo a natureza humana, e no sacrifício que Jesus Cristo faz de si mesmo sobre a cruz pela sua Esposa, a Igreja... o Espírito que o Senhor infunde, doa um coração novo e torna o homem e a mulher capazes de se amarem, como Cristo nos amou²¹⁵.

A relação Cristo-Igreja torna-se uma parábola ou símbolo para o matrimônio cristão. O amor é a causa eficiente que levou Cristo a doar-se pela Igreja. Ele se encontra na origem de todo o processo salvífico. O amor redundando na autodoação, como expresso em Ef 5,2. Desta maneira, este acontecimento fala para além de si mesmo. Esta relação deve iluminar a realidade do casal cristão. Contemplando este símbolo e conformando a sua vida com ele, marido e mulher devem nortear a existência quotidiana a partir dos princípios que brotam desta relação. A causa final da vida matrimonial é possibilitar esposo e esposa se amarem mutuamente e perpetuarem na história a sua espécie, através da geração da prole. O amor de Cristo redentor pela sua Igreja é expresso plenamente em Ef 5,25 como analogia do amor esponsal no matrimônio²¹⁶.

O amor de Cristo-esposo pela sua Igreja-esposa transborda na história e manifesta-se através do banho de purificação, a santificação mediante a Palavra que ele realiza nela no mistério da salvação, a fim de apresentá-la a si mesmo, santa, repleta de esplendor e glória, evidenciando assim, o seu imenso amor por ela. Novamente, esta descrição torna-se uma parábola para a vida matrimonial cristã. Este zelo deve motivar o marido a amar concretamente a sua mulher.

É sugestivo o banho de purificação da esposa. Pode representar o banho nupcial da noiva no ambiente grego e judaico, antes dela ser apresentada para o noivo e ser conduzida por ele na ocasião das núpcias, porém, ganha novo significado no contexto simbólico cristão, no qual o texto está inserido. É a expressão do amor esponsal de Cristo pela Igreja. Esta expressão, por sua vez, evoca uma antiga tradição que ilustrava a relação de Deus com o seu povo, bastante recorrente entre os profetas. Oséias, Jeremias, Isaías e Ezequiel, entre outros, usam repetidas vezes esta imagem. Mas o banho da regeneração, no ambiente estritamente

²¹⁵ JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã no mundo de hoje*, nº13, pp. 20-21.

²¹⁶ Cf. JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*, nº 23, p. 88.

cristão, é o Batismo, que se realiza mediante a água e por força da Palavra²¹⁷. Através deste, a Igreja não somente foi lavada e purificada, mas também santificada. Aquela que foi santificada tornou-se a porção consagrada, e por isso separada pelo seu esposo, o Cristo Senhor, para si mesmo. A Igreja tornou-se a companheira eterna do seu amado esposo. Esta aliança não pode mais ser rompida pela morte, pois Cristo ressuscitou. Assim é o modelo perfeito da aliança conjugal que deve durar por toda a vida, até que a morte separe marido e mulher, na esperança de se unirem definitivamente ao seu Senhor na eternidade e lá reinarem para sempre. A Igreja é a bela esposa, sem ruga nem defeitos, jovem, esplêndida, como aquela de Ct 4,7: “*És toda bela, minha amada, e não tens um só defeito*”.

Além de se espelhar na relação de Cristo-Igreja para amar a sua mulher, o marido encontra uma segunda motivação, para tal fim, decorrente da norma ética em geral, referente às relações com o próximo, contida em Lv 19,18: “*todo homem deve amar o próximo como a si mesmo*”. Este mandamento é retomado pelo próprio Jesus, como por exemplo, em Mt 22,34-40. É deste preceito universal que depreende o dever do amor conjugal. Marido e mulher devem se amar e permanecerem unidos numa comunhão permanente. O amor do marido à mulher e vice-versa redunde no amor a si mesmo. O autor da carta aos Efésios precisa em Ef 5,28 que o dever dos maridos de amarem às suas mulheres está intimamente relacionado ao amor ao seu próprio corpo. Na mentalidade bíblica corpo ou carne é a manifestação da pessoa como indivíduo histórico, é a representação da pessoa na sua totalidade. Portanto, o amor do marido à mulher torna-se um amor personalizado. A mulher se torna um “outro eu” do marido, a sua própria extensão²¹⁸.

Além de amar as mulheres por um dever decorrente da norma universal de amar o próximo, os maridos são exortados pelo autor da carta aos Efésios de amá-las motivados pelo cuidado de Cristo com a sua Igreja (Ef 5,29). Eis a terceira motivação. A temática do amor pelo corpo-carne descrita no parágrafo anterior introduz uma nova imagem, isto é, a da mãe que nutre e cuida das crianças, ou também do marido que, com o contrato matrimonial, cuida da mulher. No contexto eclesial pode-se ver neste “alimentar e cuidar da própria carne” uma alusão velada da “ceia eucarística”. Instituinto a Eucaristia (cf. Lc 22,19-20) Jesus quis alimentar perenemente a comunidade cristã. Novamente, as relações matrimoniais devem ser iluminadas pelo mesmo zelo que levou Cristo a cuidar e alimentar a sua Igreja. Este relacionamento deve ser compreendido à luz da fé cristã e experiência eclesial. Afinal, somos

²¹⁷ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 196-197, especialmente a nota de rodapé 73, da página 196.

²¹⁸ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, p. 197.

membros do Corpo de Cristo (cf. Ef 5,30) pelo banho da regeneração que recebemos, mediante a água e por força da Palavra. Somente assim encontraremos um significado mais profundo para a vida matrimonial²¹⁹.

Seguindo o texto bíblico que estamos interpretando encontramos em Ef 5,31 uma citação pontual de Gn 2,24: *“Por isso deixará o homem seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher, e serão ambos uma só carne”*. Em seguida, sem intervalos, o autor apresenta a sua interpretação sobre o que discorrera: *“É grande este mistério: refiro-me à relação entre Cristo e a sua igreja”* (Ef 5,32). Compreendemos Gn 2,24 como uma “profecia” realizada agora na relação entre Cristo e a sua Igreja. O texto do Gênesis que citamos refere-se ao matrimônio como um compromisso de aliança e comunhão fiel e estável entre homem e mulher, expressando assim o desígnio original do Criador (cf. Mc 10,6-8; Mt 19,4-5; 1Cor 6,16). A novidade da carta aos Efésios é a releitura cristológica e eclesial de Gn 2,24. Este texto é compreendido à luz do “grande mistério” revelado e realizado entre Cristo e a Igreja. O projeto originário para o matrimônio revelado por Deus através do primeiro casal é uma parábola (Gn 2,24) que encontra sua perfeita e plena realização na relação entre Cristo-esposo e a Igreja-esposa (Ef 5,32) devendo ser assumido pelo marido e a mulher na história concreta desses, na aliança matrimonial (Ef 5,22-32)²²⁰. O autor da carta aos Efésios conclui a sua exortação reiterando o dever de marido e mulher de se amarem mutuamente, seguindo a lógica de tudo que fora dito anteriormente (Ef 5,33).

Enfim, após termos percorrido os textos bíblicos propostos para fundamentar o matrimônio neste horizonte, afirmamos existir uma linha progressiva na revelação divina a este respeito. O que fora anunciado como profecia e manifestação originária do desígnio divino no princípio da Criação referente ao matrimônio (Gn 1,26-28; 2,18-24), nem sempre foi compreendido pela humanidade, devido ao pecado (Mt 19,7), foi restaurado por Jesus Cristo o verdadeiro mestre e intérprete da Escritura Sagrada (Mt 19, 8-9), realizado perfeitamente por ele mesmo em sua relação de amor com a Igreja no mistério salvífico (Ef 5,32), tornando-se assim o referencial por excelência para as relações matrimoniais dos casais cristãos, no quotidiano da história presente (Ef 5,22-23). O lar cristão deve se tornar a casa do amor. Cada um deverá considerar o outro como mais importante e doar-se incondicionalmente a ele. Aquele que quiser ser o maior tornar-se-á servidor do outro. E tudo isso será possível

²¹⁹ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, p. 197.

²²⁰ Cf. FABRIS, Rinaldo. *As Cartas de Paulo (III)*, pp. 197-198. Quanto à concepção de que o matrimônio deve ser compreendido à luz da fidelidade de Jesus Cristo à igreja, constituindo o “grande Mistério”, conferir também: HAERING, Bernhard. *Lei de Cristo*. São Paulo: Herder, 1966, tomo III, p. 532.

somente à luz fé. Em suma, os mesmos sentimentos de Cristo pela sua Igreja deverão ser os sentimentos que norteiem a vida de marido e mulher, realizando assim os desígnios primordiais do Criador acerca do matrimônio.

2.2 – Fundamentação Teológica do Matrimônio

Após termos recorrido sobre o matrimônio na Sagrada Escritura, abordaremos agora esta temática a partir do horizonte teológico. Temos consciência da estreita ligação entre estas duas áreas. A reflexão teológica deve desenvolver-se em plena sintonia com a Palavra de Deus, divinamente inspirada e substancialmente unida à Sagrada Tradição, tendo por autêntico intérprete o Magistério vivo da Igreja²²¹. Estes três pilares constituem o sustentáculo onde o discurso teológico cristão deve apoiar-se. Simultaneamente, eles servem de critérios para avaliarmos a retidão ou não desse discurso. Este momento de escuta do teólogo chama-se *auditus fidei*²²². Por outro lado, a sensibilidade teológica deve-nos impulsionar a darmos a devida contribuição aos inúmeros anseios dos homens e mulheres de nosso tempo. Com a “mudança de época” são muitas as interrogações que brotam, na atualidade, do espírito humano, esperando por respostas convincentes. Aliás, estas últimas, somando-se, são menores que as primeiras. Baseando-se naquilo que escutou e atento à realidade vigente, o teólogo é desafiado a elaborar a sua reflexão ativa e construtiva, buscando re-significar os dados da realidade à luz da fé. Este momento chama-se *intellectus fidei*²²³. Pautando-nos nestes princípios desenvolveremos a seguir a nossa reflexão.

2.2.1 – A Naturalidade do Matrimônio cristão

Quando falamos de matrimônio, compreendemos, antes de tudo, uma instituição natural decorrente da própria existência humana. Antes de se tornar sacramento entre os batizados, as notas essenciais do matrimônio encontram-se implícitas no homem e na mulher, criados à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26-27). Vimos, a partir da interpretação de Gn 2,24, que o matrimônio também fora criado por Deus, simultaneamente à criação do primeiro

²²¹ Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum* : Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, nnº 174-177, pp. 127-128.

²²² Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Teologia e Ensino*. (Subsídios doutrinários 6). Brasília: CNBB, 2011, nº 29, p. 28.

²²³ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Teologia e Ensino*. (Subsídios doutrinários 6), nº 29, p. 28.

casal, externando a bondade originária do Criador²²⁴. Ele é uma instituição que faz parte do desígnio salvífico divino a respeito da realização humana e a perpetuação da sua espécie neste mundo. E é uma instituição fundamental. Assim, afirmamos que o matrimônio não é uma instituição humana ou decorrência de um processo evolutivo; foi criado por Deus e estruturado por princípios de Direito Natural²²⁵.

O nosso objeto neste momento é demonstrar a naturalidade do matrimônio. Os valores inerentes a esta instituição, antes de se tornarem patrimônio de fé, são valores naturais e humanos, devendo ser observados por todos, independentemente de crença, cultura ou condição social. Quando falamos de amor, fidelidade, respeito, entre outros valores, estamos falando de princípios primordiais para a realização humana, em vista da felicidade, tanto na relação conjugal, como em qualquer outro tipo de relação interpessoal. São condições de possibilidade para se alcançar este fim. Não se trata de uma ética matrimonial arbitrária, mas de uma necessidade antropológica inevitável.

O primeiro ponto da naturalidade do matrimônio que apresentamos é a existência deste como caminho possível e alternativo ao homem e a mulher para se chegar à felicidade.

Quem não deseja ser feliz? Esta é uma interrogação que deveria encontrar resposta afirmativa em todas as pessoas. Infelizmente, por motivos variados, algumas pessoas não conseguem ser bem sucedidas nesta questão. Atualmente, não é difícil depararmo-nos com homens e mulheres decepcionados com a própria existência. A convivência diária nos atesta isso.

Que a felicidade é um bem que as ações humanas buscam atingir, testemunha-nos Aristóteles desde a antiguidade²²⁶. E comumente dizemos que ser feliz é encontrar-se num estado de vida onde nossos anseios estejam realizados. Por isso, enquanto estivermos perambulando neste mundo experimentaremos somente de modo limitado este estado. Como afirmara Santo Agostinho: *“inquieta está o nosso coração, enquanto não repousa em ti”*²²⁷. A felicidade definitiva e plena somente vislumbraremos no encontro eterno com o Eterno.

Criado por Deus e para Deus, o homem encontrará no seu Criador a verdade e a

²²⁴ Cf. *supra*, p. 75.

²²⁵ Cf. CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*. 2.ed. 2000. Rio de Janeiro: Saraiva, 1993, p. 15.

²²⁶ Aristóteles (384-322 a.C) é um dos grandes filósofos gregos, ao lado de Sócrates, Platão entre outros. Sobre o tema da felicidade buscada como fim das ações humanas conferir: ARISTOTELE. *Ética Nicomachea*. Roma-Bari: Laterza, 1999, X,6,a,30-32, p. 425.

²²⁷ Cf. AGOSTINHO. *Confissões*, I, 1, p. 15.

felicidade que não cessa de procurar. Aliás, a sua vocação à comunhão com Deus é um dos aspectos mais sublimes da dignidade que possui²²⁸.

Estando o amor na fonte do desejo de Deus ao criar o homem e a mulher, o mesmo amor foi impresso indelevelmente nos seus corações, fazendo deles seres para amarem e serem amados. Segundo palavras de Santo Agostinho, nisto consiste a vida humana²²⁹.

A Revelação cristã conhece dois modos específicos de realizar a vocação da pessoa humana na sua totalidade ao amor, isto é, o Matrimônio e a Virgindade²³⁰. Desta maneira, concluímos que o matrimônio é um caminho natural alternativo para o homem e a mulher buscarem a felicidade que tanto almejam, amando-se mutuamente, procurando o bem um do outro e perpetuando a sua espécie para a posteridade. Para alguns, o homem é mais um ser conjugal do que um ser político²³¹. Parece existir uma tendência natural do homem e da mulher para o matrimônio.

Um segundo dado que fundamenta a naturalidade do matrimônio advém da sua própria definição. Trata-se das finalidades inerentes a esta instituição. Recorremos à definição do *Código de Direito Canônico* de 1983. Tal definição é baseada no *Concílio Vaticano II*²³². Assim segue:

“O Pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si um consórcio de toda a vida, por sua índole natural ordenado ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, entre batizados foi elevado por Cristo Senhor à dignidade de sacramento”²³³.

A partir desta definição compreendemos o matrimônio como ato e estado de vida. No primeiro modo ele significa o ato mediante o qual um homem e uma mulher manifestam a intenção de constituírem, a partir desse momento, uma sociedade de vida conjugal; já o estado de vida ou relacionamento permanente é o efeito resultante do ato para os dois parceiros. Esta definição do pacto matrimonial difere daquela do Código de 1917, quanto ao fim primário – bem dos cônjuges e secundário – geração e educação da prole. Agora os dois fins são enumerados como algo que flui naturalmente do próprio ser do matrimônio²³⁴. O ato matrimonial é transitório, ou seja, é o acontecimento num tempo e lugar determinados, é o dia do casamento, é o matrimônio em elaboração e é denominado *matrimonium in fieri*. Já o

²²⁸ Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 19, p. 160.

²²⁹ Cf. CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, p. 13.

²³⁰ Cf. JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã n mundo de hoje*, nº 11, p. 18.

²³¹ Cf. CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, p. 14.

²³² Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 48, p. 196.

²³³ JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*. 9.ed. 1995. São Paulo: Loyola, 1983, Cân. 1055, § 1, p. 465.

²³⁴ Cf. JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*, nota explicativa do Cân. 1055, pp. 464-466.

estado de vida resultante daquele ato, pelo contrário, tem um caráter permanente e é denominado *matrimonium in facto esse*, isto é, matrimônio já produzido ou completo. O estado de vida matrimonial aparece como efeito do ato matrimonial, sendo este a sua causa ou razão, como nos atesta o Cân. 1134, do *Código de Direito Canônico* de 1983²³⁵.

Neste momento da reflexão interessa-nos somente debruçar sobre a dimensão natural do matrimônio. Assim, a elevação deste pacto de vida conjugal, realizada por Cristo, à dignidade de Sacramento, ficará para a próxima seção. Mas já é possível antevermos que a sacramentalidade do matrimônio não excluiu a sua naturalidade. Desta forma, os valores intrínsecos neste, desde o princípio da Criação, não foram anulados, mas antes, foram elevados a um grau sublime.

Sendo Deus o autor do matrimônio, ele o dotou de diversos fins. Tais fins são o bem dos cônjuges e a procriação da prole. Eles são bons e de máxima importância para a perpetuação da humanidade, além de colaborarem para o aperfeiçoamento pessoal e a sorte eterna de todos os integrantes da família, da dignidade, estabilidade, paz dessa e prosperidade de toda a sociedade humana²³⁶. Desta forma, estas finalidades, uma vez constituídas pelos desígnios do próprio Criador, não dependem do arbítrio humano para a sua validade, nem são frutos de uma evolução histórica ou cultural dos povos. Elas foram inscritas por Deus no coração do homem e da mulher, e por isso são de Direito Natural. São como elementos essenciais da própria existência humana, princípios fundamentais que devem reger toda a relação conjugal, abarcando todos os homens e mulheres, independente de raça, cultura ou classe social²³⁷. Compreendemos o matrimônio entre um homem e uma mulher como o fundamento da família. Assim, o que dissemos do matrimônio equivale, também, à família. Portanto, “*a família pertence à ordem da criação, a sua estrutura, os seus dinamismos, as finalidades e propriedades não derivam da livre vontade do homem, da mulher e nem das leis humanas, mas do que foi estabelecido pelo próprio Deus*”²³⁸.

Assim como o ato matrimonial e o estado de vida que daí surge estão intimamente ligados, estabelecendo uma relação de causa e efeito, o mesmo se dará com o bem dos cônjuges e a procriação da prole. São como duas asas do mesmo pássaro. Os dois fins formam um único bem a ser almejado e realizado pelos cônjuges. Esses fins estão intrínseca e naturalmente presentes no estado de vida matrimonial.

²³⁵ HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*. 8.ed. 2012. São Paulo: Loyola, 1979, p.19.

²³⁶ Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 48, p. 196.

²³⁷ Cf. CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, pp. 14-16.

²³⁸ FERNANDES, Leonardo Agostini; GRENZER, Mathias. *Dança, ó Terra*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 219.

No cotidiano da vida é natural que o homem e a mulher busquem a felicidade. Unidos no interior da família pelo vínculo do matrimônio, eles buscarão a autorrealização e a do outro. Constitui-se um intercâmbio contínuo de dons. De certa forma, dizemos que o ser humano é completo em si, buscando a realização do seu ser na existência concreta, perseguindo um fim previamente determinado. Assim nos reconhecemos como pessoa. Por outro lado, paradoxalmente, o mesmo ser humano apresenta-se como um ser essencialmente insuficiente, não bastando a si mesmo, precisando de outros para a expansão de sua personalidade. É neste contraste que a relação matrimonial se enquadra. O marido necessita da mulher, assim como a mulher necessita do marido. E esta predisposição humana encontra-se explícita no ato criativo de Deus (cf. Gn 2,18). A mulher é semelhante e diferente do homem, porque lhe é complementar²³⁹. E esta necessidade existencial do homem e da mulher chama-se de amor conjugal. E se faz a experiência deste amor através da atração que um sexo tem do outro²⁴⁰. Esta força de atração existente entre um homem e uma mulher é intensa e irresistível, chegando ao ponto de levá-los a deixarem pai e mãe e de se tornarem uma só carne (cf. Gn 2,24), originando uma nova família. A propósito do amor, como uma espécie de eixo convergente entre homem e mulher no matrimônio e, simultaneamente, entre todos os membros de uma família, escreveu o Beato João Paulo II:

O amor entre o homem e a mulher no matrimônio e, de forma derivada e ampla, o amor entre os membros da mesma família – entre pais e filhos, entre irmãos e irmãs, entre parentes e familiares – é animado e impelido por um dinamismo interior e incessante, que conduz a família a uma comunhão sempre mais profunda intensa, fundamento e alma da comunidade conjugal e familiar²⁴¹.

O amor é o elo de unidade entre os cônjuges e se expande entre todos os membros da família. É o substrato sólido onde se apoiam as relações familiares. Entre os cônjuges, o seu início se dá pela atração intensa e irresistível entre homem e mulher. Tal atração não se resume a mera atração biológica, mas é uma integração de personalidades, que para ser completa abrange quatro planos: “*físico-sexual; afetivo-sentimental; intelectual-espiritual e religioso-sobrenatural*”²⁴². E esta unidade decorrente do pacto de amor entre os cônjuges é de caráter indivisível, radicando-se na necessidade natural de complementaridade existente entre homem e mulher e se alimentado da vontade de ambos de dividir num projeto de

²³⁹ “Há, por assim dizer, um sentido natural que se descobre sobre a origem e o destino do ser humano: homem e mulher foram criados à imagem e semelhança de Deus para se completarem”. FERNANDES, Leonardo Agostini; GRENZER, Mathias. *Dança, ó Terra*, p. 220.

²⁴⁰ Cf. CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, pp. 16-17.

²⁴¹ JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã n mundo de hoje*, nº 18, p. 31.

²⁴² CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, p. 18.

vida integral o que são e o que têm. Tal unidade foi elevada por Cristo à sua plenitude, na sua relação com a Igreja²⁴³. Além disso, a comunhão conjugal caracteriza-se não somente pela unidade, mas também pela sua indissolubilidade, fruto da inteira e perpétua fidelidade dos cônjuges, em vista do bem dos filhos²⁴⁴. Radicada nesta doação pessoal e total dos cônjuges, a indissolubilidade matrimonial encontrará sua verdade última na Revelação, como exigência do amor sempre fiel de Deus ao homem e de Jesus Cristo à Igreja. Na próxima seção, sobre a sacramentalidade do matrimônio, aprofundaremos esta temática sob o viés sacramental.

Assim, passamos à segunda finalidade natural do matrimônio, isto é, a procriação da prole. Tal finalidade está intimamente arraigada na primeira, o bem dos cônjuges. A propósito, os Padres Conciliares afirmaram que “o instituto do matrimônio e o amor dos esposos estão pela sua índole natural ordenados à procriação e à educação dos filhos em que culminam como numa coroa”²⁴⁵. Além de buscarem o próprio bem e o do outro, marido e mulher são inclinados, naturalmente, a perpetuarem a sua espécie. Esta inclinação natural fez com que Santo Tomás de Aquino unisse a geração e a consequente e necessária educação dos filhos como finalidade natural do matrimônio. A geração dos filhos, a fim de multiplicarem-se, é um dever natural dos pais, um *officium naturae*²⁴⁶. Nos filhos, ocorre como que uma expansão do próprio ser dos pais. É como se prolongasse na existência histórica algo que é coessencial a eles. Dizemos, quotidianamente, que o nascimento de um (a) filho (a) eleva a um grau superior a alegria da família. Não é difícil encontrarmos experiências onde a chegada de uma criança colaborou profundamente na superação de crises familiares.

A transmissão da vida humana é um dever gravíssimo dos esposos, pelo qual eles tornam-se colaboradores livres e responsáveis do Deus Criador²⁴⁷. Notemos que no ato de transmitirem a vida humana os esposos são “colaboradores” do Deus Criador. Esta afirmação é de fundamental importância. A Igreja reconhece que o “autor” da vida humana e de toda espécie de vida é sempre Deus. Livre e responsavelmente, os esposos devem transmitir a vida. O uso responsável da liberdade humana é um requisito fundamental para que os esposos possam realizar um adequado planejamento familiar, a fim de exercerem serenamente a sua paternidade e maternidade no decurso da história. Se a autoria da vida fosse de exclusividade

²⁴³ JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã n mundo de hoje*, nº 19, p. 32.

²⁴⁴ Cf. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 48, p. 196.

²⁴⁵ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 48, p. 196.

²⁴⁶ Cf. MONDIN, Batista. *Dizionario Enciclopedico del Pensiero di San Tommaso D'Aquino*, verbete matrimônio, pp. 419-421.

²⁴⁷ Cf. PAULO VI. *Humanae Vitae*, nº 1, p. 3.

dos pais, esses teriam a prerrogativa de interrompê-la, voluntariamente, quando considerassem necessário. Desta forma, o aborto seria moralmente legitimado. Mas reafirmamos, Deus é o autor da vida humana, enquanto os esposos devem ser os seus colaboradores livres e responsáveis. Cabe somente ao Criador dar e tirar a vida quando desejar.

Como colaboradores de Deus, os esposos e toda a família devem estar a serviço da vida. A eles cabe a missão de realizarem na história a benção divina originária (cf. Gn 1,28), transmitindo a imagem divina pela geração de uma nova vida humana, manifestando, assim, a fecundidade, como fruto e o sinal do amor conjugal e o testemunho vivo da plena doação recíproca dos esposos²⁴⁸. A doação total de um para o outro, expressão profunda do amor conjugal, conduz os esposos a colaborarem com o Criador, na doação total de ambos para uma nova vida que nasce e enriquece a família de alegria.

Conceber e dar à luz uma nova vida humana são atos profundamente humanos, que por sua vez encontram-se em estreita sintonia com o Senhor da Criação. Afinal, podemos dizer que com tais acontecimentos homem e mulher colaboram essencialmente na criação continuada, assim designada por Deus. Se coube a Deus criar “*ex nihilo*”, ele possibilitou-nos de darmos continuidade, ao nosso modo, na magnífica obra modelada pelas suas próprias mãos. Graças à nossa condição de pessoas, somos capazes de transformar pela nossa inteligência a terra e todos os seres que ela contém. O ato de gerar uma nova vida humana é dom divino concedido ao homem e à mulher. Este ato encontra-se intimamente ligado à união matrimonial, devendo ser fruto de intenso amor entre marido e mulher. Ele deve estar envolto de um imenso desejo de abertura do marido à mulher e de ambos a uma nova vida que virá ao mundo. Esta reciprocidade a “três” é o estímulo que move a existência de todos no interior da família, especialmente da esposa, que se vê impelida num primeiro momento a gestar com todo carinho a vida nova que carrega no seu ventre materno, esperando sempre contar com a companhia, compreensão, paciência e alegria do marido. A propósito do que dissemos, o Beato João Paulo II escrevia:

O dom recíproco da pessoa no matrimônio abre-se para o dom de uma nova vida, de um novo homem, que é também pessoa à semelhança de seus pais. A maternidade implica desde o início uma abertura especial para a nova pessoa: e precisamente esta é a “parte” da mulher. Nessa abertura, ao conceber e dar à luz o filho, a mulher “se encontra por um dom sincero de si mesma”. O dom da disponibilidade interior para aceitar e dar ao mundo o filho está ligado à união matrimonial, que – como foi dito – deveria

²⁴⁸ Cf. JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã n mundo de hoje*, nº 28, p. 49.

constituir um momento particular do dom recíproco de si por parte do homem como da mulher²⁴⁹.

Concebida, gestada e dada à luz uma nova vida, os pais têm a missão de cuidar daquele (a) que veio ao mundo. Este cuidado requer um comprometimento contínuo e possui uma série de dimensões, compreendendo, entre outras, o trato com afeto, o empenho para a formação de uma reta consciência humana e cristã, o sustento material, a fim de que este novo ser humano tenha desde a aurora de sua existência uma vida digna. É o que aqui denominado de “educação dos filhos”. É justo afirmarmos que o bem dos cônjuges realiza-se, também, mediante a procriação e a educação dos filhos.

A educação é um modo dos pais colaborarem diretamente na modelação da personalidade nos filhos. Além do empenho pessoal, das influências do meio onde cada um vive e é condicionado, é imprescindível a participação dos pais na formação dos traços fundamentais da personalidade de um filho. Não que baste a mera educação dada – se fosse assim, alguém que tivesse recebido uma boa educação não se perderia na vida, dando tanto desgosto aos seus pais, como infelizmente é recorrente em nossos dias – pois, cada um deve tornar-se protagonista na construção do seu ser, dado que este não nasceu pronto, erguendo o seu próprio edifício existencial, dispondo cada elemento no seu devido lugar. Mas, se por um lado os pais não constroem o edifício existencial dos seus filhos, por outro, ao menos eles podem lançar os fundamentos, onde este deverá ser erguido na história. E edifício sólido e estável somente poderá ser construído sobre base sólida, caso contrário, este poderá cair e causar a ruína de quem o habitava (cf. Mt 7,24-29). E sobre a importância decisiva dos pais na educação nos filhos nos recordou o *Concílio Vaticano II*:

Os filhos sejam educados de tal maneira que, ao atingir a idade adulta, possam seguir com pleno senso de responsabilidade sua vocação, inclusive a religiosa, e escolher um estado de vida no qual, se vierem a se casar, possam constituir a família em boas condições morais, sociais e econômicas²⁵⁰.

Notemos que a responsabilidade requerida aos filhos no futuro de sua história é compreendida como algo apreendido no processo educativo anterior às circunstâncias do seu exercício. Com testemunhos e palavras os pais devem ajudar os filhos a formarem um bom caráter, fazendo-os assimilar qual será a melhor conduta a ser seguida em suas decisões pessoais. A transmissão de princípios humanos e cristãos será como que luzes a iluminarem a existência desses. Segui-los ou não será sempre uma decisão pessoal. Não é demais recordarmos que o exercício da liberdade deve ser feito com responsabilidade.

²⁴⁹ JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*, n° 18, pp. 67-68.

²⁵⁰ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, n° 52, pp. 202-203.

O dom da disponibilidade interior que moveu a mulher a abrir-se e acolher a nova vida que chegava e, simultaneamente, contagiou o homem nesta mesma direção, deve ser o motivador de ambos no empenho da educação dos filhos no decorrer de toda a história. A educação dos filhos é um processo interativo ininterrupto, que requer doação constante de educadores e educandos. Tal processo conduz os membros da família à comunhão no amor, como nos recordou o Beato João Paulo II:

Um momento fundamental para construir uma comunhão semelhante é constituído pelo intercâmbio educativo entre pais e filhos, no qual cada um deles dá e recebe. Mediante o amor, o respeito, a obediência aos pais, os filhos dão o seu contributo específico e insubstituível para a edificação de uma família autenticamente humana e cristã. Isso ser-lhes-á facilitado se os pais exercerem a sua autoridade irrenunciável como um “ministério” verdadeiro e pessoal, ou seja, como um serviço ordenado ao bem do humano e cristão dos filhos, ordenado particularmente à proporcionar-lhes uma liberdade verdadeiramente responsável; e se os pais estiverem viva a consciência do “dom” que recebem dos filhos²⁵¹.

Educando os filhos, os pais colaboram diretamente na formação de possíveis pessoas preparadas para enfrentarem os desafios da vida concreta. Dizemos “possíveis”, pois, para passarem da possibilidade à realidade de fato, cada um terá que dar a sua contribuição pessoal, colocando em prática aquilo que dos pais receberam. Somente assim prolongarão na história a riqueza que ajuntaram na família de onde saíram, isto é, uma sólida educação. Simultaneamente, os pais colherão os frutos daquilo que semearam no interior da família. A alegria será grande para todos. Desta forma, vale a pena investir numa educação consistente, fundada nos valores humanos e cristãos. Este intercâmbio de dons entre pais e filhos edifica a família e toda a sociedade humana, abrindo a esperança de um mundo mais fraterno e de paz.

Enfim, vimos que quando falamos de naturalidade do matrimônio compreendemos as notas ou os valores que se inserem no âmbito da natureza humana estabelecida por Deus. Deus, ao criar o homem e a mulher como ápice de toda a obra que fizera, e, simultaneamente, criar o próprio matrimônio, inscreveu originariamente no coração deles as normas que deveriam nortear o pacto conjugal. Tais normas consistem no bem dos cônjuges e a procriação da prole e a sua consequente e necessária educação. E essas notas devem ser seguidas por todos, pelo fato de serem humanos, prescindindo de credo, cultura ou condição social. É como uma base natural onde se apoia e torna possível a convivência familiar, fundada no matrimônio entre um homem e uma mulher. Ambos sentem-se impelidos de buscarem o bem um do outro e de se tornam colaboradores do Deus Criador, quando com liberdade e responsabilidade concebem a vida humana, transmitindo a imagem e semelhança

²⁵¹ JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã n mundo de hoje*, nº 21, pp. 37-38.

divina ao novo ser que nasce. Neste ato os pais prolongam para a posteridade o seu próprio ser. Após contemplarem-se nos filhos, os pais se empenham na arte de educá-los a fim de instruí-los para conviverem pacífica e harmoniosamente na sociedade humana, porém, cada um, pessoalmente, deve assumir o compromisso de direcionar e realizar a sua própria existência. O que pretendemos agora é refletir sobre a sacramentalidade do matrimônio, mostrando que Jesus Cristo/Esposo o elevou a uma condição sublime, quando, com palavras e atos, ele manifestou o seu eterno amor pela Igreja /Esposa, atestando a fidelidade de Deus à humanidade e tornando-se o modelo perfeito a ser seguido por todos os cristãos.

2.2.2 – A Sacramentalidade do Matrimônio

Vimos na seção anterior que o matrimônio entre o homem e a mulher, criados à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,27) foi também, originariamente, querido e criado pelo mesmo Deus (cf. Gn 2,24). Assim, esta sagrada instituição não dependeu do arbítrio humano para começar a existir. A sua existência é de direito natural. Nem mesmo o castigo do pecado original, nem a condenação do dilúvio foram capazes de abolir a benção dada pelo Criador a esta união estabelecida desde o início²⁵². Nem mesmo a prescrição mosaica de dar carta de divórcio em caso de repúdio prevaleceu sobre a santidade original do matrimônio designada por Deus (cf. Mt 19,8). A dureza de coração deu lugar ao amor indissolúvel entre os esposos. Encontram-se intrínsecos neste pacto conjugal valores humanos capazes de nortear o cotidiano da vida, possibilitando aos envolvidos trilharem um caminho para a felicidade e à realização dos seus seres, que já não são dois, mas uma só carne (cf. Gn 2,24), não obstante os desafios experimentados. Nisto consistiu o que denominamos como naturalidade do matrimônio.

Agora voltarmos a nossa reflexão em torno à sacramentalidade do matrimônio. Compreendemos a sacramentalidade do matrimônio como a elevação da naturalidade do mesmo a um grau sublime de (sacramento)²⁵³, realizada mediante a encarnação do Filho de Deus e a sua ulterior entrega voluntária e por amor à Igreja, até a morte e morte de cruz e a sua gloriosa ressurreição. Assim, o evento pascal torna-se o referencial que deve nortear toda a vida matrimonial cristã. O sacramento do matrimônio é também um sinal sensível e eficaz da graça salvífica²⁵⁴. Este sacramento, como todos os demais sacramentos, é como que fruto

²⁵² Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ritual do Matrimônio*, p. 36.

²⁵³ Conferir esta mesma tese em: CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, pp. 64-65. E também: HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, pp. 32-33.

²⁵⁴ Cf. HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, p. 32.

do Mistério Pascal de Cristo na celebração da liturgia “sacramental” da Igreja²⁵⁵. E é ainda importante ressaltar que a sacramentalidade do matrimônio está intimamente ligada ao caráter batismal impresso na pessoa dos contraentes²⁵⁶.

Usando a sua pedagogia própria, Deus preparou a aliança nupcial em sua relação com o povo de Israel. Chegada à plenitude dos tempos, quis Deus enviar-nos o seu próprio Filho, nascido de uma mulher (cf. Gl 4,4). Encarnando-se, ensinando para nós os mistérios do seu Reino, entregando a sua vida por nós na cruz, ressuscitando dos mortos ao terceiro dia e subindo aos céus, Jesus Cristo uniu-se de certa maneira com toda a humanidade salva por ele, preparando, assim, “as núpcias do Cordeiro”²⁵⁷.

Quanto ao matrimônio, Jesus Cristo remontou ao projeto originário de Deus²⁵⁸, como mencionamos no parágrafo anterior e aprofundamos na reflexão do texto de Mt 19,1-9, renunciou a bondade do casamento no sinal realizado nas bodas de Caná da Galileia (cf. Jo 2,1-11) e revelou a plenitude deste mistério sobre o madeiro da cruz, onde ele se doou inteiramente à sua Esposa, a Igreja, por um ato de extremo amor. A relação de amor entre Cristo/Esposo e a Igreja/Esposa ilumina e revela a sublimidade do pacto conjugal querido pelo Criador desde o início (cf. Ef 5,32). Entre os batizados, esta instituição natural é elevada à condição de Sacramento. Sobre isto disseram os Padres Conciliares:

Cristo Senhor abençoou largamente esse amor multiforme originado da fonte da caridade divina e constituído à imagem de sua própria união com a Igreja. Pois, como outrora Deus tomou a iniciativa do pacto de amor e fidelidade com seu povo, assim agora o Salvador e o Esposo da Igreja vem ao encontro dos cônjuges cristãos pelo sacramento do matrimônio. Permanece daí por diante com eles a fim de que, dando-se mutuamente, se amem com fidelidade perpétua, da mesma forma como Ele amou a sua Igreja e por ela se entregou²⁵⁹.

O que fora instituído desde o princípio da Criação como uma realidade natural é envolvido agora por uma graça sobrenatural, por pura iniciativa da caridade divina, em Jesus Cristo, o Filho Único de Deus e Filho do Homem. E não somente isto. A graça santificante do matrimônio é realizada pessoalmente por Cristo e a Igreja, tornando-se o modelo perfeito para todos os casais cristãos. Esta relação salvífica deve iluminar e estimular os batizados a nortearem a existência quotidiana de suas vidas. A relação conjugal e todas as relações familiares devem imitar a mesma caridade que levou o Senhor a dar a sua vida pela Igreja.

²⁵⁵ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n° 1076, p. 304.

²⁵⁶ Cf. HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, p. 33.

²⁵⁷ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n° 1612, 441.

²⁵⁸ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n° 1613, 441.

²⁵⁹ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, n° 48, pp. 196-197. Conferir também: JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*, Cân. 1055, p. 465.

Assim recordou o Beato João Paulo II: “*Os esposos são, portanto, para a Igreja, o chamamento permanente daquilo que aconteceu sobre a Cruz; são um para o outro, e para os filhos, testemunhas da salvação da qual o sacramento os faz participar*”²⁶⁰ Cada um deve assumir os mesmos sentimentos de Jesus Cristo (cf. Fl 2,5). E através do sacramento do matrimônio os cônjuges e toda a família podem contar com a presença contínua do Filho de Deus no meio deles: “*Eis que eu estarei convosco todos os dias, até a consumação dos séculos*” (Mt 28,20). E a sua presença é para auxiliar e confortar a todos na missão que receberam, pois ele quer mais a misericórdia e não o sacrifício (cf. Mt 9,17). E o projeto de Deus acerca do matrimônio, ratificado em e por Jesus Cristo (cf. Mt 19,6) não é um fardo pesado demais e irrealizável para os cônjuges cristãos, mas o próprio Senhor lhes dá a força e a graça para viverem o casamento na nova dimensão do Reino de Deus. É preciso que cada um, seguindo ao Senhor, renunciando a si mesmo e tomando a sua cruz (cf. Mc 8,34) compreenda o sentido originário de matrimônio, empenhe-se em vivê-lo e conte com a valiosa ajuda de Cristo²⁶¹.

À luz do sacramento do matrimônio é possível traçarmos um paralelo entre o amor humano, que leva uma das partes a encontrar na outra algo que lhe complementasse e o atraísse, e a graça do amor divino, que é derramado no coração dos cônjuges no ato da celebração litúrgica, devendo acompanhá-los por todo este novo estado de vida. Concebemos o amor humano como uma força de atração capaz de levar o homem a desvincular-se de sua família, deixando pai e mãe (cf. Gn 2,24) para unir-se à sua mulher. Este amor é o fundamento natural e necessário onde se apoiará a graça do amor divino. Já o amor divino o concebemos como a doação livre e voluntária de Jesus Cristo pela Igreja, no sacrifício da cruz e da ressurreição. Uma vez que o amor divino é derramado no coração do homem e da mulher, ambos devem passar a seguir a mesma lógica que levou o Filho de Deus a entregar-se por nós. Este amor é total, exclusivo e indissolúvel. E para experimentar esta lógica é imprescindível o dado da fé. E isto não significa dar adesão a uma decisão ética ou a uma grande ideia, mas a essência do ser cristão consiste no encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que confere à vida um rumo decisivo, Jesus Cristo²⁶². E sobre o fato do amor conjugal ser assumido pelo amor divino escreveram os Padres Conciliares:

O autêntico amor conjugal é assumido no amor divino, e é guiado e enriquecido pelo amor redentor de Cristo e pela ação salvífica da Igreja para que os esposos sejam conduzidos eficazmente a Deus e ajudados e confortados na sublime missão de pai e mãe. Por isso os esposos cristãos são

²⁶⁰ JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã no mundo de hoje*, p. 22.

²⁶¹ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n° 1615, p. 442.

²⁶² Cf. BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulinas, 2006, n° 1, p. 3.

robustecidos e como que consagrados para os deveres e dignidades de seu encargo por um sacramento especial²⁶³.

Sendo assim, é de fundamental importância para os cristãos contrair o sacramento do matrimônio. Casar na Igreja, como rotineiramente dizemos, não se reduz a um ato meramente social ou fruto de uma tradição familiar, mas é um ato de fé, um modo concreto e eficaz dos cônjuges se unirem ao mistério salvífico realizado por Jesus Cristo, mediante o seu amor total à Igreja. Sobre isto escreveu o Beato João Paulo II: “*Em virtude da sacramentalidade do seu matrimônio, os esposos estão vinculados um ao outro da maneira mais profundamente indissolúvel. A sua pertença recíproca é a representação real, mediante o sinal sacramental, da mesma relação de Cristo com a Igreja*”²⁶⁴. Longe de causar qualquer transtorno na vida dos esposos, como alguns dizem, o sacramento do matrimônio é uma graça especial que Deus confere, através da Igreja, a todos aqueles que sincera e livremente se aproximam dele. E a graça santificante do sacramento do matrimônio é dada aos cônjuges enquanto celebram o sacramento, mas também perdura neles por toda a vida, como afirmou o Papa Pio XI na Carta Encíclica *Casti Connubi*²⁶⁵, a fim de que todos sejam perfeitos, como Deus é perfeito (cf. Mt 5,48).

A família, qual Igreja doméstica, iluminada pela mesma fé, unida na mesma esperança, empenhada na servidão mútua, deve tornar-se uma comunidade de vida e de amor, testemunha do Evangelho, realizando a vocação de ser sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5,13-16). A presença da família cristã no meio do mundo deve ser um estímulo para outras pessoas seguirem na mesma direção. A experiência multiforme de amor no seio desta deve recordar que a vocação última de todo ser humano é amar. O testemunho dado deve ser capaz de atrair outras famílias para Cristo. A vocação universal à santidade, que é de todos os batizados, abarca também os membros da família, como nos atestam os Padres Conciliares: “*É assim evidente que todos os fiéis cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade*”²⁶⁶.

Quanto à necessidade dos esposos cristãos tornarem-se, no interior da família, colaboradores livres e responsáveis do Deus Criador, mediante a transmissão da vida, decorre,

²⁶³ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, nº 48, p. 197. O Papa João Paulo II afirmou que o amor divino assume o amor conjugal natural, conferindo-lhe um significado novo que não só o purifica e o consolida, mas eleva-o a ponto de torná-lo a expressão dos valores propriamente cristãos. Cf. JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã no mundo de hoje*, nº 13, p. 23.

²⁶⁴ JOÃO PAULO II. *A Missão da Família cristã no mundo de hoje*, nº 13, p. 22.

²⁶⁵ CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*, p. 68.

²⁶⁶ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Lumen Gentium*. Constituição Dogmática sobre a Igreja, nº 40, p. 81.

principalmente, do fato de Deus ser o Deus dos vivos e não dos mortos (cf. Mt 22,32). E o amor divino é a fonte inesgotável e transbordante de vida. Já a exigência de eternidade da vida é decorrente deste amor que foi derramado sobre nós, em Jesus Cristo. Além disso, a necessidade natural de perpetuarem a espécie faz dos cônjuges, através do consórcio do matrimônio e da experiência do amor conjugal, abrirem-se e doarem-se para além de si mesmos, gerando uma nova vida no mundo. A cultura da vida deve prevalecer sobre toda e qualquer mentalidade contraceptiva.

Enfim, o projeto de Deus acerca do matrimônio configura-se como uma realidade progressiva. A naturalidade deste instituto querida pelo Criador desde o princípio não foi anulada por Jesus Cristo, quando chegara à plenitude dos tempos. Antes, ele a ratificou e a elevou à condição de sacramento. A relação de amor entre Jesus Cristo/Esposo e a Igreja/Esposa é o referencial que deve iluminar a vida matrimonial de todos os casais cristãos e de toda a família. A multiforme experiência de amor no seio familiar deve seguir a mesma lógica Daquela que nos amou até o fim. A fé é indispensável para adentrar-se na dimensão do mistério contido no sacramento do matrimônio.

2.2.3 – Sobre o Consentimento Matrimonial

Após termos tratado, em linhas gerais, sobre a naturalidade e a sacramentalidade do matrimônio, mostrando que são como que duas faces da mesma realidade, onde a segunda pressupõe e envolve a primeira e a eleva a um grau sublime, unindo-a ao mistério de Cristo e a Igreja e tornando-a um sinal eficaz da graça divina, pretendemos agora, percorrer em torno ao consentimento matrimonial, por considerá-lo como elemento essencial do pacto matrimonial, tanto natural como sacramental. E ainda, como desde o início desta pesquisa nos dispomos a seguir a estrutura básica da liturgia matrimonial, consideramos necessária a tratativa do tema mencionado, por ser parte essencial da liturgia sacramental do matrimônio. Limitar-nos-emos a apresentar o conteúdo do Cân. 1057, do *Código de Direito Canônico*. Nesse encontraremos os elementos fundamentais do consentimento, tais como: sua natureza, função e conteúdo. Somos conscientes da complexidade que envolve este tema e explorá-lo ao máximo fugiria do objetivo desta reflexão. Além do que já dissemos, importa-nos ainda aludir ao conteúdo do consentimento matrimonial expresso pelos noivos no ato da celebração litúrgica do matrimônio, a fim de recordarmos as consequências deste ato para toda a vida dos cônjuges.

No âmbito do direito o termo consentimento compreende: “a um ato da vontade mediante o qual a pessoa humana aceita livremente um conteúdo jurídico determinado”²⁶⁷. Notemos que, em geral, consentir significa que a pessoa humana deve querer livremente assumir um determinado conteúdo jurídico como pertencente a si. A liberdade da vontade é algo essencial para que o consentimento seja juridicamente válido. Quando falamos de direito matrimonial, o conteúdo jurídico determinado irá referir-se ao matrimônio. Portanto, vejamos o que nos diz o *Código de Direito Canônico* no Cân. 1057:

§ 1 – É o consentimento das partes legitimamente manifestado entre pessoas juridicamente hábeis que faz o matrimônio; este consentimento não pode ser suprido por nenhum poder humano;

§ 2 – O consentimento matrimonial é o ato de vontade pelo qual um homem e uma mulher, por aliança irrevogável, se entregam e se recebem mutuamente para constituir o matrimônio²⁶⁸.

Interessa-nos neste momento refletir sobre o “ato de consentir” e as suas implicações para aquele que o pratica. Em seguida, sempre em relação ao matrimônio, refletiremos sobre o “conteúdo consentido” pelos noivos. O nosso objetivo é mostrar quais as reais consequências que decorrem para toda a vida quando, na celebração matrimonial, cada parte profere à outra o seu consentimento. Esta distinção entre o ato de consentir e conteúdo consentido a consideramos pertinente devido ao fato de, enquanto o ato de consentir obedece sempre à mesma estrutura de procedimento em todos os casos, o conteúdo consentido será sempre determinado por um objeto que lhe é próprio, diferenciando de acordo com a natureza deste.

Partindo do Cân. 1057 § 1 podemos distinguir quatro afirmações fundamentais quanto ao ato de consentir²⁶⁹:

a) *O consentimento tem valor constitutivo para o matrimônio.* Dizemos com isso que o consentimento é elemento essencial do matrimônio. Não lhe é um acessório, mas é aquele elemento que faz com que o matrimônio seja matrimônio de fato. Os demais elementos que fazem parte da celebração matrimonial, como por exemplo as testemunhas, as demais partes do rito entre outras coisas, são no máximo, condições para que o consentimento alcance a sua eficácia jurídica ou para seja dado de forma lícita. O matrimônio é um contrato consensual, enquanto o consentimento é a sua causa eficiente.

b) *O consentimento é absolutamente necessário para a existência do matrimônio.* Isto significa que sem o consentimento dado pelas duas partes não pode existir um matrimônio. Sendo assim, o matrimônio é um negócio jurídico sumamente pessoal.

²⁶⁷ HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, p. 121.

²⁶⁸ JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*, Cân. 1057, p. 467.

²⁶⁹ Para estas quatro afirmações conferir: HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, p. 122.

c) Sendo de caráter personalizado o consentimento matrimonial, *este não pode de maneira alguma ser suprido por ninguém*, quer sejam os pais ou qualquer autoridade civil ou eclesiástica.

d) Em vista de atingir a sua eficácia jurídica, o *consentimento deve ser dado por partes hábeis e deve ser legitimamente manifestado*.

Além dessas quatro afirmações quanto ao consentimento matrimonial como um ato jurídico canônico, afirmamos que, antes de tudo, o consentimento matrimonial deve configurar-se como um ato de fé. É óbvio que a natureza destes dois atos não se contradiz, mas o dado da fé antecede aquilo que depois é normatizado. O noivo e a noiva não manifestam livremente o seu consentimento de se unirem num íntimo consórcio por toda vida por causa da força de uma norma jurídica canônica, mas por acreditarem na graça santificante do sacramento do matrimônio, que os incorpora ao mistério salvífico de Cristo com a Igreja e os faz sinais sensíveis da bondade divina no meio do mundo. Não é absurdo afirmarmos que o consentimento matrimônio como um ato de fé seja o substrato onde se apoia o mesmo consentimento como ato jurídico canônico. Ninguém se torna obediente da norma pela norma, mas sim pela fé.

Retornando às quatro afirmações decorrentes do Cân. 1057 § 1, fica claro que o consentimento matrimonial constitui a própria natureza do matrimônio. É através dele que se estabelece o pacto consensual entre um homem e uma mulher. Com este ato, extremamente pessoal, ambos devem manifestar com vontade livre o desejo de se unirem, num movimento de dar-se e receber a outra parte (nesta proposição concentra-se a natureza e a função do consentimento matrimonial). Neste ato a responsabilidade pelos deveres a serem cumpridos e os direitos a serem gozados recai sobre os autores do mesmo. Ninguém pode assumir por nenhuma das partes em questão tal função. Portanto, a natureza do ato consensual é extremamente pessoal. Disso decorre a importância do homem e da mulher estarem amadurecidos o suficiente nas várias dimensões que constituem a nossa existência para abraçarem tamanha empresa. Por exemplo, atualmente, alguém poderia juridicamente possuir a idade canônica para o matrimônio (16 anos para a mulher e 18 anos para o homem), mas, quem sabe, não teriam a maturidade devida para constituírem este pacto. Esta e outras questões similares merecem a nossa atenção pastoral, em vista do bem das próprias pessoas envolvidas e de toda a família.

Já o conteúdo do ato do consentimento matrimonial está intimamente relacionado pela definição de matrimônio a partir do Cân. 1055 § 1 que diz: “O Pacto matrimonial, pelo qual o homem e a mulher constituem entre si um consórcio de toda a vida, por sua índole natural

ordenado ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, entre batizados foi elevado por Cristo Senhor à dignidade de sacramento”²⁷⁰. Notemos que a natureza do consórcio matrimonial entre o homem e a mulher é por toda a vida. Ora, se é o consentimento matrimonial que faz o matrimônio, como dissemos no parágrafo anterior, e considerando a definição que demos de matrimônio, é inevitável que o consentimento seja dado para o consórcio íntimo de toda a vida entre as partes. É o que nos diz o parágrafo segundo do Cân. 1057: “O consentimento matrimonial é o ato de vontade pelo qual um homem e uma mulher, por aliança irrevogável, se entregam e se recebem mutuamente para constituir o matrimônio”²⁷¹. Por fim, o consentimento matrimonial faz clara referência às propriedades essenciais do matrimônio, isto é, a unidade e a indissolubilidade²⁷².

Após refletirmos sobre o ato do consentimento matrimonial como um negócio jurídico e também de fé, citamos agora o conteúdo do consentimento matrimonial, que denominamos como conteúdo consentido no ato do consentimento, expresso pelos noivos no decorrer da celebração litúrgica do matrimônio, em vista de mostrarmos quais são as consequências para toda vida de ambos. Segue:

O noivo diz:

“Eu, N.,
te recebo, N., por minha esposa
e te prometo ser fiel,
amar-te e respeitar-te
na alegria e na tristeza, na saúde e na doença,
todos os dias da nossa vida.

A noiva diz:

Eu, N.,
te recebo, N., por meu esposo
e te prometo ser fiel,
amar-te e respeitar-te
na alegria e na tristeza, na saúde e na doença,
todos os dias da nossa vida”²⁷³.

Antes propriamente dos noivos manifestarem o seu consentimento, eles são interrogados pelo ministro assistente se é de livre e espontânea vontade que se decidiram pelo sacramento do matrimônio, se prometem um ao outro amor e fidelidade por toda a vida e, se oportuno, se estão dispostos a receber com amor os filhos que serão confiados por Deus a eles, procurando educá-los na lei de Cristo e da Igreja. Notemos que tais questões sintetizam

²⁷⁰ JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*, Cân. 1055, § 1, p. 465.

²⁷¹ JOÃO PAULO II. *Código de Direito Canônico*, Cân. 1057, § 2, p. 467. A tese de que o conteúdo do ato do consentimento matrimonial seja dado para o consórcio íntimo de toda a vida é defendida por: HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, p. 123.

²⁷² Cf. HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*, p. 124.

²⁷³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ritual do Matrimônio*, p. 43.

as notas essenciais da definição de matrimônio segundo o Cân. 1055 § 1. É essencial que os noivos estejam de acordo com tais condições para que contraiam validamente o sacramento. Feito tal procedimento, os noivos dão um ao outro a mão direita. É um gesto simbólico. A união das mãos (direita) expressa o desejo de comunhão de vida entre eles, é sinal do pacto que imediatamente será selado. É a manifestação do livre desejo de constituírem o instituto consensual do matrimônio para a vida toda. É o sinal do comprometimento de não serem mais dois, mas uma só carne. Uma vez manifesto o consentimento por parte dos noivos, estes se tornam marido e mulher, constituindo uma nova família. Por sua vez, o ministro assistente acolhe, em nome da Igreja, o consentimento deles e declara: “Deus confirme este compromisso que manifestastes perante a Igreja e derrame sobre vós as suas bênçãos! Ninguém separe o que Deus uniu²⁷⁴!” A comunhão de vida entre marido e mulher é levada a cabo pelo próprio Deus, pela graça do sacramento que eles realizaram. Tal comunhão matrimonial é o alicerce onde se apoia a família segundo o desígnio divino. Tanto o matrimônio quanto a família são bens que pertencem a Deus e que foram confiados aos cuidados do homem e da mulher. O desejo de Deus é que eles sejam servos bons e fiéis e produzam frutos abundantes e os apresentem ao patrão quando ele retornar de viagem (Mt 25,21).

Segundo o que afirmamos sobre o consentimento matrimonial, este é o coração da liturgia sacramental do matrimônio. É a essência, em torno da qual intercalam-se todos os demais elementos da celebração. Nenhum outro elemento poderia minimizar a importância do consentimento, pelo contrário, deve evidenciá-lo como uma realidade necessária para determinar o significado mais profundo do pacto matrimonial. Pena que, às vezes, as tantas pompas envoltas numa celebração do matrimônio acabam desviando o foco do essencial para assessórios bem menos importantes. E não são poucas as consequências negativas disso. Não faltam casais que têm dificuldades de descobrirem o sentido mais nobre da família que constituíram com a realização do sacramento do matrimônio. É através do conteúdo consentido pelos noivos que Deus confere, mediante a Igreja, o sentido último para a vida dos esposos.

Já no batismo fomos configurados a Cristo como novas criaturas. Tornamo-nos seus discípulos/missionários no coração da Igreja. Nele fomos educados na fé que recebemos e dele aprendemos o Caminho a Verdade e a Vida (cf. Jo 14,6). Para aqueles que contraem o sacramento do matrimônio, esta é a ocasião de conformarem a suas vidas com a do seu

²⁷⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ritual do Matrimônio*, p. 44.

Senhor e Mestre (cf. Jo 13,13), imitando tudo aquilo que ele fez para a nossa salvação, no interior da família, a comunidade onde o amor tem multiformas. E como já dissemos repetidas vezes, a decisão que leva um homem e uma mulher de se casarem na Igreja é ato que se apoia, antes de tudo na fé. E essa decisão é como uma resposta humana a Deus, o autor de toda vocação. Ninguém se escolhe para o sacramento do matrimônio ou para qualquer outro estado de vida, mas é sempre Deus que escolhe os que ele quer (cf. Mc 3,13) e os capacita para a missão.

A partir disso e do conteúdo consentido pelos noivos no ato do consentimento matrimonial, concluímos que:

a) A fonte de toda a vida cristã, inclusive da liturgia, é o Mistério Pascal realizado por Jesus Cristo, manifestando o seu amor único e irrevogável pela Igreja.

b) O sacramento do batismo nos incorpora neste mistério, pela fé que recebemos, nos faz filhos de Deus, membros da Igreja e discípulos/missionários de Jesus Cristo.

c) Aqueles que contraem o sacramento do matrimônio direcionam a missão de servirem o Senhor, já recebida no batismo, para o interior da família, comunidade de amor e vida.

d) O sacramento do matrimônio confere uma graça especial para aqueles que abraçaram este estado de vida, capaz de santificá-los, de ajudá-los a realizarem a missão que receberam e de se tornarem sinais sensíveis da bondade de Deus.

e) Do conteúdo consentido no ato do consentimento matrimonial decorre o “conteúdo programático” da vida do casal. Além de um comprometimento jurídico canônico, o casal, pela fé, compromete-se a trilhar o caminho de amor que levou Jesus Cristo a doar livre e voluntariamente a sua vida pela Igreja. Unidos intimamente por uma aliança de amor única e indissolúvel, portanto, por toda a vida, marido e mulher deverão procurar imitar os atos e as palavras do Senhor no quotidiano de sua história. A doação mútua, a fidelidade, o amor, o respeito em toda e qualquer circunstância (na alegria e na tristeza, na saúde e na doença) enquanto peregrinarem neste mundo, expressam a síntese de todo o projeto de vida que eles deverão realizar. Os critérios que devem nortear a vida dos dois, que não são mais dois, mas uma só carne (cf. Gn 2,24) , são os mesmo que nortearam a relação de amor entre Jesus Cristo/Esposo e a sua Igreja/Esposa. Esta é a condição real e necessária para eles. Assim, marido e mulher estarão inseridos neste Grande Mistério (cf. Ef 5,32).

2.1.4 – O simbolismo das Alianças, a Bênção Nupcial e a Eucaristia.

Vimos na seção anterior o papel essencial que exerce o consentimento matrimonial no sacramento do matrimônio. É como o coração deste, o fundamento onde todos os demais elementos se apoiam. É nele que, cada parte, livremente, expressa o seu desejo de se unir à outra por um pacto de amor único, total e indissolúvel. Neste momento refletiremos sobre o simbolismo das alianças para os esposos, a bênção nupcial e a importância da Eucaristia na vida da nova família. Mesmo conscientes da escassez bibliográfica sobre os dois primeiros temas, consideramos oportuno elaborar uma breve reflexão sobre estes, dada a relevância que eles possuem para os cônjuges.

Em nossos dias é comum encontramos casais de namorados que, depois de certo tempo de relacionamento, colocam uma aliança na mão direita um do outro em sinal de compromisso. Comumente falamos que é um símbolo de comprometimento entre eles. É sinal visível de que algo os liga mais seriamente. O uso da aliança passa a ser importante para eles. É quase uma recordação constante do significado que a outra parte tem na sua vida.

De modo mais solene e comprometedor, é a troca das alianças quando o casal de namorados decide de se noivarem. E este costume do par trocar entre si um anel ou um bracelete em sinal de compromisso entre eles parece remontar a tempos do Antigo Testamento²⁷⁵. Em muitas ocasiões se reúnem os familiares e amigos mais próximos e oficializam este momento da história da vida dos dois. Alguns, até mesmo se dirigem à Igreja e pedem uma bênção do Padre ou do Pastor para as alianças e para eles. Agora não é mais somente um compromisso com o outro, mas começam juntos a traçar um projeto concreto de vida, isto é, de constituírem uma família. Fortalecem os sonhos comuns entre eles. Abre-se um horizonte belo e amplo para os noivos. O sentimento entre eles ganha uma intensidade maior. O sonho de terem uma moradia própria, o desejo de adquirirem o essencial para viverem dignamente, as economias que passam a fazer em conjunto e outras iniciativas similares toma conta do cotidiano deles.

Mas é na ocasião do matrimônio, quer seja civil ou religioso, que as alianças ganham um significado definitivo para os esposos. As alianças com o nome dos esposos gravados nelas configuram-se como testemunhas, por si, de que existe um pacto de amor entre eles. Carregar a aliança com o nome do outro é uma afirmação natural do seu sim dado à outra parte por toda a vida. Os dois formam uma única carne.

²⁷⁵ Cf. ALEXANDER, Pat (diretor). *Enciclopédia ilustrada da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 226.

Especificamente, na celebração do sacramento do matrimônio, as alianças ganham um simbolismo muito fecundo. Tal simbolismo envolve não somente um comprometimento humano e natural entre os esposos, mas ganha também imensa conotação de fé. Vejamos primeiramente o que diz a fórmula da benção das alianças:

*“Deus abençoe estas alianças que ides entregar um ao outro em sinal de amor e fidelidade”*²⁷⁶.

Agora as alianças manifestam não somente um sinal de amor entre marido e mulher, mas tornam-se um símbolo da instituição sacramental do matrimônio. Elas simbolizam para os dois, o pacto de amor entre eles e deles com o Senhor e a Igreja. As alianças são tomadas da força misteriosa da benção e recordam para os esposos a companhia bondosa de Deus que as abençoou, e através delas estendeu o seu favor àqueles que irão trocá-las. O significado da benção sempre foi muito valioso no mundo bíblico e continua ainda vivo na tradição religiosa popular em nossos dias. São inúmeras as passagens bíblicas tanto no Antigo como no Novo Testamento que aludem a este tema. Afirmamos que a benção:

...é um dom que atinge a vida e seu mistério, é um dom expresso pela palavra e por seu mistério. A benção é tanto palavra quanto dom, é tanto ben(dição) quanto bem, por que o bem que ela traz não é um objeto preciso, um dom definitivo, porque ela não é da área do ter e sim do ser, porque ele não depende da ação do homem e sim da criação de Deus²⁷⁷.

Assim, a benção das alianças quase que re-significa essas para os esposos. Elas adquirem algo de misterioso e bendito. Não são mais como aquelas do tempo de compromisso no namoro e nem como as do noivado. Elas tornam-se algo novo, muito mais representativo para eles. Elas recordam a aliança de Deus com o seu povo, passando desde Noé, Abraão, Moisés, os profetas, até chegar à nova e eterna aliança em Jesus Cristo com a Igreja. E não é somente uma recordação de algo passado, mas uma forma de inseri-los na lógica deste mistério. A aliança entre os esposos deverá seguir o mesmo caminho que levou Deus a amar fielmente o seu povo e que, na plenitude dos tempos, levou Jesus Cristo a amar até o fim a sua Igreja, dando a sua vida por ela na cruz. E é justamente isso que eles expressarão na entrega das alianças, como segue:

O esposo:

N., recebe esta aliança em sinal do meu amor e da minha fidelidade.
Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.

A esposa:

N., recebe esta aliança em sinal do meu amor e da minha fidelidade.
Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo²⁷⁸.

²⁷⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ritual do Matrimônio*, p. 45.

²⁷⁷ LEON-DUFOUR S.J., Xavier (diretor). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 103.

²⁷⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ritual do Matrimônio*, p. 45.

A aliança abençoada torna-se sinal do amor e da fidelidade do esposo pela esposa e vice-versa. É uma declaração solene de doação mútua e exclusiva. É uma demonstração de comprometimento para sempre com o outro. E tal ato é realizado em nome próprio, e simultaneamente, em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo. Desta forma, o amor e a fidelidade entre os esposos devem seguir os mesmos moldes do amor e da fidelidade de Jesus Cristo/Esposo com a sua Igreja/Esposa. Se já pelo batismo eles foram configurados em Cristo, agora deverão se dispor, como batizados, a seguirem Jesus Cristo no coração da família. O pacto de amor selado com o consentimento matrimonial é exteriorizado com as alianças. As alianças são símbolos dele.

Outro momento que destacamos na celebração do sacramento do matrimônio é o da bênção nupcial. Sobre a importância da bênção, enquanto tal, mencionamos sinteticamente na nota anterior. Limitaremos a citar a fórmula da bênção nupcial e fazermos uma breve reflexão sobre a relevância e significado da mesma para os esposos. Segue:

Ó Deus, Vós unis a mulher ao marido e dais a esta união estabelecida desde o início a única bênção que não foi abolida, nem pelo castigo do pecado original, nem pela condenação do dilúvio.

Volvei o vosso olhar de bondade sobre estes vossos filhos, que, unidos pelo vínculo do matrimônio, esperam ser fortalecidos pela vossa bênção: enviai sobre eles a graça do Espírito Santo, para que, impregnados da vossa caridade, permaneçam fiéis na aliança conjugal.

O amor e a paz permaneçam no coração da vossa filha N.; e ela busque o exemplo de santas mulheres, exaltadas com louvores nas Sagradas Escrituras. Nela confie o seu marido; e saiba honrá-la com a devida estima, reconhecendo-a companheira e co-herdeira da vida divina, e amando-a com aquele amor com que Cristo amou a sua Igreja.

Nós vos pedimos, ó Pai, que estes vossos filhos permaneçam firmes na fé e amem os vossos mandamentos; que se conservem fiéis um ao outro e sejam para todos um exemplo. Animados pela força do Evangelho, sejam entre todos verdadeiras testemunhas de Cristo. (Sejam eles fecundos em filhos, pais de comprovada virtude, e possam ver os filhos de seus filhos).

Enfim, após uma vida longa e feliz, alcancem o reino do céu e o convívio dos santos. Por Cristo, Nosso Senhor. R/. Amém²⁷⁹!

Quando tratamos da naturalidade do matrimônio vimos que, mesmo com a queda do primeiro casal, como consequência do pecado original e nem pela condenação do dilúvio Deus aboliu a bênção dada a eles no princípio da criação (cf. Gn 1,28). Este é o conteúdo do primeiro parágrafo da bênção nupcial. Dizemos que, agindo assim, foi uma forma do Criador permanecer misteriosamente na vida do homem e da mulher, unidos naturalmente por um pacto de amor. É a certeza de que o Bem maior de toda criatura ficou presente junto delas. É o próprio Deus que enaltece o valor sagrado do instituto do matrimônio. É prova da fidelidade

²⁷⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ritual do Matrimônio*, pp. 47-48.

do Senhor que não abandona jamais aqueles que Ele criou, em vista da salvação. Decaídos no pecado, o homem e a mulher seriam regenerados em Cristo pelo batismo e revigorados pela graça sacramental do matrimônio, para buscarem no interior da família a santidade tão desejada por Deus.

Já no segundo parágrafo temos um pedido sincero, dirigido a Deus, para que derrame a sua bênção sobre os esposos unidos pelo vínculo do matrimônio. O pedido da bênção redundando no clamor para que Deus envie o seu Espírito sobre os recém-casados, para que eles, impregnados da caridade divina, permaneçam fiéis na aliança conjugal. A aliança conjugal tem por modelo perfeito e definitivo a relação de amor entre Jesus Cristo/Esposo e a Igreja/Esposa. Este é o referencial que deve direcionar a existência matrimonial do homem e da mulher e de toda a família. A entrega livre e voluntária do Senhor na Cruz por todos nós deve motivar marido e mulher a se doarem mutuamente, em toda e qualquer circunstância da história. A espiritualidade da cruz deve tornar-se a espiritualidade conjugal. O exemplo de amor e fidelidade de Cristo deve acender o fogo do desejo dos cônjuges de imitá-lo. A presença do Espírito Santo enviada sobre os esposos é o auxílio divino para que eles vivam dignamente os valores do matrimônio e da família. O conteúdo consentido por eles anteriormente deve ser o caminho a seguir no cotidiano desta caminhada terrestre, com a esperança de um dia chegarem à pátria celeste.

Em seguida, eleva-se uma prece em favor da esposa, pedindo a Deus que lhe conceda amor e paz, a fim de que ela siga o exemplo das santas mulheres recordadas na Sagrada Escritura. A santidade daquelas mulheres deve motivar a esposa a trilhar o mesmo caminho, pois isto agrada ao Senhor. A prece se volta em favor do marido, a fim de que conviva bem com a sua esposa e a valorize segundo a sua dignidade, reconhecendo nela alguém dada por Deus como companheira na vida presente e sua co-herdeira na vida futura. Amá-la, estimá-la, honrá-la são atitudes que se espera do marido em relação à mulher e vice-versa. Tais atos são expressão de uma humanidade feliz e, acima de tudo, atos de profunda fé. Somente assim os esposos estarão unidos no mesmo amor que levou Cristo a entregar-se à sua Igreja.

Neste momento a prece é dirigida em favor dos dois, a fim de que permaneçam firmes na fé e amando os mandamentos divinos. O primeiro pedido denota o desejo da Igreja de que os seus membros (os esposos) façam da fé o seu porto seguro, a pedra sobre a qual eles construam a sua história, manifestando a solidez em todas as suas decisões. A permanência na fé desemboca no segundo pedido, isto é, no amor aos mandamentos. Os esposos são convocados a amar o amor, já que o amor encerra a totalidade dos mandamentos, ou melhor, devem fazer do amor a regra de vida fundamental para eles. A fé, como luz, deve iluminá-los,

levando-os a viverem fiéis um ao outro, assim como Jesus o foi à Igreja, não somente contando com as suas próprias forças, mas também com a força do Evangelho. Desta maneira, eles se tornarão testemunhas de Cristo e exemplos para os outros, mostrando que vale a pena seguir o caminho do matrimônio. Esta é a melhor maneira de anunciar o Evangelho da família. O desejo da Igreja é que esta história de amor seja coroada com a geração dos filhos, com uma reta educação dos mesmos e a longevidade.

Por fim, a prece conclui desejando que os esposos, após gozarem neste mundo de uma vida longa e feliz, possam chegar na eternidade, onde, realizando a visão beatífica, contemplem para sempre a face de Deus como recompensa do bem que aqui fizeram.

Enquanto peregrinamos como estrangeiros neste mundo, Deus não quis ficar distante de nós. Ele quis ficar para sempre conosco (cf. Mt 28,20). E são muitos os modos de sua presença. Mas ressaltamos a sua doce presença na Eucaristia. A relação entre Eucaristia, matrimônio e família é o último ponto que nos dispomos a tratar.

Para todos os batizados e, especialmente para os esposos - já que tratamos aqui do matrimônio - ela é o alimento que os nutre, a fim de realizarem a missão recebida do Senhor. A vida decorrente deste estado, com suas alegrias e esperanças, desafios e tristezas, deve ser experimentada e significada à luz deste mistério de salvação.

No mistério eucarístico encerra-se a essência da fé e da vida cristã, a saber, o mistério da paixão morte e ressurreição de Jesus Cristo:

Na última ceia, na noite em que foi entregue, nosso Salvador instituiu o Sacrifício Eucarístico de seu Corpo e Sangue. Por ele, perpetua pelos séculos, até que volte, o sacrifício da cruz, confiando destarte à Igreja, sua diletta esposa, o memorial de sua morte e ressurreição: sacramento da piedade, sinal da unidade, vínculo da caridade, banquete pascal em que Cristo é recebido como alimento, o espírito é cumulado de graça e nos é dado o penhor da glória futura²⁸⁰.

No sacramento da Eucaristia encontramos todo o bem espiritual da vida da Igreja, isto é, a presença real de Jesus Cristo. A sua instituição antecipa o que ocorreria a seguir. Cada vez que o celebramos realizamos o memorial do único e irrepitível sacrifício do Senhor sobre a cruz, que o levou a padecer a morte, e a sua gloriosa ressurreição. Das mesas da Palavra e da Eucaristia recebemos o alimento que nos nutre para a eternidade. Nestes acontecimentos revelou-se a plenitude do amor de Divino Esposo, o Filho de Deus à sua Esposa, a Igreja. Seu amor por ela foi tanto, que Ele não se contentou em dar-lhe alguma coisa, mas doou a sua própria vida para a redenção da humanidade. Todos nós fomos contemplados por esta dádiva.

²⁸⁰ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Sacrosanctum Concilium*. Constituição sobre a Sagrada Liturgia, nº 47, p. 279.

Tal entrega de amor tornou-se um paradigma que deve nortear toda a vida cristã, inclusive a matrimonial e familiar, devendo receber de nós uma adesão incondicional.

A Sagrada Eucaristia tem profunda relação com o sacramento do Matrimônio. Portanto, ela deve dar sentido e iluminar a vida dos esposos e de toda a família. A relação de amor entre Jesus e a Igreja deve direcionar profundamente a relação de amor entre o homem e a mulher. A união eucarística do Senhor e a sua dileta Esposa marca essencialmente a união conjugal:

A Eucaristia é o sacramento do Esposo e da Esposa. Aliás, toda a vida cristã tem a marca do amor sponsal entre Cristo e a Igreja... Esta corrobora de forma inexaurível a unidade e o amor indissolúveis de cada matrimônio cristão. Neste, em virtude do sacramento, o vínculo conjugal está intrinsecamente ligado com a união eucarística entre Cristo esposo e a Igreja esposa (cf. Ef 5,31-32) ²⁸¹.

O amor conjugal é sinal sacramental do amor sponsal de Jesus Cristo pela Igreja, amor este que tem o seu ponto culminante no madeiro da cruz, para desabrochar no feliz primeiro dia da semana (cf. Jo 20,1), dia da ressurreição do Senhor. E na Eucaristia fazemos memória desta realidade:

Para deixar-lhes uma garantia deste amor, para nunca afastar-se dos seus e para fazê-los participantes de sua Páscoa, instituiu a Eucaristia como memória de sua morte e ressurreição, e ordenou a seus apóstolos que a celebrassem até a sua volta, “constituindo-os então sacerdotes do Novo Testamento”²⁸²

Sendo assim, para que o sinal não perca a sua força e o seu significado, ele deve estar intimamente ligado àquela realidade à qual ele se refere. Desta forma, o amor dos esposos entre si deve manifestar aquele amor que é a sua origem. A espiritualidade da cruz e da ressurreição deve se tornar a espiritualidade conjugal e familiar. A sua dinâmica deve iluminar a vida daqueles que se uniram por um consentimento recíproco, realizado em Cristo, constituindo entre marido e mulher uma comunidade de vida e de amor, uma autêntica “igreja doméstica”, e estender-se aos seus filhos, por uma fiel educação²⁸³. O espírito de doação deve ser o espírito de todos os membros da família, especialmente dos esposos, os primeiros responsáveis por este bem tão precioso. E tal doação deve abrir-se à esperança de um dia alcançarem, todos juntos, aquela vida feliz e definitiva, onde veremos Deus face a face (cf. 1Cor 13,12).

²⁸¹ BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*. Exortação Apostólica. São Paulo: Paulinas, 2007, nº 27, p. 43.

²⁸² CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, nº 1337, pp. 368-369.

²⁸³ COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, nº 11, p. 52.

Enquanto peregrinamos neste mundo, a participação na celebração da Eucaristia é um exercício necessário para todo batizado todos os dias da semana, mas especialmente no Dia do Senhor²⁸⁴. Ganha, então, grande relevância o esforço sincero de toda a família de se reunir em sua comunidade, para ouvir a Palavra de Deus e participar da fração do Pão Eucarístico. Deus quer nos instruir com os seus ensinamentos (Palavra) e nos alimentar (Eucaristia) com a sua santíssima presença. Palavra de Deus e Eucaristia formam uma realidade que jamais podemos separar. Ambas, ao seu modo, colaboram para a mesma santificação dos discípulos/missionários do Senhor. A celebração eucarística é fonte de santidade para todos nós. Ela foi um dos modos que Jesus Cristo quis ficar muito perto de nós, ou melhor, ficar em nós. Assim, ninguém deve descurar deste nobre acontecimento.

Enfim, aqueles que o Senhor chamou para se unirem, por um consentimento entre si, pelo sacramento do matrimônio, e desta forma estarem unidos a Ele, constituindo assim a família, segundo o desígnio originário de Deus, são convocados a experimentarem no cotidiano de suas vidas a lógica do amor incondicional do Divino Esposo pela Esposa Igreja. O amor conjugal, único e indissolúvel, deve tornar-se sinal sacramental daquele amor que levou o Filho de Deus a dar a sua vida na cruz pela redenção da humanidade, abrindo para esta, com a sua gloriosa ressurreição, as portas da eternidade. Tal amor deve ser fecundo e aberto para a geração dos filhos, como dons e coroa que Deus proporciona aos esposos e, conseqüentemente, para uma reta educação dos mesmos. Deus que chamou marido e mulher para este fim, não deixa de ajudá-los pela graça santificante inerente ao próprio sacramento, pela Eucaristia e pela vida espiritual que ambos devem cultivar. A espiritualidade pascal deve tornar-se a espiritualidade conjugal e familiar. Portanto, a Igreja deve ficar atenta aos casais que dela se aproximam e a toda a família, ou melhor, ela deve se aproximar de todos eles, sendo sensível às suas alegrias e esperanças e seus sofrimentos e decepções. A atitude do Bom Pastor (cf. Jo 10,10), como aquele que dá a sua vida pelas ovelhas, deve nortear toda a ação evangelizadora em nossos dias com relação ao matrimônio e à família. É sobre isto que trataremos no terceiro capítulo, considerando a realidade que descremos no primeiro capítulo e os princípios bíblicos e teológicos do segundo.

²⁸⁴ Cf. JOÃO PAULO II. *Dies Domini*. Carta Apostólica. São Paulo: Paulinas, 1998, nº 3, pp. 5-6.

3. ALGUMAS PROSPECTIVAS TEOLÓGICO-PASTORAIS ACERCA DO MATRIMÔNIO CRISTÃO NA ATUALIDADE

No primeiro capítulo desta pesquisa procuramos descrever os princípios para olharmos a realidade hodierna, como também a diversidade de cenários onde se vive o matrimônio cristão, que desafiam não somente a Igreja, mas todas as famílias. Já no segundo capítulo apresentamos a fundamentação bíblica e teológica desta valiosa instituição. Vimos, dentre outras coisas, o desígnio original de Deus acerca do matrimônio, que perpassou a história do povo de Israel, mesmo diante da dureza do coração destes. Tal desígnio prevaleceu sobre a iniciativa humana de instituir o divórcio como legal, ferindo a sacralidade do amor único e indivisível proclamado pelo Criador, desde o princípio. Jesus ratificou o que sempre foi o desejo de Deus acerca do matrimônio da família e elevou entre os batizados tal união à dignidade de sacramento. Mas não somente isso. Ele próprio, em sua relação com a Igreja, deixou-nos uma referência perfeita que deve ser imitada por todos aqueles que se unem no Senhor, em matrimônio. Esta união, consentida livremente pelo homem e a mulher, fundada no amor-doação, deve tornar-se um sinal sacramental daquela esplendida união de Jesus/Esposo com a Igreja/Esposa. Vimos ainda que o matrimônio é, em primeiro lugar, uma instituição natural querida e criada por Deus. A sua naturalidade foi assumida integralmente no sacramento do matrimônio. Desta forma, esta naturalidade foi tomada pela graça sobrenatural contida neste sacramento, capaz de santificar os cônjuges e ajudá-los na realização da missão decorrente deste, isto é, de buscar o bem mútuo, gerar os filhos e educá-los segundo os princípios do Evangelho.

Após esta breve recapitulação, apresentamos neste momento o objetivo deste presente capítulo. Trata-se de selecionarmos alguns elementos descritos na diversidade dos cenários onde se encontra o matrimônio cristão (primeiro capítulo), iluminá-los com os princípios bíblico-teológicos (segundo capítulo), refletindo sobre alguns desafios que a realidade hodierna coloca à Igreja em sua missão evangelizadora, requerendo dela perspectivas inovadoras, no que se refere ao matrimônio cristão. Tais perspectivas denominamos de teológico-pastorais. Não podemos negar que a realidade hodierna nos desafia e requer da Igreja uma resposta contundente e rápida, devido aos dramas experimentados por tantas pessoas no ambiente matrimonial e familiar. A Igreja não pode ficar fora desta realidade.

Temos consciência dos inúmeros desafios que se apresentam à Igreja no tempo presente, tanto internos quanto externos, mesmo quando referimo-nos somente à temática em

questão. Pontuá-los e elaborar uma possibilidade de solução seria uma tarefa árdua e desmedida para nossa reflexão, devida à imensa complexidade envolta nestes cenários. Sendo assim, justifica-se o fato de optarmos em tratar somente de “alguns” desafios. A extensão deste “alguns” estará condicionada pelo espaço de desenvolvimento similar aos capítulos anteriores, a fim de não provocarmos uma desproporção entre eles. Aos desafios selecionados responderemos com perspectivas teológico-pastorais concretas.

Assim segue:

3.1 – Necessidade de aprofundar a partir da *Fides et Ratio* a compreensão eclesial acerca da realidade do matrimônio e da família

Vimos no capítulo primeiro, com base no documento conclusivo da V Conferência do CELAM, em Aparecida, que vivemos em tempos de profundas transformações, afetando não somente este ou aquele aspecto da realidade, mas o seu todo, provocando grandes perturbações no espírito humano, dada a complexidade de inúmeras interrogações que esperam por respostas²⁸⁵. A realidade não nos permite mais fazermos análises simplistas, como se pudéssemos esgotar, num golpe da inteligência, toda a rede de elementos que a constituem. Mesmo quando reduzimos o horizonte da reflexão ao matrimônio como instituição natural ou sacramental, como base onde se apoia a família cristã, não nos sentimos à vontade para realizar tal empresa²⁸⁶.

A Igreja, a partir de Jesus Cristo, unida por Ele ao Pai e ao Espírito Santo, deixando-se iluminar pela luz da fé, capaz de fazê-la enxergar com mais profundidade a verdade da realidade investigada e, simultaneamente, vê-la mais longe, usando da capacidade natural para o conhecimento que possuímos, tendo esta por expressão a ciência em seus diversos ramos, deve buscar, em nossos dias, mais do que em outras épocas, a conhecer melhor a realidade matrimonial e familiar, em vista de poder colaborar mais eficazmente, através de sua missão evangelizadora, com cada um dos membros que compõem este espaço vital e sagrado. Essa

²⁸⁵ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nnº 33-100, pp. 28-58. Analisamos todos estes números quando discorremos em torno aos diversos cenários que constituem a complexa realidade, onde a Igreja se encontra na América Latina e, especialmente, no Brasil. Quanto a necessidade da Igreja conhecer a realidade familiar hoje, os Bispos do Brasil manifestaram no Diretório da Pastoral Familiar. Para tal fim conferir: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*. nnº 12-16, pp. 23-24.

²⁸⁶ No capítulo segundo tratamos o matrimônio a partir da Sagrada Escritura e a partir da Teologia, tanto como instituição natural como sacramental, demonstrando a unidade entre ambas e o grau de dignidade que o sacramento eleva a instituição natural querida pelo Criador desde o princípio.

realidade torna-se cada vez mais complexa em nossos dias, dificultando assim uma compreensão clara da mesma por parte da Igreja, no cotidiano da existência.

A missão da Igreja, neste caso, é ater-se ao projeto originário do Deus Criador e Redentor a propósito do matrimônio, base onde se apoia a família cristã, buscando, a partir desse, interpretar os novos sinais dos tempos, discernindo-os, a fim de colaborar na orientação de todos os membros da família, a começar pelos cônjuges. Temos consciência de que os princípios fundamentais que sustentam o instituto matrimonial e a família, quer os consideremos em nível natural ou sacramental, são os mesmos de sempre. Por outro lado, as circunstâncias onde esses estão inseridos, atualmente, mudaram bruscamente. Em suma, a dinâmica da vida matrimonial e familiar mudou. Precisamos compreendê-la com mais precisão, para encontrar o melhor modo de aplicar os mesmos valores de sempre em meios novos.

Valores perenes e dinâmica nova constituem um binômio que parece acompanhar atualmente a vida matrimonial e familiar. Insistimos na perenidade dos valores devido ao surgimento de vozes aqui e acolá, em nosso tempo, afirmando que o modelo de família mudou. A família não se constitui mais como antes na zona rural, onde o marido cuidava dos afazeres externos a casa, principalmente no sustento dos seus membros, e a mulher cuidava dos afazeres internos da mesma. Para essas vozes, por exemplo, com a emancipação da mulher, os papéis mudaram essencialmente. Mas não se trata somente de uma mudança sociológica, mas uma pretensa mudança moral, levando muitas pessoas a relativizarem princípios capazes de dar estabilidade à existência dos membros da casa. Quando destaca os aspectos negativos da vida familiar hodierna o Diretório da Pastoral Familiar afirma:

Por outro lado, contudo, não faltam sinais de degradação preocupante de alguns valores fundamentais: uma errada concepção teórica e prática da independência dos cônjuges entre si; as graves ambiguidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos; as dificuldades concretas que a família muitas vezes experimenta na transmissão dos valores; o número crescente dos divórcios; a praga do aborto; o recurso cada vez mais frequente à esterilização; a instauração de uma verdadeira e própria mentalidade contraceptiva²⁸⁷.

De verdadeiro nestas vozes, cremos ser a constatação de que a prática de muitas pessoas no interior da família está, em muitos casos, degradada. Mas isso não implica na consequente degradação dos valores em si. Daí a necessidade de a Igreja conhecer mais profundamente o porquê desta degradação prática, a fim de colaborar na reorientação dos

²⁸⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nº 14, p. 24. Os elementos contidos nesta citação foram desenvolvidos, pontualmente, no primeiro capítulo, quando da apresentação do cenário familiar.

cônjuges e dos demais membros da família a trilharem o caminho ensinado pelo Senhor, realizando o seu desígnio de amor. Não podemos mais nos contentar e nos enganar de que a nossa tradição se transmita de pai para filho com facilidade. A sensação de que os valores estejam diluindo não pode nos desanimar e considerar que tudo está perdido. Antes, a realidade requer de nós uma mudança de postura diante dela e uma readequação de nossa organização pastoral a ela. Sobre isto falaremos a seguir.

A Igreja deve entrar na realidade pela porta da fé, olhá-la com os olhos de Deus, iluminado-a com a luz da mesma fé que ela recebeu como dom do Senhor e sua fiel depositária. A novidade da fé é, seguramente, capaz de renovar a realidade presente, especialmente nas sombras geradas por uma cultura de morte tão difundida em nosso meio. Não podemos perder a esperança de que a realidade presente pode ser melhor. A partir da caridade, mãe de todas as virtudes, que encontra a sua fonte no próprio ser divino, somos impelidos a colaborar com Jesus Cristo, no seio da sua Igreja, nesta missão. Além disso, a Igreja deve, com muita humildade, contar com a valiosa ajuda que as ciências humanas e sociais podem oferecer a ela na compreensão da complexa realidade onde está inserida. Como restringimos o objetivo da reflexão aos desafios atuais do matrimônio cristão e, por sua vez, o concebemos como base da família cristã, afirmamos que é urgente para ela contar com esta valiosa ajuda para este fim específico. A fides et ratio colaboram mutuamente para o bem de todos.

Sugerimos concretamente que na grade curricular dos cursos de Filosofia e Teologia das instituições de ensino superior católicas insira-se, se ainda não possuir, um espaço de reflexão sistemática para um conhecimento mais aprofundado do matrimônio e da família. Urge a elaboração de disciplinas específicas para tal fim. Não podemos nos contentar com o mínimo, numa questão de tamanha importância, reiteradas vezes, reconhecida pela própria Igreja, em muitos de seus pronunciamentos, quer seja em nível nacional, continental ou universal. Além do que já é feito acerca do matrimônio e da família no universo acadêmico católico, parece ainda necessário aprofundar a reflexão sobre a teologia do matrimônio e as suas consequências para a vida quotidiana dos cônjuges e de toda a família, insistir no devido valor dos elementos essenciais do matrimônio enquanto instituição natural e da novidade evangélica do sacramento do matrimônio, debruçar sobre a complexa fenomenologia familiar, constituída por um emaranhado de elementos, através da colaboração das ciências humanas e sociais e outros saberes afins.

3.2 – Conversão pastoral: necessidade de passar de uma pastoral de manutenção a uma pastoral missionária

Após apresentarmos no primeiro capítulo, na seção 1.2.4, o cenário eclesial, com suas luzes e sombras, e termos feito a leitura do Documento de Aparecida em seu conjunto, não foi difícil perceber a necessidade iminente da Igreja de ter que renovar a sua dinâmica na ação evangelizadora, a fim de responder aos novos anseios do seu tempo. Uma das marcas do nosso tempo é a rapidez com que tudo se transforma, gerando em muitas pessoas insegurança, perplexidade e o desejo de responderem às inúmeras interrogações que brotam.

Desta forma, os Bispos na V Conferência concluíram o seguinte, a propósito do que dissemos acima:

A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. Assim será possível que “o único programa do Evangelho continue introduzindo-se na história de cada comunidade eclesial, com novo ardor missionário, fazendo com que a Igreja se manifeste como mãe que vai ao encontro, uma casa acolhedora, uma escola permanente de comunhão missionária”²⁸⁸.

Não se trata da criação de um novo programa do Evangelho, mas a aplicação do único programa. O Evangelho não está ultrapassado. Ele continua sendo o caminho que conduz ao Pai, a verdade que ilumina os povos e a fonte da vida que sustenta a nossa vida, aludindo aqui às palavras de Jesus a Tomé em Jo 14,6. Para a Igreja, trata-se, antes de tudo, de tomar atitudes concretas de mudanças na dinamicidade de sua ação evangelizadora. A conversão pastoral deve levar-nos à tomada de consciência de que não podemos mais ficar numa postura de espera na sacristia, aguardando passivamente que todos virão a nós com o simples ecoar dos sinos de nossas igrejas. Aliás, tenho saudades, quando, há cerca de trinta anos na minha querida cidade de Varginha – MG, ouvia os sinos tocarem antes das missas e via boa parte das famílias se dirigindo à Igreja de São Sebastião para rezar. Mas hoje parece não ser mais assim. Mesmo que não seja fácil, temos que sair do nosso comodismo e ir atrás de tanta gente que não se sente mais motivada a vir em nossas igrejas. Urge sair ao encontro daqueles que se encontram afastados. Não sabemos mais se é o povo que está saindo da Igreja, ou se é a Igreja que está saindo do meio do povo. A voz da Igreja não é mais a única voz que ecoa no meio da sociedade, como em tempos remotos. Em nossos dias, a sua proposta divide espaço com um

²⁸⁸ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nº 370, p. 169. A necessidade de uma sincera conversão pastoral seria assumida, também, pelos Bispos do Brasil, como trataremos abaixo.

grande mercado de propostas, aparentemente atraentes. Assim, temos que ser convictos naquilo que apresentamos.

Diremos que seja a hora de retorna às fontes, em vista de remodelarmos em nossa consciência aquela atitude missionária que o próprio Jesus nos ensinou e que foi seguida bem de perto pelas primeiras comunidades cristãs, animadas pelo testemunho dos apóstolos. Recordássemos, por exemplo, de Lc 15,4-7 ou de Jo 10,1-21. Nestes dois textos aparece a figura do pastor e da ovelha. Jesus é o Bom Pastor que sai à procura da ovelha perdida, que é figura representativa de qualquer um de nós, atravessando vales e montanhas até encontrá-la. E uma vez que a encontra, manifesta profunda alegria pelo ocorrido. Não a recrimina, nem a condena, mas cuida de suas feridas, coloca-a sobre os ombros e a leva de volta para casa. E não somente isso! O Bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas, motivado pelo infinito amor que cultivava por elas. Contemplássemos ainda a vida dos apóstolos, como por exemplo, as inúmeras viagens de Paulo (cf. Gl 1,11-22), o encontro de Pedro com os gentios na casa de Cornélio, um centurião romano (At 10,1-32), redescobriríamos que a missão confiada a eles por Jesus (Mt 28,16-20) foi cumprida com zelo por todos eles, não somente com palavras, mas com o derramamento do próprio sangue, pelo martírio. Movidos pela força do Espírito que receberam do Pai e do Filho (cf. At 2,1-11), a Igreja nascente deixou de lado o medo e o comodismo e foram até os confins da terra anunciar o Evangelho. É desta fonte que temos de beber e nos orientar no tempo presente, diante dos desafios que a nova realidade nos apresenta. Não fiquemos acomodados, nem tenhamos medo. O mesmo Deus que cumulou de bens a Igreja nascente continua presente no meio de nós. O exemplo de Jesus Cristo, o Bom Pastor, deve ser imitado por todos os pastores no seio da Igreja. Além disso, não podemos, de modo nenhum, prescindir da valiosa colaboração dos fiéis leigos em nossas comunidades, não somente porque o número de Padres é pequeno atualmente, mas sim porque é inerente à identidade deles, o direito de participarem ativamente da vida e missão eclesiais.

A história atual, onde cada comunidade eclesial está inserida, encontra-se permeada de muitas e rápidas transformações. O novo ardor missionário que deve ser introduzido em cada uma delas deve ser o impulso que as leve ao encontro dos anseios dos homens e mulheres de hoje, sedentos de alternativas capazes de reorientá-los na existência quotidiana, muitas vezes, marcadas por falta de sentido e cheia de obscuridade, provocando angústia e falta de esperança. Este novo ardor deve ser a causa que conduza a Igreja, como mãe, a ir ao encontro das ovelhas perdidas de hoje, necessitadas daquele mesmo zelo que levou o Bom Pastor a percorrer vales e montanhas, enfrentando os perigos que eles continham, até encontrar a ovelha perdida. Este ardor nasce da experiência de amor com Aquele que não poupou a sua

própria vida para resgatar as ovelhas dispersas e perdidas. Desta forma, a Igreja tornar-se-á uma casa sempre mais acolhedora, um lar para quem não tem casa, um lugar de habitar sob a proteção da mãe que muito ama os seus filhos. Com o seu testemunho missionário-acolhedor, a Igreja será uma escola permanente de comunhão missionária, não somente com palavras, mas com atos concretos, capazes de atrair as pessoas para Deus.

A necessidade urgente da Igreja, neste momento histórico, de renovar o seu ardor missionário, ou como o texto que citamos acima, de ter um novo ardor missionário, não pode ser compreendido como uma tomada de atitude dela, em vista de somente responder a uma contingência histórica. Isto seria minimizar a fecundidade de sua identidade. Ela é missionária por natureza. O presente momento histórico é uma motivação secundária que a impele de renovar este ardor, em vista de responder aos novos anseios das pessoas, diante de tantas e rápidas transformações. Porém, a missionariedade eclesial deve permanecer constante, mesmo quando as circunstâncias históricas modificarem. Se não fosse assim, pode ser que num futuro a realidade onde a Igreja está presente se transformasse e ela se desse o direito de se acomodar na ação evangelizadora.

Afinal de contas, o ser da Igreja coincide com o seu ser missionário. A missionariedade não é uma característica periférica do ser eclesial, mas lhe é intrínseca por natureza, de modo que, sendo Igreja não tem como não ser missionária. Quem sabe em momentos históricos concretos, onde a Igreja sendo a maioria, tenha perdido de vista esta dimensão essencial de sua identidade, acomodando-se no fato de que todos acorriam a ela e a escutava com tranquilidade. E não se trata de uma atitude da Instituição isolada de seus membros, mas de todos nós batizados. Temos que reafirmar isto que somos, direcionando a nossa existência concreta pelas consequências deste estado de vida.

A Igreja no Brasil, na esteira da V Conferência do CELAM, em Aparecida, assumiu o ensinamento dessa Conferência, em relação à conversão pastoral, nos seguintes termos:

Uma verdadeira conversão pastoral deve estimular-nos e inspirar-nos atitudes e iniciativas de autoavaliação e coragem de mudar várias estruturas pastorais em todos os níveis, serviços, organismos, movimentos e associações. Temos necessidade de vivermos na Igreja a paixão que norteia a vida de Jesus Cristo: o Reino de Deus, fonte de graça, justiça, paz e amor. por esse Reino, o Senhor deu a vida²⁸⁹.

Assim, vivenciamos um tempo de esforço na busca de alternativas pastorais concretas, em vista de realizarmos uma sincera autoavaliação e a tão desejada renovação de nossas estruturas, para respondermos adequadamente aos desafios atuais. É nesta ótica que

²⁸⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011-2015*, nº 26, pp. 39-40.

apresentaremos na próxima seção um modelo de Pastoral Familiar missionária, à luz da intuição do Beato João Paulo II na *Familiaris Consortio*.

Já como parte dessa renovação pastoral, a Igreja no Brasil apresentou um conjunto de urgências, que são as seguintes: Igreja em estado permanente de missão; Igreja: casa da iniciação cristã; Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; Igreja: comunidade de comunidades; Igreja a serviço da vida plena para todos. Os Bispos compreenderam que tais urgências são indicativas do modo pedagógico de expressar um único e grande passo ao qual toda a Igreja é chamada a dar atualmente: a necessidade de reconhecer-se em estado permanente de missão. Elas são partes de um único passo, necessitando ser assumidas em seu conjunto. Assim, durante os planejamentos locais, não cabe a escolha de uma ou de outra somente, pois todas são urgências²⁹⁰.

Tendo em vista este grande horizonte diante de si, a Igreja do Brasil, consciente de que todas as urgências são essenciais na sua ação evangelizadora, expressou o seu empenho quanto à urgência de estar em estado permanente de missão nestes termos:

No atual período da história, marcado pela mudança de época, a missão assume um rosto próprio, com, pelo menos, três características: urgência, amplitude, inclusão. A missão é urgente em decorrência da oscilação dos critérios. É ampla e includente, porque reconhece que todas as situações, tempos e locais são seus interlocutores. Até mesmo o discípulo missionário é, para si, um destinatário da missão, na medida em que está inserido nesta mudança de época, com referências flácidas e valores nem sempre sedimentados (Mt 13,5-6.20-21)²⁹¹.

Não se deve simplesmente criar uma pastoral missionária aqui ou acolá. Mas o espírito missionário deve permear toda a estrutura já existente, renovando-a e estimulando todos os batizados a saírem do comodismo, às vezes impregnado em muitos de nós, para irem ao encontro de tantas pessoas que precisam de sua ajuda. A oscilação dos critérios requer de nós uma rápida tomada de posição, em vista de colaborarmos para construção de uma existência mais estável e sólida. Esta mutação constante causa angústia e vertigem em muitos de nossos irmãos e irmãs, tirando, em muitas das vezes, a beleza e a alegria de suas vidas. A falta de clareza dos critérios impossibilita-nos de realizar escolhas claras e precisas sobre o melhor para nós mesmos e para os outros. E todos os lugares existenciais parecem permeados deste fenômeno, obrigando-nos a chegar até eles e modificá-los. Todos são destinatários de nossa

²⁹⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011-2015*, p. 12.

²⁹¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011-2015*, nº 31, p. 43. Como já dissemos, não se trata de promover esta ou aquela urgência, mas todas devem ser realizadas simultaneamente, para que o objetivo seja alcançado na sua totalidade. Citamos somente esta, neste momento, para dar continuidade à reflexão em curso. Consideraremos o conjunto das urgências, quando desenvolvermos a proposta de uma Pastoral Familiar Missionária.

ação missionária. Uma alternativa para essa oscilação constante da realidade que nos circunda é apresentarmos Jesus Cristo, o Filho de Deus que se fez homem para nos salvar do pecado e da morte, manifestando o rosto amoroso de Deus, como aquele que é o mesmo ontem, hoje e o será para a eternidade (cf. Hb 13,8).

Nesta perspectiva é impossível não vislumbrarmos um vasto horizonte a ser perseguido pela Igreja. Tal horizonte é muito mais amplo do que, talvez, ficarmos acomodados na sombra de nossas comunidades esperando que as pessoas nos procurem. Temos que alcançar as periferias existenciais da humanidade, lá onde a vida é precária e, em muitos casos, falta esperança para tanta gente sofrida. Não podemos iludir-nos, considerando que aquilo que já temos seja suficiente, não exigindo de nós nenhum esforço extra. É hora de despertar-nos de toda e qualquer perspectiva reducionista da autêntica missão eclesial. Literalmente, temos que ir ao encontro das pessoas e não mais esperarmos que elas venham a nós.

Indo ao encontro das pessoas, especialmente nas periferias da existência, a Igreja terá de adequar-se à realidade em que essas estão. Ela deverá manifestar uma sensibilidade apurada, sendo capaz de experimentar as alegrias e tristezas, esperanças e decepções dos seus interlocutores. Cremos que um dos desafios atuais a ser enfrentado pela Igreja é de falar de modo compreensível a todos os destinatários do Evangelho. Quem sabe, contemplar a Jesus Cristo e aprender dele a simplicidade e profundidade dos seus ensinamentos. Hoje, além do conteúdo sólido da mensagem a ser transmitida por nós, temos que utilizar uma linguagem compatível com aqueles que nos ouvem. Caso contrário, corremos o risco de dizer belas palavras que nada significam para as pessoas sedentas de Deus. É sinal de sabedoria aprender a dizer de modo fácil as coisas difíceis. Outro desafio é sermos acolhedores com aqueles que nos procuram e, muito mais ainda, com aqueles que devemos procurar. A caridade pastoral deve nos levar a um compromisso constante de sermos o bom samaritano da humanidade (Lc 10,30-37). Todo belo discurso, para ser eficaz e ter credibilidade, deve ser acompanhado de atitudes concretas que arrastem os ouvintes a imitar o mestre. Diria Santa Madre Teresa de Calcutá: “as mãos das pessoas que fazem são mais divinas do que a boca daquelas que somente falam”.

3.3 – Necessidade de fortalecer e inovar uma Pastoral Familiar missionária

Além do apelo do Beato João Paulo II na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* sobre a necessidade da Pastoral Familiar em nossos dias²⁹², dois elementos nos chamam a atenção para definir esta prospectiva eclesial. Por um lado, ao final da seção 1.2.4 – Cenário Eclesial, descrevemos, com base na experiência que fiz como Assessor da Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família – CNBB, entre os anos de 2005-2007, as luzes e sombras da presença da Pastoral Familiar em nosso país. Apesar de presente em muitas Dioceses e Paróquias, nem sempre esta pastoral é forte, articulada e presente diante de todos os necessitados como propôs o Beato João Paulo II. Toda pessoa de bom senso há de convir que tal realidade não seja fictícia. Por outro lado, não temos motivo para desanimar, nem considerar que estamos na direção errada. Sendo a família um dos tesouros dos povos latino-americanos e caribenhos e um patrimônio da humanidade inteira²⁹³ e, enquanto “*a família cristã está fundada no sacramento do matrimônio entre um homem e uma mulher, sinal do amor de Deus pela humanidade e da entrega de Cristo por sua esposa, a Igreja*”²⁹⁴, o matrimônio e a família cristãos constituem um tesouro precioso e inseparável para a Igreja, em vista dos bens dos cônjuges, da procriação e consequente educação dos filhos. Desta maneira, o cuidado com eles é indispensável para nós. E tal cuidado pode ser realizado mediante a Pastoral Familiar. A sua fragilidade em alguns lugares ou mesmo a sua inexistência em outros não devem nos desencorajar, antes, devem nos motivar pra transformar esta realidade. Onde essa pastoral é forte temos que colaborar para que o seu progresso seja contínuo.

Vejamos o que o Beato João Paulo II nos disse a respeito da necessidade de implantação da Pastoral Familiar em nossos dias e que os Bispos do Brasil, em ocasião oportuna reiteraram:

A preparação dos jovens para o matrimônio e a vida familiar é necessária hoje mais do que nunca... Isto vale mais ainda para o matrimônio cristão,

²⁹² Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 66, pp. 110-114.

²⁹³ Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nº 432, p. 193.

²⁹⁴ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, nº 432, p. 194. Essa atitude afirmativa da identidade do matrimônio e da família, não quer de modo algum excluir aqueles que não conseguem realizar a totalidade do projeto divino para estas instituições, estreitamente ligadas. Neste primeiro momento dedicaremos a nossa reflexão para o matrimônio e a família assim constituídos. Num momento posterior trataremos da situação dos casais e pessoas sozinhas que se encontram em situações diversas desta que apresentamos, mostrando a necessidade de uma autêntica solicitude pastoral da Igreja para com eles e com todos os membros da família. Abordaremos estas questões no Setor Casos Especiais, segundo a terminologia do Beato João Paulo II, na *Familiaris Consortio*.

cuja influência repercute na santidade de tantos homens e mulheres. Por isso a Igreja deve promover melhores e mais intensos programas de preparação para o matrimônio, a fim de eliminar, o mais possível, as dificuldades com que se debatem tantos casais, e, sobretudo para favorecer positivamente o aparecimento e o amadurecimento de matrimônio com êxito²⁹⁵.

Se há trinta anos o Beato João Paulo II sentia a necessidade de a Igreja se organizar para atingir este fim tão nobre, quanto mais agora, que as transformações ocorrem de forma tão mais rápida que antes. Basta recordarmos novamente das consequências na vida concreta das pessoas do fenômeno denominado mudança de época. É urgente oferecer a possibilidade aos fiéis de formarem uma reta e sólida consciência humana e cristã, a fim de poderem orientar santamente as suas vidas, conforme os valores humanos fundamentais e o ensinamento de Cristo. Diante da atual instabilidade de critérios, temos que oferecer um porto seguro para aqueles que buscam uma existência estável, capaz de proporcionar-lhes a felicidade e a paz que desejam. É neste horizonte que se enquadra a necessidade urgente de implantação da Pastoral Familiar. E os Bispos reunidos na V Conferência do CELAM compreenderam essa necessidade e assim se manifestaram:

Visto que a família é o valor mais querido por nossos povos, cremos que se deve assumir a preocupação por ela como um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora da Igreja. em toda diocese se requer uma pastoral familiar “intensa e vigorosa” pra proclamar o evangelho da família, promover a cultura da vida, e trabalhar para que os direitos das famílias sejam reconhecidos e respeitados²⁹⁶.

À luz do desafio eclesial anterior, isto é, da passagem de uma pastoral de manutenção para uma pastoral missionária, empreendendo em nossos dias uma verdadeira conversão pastoral, compreendemos o dinamismo da Pastoral Familiar intrinsecamente ligado ao caminho existencial e de fé da família. Por exemplo, quando falamos de preparação para o matrimônio não podemos mais admitir algo restrito a algumas horas ou dias de duração, pressupondo que nas demais etapas da vida a pessoa foi bem acompanhada e formada, devendo neste último momento somente uma breve recordação daquilo que ela já sabe. Infelizmente esta realidade não é mais consistente. Hoje, é necessário acompanhar o desenrolar da existência de alguém, no interior da família, como um caminho de fé. Proporemos, a seguir, um caminho que se inicia a partir da gestação ao término da vida. Talvez, como Jesus caminhou e dialogou com os discípulos de Emaús (cf. Lc 24,13-35) hoje a Igreja deve se colocar a caminho com aqueles que ela deseja fazer recuperar a esperança na

²⁹⁵ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, n° 66, pp. 110-111. Conferir ainda: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nn° 260-263, p. 99.

²⁹⁶ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*, n° 435, p. 194.

vida e não se darem por vencidos. Muitas vezes, tais pessoas estão com os rostos tristes, os corações endurecidos e os olhos como que vendados. É preciso anunciar-lhes a Boa-Nova do Evangelho e iluminá-los com a luz Daquela que é a luz do mundo (cf. Jo 8,12). Sendo assim, é possível conceber a presença da Pastoral Familiar na vida da família em todas as etapas da existência dos seus membros. E não se trata mais de programar uma ação evangelizadora visando atingir somente as famílias cristãs bem estruturadas. Precisamos pensar também em tantas famílias que, embora não consigam viver a totalidade do projeto de Deus para elas, se esforçam para trilharem o caminho de santidade, enquanto lhes é possível. E como não recordar e incluir em nossa missão tantas pessoas que experimentam a solidão da existência, sem terem uma família para compartilhar suas alegrias e tristezas. Enfim, não podemos excluir ninguém da ação da Pastoral Familiar. Todos são nossos destinatários.

Apresentamos a seguinte organização da Pastoral Familiar:

- a) Setor pré-matrimonial.
- b) Setor pós-matrimonial.
- c) Setor casos especiais²⁹⁷.

Antes de desenvolvermos a maneira de como é subdividida esta organização e apresentarmos a nossa proposta de compreensão e ação, julgamos necessário expor algumas considerações. Apesar da estrutura da Pastoral Familiar ser constituída de setores, não devemos conceber a existência destes setores como que departamentos isolados uns dos outros. Se assim fosse, teríamos que delimitar a área de ação de cada um, como se não tivesse nenhuma relação com o outro. Não é difícil de encontrar agentes de Pastoral Familiar que digam: eu sou do setor pré-matrimonial e não tenho que me preocupar com o setor pós-matrimonial ou com os casos especiais. Não é assim que compreendemos a proposta do Beato João Paulo II para essa pastoral. Embora, por um lado, sejam setores distintos entre si, esses constituem na sua essência um único corpo, na linguagem de São Paulo quando fala da Igreja em 1Cor 12. Cada setor seria como que um membro do mesmo corpo, e, de fato, o é. Para que o corpo todo funcione bem, todos os membros devem funcionar em sintonia e colaboração mútua. Uma segunda consideração necessária é que, embora tenhamos a Pastoral Familiar organizada em três setores, esta estrutura é um instrumental que deve ajudar os membros da família a percorrerem um único caminho existencial e de fé. Cada setor ocupa-se de etapas distintas na vida da mesma família. Tais etapas formam um só caminho de fé. A Pastoral

²⁹⁷ Podemos extrair esta organização da Pastoral Familiar a partir de: JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nnº 66-85, pp. 110-149. Conferir ainda: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nnº 462-465, pp. 162-163.

Familiar tem um espaço bastante amplo para fazer-se presente na vida familiar. Numa linha existencial ascendente, ela poderia acompanhar a família desde a gestação de um novo membro desta, até o momento de este novo ser constituir um novo lar e durante toda a vida matrimonial. E todo esse percurso pode ser concebido com um só caminho. A pastoral transitaria entre as diversas pastorais que já acompanham os membros da família, nos diversos momentos da sua caminhada, estreitando os laços de comunhão com essas, contando com a colaboração das mesmas e dando a sua, sem interferir ou substituir a nenhuma dessas. O senso de missionariedade intra-ecclesial seria fortalecido, a presença da Igreja junto das famílias seria mais efetiva, possibilitando uma ação evangelizadora mais consistente. Isso não implica em não termos que sair do terreno eclesial para irmos ao encontro das famílias distantes. Mais adiante desenvolveremos melhor esta ideia. A seguir trataremos de como os setores da Pastoral Familiar são organizados e como propomos a ação dos mesmos entre si e com demais pastorais afins.

3.3.1 – Setor pré-matrimonial²⁹⁸

Devido à natureza profunda do matrimônio e da família, a Igreja reconhece que a preparação da pessoa e do casal é de suma importância. É neste horizonte que se enquadra o serviço da Pastoral Familiar, através do setor pré-matrimonial. Esta preparação para a vida matrimonial é concebida em três momentos: preparação remota, preparação próxima e preparação imediata. Essas três etapas são as grandes linhas que devem direcionar a organização e atuação do setor pré-matrimonial da Pastoral Familiar. É um único caminho existencial e de fé, marcado por etapas sucessivas. Jamais podemos isolar essas etapas, como se fossem incomunicáveis. Notemos que o setor pré-matrimonial é parte de um todo. Enquanto parte, este setor só pode existir ligado aos demais membros. Sendo assim, ele deve ser concebido em comunhão com todo o corpo desta pastoral, sob pena, se visto isoladamente, de se tornar uma realidade sem sentido de ser. É um caminho de ação evangelizadora circular, onde o ponto de partida e o de chegada coincidem. O início do processo se dá na família que gera uma nova vida até que esta nova vida gere uma nova família, e assim por diante. A família se torna o espaço existencial fundamental da presença da Igreja.

Neste momento faremos a reflexão seguindo esta estrutura.

²⁹⁸ Uma fonte de inspiração para a nossa reflexão referente a este setor da Pastoral Familiar será: COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA – CNBB. *Pastoral Familiar Setor Pré-Matrimonial*. Goiânia: Scala Gráfica, 2010. Mesmo se não o citamos pontualmente, esse manual muito colaborou na experiência quotidiana que fiz como assessor da Comissão citada, durante 2005-2007.

3.3.1.1 - Preparação remota para o Matrimônio

Antes de tudo, citamos o que o Beato João Paulo II compreendeu pela preparação remota ao matrimônio, e que por sua vez, os Bispos do Brasil seguiram:

A preparação remota tem início desde a infância, naquela sábia pedagogia familiar, orientada a conduzir as crianças a descobrirem-se a si mesmas como seres dotados de uma rica e complexa psicologia e de uma personalidade particular com as forças e fragilidades próprias. É o período em que é infundida a estima por todo o valor humano autêntico, quer nas relações interpessoais, quer nas sociais, com tudo o que significa para a formação do caráter, para o domínio e reto uso das inclinações próprias, para o modo de considerar e encontrar as pessoas do outro sexo, etc. É pedida, além disso, especialmente aos cristãos, uma sólida formação espiritual e catequética, que saiba mostrar o matrimônio como verdadeira vocação e missão sem excluir a possibilidade do dom total de si a Deus na vocação à vida sacerdotal ou religiosa²⁹⁹.

Neste primeiro momento, privilegia-se a formação pessoal para, em seguida, dar ênfase à formação para a vida a dois. Assim, toda ação evangelizadora tende a colaborar, em primeiro lugar, na formação da identidade do eu, para em seguida ajudar o eu a perceber que existe um tu e que, com este, pode-se estabelecer uma relação. Identidade e relação constituem dois pilares basilares do mesmo processo formativo.

O próprio ambiente familiar é o primeiro e fundamental lugar de evangelização da pessoa. É aí que a Igreja deve ser presente. É o momento de transmitir a educação do berço, os primeiros e essenciais valores, que são a base de uma reta consciência, onde se apoiará todo o edifício moral e espiritual de uma pessoa. Normalmente, esta experiência marca profundamente a personalidade da criança. Desta maneira, quando temos um casal bem formado, eles terão a possibilidade de transmitir os valores humanos e cristãos ao filho ou a filha, ensinando-os a darem os primeiros passos no caminho de formação de uma reta consciência humana e de fé. Daí, a importância para a Pastoral Familiar de ter acompanhado e colaborado com os casais cristãos, em vista de ajudá-los a compreender o alcance e a profundidade da missão que eles contraíram diante de Deus, da Igreja e entre eles, no momento que realizaram, diante do altar, o sacramento do matrimônio. Se eles tiverem uma clara consciência das implicações que decorrem deste estado de vida, com certeza poderão dar passos largos na direção correta. Este zelo pastoral deve ser estendido, necessariamente, a todos que esperam da Igreja seu auxílio.

²⁹⁹ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 66, pp. 112-113. Conferir ainda: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nº 264-266, p. 100.

Assim, a família deve se tornar a primeira escola na vida da criança. Os pais devem ser os seus primeiros mestres. O conteúdo a ser ministrado deve ser a transmissão dos valores humanos fundamentais e os valores da fé cristã. A pedagogia a ser seguida é aquela de Jesus Cristo. É essencial a criança aprender, desde cedo, que Deus é bom. A presença dos pais, neste momento da vida da criança, é de grande importância. Quanto menos eles delegarem para outros esta responsabilidade, mais contribuirão para um sadio desenvolvimento da criança.

A propósito, esta é uma questão essencial a ser debatida. A nova dinâmica em que muitos membros da família estão inseridos em nossos dias parece não possibilitar, em muitas vezes, essa presença tão desejada dos pais próxima aos filhos. Em muitos casos por necessidade, em alguns por opção, papai e mamãe se veem arrastados a terem que trabalhar fora de casa, em vista de sustentarem a família, não podendo permanecer junto aos filhos o tempo necessário. Mas não faltam também iniciativas de casais, que, em nome de uma suposta qualidade de vida para a família, preferem trabalhar, deixando de lado essa presença tão importante para os filhos, especialmente nos primeiros anos de vida. Tal responsabilidade, ora é delegada aos avós, ora às creches, ora à babá, assim por diante. A presença da mamãe cuidando dos afazeres de casa e, especialmente, zelando pela educação dos filhos em comunhão com o papai, parece não ser mais tão comum de encontrar, como em algumas décadas atrás. Não que sejamos contrários à emancipação da mulher, afinal, como vimos no livro do Gênesis, homem e mulher são distintos sexualmente, mas iguais em dignidade. A pergunta que fazemos é de como encontrar um equilíbrio nos papéis sociais, de modo que a educação dos filhos seja boa e estável, não ficando nenhuma lacuna causando desequilíbrios futuros na vida deles? Esta é uma complexa interrogação que ainda espera resposta satisfatória e convincente para muitos casais.

A pertinência do que dissemos acima está fundada no fato de que, infelizmente, constatamos com grande tristeza em nossos dias, que nem sempre a transmissão da fé se dá com tranquilidade no interior das famílias, como também a formação de uma reta consciência humana. A ausência dos pais junto aos filhos pode ser uma das causas deste fenômeno, mas não a única. A ideia, sempre mais difusa, de enfraquecimento dos valores tradicionais, que antes norteavam a vida das pessoas com mais facilidade, a invasão dos meios de comunicação social em nossas casas, que nem sempre veiculam o que é construtivo para uma boa formação, a influência nem sempre positiva das novas mídias, a cultura do consumismo ligada à busca do prazer pelo prazer, são alguns exemplos dos muitos obstáculos que dificultam a edificação de uma sólida educação no interior da família. A educação humana e cristã é uma missão

peculiar que a família tem. Os valores transmitidos por ela constituem uma valiosa herança que se pode deixar aos seus descendentes. Deve-se zelar por uma sólida formação espiritual, catequética e humana dos filhos, ensinando-lhes a beleza e a responsabilidade das relações sociais, a riqueza da vida matrimonial e ainda a fecundidade daquela entrega exclusiva ao Senhor através da vida sacerdotal ou religiosa. É desafiador para a Igreja, atualmente, direcionar a família qual igreja doméstica, a realizar essa missão tão importante para toda a sociedade. Não é demais afirmar que, em nossos dias, a família é um caminho central que deve ser percorrido pela Igreja.

A Pastoral Familiar e o acompanhamento da família com gestante

Propomos neste momento que a Pastoral Familiar, através de sua equipe de preparação remota ao matrimônio, se ocupe da formação dos pais ou dos futuros pais no interior da família, a fim de desempenharem bem a sua missão no interior desta. Esta formação não é exclusividade somente das famílias constituídas segundo o desígnio de Deus Criador e Redentor, mas também a todas as gestantes, independente da sua situação. Para viabilizar esta proposta, pude colaborar pessoalmente, assessorando a Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família – CNBB, em 2007, com a publicação do Guia de Acompanhamento à Gestação. Este é um subsídio que possibilitou trabalhar com os casais no período da gestação do novo ser que deveria chegar à família. Seus principais objetivos eram: acompanhar as famílias e gestantes ao nascer da vida; oferecer formação e orientação humana e familiar; anunciar o valor e a dignidade da vida humana desde a concepção; dar orientações oportunas sobre o matrimônio cristão; encaminhar a criança para a preparação do sacramento do batismo. Este Guia é constituído de nove encontros, coincidindo, normalmente, com o período da gestação³⁰⁰. A Pastoral Familiar pode contar, nesta ocasião, com as demais pastorais que já fazem algum tipo de trabalho junto das famílias com gestantes. Por exemplo, os agentes da Pastoral da Criança visitam mensalmente as gestantes em comunidades carentes ou as que se encontram em situação de risco. Por que não aproveitar as visitas ou os encontros desses agentes e não acrescentar nos mesmos, com a ajuda deles, a proposta desses encontros, conforme dissemos? O mesmo vale para as visitas que os membros da Legião de Maria, os Vicentinos e outras pastorais ou movimentos fazem às famílias com gestantes. A Pastoral Familiar não precisaria criar uma superestrutura para realização deste projeto evangelizador,

³⁰⁰ Para tudo que dissemos sobre o presente Guia conferir: COMISSAO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA – CNBB. *Guia de acompanhamento à Gestação*. Brasília: Farol Comunicação Integrada, 2007.

mas antes, poderia contar com o que já existe e realizá-lo. É necessário usar criatividade nesta ocasião. Após a realização destes nove encontros, a Pastoral Familiar poderia encaminhar a família, com o novo ser que teria recém-chegado à Pastoral do Batismo, com uma vantagem, eles já teriam recebido uma primeira catequese sobre a dignidade e o valor da vida, a importância da família, a pertença à Igreja, entre outros tantos elementos. A Igreja se faria presente na vida familiar desde o alvorecer da vida. É um modo de reavivarmos a dimensão da igreja doméstica, afirmada no *Concílio Vaticano II* e reafirmada pelo Beato João Paulo II na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*. Temos consciência que tal proposta tiraria muita gente da pretensa comodidade evangelizadora. Talvez por isso, depois de seis anos do seu lançamento, este Guia de Acompanhamento das Gestantes não decolou na prática pastoral quotidiana de muitas paróquias. Mas isto não nos tira o entusiasmo de continuar difundindo esta ideia, que é parte de um projeto muito mais amplo.

A Pastoral Familiar e a Escola

Depois do que dissemos nos parágrafos anteriores, fica evidente o papel fundamental da família na educação humana e cristã dos filhos. Porém:

A família é a primeira, mas não a única e exclusiva comunidade educativa; a dimensão comunitária, civil e eclesial do homem exige e conduz a uma obra mais ampla e articulada, que seja o fruto da colaboração ordenada das diversas forças educativas. Estas forças são todas elas necessárias, mesmo que cada uma possa e deva intervir com a sua competência e o seu contributo próprio³⁰¹.

Na dinâmica da educação humana e cristã da pessoa, este primeiro momento do mesmo e único processo, que se dá especialmente no interior da família, é a base onde se erguerão as demais etapas. Aliás, cremos que neste momento, denominado por nós como a educação do berço, a pessoa recebe os elementos fundamentais que poderão sustentar a personalidade em formação.

A pedagogia familiar deve preparar a criança para tornar-se efetivamente membro de um grupo social mais amplo, isto é, a sociedade humana, onde deverá estar presente a comunidade eclesial.

Após preparada pela família para uma convivência social mais ampla, a pessoa é acolhida no seio da sociedade, estabelecendo novas relações com os seus semelhantes. Inserida neste ambiente, ela pode se enriquecer com novas experiências, no movimento de doar-se e receber. Dentre tantos direitos e deveres que a pessoa terá, é garantido a ela pela

³⁰¹ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 40, p. 71.

Constituição Federal Brasileira o direito de receber do Estado a educação, assim como era, também, competência da família. Assim consta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho³⁰².

Para que o direito de todo cidadão seja realizado, a mesma Constituição rege que é, simultaneamente, dever do Estado e da família garantir a sua realização. À sociedade cabe colaborar para execução de uma boa educação. A participação ativa de todos neste processo pode ser imensamente condicionante para o êxito deste bem tão precioso para toda pessoa. Diferente e enriquecendo a educação recebida no seio da família, compete ao ensino escolar preparar a pessoa para o exercício da cidadania e a sua qualificação profissional. Numa linguagem metafórica, diríamos que seria um primeiro pavimento que é colocado sobre o alicerce posto pela família, dando continuidade ao edifício existencial da pessoa, neste único processo educativo. É inegável que a Igreja deve estar presente neste momento da vida da pessoa, da família e da sociedade. Este é outro espaço que propomos à Pastoral Familiar participar, especialmente seguindo a experiência da Pastoral Universitária, que normalmente não está presente na educação primária, fundamental e média. Outra experiência que pode ser bem sucedida pode ser a Escola da Família, isto é, a presença das famílias no desenrolar do processo educativo na escola, procurando colaborar com a mesma, no cumprimento das metas estabelecidas pela instituição. Não se pode descurar, também, da presença da família junto aos conselhos que são organizados em torno à Escola, para colaborarem na gestão da mesma. A propósito do que dissemos, não é difícil perceber que a presença da Igreja no meio escolar é muito tímida. Basta refletirmos sobre a quantidade de escolas existem em nossas comunidades eclesiais e em quantas estamos presentes com alguma iniciativa. Tudo isso requer uma saída do comodismo a que estamos acostumados, para irmos ao encontro das reais necessidades que temos. Novos tempos requerem novas atitudes. Novas interrogações esperam de nós novas respostas.

*A Pastoral Familiar e a Catequese*³⁰³

³⁰² PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos (colaboradores). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 22.ed. 1999. São Paulo: Saraiva, 1988, art. 205, p. 116.

³⁰³ No que se refere à Catequese inspiramos parte da nossa reflexão em: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*. Brasília: CNBB, 2006, Primeira Parte – Fundamentos teológico-pastorais da Catequese e seu contexto, nnº 10-137, pp. 17-93. Outras fontes de inspiração para a nossa reflexão são os dados da realidade vigente, narrada nos diversos cenários do primeiro capítulo desta pesquisa e a proposta de uma Pastoral Familiar missionária, já mencionada nesta seção.

Esta é uma etapa fundamental da caminhada formativa de toda pessoa. É um amplo horizonte que se abre. É um grande espaço que deve ser ocupado pela Igreja, em sua missão evangelizadora. Este horizonte é uma área onde a Pastoral Familiar pode adentrar. Depois de ter acompanhado a família por ocasião da gestação, através do setor pré-matrimonial (e poderá ainda acompanhá-la, com outro enfoque, pelo setor pós-matrimonial, como veremos mais adiante) e encaminhado-a a Pastoral do Batismo, essa pastoral ainda tem a oportunidade de, em comunhão com a catequese, na comunidade eclesial, fazer-se presente na vida do catequizando e da família, em mais alguns passos desta caminhada. Por ser uma etapa relevante no amadurecimento humano e cristão da pessoa e que terá uma duração relativamente longa, dedicaremos a ela uma reflexão mais intensa e extensa. Cremos que se o processo catequético for bem desenvolvido, este poderá tornar-se uma ocasião essencial onde a Igreja pode condicionar profundamente a existência das pessoas, conferindo-lhes um sentido sólido, diante de uma realidade fluida e instável. Uma boa catequese é uma condição fundamental para que alguém desvele a beleza do rosto de Deus, revelado a nós na pessoa de Jesus Cristo, aprenda a deixar-se guiar por seu Espírito, em comunhão com a Igreja, experimente a ternura do afeto da Virgem Mãe de Deus e nossa, descobrindo com mais clareza a sua própria identidade, o significado da existência do seu próximo e o justo valor do mundo presente. O processo de desvelamento do rosto de Deus se dá no aprofundamento da amizade da pessoa com Ele, através do conhecimento daquilo que ela acredita e da experiência que se pode fazer Dele.

O único processo formativo educacional possui diversas fases e vários corresponsáveis, que se entrelaçam. A mesma pessoa é acompanhada no seio da família, pelo Estado, através de uma instituição escolar e também pela Igreja. Este caminho eclesial o concebemos como uma espécie de caminho catecumenal.

Assim, uma criança pode, simultaneamente, ser educada pelos pais, pelos professores, e, em idade apropriada, ser acolhida pela Igreja para a sua formação espiritual e catequética. Independente da idade em que ela é acolhida na catequese em sua comunidade, aos cinco anos, aos sete ou aos nove, até ser crismada, é fundamental que a comunidade eclesial ofereça esta possibilidade, a família acolha essa proposta, incentivando o filho ou a filha a trilhar este caminho. É dando passos que a criança aprenderá o caminho.

A experiência catequética deve tornar-se uma fonte de riqueza para os que dela se aproximam, uma autêntica escola de transmissão da fé e de valores humanos, capazes de colaborar na construção do Reino de Deus e de um mundo melhor. Na edificação existencial

da mesma pessoa que está envolvida no processo educacional, essa experiência deve contribuir para que o catequizando erga mais um tijolo na estrutura da sua personalidade.

O que é mais urgente transmitir na catequese em nossos dias? Certamente esta questão não é fácil de ser respondida com precisão. Mas, considerando os principais elementos dos diversos cenários que descrevemos no primeiro capítulo, as reflexões realizadas em nossa pesquisa, especialmente as que fizemos neste capítulo, as valiosas colaborações do Diretório Nacional de Catequese, consideramos que alguns temas são fundamentais, a saber: quem é Deus; qual a identidade e a missão da Igreja; quem sou eu; quem é o outro; qual o verdadeiro significado das coisas. Isto não significa que os demais temas não devam ser tratados. Cremos que toda a temática deve ser valorizada e transmitida. Não temos a pretensão de exaurir toda a riqueza do que deve ser transmitido. Porém, julgamos que estes temas que elencamos vão de encontro a muitos anseios e necessidades que as pessoas de nossa época possuem. Outro dado que não podemos menosprezar é a realidade de onde procedem aqueles que ingressam no processo catequético. Não basta mais simplesmente despejar um caminhão de conteúdos aos nossos interlocutores. É necessário que nos adequemos ao mundo deles, com uma linguagem atraente, com possíveis respostas às suas muitas interrogações, ao ponto de fazê-los descobrir a beleza da proposta da Boa-Nova de Jesus Cristo, centro e autor da nossa fé. A propósito disso, encontramos:

Interação fé e vida: o conteúdo da catequese compreende dois elementos que interagem: a experiência da vida e a formulação da fé. A afirmação do princípio de *interação* é a recusa do excesso de teoria, desligada da realidade e do dualismo que desvaloriza as necessidades do aqui e agora, da vida terrena dos filhos de Deus³⁰⁴.

Esta é uma das características da Catequese Renovada, que teve o processo desencadeado no *Concílio Vaticano II* e sucessivos acontecimentos, até ser publicado no Brasil, em 1983, pela CNBB, o texto Catequese Renovada, orientações e conteúdos, ao qual confere-se grande importância³⁰⁵. A necessidade de interação entre fé e vida no processo catequético é, em nossos dias, uma urgência para todos. Numa existência marcada, em muitos casos, com uma perda ou enfraquecimento de sentido por muitas pessoas, a experiência de fé, como um encontro pessoal do catequizando com Jesus Cristo, no seio da comunidade eclesial, pode ser uma alternativa profundamente fecunda. A luz da fé deve iluminar a vida daqueles que creem e, através deles, iluminar a vida do mundo.

³⁰⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*, nº 13, p. 23.

³⁰⁵ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*, nº 11, p. 20.

Passemos agora a refletir sobre os temas que consideramos fundamental serem tratados na catequese atual.

Quem é Deus?

Consideramos que a identidade de Deus é um elemento primordial na formação da consciência de uma pessoa. Da resposta a essa pergunta, depende o sentido da existência de alguém neste mundo. Até mesmo alguém que diga não acreditar em Deus, confere um sentido de uma existência sem Deus, na sua existência pessoal. Por outro lado, alguém que acredita em Deus, confere um sentido à sua existência em comunhão com Deus. Mas esta convivência comunitária entre Deus e o fiel pode receber significados diversos. A diversidade de significados dependerá de como Deus é concebido no coração do fiel. E nisto o processo catequético pode condicionar decididamente a vida uma pessoa. Podemos levar alguém a ver em Deus um ser bom, amigo, fiel, companheiro de caminhada na estrada da sua vida, sempre disposto a estender a mão em meio às dificuldades. Assim, a relação com Deus será serena, feliz. Em contrapartida, se transmitirmos uma ideia de Deus para alguém como um juiz severo que está prestes a nos condenar, de um pai excessivamente bravo, com semblante sisudo, poderemos estar colaborando para que o sentido de sua existência seja pavoroso, triste, onde o medo irá rondá-lo constantemente. Sem margem de dúvida, a responsabilidade no ato de transmitir a fé é grande demais. Deve-se falar de Deus a partir da revelação de Jesus Cristo, que nos anunciou na história, o mistério Reino. Uma das características da Catequese Renovada é que ela deve ser cristocêntrica e ter a Palavra de Deus como o seu referencial primário³⁰⁶.

Do que dissemos, cremos ficar clara a necessidade de transmitir os elementos fundamentais da fé em estreita comunhão com a Igreja. O catequista não fala em nome próprio, mas é a voz da única Igreja que deve ecoar em todos os cantos da terra. Como dissemos nas páginas iniciais do primeiro capítulo, a Igreja é fundada no mistério da Trindade, é o povo reunido em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, como afirmara São Cipriano e reafirmara o *Concílio Vaticano II*. Ela é Mãe e Mestra, com dissera o Beato João XXIII. Enquanto Mãe ela gera na fé, pela eterna caridade que a envolve. Como Mestra ela educa na verdade. Ela transmite aquilo que ela mesma recebeu (cf. 1Cor 15,3), sendo como o pai de família que tira do seu tesouro coisas novas e velhas (cf. Mt 13,52). Unido a Jesus Cristo pelo batismo, com discípulo/missionário seu e como membro do seu Corpo Místico, o catequista deve ser fiel comunicador da Boa-Nova do Evangelho, colaborando,

³⁰⁶ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*, nº 13, p. 21.

efetivamente, para a modelação de uma reta consciência humana e cristã daqueles que se aproximam da comunidade eclesial. Recordamos que os pais são os primeiros responsáveis neste processo formativo. Mais que simplesmente dar conteúdos prontos, devemos estimular os catequizandos à procura da verdade. O movimento de procurar dinamiza o sentido da existência. Numa cultura de incertezas, a busca da verdade é essencial. A iniciação na vida de fé de toda pessoa deve se dar na comunidade eclesial³⁰⁷.

Após aprofundar o seu conhecimento de quem é Deus, qual a identidade e a missão da Igreja, agora o catequizando deve ser ajudado a mergulhar no mistério do seu próprio eu. É certo que ele já foi iniciado neste processo de autoconhecimento no interior da família. Neste momento, a Igreja deve proporcionar-lhe o aprendizado de outros elementos inerentes ao seu eu e de cuidar para que possa colaborar na sua automodelação. A interação entre catequista, catequizando, família e a comunidade eclesial é fundamental para alcançar tal fim. Descobrir-se mais intensamente como pessoa, um ser único, criado por amor e para o amor à imagem e semelhança de Deus, redimido e adotado em Jesus Cristo como filho de Deus, membro do Corpo Místico de Cristo, a Igreja, ser capaz de conviver com os outros, estes são alguns elementos indicativos que podem direcionar a existência da pessoa que se aproxima da comunidade eclesial e ingressa no processo catequético. A Igreja, através do catequista, deve adequar-se à vida do catequizando, acompanha-lo nas etapas de maturação da sua personalidade, fazendo-o compreender a profundidade da sua identidade. A finalidade do processo catequético é proporcionar à pessoa o encontro com Jesus Cristo na comunidade cristã. Conhecendo-o, ela conhecerá a si mesma Nele. Deus e o ser humano não são adversários, mas amigos (cf. Jo 15,15). Como amiga de Deus, a pessoa deve se dar conta que Deus a criou para cumprir uma missão específica. Para realiza-la o catequizando deverá na escuta sincera da voz do Senhor (cf. 1Sm 3,1-21), discernir qual é a vontade Dele na sua vida. Neste horizonte, a Igreja poderá apresentar-lhe os possíveis caminhos ou modos de vida para que ele possa conformar a sua vida pessoal à de Jesus Cristo, quer seja, por exemplo, na vida matrimonial, presbiteral, religiosa, missionária, entre outras. Com certeza, esta não será ainda a hora de a pessoa escolher nada, mas de conhecer as possibilidades de futuras escolhas. A dimensão cristocêntrica da Catequese Renovada é o referencial para iluminar uma reta

³⁰⁷ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*, nº 13, p. 21.

antropologia a ser seguida neste processo³⁰⁸. Mais que nunca, não podemos separar, em nossos dias, a dimensão religiosa da antropológica.

Após este momento, a Igreja deve levar o catequizando a desvelar progressivamente a existência do outro e do significado dela para a sua própria existência. O ser do outro não pode ser visto como uma ameaça para ele e para ninguém. O outro não pode ser concebido como um obstáculo que o atrapalhe na vida. A sua diversidade não pode ser vista como um perigo. Mas no outro reflete a mesma imagem divina presente nele, como todos os demais elementos constituintes do seu eu. O catequizando deve compreender que somos distintos no ato de ser humano, mas idênticos por sermos humanos. Após ter iniciado a sua autodescoberta, agora ele é inserido na dinâmica de descobrir a beleza do outro. Inaugura-se, nesta ocasião, uma nova categoria existencial, isto é, a da relação. Sendo humano, a pessoa deverá tomar consciência de que é um ser aberto a. É graças a esta abertura natural que a pessoa poderá unir-se a outra. E o caminho deste vínculo é o diálogo. O diálogo é o movimento de ir e vir da palavra. É um evento de doar-se e receber algo de alguém. Através dele, podem-se manifestar sentimentos, pensamentos, anseios... e, simultaneamente, receber do outro aquilo que lhe pertence. Dialogar é uma alternativa à tendência cultural contemporânea do individualismo. Ao invés do fechamento do eu em si mesmo, é necessária a sua abertura ao outro. O laço que ajuda a estreitar a relação do eu com o outro é o vínculo do amor. E não basta o amor somente aos amigos, mas também aos inimigos. Esta é uma exigência evangélica de Jesus Cristo aos seus discípulos/missionários (Mt 5,44). Ele é o modelo perfeito para nós. Além disso, na relação dialógica é fundamental o conhecimento da realidade que nos circunda, a fim de discernirmos os sinais dos tempos e identificar os desafios que nela encontramos. Mais que em tempos passados, a Igreja reconhece que hoje é necessário tomar consciência da complexa e instável realidade que nos rodeia³⁰⁹.

Por fim, julgamos ainda necessário no processo catequético conscientizar os nossos interlocutores sobre o autêntico valor que devemos atribuir às coisas criadas por Deus e o seu justo valor para nós. Diante de um sistema econômico que superexalta o valor dos bens de consumo na existência humana, é urgente afirmarmos o devido lugar dos bens materiais em nosso cotidiano, sob o risco de trocarmos o Bem Maior por excelência – Deus, pelos bens

³⁰⁸ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*, nº 13, p. 21.

³⁰⁹ cremos que todo o processo catequético deveria colaborar para que a pessoa se sinta impulsionada a sair do seu pequeno mundo e ir ao encontro do outro. Essa atitude é fundamental para oferecermos uma alternativa ao modo de vida individualista, tão propagado em nossos dias. A solidão daria lugar à comunhão, concedendo ao tu, um valor semelhante ao eu. Vemos, com tristeza, que o endeusamento do eu causa tantos prejuízos para uma convivência fraterna, onde se pode testemunhar a beleza do amor cristão. Esta é uma nota de nossa própria autoria.

inferiores. É como se divinizássemos as criaturas e reduzíssemos Deus a mera condição de coisa para o homem e a mulher. Isto seria a exacerbação da soberba humana, raiz do pecado. Ou ainda, se colocássemos os bens materiais como bem acima da pessoa, afirmando que o ter é mais importante que o ser. Não podemos nos tornar escravos do deus dinheiro. Não que creiamos que os bens materiais sejam maus em si mesmos. É o valor injusto que lhes atribuímos e o uso inadequado que fazemos deles é que os tornam assim. Temos que colaborar na educação das pessoas para a experiência da caridade, aprendendo a partilhar, além daquilo que possuem, a própria vida. Vivemos em meio a uma encruzilhada: ou aprendemos a ser solidários com os outros, ou seremos arrastados à triste condição de solitários. É preciso passar da lógica do egoísmo para a experiência da solidariedade fraterna, especialmente com os mais pobres. A evangélica opção pelos pobres ainda continua válida e necessária de ser transmitida no processo catequético hodierno³¹⁰. Oxalá uma pessoa descobrisse que, pelo fato de Deus ser bom para com ela, principalmente no ato da doação da vida do seu Único Filho e da sua ressurreição ao terceiro dia, ela também, pela fé que a une a Ele, deveria imitá-lo na bondade com os seus semelhantes. A força da caridade cristã brota do mistério da nossa redenção. Vejamos que não bastaria saber que Deus é bom, mas seria necessário ainda imitar a sua bondade na experiência quotidiana com o próximo.

Que a família, a sociedade e a Igreja devem ter em nossos dias, mais do que antes, uma postura mais efetiva na formação das pessoas, nos recordou o Beato João Paulo II, na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, em 1981, no início do nº 66, como já mencionamos nesta seção. Esta nova postura é uma resposta que devemos dar às rápidas transformações que ocorrem atualmente. A mudança de época, fenômeno que refletimos no primeiro capítulo desta pesquisa, ilustra a complexidade dos vários cenários, nos quais estamos inseridos. A transmissão dos valores humanos e cristãos, que outrora era realizada com facilidade no seio da família, da sociedade e da Igreja, agora é dificultada por diversos fatores, dentre eles uma cultura marcada pelo secularismo, relativismo, individualismo e uma fluidez impressionante, aparentemente capaz de convencer muita gente de que os valores tradicionais estão perdendo a validade. Neste ambiente, o processo educativo tornou-se um desafio com proporções sem precedentes.

Diante do processo catequético, em vista dos sacramentos da iniciação cristã, que normalmente deveria durar desde a infância de uma pessoa, até o final da sua adolescência, compreendendo o que comumente chamamos de pré-catequese, catequese para a primeira

³¹⁰ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório Nacional da Catequese*, nº 13, p. 24.

Eucaristia, Perseverança, e Crisma – e não nos é relevante se nem todos não seguem esta mesma estrutura – no que pode colaborar a Pastoral Familiar?

Segundo o texto da *Familiaris Consortio* que citamos sobre a Preparação Remota para o Matrimônio, propomos que a Pastoral Familiar ocupe este antigo espaço existencial daqueles que procuram nossas comunidades, com todos os seus familiares. Mas não somente isso, somos convocados à conversão pastoral, saindo da comodidade das estruturas que temos há tempo, para uma atitude decididamente missionária. Não basta mais esperarmos que as pessoas nos procurem, porém, temos que sair ao encontro dos que estão distantes, às vezes com o sentido da própria existência obscurecido e enfraquecido. Com tal atitude queremos imitar à do Bom Pastor.

Quanto àquelas pessoas e famílias que procuram nossas comunidades pra ingressarem as crianças ou adultos na catequese, a Pastoral Familiar colabore, da melhor forma possível e segundo as circunstâncias de cada lugar, com as pastorais que trabalham no processo catequético. Sem tomar lugar dos catequistas, por que os agentes da Pastoral Familiar, não poderiam ao menos participar em alguns encontros e transmitir os valores evangélicos referentes ao matrimônio e a família? Por que eles não poderiam, criativamente, se interessar pela família dos catequizandos durante o processo catequético? Por que, periodicamente, durante este processo, os catequistas com os agentes de Pastoral Familiar não promovam em conjunto encontros de formação, momentos de espiritualidade, ações de solidariedade para socorrer as famílias carentes, momentos de partilha de experiências familiares, entre outras iniciativas? Por que as duas pastorais não celebram e valorizam as datas litúrgicas relacionadas entre elas? Temos que superar a mentalidade que cada pastoral, na comunidade eclesial, tem uma fatia do bolo e deve tomar conta somente dela. A missionariedade intra-eclesial, isto é, ir ao encontro daqueles que estão dentro da Igreja, deve nos levar a derrubar as barreiras que nos fazem conceber e agir quase que isoladamente, para uma ação evangelizadora de comunhão entre as pastorais e movimentos afins, visando o bem integral da pessoa e da família. O planejamento pastoral, principalmente nas Dioceses e Paróquias, deveria observar estas necessidades urgentes quando da elaboração de seus planos. Além de planejar, temos que realizar concretamente o que definimos. Parece-nos que a nova evangelização requer uma renovação institucional em nossas estruturas, às vezes rígidas demais, incapazes de se adequar aos reais anseios de nossos povos na atualidade. Não se trata de mudarmos o Evangelho, mas sim de revermos aquilo que impede as pessoas de se aproximarem da Igreja e de Deus com mais facilidade.

Pensando na missionariedade extra-ecclesial, isto é, da necessidade de irmos ao encontro daqueles que estão fora do convívio sistemático conosco, em nossas comunidades, por que não nos perguntarmos sobre aquelas famílias que estão distantes de nós, com pessoas que poderiam ser catequizadas e não o são, e irmos ao encontro delas? Será que a ausência de tantas famílias em nossas comunidades, que residem no mesmo bairro que nós, não nos causa nenhum incômodo? Será que somente pensamos, em nossa prática religiosa, no nosso bem e não nos importamos com a condição alheia? Não seria indiferença de nossa parte com estas famílias afastadas? Não seria necessário fazermos algo de concreto para superar esta comodidade incômoda? E as escolas que estão em nossos bairros, qual é a presença que a Igreja possui no meio delas? Mesmo que nas escolas públicas o ensino religioso não seja confessional, isto de modo algum deveria ser um obstáculo para a presença eclesial em seu meio. Vejamos que estes e outros tantos espaços extra-ecclesiais ainda podem ser ocupados por nós. A Pastoral Familiar, a Catequese e outras Pastorais e Movimentos afins poderiam representar-nos neste meio.

Enfim, com base no que refletimos nesta etapa de preparação remota para o matrimônio, fica claro que temos um espaço, extremamente relevante na vida das pessoas, das famílias e da sociedade que a Igreja ainda pode ocupar, além da necessidade de uma renovação interna de parte de suas estruturas. Creiamos não ser demasiado afirmar que a nova evangelização passa, de modo muito especial, pela família. Longe de compartilhar com a ideia de que o matrimônio e a família cristãos são instituições que estão perto da falência, reafirmamos que tais instituições são essenciais para a realização integral da pessoa, e, portanto, merecem toda a estima e empenho de nossa parte em promovê-las e defendê-las. Passemos à próxima etapa.

3.3.1.2 - Preparação próxima para o Matrimônio

Já refletimos sobre a importância de a Igreja fazer-se presente na vida da pessoa, da família e também da sociedade. Desde a gestação, até o final da experiência catequética de iniciação cristã, com todas as etapas que a constituem, concebemos esse processo como ininterrupto, com a cooperação de todas as pastorais afins e a presença da Pastoral Familiar interessada e envolvida na formação integral das pessoas. Esta é a Preparação Remota para o Matrimônio e, por que não, para toda a vida cristã. Cremos ainda que a catequese, além de ser dada em vista da recepção dos sacramentos, deve consistir num processo permanente na vida de todos os cristãos. Mesmo que vivamos por cem anos, não estaremos totalmente formados,

prontos e conscientes da profundidade, da riqueza, da sabedoria e da ciência de Deus (cf. Rm 11,33). Portanto, o mistério divino é uma força que nos atrai sempre mais para ele, e quanto mais atraídos somos, mais desejamos sê-lo. Como nos disse Santo Agostinho: “*e inquieto está nosso coração, enquanto não repousa em ti*”³¹¹.

Agora refletiremos sobre a continuidade desse processo de preparação, em uma nova etapa. Trata-se da Preparação Próxima para o Matrimônio. Como já dissemos, apesar de intitularmos como nova etapa, não se trata de uma descontinuidade com a anterior. É mais alguns passos no mesmo caminho, a fim de alcançar a mesma meta, o encontro com Jesus Cristo. Para não prolongarmos o discurso, trataremos da relação da Pastoral Familiar com a juventude, compreendendo todos aqueles que já fazem algum trabalho com os jovens, no ambiente eclesial e fora dele. Em seguida dedicaremos um espaço para os Encontros de Noivos.

Antes de tudo, citamos o que o Beato João Paulo II compreendeu por preparação próxima ao matrimônio, e que por sua vez, os Bispos do Brasil seguiram:

É nesta base que, em seguida e mais amplamente, se porá o problema da *preparação próxima*, que - desde a idade oportuna e com adequada catequese, como em forma de caminho catecumenal - compreende uma preparação mais específica, quase uma nova descoberta dos sacramentos. Esta catequese renovada de todos os que se preparam para o matrimônio cristão é absolutamente necessária, para que o sacramento seja celebrado e vivido com retas disposições morais e espirituais. A formação religiosa dos jovens deverá ser integrada, no momento conveniente e segundo as várias exigências concretas, numa preparação para a vida a dois que, apresentando o matrimônio como uma relação interpessoal do homem e da mulher em contínuo desenvolvimento, estimule a aprofundar os problemas da sexualidade conjugal e da paternidade responsável, com os conhecimentos médico-biológicos essenciais que lhe estão anexos, e os leve à familiaridade com métodos adequados de educação dos filhos, favorecendo a aquisição dos elementos de base para uma condução ordenada da família (por exemplo, trabalho estável, disponibilidade financeira suficiente, administração sábia, noções de economia doméstica). Por fim não se deverá omitir a preparação para o apostolado familiar, para a fraternidade e colaboração com as outras famílias, para a inserção ativa nos grupos, associações, movimentos e iniciativas que têm por finalidade o bem humano e cristão da família³¹².

Pastoral Familiar e Juventude

Diante das muitas e rápidas transformações que experimentamos nos últimos tempos, a Igreja, por várias vezes, reconheceu a necessidade de responder às muitas interrogações

³¹¹ Cf. SANTO AGOSTINHO. *Confissões*, I, 1.

³¹² JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 66, pp. 111-112. Conferir ainda: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nnº 267-268, pp. 100-101.

experimentadas e formuladas pelas pessoas e de fazer opções pastorais mais específicas, visando tornar-se mais próxima dos mais necessitados de sua atenção e ajuda, nos novos cenários que foram se configurando. Dentre os destinatários preferenciais da sua ação evangelizadora estão os jovens. As diversas citações que a seguir faremos, tem por objetivo evidenciar o lugar de destaque que a juventude possuiu e ainda possui em nossos dias, no coração da Igreja.

Já no encerramento do *Concílio Vaticano II*, o Papa Paulo VI dirigiu-se diretamente aos jovens. Citamos abaixo alguns trechos desta mensagem:

É finalmente a vocês, rapazes e moças de todo o mundo, que o Concílio quer dirigir sua última mensagem – pois serão vocês que recolherão a tocha das mãos dos seus antepassados e viverão no mundo no momento das mais gigantescas transformações da sua história, serão vocês que, recolhendo o melhor do exemplo do ensinamento de seus pais e mestres, irão construir a sociedade de amanhã: vocês se salvarão ou perecerão com ela... É para vocês os jovens, especialmente par vocês, que ela acaba de acender, pelo seu Concílio, uma luz: luz que iluminará o futuro, futuro de vocês. A Igreja deseja que esta sociedade que vocês vão constituir repete a dignidade, a liberdade, o direito das pessoas: e estas pessoas, são vocês. Deseja em especial, que esta sociedade deixe se espalhar seu tesouro sempre mais antigo e sempre novo: a fé, e que as almas de vocês possam iluminar livremente em seus clarões benéficos... É em nome de Deus e de seu Filho Jesus que exortamos vocês a alargarem seus corações a todo o mundo, para escutar o apelo de seus irmãos e para colocarem, corajosamente, corajosamente, suas energias juvenis a serviço deles³¹³.

Na terceira Conferência do Episcopado Latino-americano, em Puebla, os Bispos manifestaram clara opção preferencial da Igreja pelos jovens, dedicando todo o segundo capítulo do documento final para esta temática. Logo no primeiro número deste, eles afirmaram:

Apresentar aos jovens o Cristo vivo, como único Salvador, para que, evangelizados, evangelizem e contribuam, como em resposta de amor a Cristo, para a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação³¹⁴.

No dia 22 de abril de 1984, o Beato João Paulo II entregou a Cruz aos jovens reunidos em Roma, tornado-se esta um dos símbolos que os acompanha até os dias de hoje, ao lado do Ícone de Nossa Senhora, dado em 2003, também pelo Beato, dirigindo a eles essas palavras:

Meus queridos jovens, na conclusão do Ano Santo, eu confio a vocês o sinal deste Ano Jubilar: a Cruz de Cristo! Carreguem-na pelo mundo como símbolo do amor de Cristo pela humanidade e anunciem a todos que,

³¹³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Documentos Fundamentais sobre as Jornadas Mundiais da Juventude*. Brasília: CNBB, 2012, pp. 5-6.

³¹⁴ CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Puebla*. 6.ed., 1984. São Paulo: Paulinas, 1979, nº 1166, pp. 359-360.

somente na morte e ressurreição de Cristo, podemos encontrar a salvação e a redenção³¹⁵.

Em 1985 o Beato João Paulo II reunira em Roma, por ocasião do domingo de Ramos daquele ano, cerca de 300 mil jovens, manifestando nesta ocasião o desejo de reunir os jovens de todos os cantos da terra. Tal desejo viria a realizar-se no ano seguinte, também em Roma, com a primeira Jornada Mundial da Juventude. Com o evento ocorrido no Rio de Janeiro em julho deste ano, completou-se a 13ª Jornada - com o lema de cunho estritamente missionário, assumido pelo Papa Emérito Bento XVI: *Ide e fazei discípulos entre todas as nações* (cf. Mt 28,29) - mostrando assim, a grande importância que a Igreja atribui à juventude pelo mundo afora, nestes tempos de profundas mudanças³¹⁶.

Na esteira destes acontecimentos citados, a Igreja do Brasil também se envolveu no trabalho com a Juventude. Especialmente a partir da década de 80, floresceu por muitos lugares de nosso país a Pastoral da Juventude, com o objetivo de engajar os jovens na vida eclesial, através dos assim chamados Grupos de Jovens. Por vários anos fiz esta experiência. Além disso, esta iniciativa tinha por objetivo mostrar para os jovens a necessidade de participarem ativamente das questões sociais daquele tempo, com um senso crítico apurado. Fé e vida eram um binômio que jamais poderia ser separado. Em 1992 a CNBB promoveu a primeira Campanha da Fraternidade sobre a Juventude, com o lema: *Juventude, caminho aberto*. Em 2013, novamente a situação da juventude foi tratada na Campanha da Fraternidade, com o lema: *Eis-me aqui, envia-me* (Is 6,8), tendo por objetivo geral: *“Acolher os jovens no contexto de mudança de época, propiciando caminhos para seu protagonismo no seguimento de Jesus Cristo, na vivência eclesial e na construção de uma sociedade fraterna fundamentada na cultura da vida, da justiça e da paz”*³¹⁷. Estes últimos acontecimentos tiveram participação efetiva da Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude, através do Setor Juventude.

Todos estes testemunhos denotam a importância primordial que a juventude tem na ação evangelizadora da Igreja em nossos dias. De modo especial, não podemos deixar apagar a chama que foi acesa no coração dos jovens espalhados pelo mundo afora, durante a Jornada Mundial da Juventude, ocorrida em julho passado, no Rio de Janeiro. Muitos deles anseiam mostrar ao mundo a beleza da experiência de amor feita no encontro pessoal com Jesus Cristo

³¹⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Documentos Fundamentais sobre as Jornadas Mundiais da Juventude*, p. 9.

³¹⁶ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A JUVENTUDE (CNBB) (Coord.). *Caminhando para a Jornada Mundial da Juventude – Subsídio para Adultos*. Brasília: CNBB, 2012, pp. 16-19.

³¹⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Campanha da Fraternidade 2013: Manual*. Brasília: CNBB, 2012, p. 11.

nesta ocasião. Dentre tantas palavras motivadoras que o Papa Francisco comunicou aos jovens do mundo inteiro, reunidos no Rio de Janeiro, na Via-Sacra feita com eles, citamos as seguintes:

Queridos irmãos, ninguém pode tocar a Cruz de Jesus sem deixar algo de si mesmo nela e sem trazer algo da Cruz de Jesus para a sua vida. Nesta tarde, acompanhando o Senhor, queria que ressoassem três perguntas nos seus corações: O que vocês terão deixado na Cruz, queridos jovens brasileiros, nestes dois anos que ela atravessou este imenso País? E o que terá deixado a Cruz de Jesus em cada um de vocês? E finalmente, o que esta Cruz ensina para a gente?³¹⁸.

Passada a Jornada Mundial da Juventude, não podemos deixar apagar em nossos jovens a chama do amor de Deus acesa no coração de muitos deles. Quem sabe essas interrogações feitas pelo Santo Padre, ainda esperem por respostas em suas vidas. O papel de proximidade da Igreja junto desses nossos irmãos e irmãs é fundamental neste momento da história. Vemos com tristezas muitos jovens se tornando presas fáceis das drogas, violência, prostituição, desemprego, entre outros, obscurecendo o horizonte para uma grande parcela e enfraquecendo a sua esperança.

Diante do que dissemos a respeito da Juventude nos parágrafos anteriores, é evidente o vasto horizonte que se abre para ser ocupado e evangelizado. Pressupondo que encontrássemos jovens com uma base de formação, recebidos na família, no Estado (escola) e na Igreja, proporcionando-lhes a aprendizagem de um conjunto de elementos que colaboraram na modelação de sua personalidade e na sua maturação humana e cristã, neste momento, a Igreja poderá continuar próxima deles na continuidade deste processo formativo, através, por exemplo, do Setor Juventude, da Pastoral Vocacional, de Movimentos como Renovação Carismática Católica, Focolares, entre tantos outros. É também verdade que a família e o Estado continuarão presentes neste único processo formativo da pessoa, com novas relações e condicionamentos.

Análoga à relação que mencionamos anteriormente em relação à Catequese, a Pastoral Familiar terá a possibilidade de se aproximar daqueles que já trabalham com a juventude e promover com eles ou por conta própria iniciativas que visem oferecer condições para os jovens discernirem, mais pontualmente, qual caminho seguir, abraçando uma vocação específica, no seguimento a Jesus Cristo. O testemunho familiar de que vale a pena abraçar o estado de vida matrimonial, conformando a vida do casal com a do Senhor, em sua íntima relação de amor com a Igreja, é um elemento extremamente valioso nesta ocasião. Encontros de namorados, retiros espirituais, momentos de formação, reflexões sobre os cenários atuais

³¹⁸ FRANCISCO. *Pronunciamentos do Papa Francisco no Brasil*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013, p. 33.

que constituem a nossa realidade, são exemplos de iniciativas que podemos desenvolver em nossas comunidades.

Pastoral Familiar e Encontros de Noivos

O Encontro de Noivos é uma ocasião peculiar da Pastoral Familiar. Um dos benefícios de percorrer o caminho formativo que propusemos, desde a gestação até o presente momento, é que nesta ocasião teríamos uma grande possibilidade de ter pessoas com uma consciência humana e cristã consistentes, facilitando este ritual de passagem. A reflexão sobre a vida matrimonial e familiar não seria algo de desconhecido para aqueles que tendessem nesta direção. Certamente, o casal de noivos possuiria um conjunto de elementos basilares, onde poderiam construir a sua casa sobre rocha firme (Mt 7,24-27). Se para conseguirmos tal resultado o esforço é grande e em longo prazo muito maiores serão os frutos colhidos deste processo. Talvez a tentação de muitos será a de permanecer nas velhas e cômodas estruturas, incapazes de dar condições suficientes para uma formação adequada aos novos tempos que vivemos. Vale a pena arriscar.

Apesar de defendermos a presença permanente da Pastoral Familiar junto das pessoas e famílias como descrevemos, cremos que é precisamente a preparação para a vida matrimonial, através dos Encontros para Noivos, que deve marcar esta etapa. Esta ocasião que antecede o matrimônio deve ser realizada com muita seriedade. Ela não deveria ser vivenciada como um acontecimento que simplesmente ratifica uma decisão já tomada para contrair o sacramento do matrimônio. Antes, ela deveria ser um momento de refletir sobre esta decisão tão importante para vida dos noivos, ajudando-os a compreender o alcance do significado deste sacramento, a graça santificante contida nele, capaz de inserir homem e mulher no mistério salvífico de Jesus Cristo e a Igreja e dos compromissos inerentes neste novo estado de vida. Mesmo que um casal viesse a fazer este Encontro e, ao final, chegasse à conclusão que ainda não estaria preparado para o casamento, eles poderiam aproveitar o noivado para esclarecer as dúvidas que ainda persistem e modelarem melhor a si mesmos e a própria relação, nesta circunstância da vida. É melhor retardar a realização do casamento do que darem um passo inseguro demais e correrem o risco de serem infelizes. Em poucas palavras, o Encontro de Noivos não deveria ser feito, simplesmente, em vista do casamento³¹⁹.

Quais temas seriam essenciais tratar no Encontro de Noivos? Quais seriam opcionais?

³¹⁹ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA (CNBB). *Guia de Preparação para vida matrimonial*. Goiânia: Scala Gráfica e Editora, 2009, p. 14.

Podemos responder estas questões com base nas orientações do Guia de Preparação para a Vida Matrimonial:

Temas essenciais: O Amor Conjugal; O Conhecimento de Si Mesmo e do Outro; O Diálogo; O Exercício da Sexualidade Humana; O Planejamento Familiar; O Sacramento do Matrimônio; A Celebração Litúrgica do Matrimônio; Aspectos Jurídico-Canônicos do Matrimônio.

Temas Opcionais: Relacionamento com a família do outro cônjuge; Comunhão de bens – Como administrar? Oração do casal; A Sagrada Família; Dedicando tempo à família; Educação dos filhos; Métodos Naturais de Planejamento Familiar – aprofundamento; Alcoolismo e suas consequências para a família; Dependência química; a influência dos amigos na relação do casal; Adoção de crianças ou idosos – Outra forma de exercer a paternidade/maternidade³²⁰.

Dentre tantas ricas e belas experiências que conheci na Igreja do Brasil entre 2005-2007, infelizmente, com relação aos Encontros de Noivos, não foi isso que presenciei em várias Dioceses, apesar de ter encontrado em alguns lugares testemunhos profundamente convincentes. Além de muitos não observarem as orientações pastorais que mencionamos no acima, faziam a preparação dos noivos para o casamento com muita debilidade, não tratando das questões essenciais ligadas ao matrimônio. Pior ainda, quando deparei com várias Paróquias que realizavam Encontros extremamente reduzidos ou mesmo não os realizavam. Para não reduzir esta reflexão somente à minha experiência, convidaria aos meus interlocutores a realizarem uma pesquisa em torno à sua Diocese e observar o procedimento dos Encontros com os Noivos. Cremos que se quisermos colaborar na construção de famílias mais estáveis e felizes, além de levarmos a sério todo o processo de formação humana e cristã de uma pessoa, temos que urgentemente rever esta questão em nossas comunidades, ou continuaremos, com hipocrisia, fazendo de conta que tudo está funcionando bem. Necessitamos, em muitos casos e lugares, de uma sincera conversão pastoral.

Na organização dos Encontros de Noivos a criatividade pode tomar lugar das dificuldades que temos em nossas comunidades. Pode ser que numa Paróquia alguém diga que não possui condições suficientes para organizar um encontro assim, ora por falta de agentes de pastoral, ora por falta de pessoas especializadas nos diversos temas em questão. Para superamos tal impasse, podemos recorrer às Paróquias vizinhas e formarmos uma equipe comum. Certamente, ninguém é obrigado a saber de todas as coisas. Temos que buscar a colaboração necessária para cada tema a ser tratado, tanto os essenciais como os opcionais. A

³²⁰ Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 66, p. 113. Conferir ainda: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nnº 269-273, pp. 101-103. Com relação aos temas essenciais e opcionais que devem conter nos Encontros de Noivos, conferir: COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA (CNBB). *Guia de Preparação para Vida Matrimonial*, pp. 21-26.

presença de um Padre, dos Casais, de um Psicólogo, de um Médico, de alguém entendido em economia familiar, entre outros profissionais, pode enriquecer muito a realização deste encontro. A interação entre fé e ciência é fundamental nesta ocasião.

3.3.1.3 - Preparação imediata para o Matrimônio

Antes de tudo, citamos o que o Beato João Paulo II compreendeu por preparação imediata ao matrimônio, e que por sua vez, os Bispos do Brasil seguiram:

A preparação imediata para a celebração do sacramento do matrimônio deve ter lugar nos últimos meses e semanas que precedem as núpcias quase a dar um novo significado, um novo conteúdo e forma nova ao chamado exame pré-matrimonial exigido pelo direito canônico. Sempre necessária em todos os casos, tal preparação impõe-se com maior urgência para aqueles noivos que apresentam carências e dificuldades na doutrina e na prática cristã. Entre os elementos a comunicar neste caminho de fé, análogo ao do catecumenato, deve incluir-se uma profunda consciência do mistério de Cristo e da Igreja, dos significados de graça e de responsabilidade do matrimônio cristão, assim como a preparação para tomar parte ativa e consciente nos ritos da liturgia nupcial³²¹.

Este é um momento peculiar para vida dos noivos e, conseqüentemente, pode ser para a Pastoral Familiar. Pressupondo que eles já tenham feito o Encontro de Noivos e decididos, conscientemente, pelo casamento ou que estão prestes a participarem desse, este é o momento que se deve, primordialmente, realizar o diálogo dos noivos com o Padre e a preparação espiritual deles, por uma eventual confissão³²².

Em nossa costumeira prática pastoral, precede a este momento, o que denominamos de “marcação do casamento”. Esta é uma oportunidade em que podemos manifestar grande alegria em acolher os noivos que nos procuram em nossas comunidades. Pode ser que depois de muito tempo afastados da Igreja, este seja um momento para reaproximação e conversão deles. Em muitos casos esta acolhida é feita pela secretaria paroquial, mas em alguns outros, os próprios casais da Pastoral Familiar se encarregam deste ofício. Independente de quem a faça, o importante é que seja feita com grande satisfação. Mesmo que a secretaria paroquial fique encarregada do atendimento aos noivos, nada impede que a Pastoral Familiar acompanhe o processo, dando atenção especial a eles, encorajando-os a trilharem o caminho do matrimônio, constituindo uma nova família. É oportuno nesta ocasião que se faça um

³²¹ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, n° 66, p. 113. Conferir ainda: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nn° 269-273, pp. 101-103.

³²² Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, n° 269, pp. 101-102.

breve cadastro dos noivos, a fim de estreitar a relação entre a Igreja e eles, independente deles se casarem ou não.

Temos que deixar claro para os noivos que a presença deles em nosso meio é de grande valia. É necessário que lhes ofereçamos o que nos solicitarem. Desde as informações básicas requeridas pelos noivos, tais como quais são as datas disponíveis para o casamento, qual a documentação necessária, se não tiverem feito o Encontro, qual a data do mesmo, quando o Padre poderia atendê-los, quais as normas para a ornamentação da Igreja, quais as normas da celebração do matrimônio, entre outras perguntas similares, até o preenchimento do processo de habilitação matrimonial, tudo deve transcorrer num clima de harmonia, estimulando-os a participarem ativamente da vida da Igreja, se ainda eles não fazem tal experiência. Somos chamados a abandonar toda truculência burocrática desnecessária. Isto afasta as pessoas.

Após os noivos tomarem a decisão de se casarem na Igreja, de providenciarem toda a documentação necessária, de preencherem o processo de habilitação matrimonial, é hora de serem acolhidos, se possível, pelo pároco, ou algum de seus colaboradores, para o exame pré-matrimonial, como vimos acima. É aconselhável que esta função não seja delegada à secretaria paroquial nem a nenhum agente de pastoral³²³.

Esta é a ocasião de se estabelecer um diálogo entre o Padre e o casal. A acolhida do pastor à suas ovelhas é primordial. Antes de tudo, recomenda-se que o Padre se ponha na atitude de escuta daqueles que ali estão, disposto a ouvir, de acordo com o tempo disponível, a história que eles vivenciaram. Tal experiência em muito colabora no momento da celebração do matrimônio. Consciente das alegrias, esperanças e sofrimentos do casal, o Padre poderá dirigir-lhes palavras adequadas, segundo a necessidade apresentada por eles. Em seguida, é necessário que o Padre exponha para os noivos, de modo especial, as finalidades do matrimônio, isto é, o bem dos cônjuges que deve ser cultivado por ambos, através da fidelidade e indissolubilidade matrimoniais, a procriação e a consequente e necessária educação os filhos. Ainda ele deve exortá-los sobre o rico significado de sua pertença à Igreja e a riqueza litúrgica do sacramento que eles estão prestes a celebrar. Tudo isso pode em muito colaborar para uma participação mais frutuosa dos noivos no ato da celebração. Todo este diálogo deve proporcionar aos noivos um encontro pessoal com Jesus Cristo e prepará-los para assumirem, conscientemente, os compromissos matrimoniais, sabendo que a decisão tomada por eles é por toda a vida. Além do que já dissemos, é recomendável aos noivos,

³²³ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nº 270, p. 102.

enquanto possível, participarem humildemente do sacramento da confissão, a fim de contraírem o sacramento do matrimônio em estado de graça e amizade com Deus, a consciência em paz consigo mesmo e com os outros³²⁴.

Enfim, estamos seguros que a preparação imediata para o matrimônio se desenvolverá tranquilamente e com solidez, se as duas etapas anteriores, isto é, as preparações remota e próxima, tiverem sido bem sucedidas. cremos que a instabilidade contemporânea, que afeta diretamente o modo de ser, de pensar e de agir das pessoas, requer uma alternativa sólida para ser combatida. A Igreja deve proporcionar aos fiéis um encontro permanente com Jesus Cristo, para que descubram Nele a beleza do rosto de um Deus que os ama e deseja, profundamente, permanecer junto dos seus. Somos chamados a sair do nosso comodismo e percorrer o desafiador caminho de proximidade com todos os destinatários da Boa-Nova do Evangelho, próximo dos que estão próximos de nós, e correndo ao encontro dos que ainda estão longe. Nesta missão eclesial, a Pastoral Familiar muito pode colaborar. Desta maneira, concluímos a reflexão do setor pré-matrimonial, que imediatamente nos remete para a Celebração do Matrimônio.

3.3.2 – A Celebração do Matrimônio

Após terem feito todo o trajeto de preparação para a vida matrimonial, chega-se ao dia de consolidar toda uma história de vida e de amor com a celebração do matrimônio. Agora, homem e mulher selarão uma aliança de amor para sempre. É o dia de manifestarem publicamente o sim, antes de tudo, ao chamado de Deus, autor de toda vocação, mas também de formarem uma só carne (Gn 2,24) pelo consentimento recíproco, acolhendo e dando-se mutuamente, até que a morte os separe. Recordamos que todo o segundo capítulo foi construído a partir da estrutura da celebração do matrimônio, isto é, liturgia da Palavra e liturgia sacramental, originado assim em nosso texto, a fundamentação bíblica do matrimônio e fundamentação teológica do mesmo.

A celebração litúrgica do matrimônio cristão não é um mero acessório, mas uma exigência normativa que exprime de forma social e comunitária a natureza essencialmente eclesial-sacramental do pacto conjugal entre os batizados³²⁵. Desta maneira, esta celebração deve receber uma atenção especial da Igreja, quando da sua realização. O cuidado pastoral de

³²⁴ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nº 270-273, pp. 102-103.

³²⁵ Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 67, p. 114.

todos, em torno a ela, é uma necessidade estreitamente unida ao significado profundo que a própria celebração possui.

Mas antes de tratarmos do cuidado pastoral que a celebração do matrimônio possui, vejamos os três significados que nela se encerram.

*“Enquanto gesto sacramental de santificação, a celebração do matrimônio – inserida na liturgia, cume de toda a ação da Igreja e fonte da sua força santificadora – deve ser por si válida, digna e frutuosa”*³²⁶. Assim, a celebração do matrimônio torna-se um gesto sacramental de onde brota a graça santificante para os esposos e, conseqüentemente, para toda a família. É uma fonte pela qual o próprio Deus, através da ação litúrgica da Igreja, santifica aqueles que Dele se aproximam. Para a validade da celebração e a sua eficácia santificadora, é preciso que se cumpram as exigências inerentes na natureza do pacto conjugal, elevado por Jesus Cristo à dignidade de sacramento, exigências essas que tratamos longamente em todo o segundo capítulo, desde a fundamentação bíblica do matrimônio, como a sua fundamentação teológica. Além disso, é necessário que seja observada, de modo fiel, a disciplina da Igreja, sobre a liberdade do consentimento, os impedimentos, a forma canônica e o próprio rito da celebração. Já a dignidade da celebração do matrimônio deve observar os princípios das autoridades eclesiásticas de cada lugar, sempre em conformidade com a Sé Apostólica, esforçando-se por inculturar-se, sem prejuízo aos elementos essenciais deste sacramento, aos costumes de cada povo³²⁷. A sensibilidade e a criatividade da Igreja local devem estimular a todos a valorizarem a riqueza de costumes que cada região possui. Nisto consiste a dimensão frutuosa da celebração. Já uniformidade inflexível do rito pode obscurecer a valiosa diversidade de expressões religiosas dos povos.

*“Enquanto sinal, a celebração litúrgica deve desenvolver-se de maneira a constituir, mesmo no seu aspecto exterior, uma Proclamação da Palavra de Deus e uma profissão de fé da comunidade dos crentes”*³²⁸. A Palavra de Deus constitui um extraordinário tesouro, onde o próprio Deus se auto-revela para nós e nos insere, pelo dom da fé em Jesus Cristo, no mistério da salvação. E é justamente neste mistério que o sacramento do matrimônio está contido. Proclamar a Palavra de Deus na celebração litúrgica deste é uma ocasião necessária e oportuna, com a finalidade de instruímos e recordarmos todos os fiéis na fé que professamos e apresentá-los a profundidade misteriosa daquilo que celebramos. Com a proclamação da Palavra de Deus neste ato deve florescer para todos os presentes, e de modo especial para os

³²⁶ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 67, p. 114.

³²⁷ Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 67, pp. 114-115.

³²⁸ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 67, p. 115.

nubentes, a beleza do desígnio do Deus Criador e Redentor a respeito do matrimônio e da família.

*“Enquanto gesto sacramental da Igreja, a celebração litúrgica do matrimônio deve envolver a comunidade cristã, com uma participação plena, ativa e responsável de todos os presentes, de acordo com a posição e a função de cada um”*³²⁹. Assim como o corpo é um, mas é constituído de muitos membros e todos os membros juntos formam um só corpo (cf. 1Cor 12,12), de modo semelhante ocorre a participação de todos os fiéis na mesma liturgia. Os esposos, o ministro assistente do matrimônio, os padrinhos e madrinhas, os familiares, os amigos e os demais presentes devem participar plena, ativa e responsavelmente na celebração litúrgica do matrimônio, respeitando a função e condição de cada um. A sincera participação de cada um colabora para o bem de todos. Somos todos membros do mesmo corpo de Cristo, a sua Igreja.

Assim, da natureza sacramental da celebração litúrgica do matrimônio emerge o devido zelo pastoral que devemos ter em nossas comunidades com este acontecimento. Enumeramos, brevemente, as principais orientações pastorais que consideramos importante serem observadas a respeito da celebração do matrimônio, sendo que, com as quais, a Pastoral Familiar poderia prestar grande auxílio em nossas comunidades:

- Estar atentos, com a devida antecedência, da data, horário e local da celebração do matrimônio, evitando assim qualquer atropelo.
- Orientar os noivos quanto à importância da pontualidade no ato da celebração litúrgica do matrimônio, evitando assim ter que conduzir com pressa este ato fundamental na vida deles.
- Quando possível, realizar um breve ensaio com os noivos e padrinhos, em ocasião apropriada, a fim de possibilitar maior sintonia de todos na celebração litúrgica do matrimônio.
- Acompanhar, enquanto possível, a organização do local da realização do matrimônio, acolhendo e acompanhando as pessoas responsáveis por esta função, como por exemplo, os que vem ornamentar a Igreja, os músicos, entre outros.
- Distribuir com antecedência as diversas funções que serão necessárias durante a celebração do matrimônio.
- Organizar uma equipe de acolhida, que compareça com antecedência no ato da celebração, manifestando a alegria da Igreja pelos que a ela acorrem.

³²⁹ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 67, p. 115.

- Regular com antecedência a aparelhagem de som a ser utilizada, evitando transtorno no decorrer da celebração.
- Separar as leituras da Liturgia da Palavra, com antecedência e distribuí-las aos leitores, para que estes tenham a oportunidade de se preparar para aquela ocasião.
- Cabe ao ministro assistente do matrimônio dirigir com sabedoria uma homilia consistente aos que ali estiverem presentes, especialmente aos nubentes, estimulando-os a abraçarem com fé e responsabilidade a graça santificante do sacramento do matrimônio, como também os compromissos inerentes a este novo estado de vida, a partir da Palavra de Deus proclamada, da rica Tradição cristã e do ensinamento do Magistério, considerando com sensibilidade a situação histórica dos nubentes, conforme conhecimento prévio adquirido na preparação imediata ao matrimônio.
- Cabe ainda ao ministro assistente do matrimônio estimular com tranquilidade aos nubentes, a realizarem ativa e livremente o rito sacramental do matrimônio, fazendo-os compreender que, ao manifestarem o consentimento, celebram, estritamente falando, o sacramento, enquanto os demais rituais ratificam esse consentimento, que estabelece a união indissolúvel dos esposos³³⁰; é ainda oportuno recordar-lhes do significado das alianças abençoadas e entregues um ao outro em sinal de amor e fidelidade, com também a fecundidade da benção nupcial e o seu significado para a vida deles, como nos referimos no final do segundo capítulo.
- É sinal de sensibilidade da comunidade para com os esposos elaborar a oração da assembleia, considerando os elementos da vida deles, enquanto possível e permitido, conhecidos na ocasião da sua acolhida, especialmente no preenchimento do processo de habilitação matrimonial e no diálogo com o Padre.
- Por fim, somos chamados a deixar estampada no rosto a alegria de termos acolhido, colaborado e participado deste momento sublime da vida dos novos esposos, deixando evidente para todos que a Igreja é, também, a casa deles, e para a comunidade é uma satisfação tê-los sempre presentes no meio dela.

3.4 – Setor pós-matrimonial.

Após termos percorrido o trajeto do setor pré-matrimonial e a celebração do matrimônio, é necessário continuarmos a nossa caminhada eclesial com os esposos recém-

³³⁰ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretório da Pastoral Familiar*, nº 278, p. 104.

casados, manifestando a eles a caridade pastoral da Igreja, que procura continuar na história a missão de Jesus Cristo. Esta é uma ocasião impar para todos nós que acreditamos no valor sagrado do matrimônio e da família, para anunciarmos o Evangelho da Família, em meio às alegrias, esperanças e sofrimentos de nossos irmãos e irmãs, no tempo presente. Temos consciência que a realidade hodierna tornou a vida familiar mais desafiadora, dada a sua instabilidade e rapidez das múltiplas transformações. Precisamos encontrar alternativas que nos possibilitem relacionarmos com a cultura atual, mais que meramente reagirmos a ela, numa atitude de defesa e isolamento. A presença da Igreja próxima das famílias recém-instituídas entre um homem e uma mulher e fundadas no sacramento do matrimônio, segundo o desígnio do Deus Criador e Redentor, é uma necessidade urgente³³¹. E tal presença eclesial pode ser dada pela Pastoral Familiar e outras Pastorais e Movimentos, tais como Equipes de Nossa Senhora, Encontro de Casais com Cristo, Pastoral da Sobriedade, Vicentinos, Pastoral da Criança, Pastoral do Batismo, entre outros. O objetivo desta seção é refletirmos sobre como a Pastoral Familiar pode colaborar com a Igreja na evangelização das famílias, especialmente com aquelas que se formaram recentemente. Seguramente, influenciará profundamente neste processo o nível de formação humana e cristã de cada um. Alguém que tenha percorrido o caminho que descrevemos no decorrer deste capítulo, desde a gestação até o presente momento, encontrará grandes possibilidades de viver serenamente em meio aos desafios. Por outro lado, as deficiências formativas poderão influenciar negativamente a existência de uma pessoa. Não é que seja uma regra matemática exata. A existência humana é misteriosa e, por vezes, foge da nossa lógica.

O Beato João Paulo II afirmou com muita precisão a necessidade de a Igreja acompanhar as famílias nos primeiros anos de caminhada, nos seguintes termos:

O cuidado pastoral da família regularmente constituída significa, em concreto, o empenho de todos os membros da comunidade da Igreja local em ajudar o casal a descobrir e a viver a sua nova vocação e missão. Para que a família se transforme mais numa verdadeira comunidade de amor, é necessário que todos os membros sejam ajudados e formados para as responsabilidades próprias diante dos novos problemas que se apresentam para o serviço recíproco, para a participação ativa na vida da família³³².

³³¹ Neste momento mencionamos somente a família constituída nestes moldes. Temos consciência que todos têm direito de receber o auxílio da Igreja, mesmo aquelas famílias que não se encontram nas condições que afirmamos. É notório o sofrimento e as feridas que muitas pessoas carregam no interior da família em nossos dias. Não podemos ficar indiferentes a elas. Sobre as pessoas e famílias que se encontram em “situações especiais” trataremos na próxima seção da nossa pesquisa, no setor denominado “Casos Especiais” na estrutura da Pastoral Familiar.

³³² JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 69, p. 119.

A cada dia de nossa vida temos a oportunidade de realizar experiências novas e diversas, capazes de nos enriquecer e desafiar. Neste dinamismo somos chamados a aprender constantemente, manifestando flexibilidade de nos readequarmos às circunstâncias específicas de cada situação e nos projetarmos para a frente. É neste contexto que se enquadra a vida matrimonial para os recém-casados. E é neste horizonte que a Igreja, através da Pastoral Familiar ou de outras pastorais ou movimentos, é chamada a se inserir. A cooperação entre os diversos agentes neste campo é primordial. A família pode se tornar um eixo convergente daqueles que, mesmo dando ênfases diversas, exerce um determinado trabalho em prol desta instituição sagrada.

O que na prática não deveria acontecer é, após a celebração do matrimônio, uma família não receber o devido cuidado pastoral da comunidade eclesial, tendo que enfrentar neste novo contexto histórico de suas vidas os desafios inerentes a este estado. Podemos comparar um casal que recentemente contraiu o sacramento do matrimônio a uma criança recém-nascida. De modo algum a mamãe a deixaria seguir os seus primeiros passos sozinha. Ela não seria capaz de realizar com êxito tal empresa. É impensável e desumano tal fato. O amor da mamãe pela criança faz com que ela a tenha no centro de sua vida. Ela procura tratá-la com todo o zelo do mundo, não sendo capaz de deixar de ama-la e nem de esquecê-la, exceto em poucos casos, mas, se existir tal mulher, Deus, no seu amor, lembrar-se-á dos seus filhos e filhas (cf. Is 49,15). Assim como a mamãe, na maioria das vezes, não é capaz de se esquecer da criança que gerou, a Igreja não poderia deixar de cuidar, em nossos dias, com muito zelo, da família que foi gerada na liturgia sacramental do matrimônio. Descurar desta seria um grave erro eclesial. Tal omissão poderia colaborar diretamente no insucesso desta nova e sagrada instituição e na consequente frustração dos seus membros. Atualmente, a nossa presença mais próxima das famílias é uma urgência que não podemos deixar para segundo plano, nem delegar para terceiros. É neste contexto que a Pastoral Familiar, a partir do setor pós-matrimônio, pode se organizar e muito colaborar com as famílias.

A vida a dois será para o novo casal uma experiência a ser aprendida constantemente. Será a hora de aprender mais a dividir do que somar, egoisticamente, para si. A unidade substancial fundada a partir do matrimônio (já não são dois, mas uma só carne (Gn 2,24)) emite novas luzes sobre a existência deles.

A finalidade do acompanhamento da Igreja às famílias recém-constituídas é ajudá-las a se tornarem uma autêntica comunidade de amor, como nos recordou o Beato João Paulo II no texto que citamos acima. A missão da família está intimamente ligada à sua identidade. Mas a realização da essência de sua identidade é um processo delicado. Tornar-se uma

comunidade de amor depende da abertura dos cônjuges à graça divina e o empenho dos mesmos no cotidiano de suas vidas. Eles precisarão espelhar-se naquela esplêndida experiência de amor entre Jesus Cristo/Esposo e a Igreja/Esposa, o grande Mistério (cf. Ef 5,32), capaz de iluminar e dar pleno significado à vida familiar. É na entrega total de si, manifestação sublime do amor-doação, que um descobre a beleza e o alcance do outro na sua vida, não medindo esforços para vê-lo feliz e realizado. Este amor deve ser superior a todos os sentimentos cultivados na vida do casal. Ele deve permeá-los, estimulando os cônjuges a realizarem todo o bem que lhes cabe. Como já dissemos acima, a Pastoral Familiar pode muito colaborar neste processo.

Antes de refletir sobre as ações concretas que essa pastoral pode empreender em favor das famílias recém constituídas, consideramos necessário e oportuno constatar as forças favoráveis e contrárias a este serviço. Temos consciência da importância de conhecer tais elementos, em vista de elaborarmos com mais consistência a ação evangelizadora que pretendemos.

Quanto às forças favoráveis ao serviço da Pastoral Familiar no setor pós-matrimonial:

A mais importante aliança é com Deus. “Sem mim nada podeis fazer” (Jo 15,5). É uma aliança a ser cultivada, momento a momento e jamais subestimada. “Quem permanece em mim e eu nele, esse dá muito fruto” (Jo 15,5); outra força fundamental é o testemunho autêntico de vivência familiar estável, onde se assume e se vive os valores da fé; o ministério desenvolvido pelo Setor Pós-Matrimonial deve estar em estreita cooperação com os setores da própria Pastoral Familiar, e com as pastorais da Igreja, principalmente aquelas mais ligadas à família, como: pastorais da Sobriedade, da Juventude, Catequese, Idoso, Menor, Saúde, etc; os movimentos serviços e institutos familiares são também alianças importantes e necessárias. Mas não é apenas na Igreja que vamos encontrar possíveis alianças; existem diversos conselhos, em organismos públicos; organizações não governamentais; escolas públicas e particulares; associações; meios de comunicação, etc³³³.

Essas forças nos dão alguns indicativos importantes. Temos que ajudar os casais a compreenderem que jamais podem se afastar de Deus. De fato, sem Deus nada podemos fazer, como nos ensinou Jesus Cristo (cf. Jo 15,5). A permanência Nele é o segredo para produzirmos muitos frutos e frutos que permaneçam. Da mesma forma que os ramos não podem dar frutos sem permanecerem ligados à videira, assim não podemos produzir frutos se não estivermos ligados a Jesus Cristo (cf. Jo 15,4)³³⁴. Além disso, é um alento para eles o testemunho estável da vida de outros casais, colocando em prática os valores da fé,

³³³ COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA – CNBB. *Pastoral Familiar Setor Pós-Matrimonial*. Goiânia: Scala Gráfica, 2010, pp. 16-17.

³³⁴ Sobre essa temática tive a oportunidade de refletir longamente numa publicação anterior. Conferir: DELFINO, Claudio Antonio. *Necessidade humana de Deus hoje*, pp. 83-170.

mostrando-lhes que é possível tal experiência na família. Aliás, a força do testemunho pessoal e familiar parece mais convincente em nossos dias do que as palavras desprovidas de atitudes concretas, assim como no setor pré-matrimonial é necessária a missão intra-ecclesial e a extra-ecclesial. A Pastoral Familiar, a partir do setor pós-matrimonial, deve estar aberta à colaboração das demais forças eclesiais no acompanhamento e presença junto às famílias nos primeiros anos de matrimônio, visando ajudá-las no seguimento ao Senhor neste caminho por elas percorrido, além de receber delas a valiosa colaboração de vitalidade e alegria, animando os casais mais experientes a prosseguirem adiante. Por outro lado, esta mesma pastoral deve contar com as forças extra-ecclesiais que muito podem colaborar com estas famílias e ainda receberem da Pastoral Familiar a sua ajuda. É desta forma que a Pastoral Familiar se tornará missionária nesta etapa. Não é possível alguém querer ter êxito trabalhando isoladamente.

Mas, além das forças favoráveis à Pastoral Familiar, não faltam aquelas contrárias, que dificultam este serviço às famílias, como por exemplo:

A não proximidade com Deus ou a superficialidade da fé abre fendas e enfraquece o serviço apostólico em favor da família; doenças de relacionamento presentes na cultura moderna como: ganância, egoísmo, solidão, angústia, vaidade, disputas de posições e cargos, etc, dividem e enfraquecem o grupo de serviço; os meios de comunicação representam recursos maravilhosos. Seu mau uso, entretanto, é muito comum e faz deles uma força frequentemente desfavorável e poderosa que precisa ser vigiada; a falta de capacidade para uma leitura crítica aos meios de comunicação é uma força negativa procedente de uma educação deficiente; o despreparo para gerenciar a afetividade que é muito comum na cultura atual, é outra força contrária ao serviço da família; o consumismo tem grande poder desagregador da família; vícios em geral, são forças que desestruturam a família; injustiça social com serviços públicos de má qualidade, formação deficiente e consequente comprometimento das oportunidades de trabalho e constituição de família; violência geral, no lar e fora; ideologias modernas como: feminismo radical, ideologia de gênero, laicismo, etc, que agredem diretamente a vida, a família e a Igreja³³⁵.

Tais forças contrárias que dificultam o serviço da Pastoral Familiar, através do setor pós-matrimonial, são oriundas daqueles cenários que narramos no primeiro capítulo. É necessário que os consideremos na elaboração da ação evangelizadora neste campo. O nosso agir deve ser iluminado pela Palavra de Deus, a Sagrada Tradição e o Magistério, como expusemos no segundo capítulo, referente ao matrimônio cristão, e responder aos desafios que a realidade contemporânea nos apresenta. Somente assim teremos a possibilidade de obter êxito.

³³⁵ COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA – CNBB. *Pastoral Familiar Setor Pós-Matrimonial*, pp. 17-18.

Pois bem, de que maneira a Pastoral Familiar pode colaborar com as famílias nos primeiros anos de matrimônio, através do setor pós-matrimonial? Refletiremos, a seguir, algumas ações que podem ser empreendidas por ela, em vista de se tornar presente na vida destas famílias, com a finalidade de ajudá-las a se tornarem uma comunidade de amor, realizando, assim, na sua missão, a sua mais profunda identidade³³⁶, além de receber o auxílio delas. Tais atividades podem ser desenvolvidas com a colaboração de outras pastorais e movimentos afins.

- Estruturar uma equipe do setor pós-matrimonial na Paróquia. Esta estruturação é o primeiro passo para organizar as demais atividades. Poderíamos contar nesta equipe, um Padre, uma Religiosa, quando possível, casais, profissionais liberais como, psicólogo, advogado, médico, assistente social, entre outros. A experiência pessoal, familiar e profissional poderia enriquecer o nível de ajuda a ser dada por esta equipe. Além da assistência espiritual e religiosa, poderiam ser oferecidos outros tipos, de acordo com o que tivessem disponíveis.
- O setor pós-matrimonial necessita dar continuidade ao trabalho realizado pelo setor pré-matrimonial em relação às famílias recém-casadas. Esta continuidade é fundamental na vida da família e da Pastoral Familiar. Desta maneira, aquela presença eclesial que se manteve desde a gestação até o momento da celebração do matrimônio continuará no seio da família, em suas alegrias e esperanças, como também nos seus sofrimentos e tristezas, dando consistência ao trabalho feito e na formação de uma reta consciência humana e cristã. Assim como o pastor zela pelas suas ovelhas, a Igreja é chamada a zelar pelas famílias.
- Ter em mãos e solicitar e utilizar o cadastro das famílias feito pelo setor pré-matrimonial na ocasião do preenchimento do processo de habilitação matrimonial. A partir destes dados, a equipe do setor pós-matrimonial terá a possibilidade de estabelecer contato com as famílias a partir dos primeiros meses de casamento, viabilizando uma relação de proximidade com estas e motivando-as a vivenciarem o projeto de Deus para o matrimônio e a família e de participarem ativamente da vida da Igreja, como também de exercerem o seu apostolado no meio do mundo, em todos os setores possíveis.
- Visita às famílias da comunidade, especialmente aquelas que estão afastadas do convívio comunitário. Este é um serviço fundamental, direcionado preferencialmente

³³⁶ Tais ações são inspiradas na minha experiência pastoral e em: COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA – CNBB. *Pastoral Familiar Setor Pós-Matrimonial*, pp. 14-18.

ao casal. Através dele, realizamos a missionariedade eclesial, tão necessária em nossos dias. Reafirmamos que não dá mais para esperar que as pessoas nos procurem. Muitas famílias são deixadas no anonimato por dois motivos: elas não vêm em nossas comunidades e nossas comunidades não vão até elas. Seguramente, a possibilidade das famílias afastadas virem até nós é menor do que a nossa de irmos até elas. Às vezes, sem estarem preparadas para administrar os novos desafios da vida a dois ou até mesmo a três (incluindo o filho que, em alguns casos, chega antes mesmo do casamento), a família sofre, sem ter muito a quem recorrer e sem ter meios suficientes para solucionar muitas questões. Não é difícil encontramos casos onde o sofrimento torna-se insuperável, acabando por destruir, de modo prematuro, a vida de muitas famílias. A atenção que podemos dispensar a elas, com visitas informais, talvez, poderia evitar tal fim.

- Promover encontros de partilha para os casais nos primeiros meses de casamento. Ao menos uma vez por semestre poderia ser realizado na Paróquia um encontro de partilha para os casais que contraíram matrimônio durante este período. Este seria um momento deles partilharem as experiências realizadas no interior da família, enriquecendo a vida dos outros e recebendo dos mesmos elementos que poderiam iluminar a sua experiência familiar e de recordarem da graça recebida no ato da celebração litúrgica deste sacramento, como também dos compromissos inerentes a este estado de vida. É notório que, quando realizados, tais encontros produzem frutos abundantes na vida de todos. Nesta ocasião, podem-se trabalhar temas como relacionamento, mostrando a necessidade de solucionar diariamente as dificuldades enfrentadas pelo casal, para que essas não se tornem como que um muro a dividi-los na mesma casa. Cada problema diariamente não resolvido, pode ser simbolizado com um tijolo que é assentado na parede, erguendo-a a níveis cada vez mais altos, até o dia de separá-los. Por outro lado, cada solução dada é como se tirassem tijolo por tijolo, até que um poderia ver o outro sem nenhum obstáculo. Além do relacionamento, pode-se aprofundar a importância do planejamento familiar e o autêntico alcance deste na vida da família, a educação dos filhos, a solidariedade entre as famílias, entre outros. Destes encontros podem surgir grupos de casais que, sistematicamente, passem a cultivar este hábito.
- Colaborar com os pais para o fortalecimento de uma mentalidade aberta à vida. A família que é uma comunidade de amor precisa ser ajudada a tornar-se o santuário da vida. O significado mais nobre do amor é a doação total de si para o outro. O ato de

conceber uma nova vida é uma expressão sublime deste amor-doação. O filho concebido é como a extensão dos pais. Eles se doam, de si mesmos, naquele que foi procriado, colaborando com Deus, autor de toda vida. De modo livre e responsável, os pais têm o direito de realizar o seu planejamento familiar. Contudo, em momento algum poderiam se fechar para a geração da vida. Esta é dom de Deus. Mesmo que tenham os seus planos, o casal não pode se esquecer de que Deus age como quer na história. Uma gravidez deveria ser sempre ocasião de bendizer ao Senhor pela vida, e não levá-los a conclusão de que foi indesejada. Outro ponto importante é não subordinar, inflexivelmente, a quantidade de filhos a uma suposta qualidade de vida.

- Deve-se dar atenção especial às famílias na difícil tarefa de educarem retamente os filhos. Hoje, temos consciência do enorme desafio para os pais de educarem os filhos. Além de estarem atentos ao bem um do outro, os cônjuges, quando da chegada do filho no seio da família, como dom de Deus, são chamados a proporcionar-lhe uma sólida educação humana e cristã. Vimos o quanto é estável a realidade atual e quantas são as influências, a partir do avanço da ciência e da técnica, no mundo da família. Com a globalização temos acesso imediato a uma rede de informações, capazes de nos deixar online com os fatos ao redor do mundo. Este é o lado interessante deste fenômeno. Por outro lado, entra em nossas casas toda sorte de elementos, que nem sempre somos capazes de filtrar. Tais elementos nem sempre são benéficos no processo de educação dos filhos. Por exemplo, como evitar que a ideia do consumismo não entre em nosso lar, desencadeando, em muitos casos, a sede de ter sempre mais as coisas? Basta ligar a TV, o rádio, ou ler uma revista ou jornal, acessar a internet, entre outros meios, que seremos estimulados a tal fim. Esta ideia quase sempre provoca um egoísmo desmedido, dificultando a experiência da partilha. Como usufruir dos avanços tecnológicos dentro de casa, evitando criar isolamento entre os membros da família? Por exemplo, quando numa casa temos mais que uma TV, quando usamos sem critério as novas mídias, é inevitável o risco de o diálogo ficar enfraquecido entre os membros da família, ou tais meios virarem refúgios para evitarem um ao outro, devido a algum estremecimento no relacionamento. Como filtrar, com segurança, o que os filhos menores acessam na internet, para que não sejam estimulados a pensar e a agir contrários aos princípios humanos e cristãos transmitidos pelos pais? Esta é uma missão desafiadora para os pais. Nem sempre eles conseguem obter êxito com facilidade. Mais que ficarem horas diante das crianças enquanto estão conectadas, parece-nos mais eficaz e possível insistirem com elas

sobre a importância de usarem tais meios com prudência e ensinar-lhes o que é necessário evitar. Além disso, podem-se instalar filtros que ajudem nesta seleção de acessos.

- Estruturar um centro diocesano de atendimento às famílias³³⁷. Esta é uma iniciativa louvável e plausível. Dispondo de um local adequando, a equipe de serviço do setor pós-matrimonial poderia buscar parcerias públicas e privadas, e até mesmo realizar um trabalho ecumênico, para dar um atendimento qualificado, especialmente às famílias carentes, que não possuem recursos suficientes para a realização dos mesmos. Serviços como atendimento psicológico para pais e filhos em situação de conflito, para gestantes em situação de risco, para famílias que convivem com problemas diários de drogas e violência, para pessoas que se prostituem, para viúvos e viúvas, enfim, para todos aqueles que se encontram necessitados de ajuda. Qualquer outro tipo de serviço pode ser prestado, de acordo com as iniciativas e possibilidades de cada lugar. Tal empresa pode ser útil também no setor casos especiais.
- Formar Associações de Famílias³³⁸. Já vimos que a família constitui o maior patrimônio da humanidade, conforme nos afirmou o Papa Emérito Bento XVI, na V Conferência do CELAM, em Aparecida. Ela é fundada no sacramento do matrimônio entre um homem e uma mulher, segundo o desígnio do Deus Criador e Redentor. A família é o lugar privilegiado para a realização existencial de toda pessoa. É o fundamento da sociedade humana, onde a pessoa é chamada a experimentar a felicidade do amor-doação. Entretanto, a instável realidade contemporânea é constituída de cenários que nem sempre colaboram para a edificação estável da família. O relativismo, o secularismo e o individualismo são exemplos de influências nefastas, que contaminam o salutar ambiente familiar. Temos consciência da responsabilidade que possuímos na promoção e defesa desta instituição sagrada, como também do matrimônio e do valor inalienável da vida. Para este fim, cremos que a Associação de Famílias surge para responder ao apelo do Beato João Paulo II na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*³³⁹, renovado pelo Papa Emérito Bento XVI e motivado pelo Pontifício Conselho para a Família, de se formar em todas as

³³⁷ Conferir a proposta da criação dos Centros de Atendimento às Famílias – CAF em: COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA. *Guia de orientação para os Casos Especiais*. Brasília: Farol, 2010, pp. 46-47.

³³⁸ Tal iniciativa foi tomada pela Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família – CNBB, com a finalidade de implantá-la nas Dioceses do Brasil, a partir de 2013. No Estado de São Paulo esta experiência foi iniciada, como projeto piloto, na Diocese de Botucatu.

³³⁹ Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, n° 72, pp. 124-125.

idades organismos que possibilitem com que a família tenha recursos para atuar como sujeito social, assumindo seu papel de família cidadã. Esta Associação, quando devidamente registrada em Cartório, dispõe de personalidade jurídica, tendo valor político e social, podendo congrega outros membros de famílias fora e além das que frequentam a Pastoral Familiar ou os Movimentos Familiares, pessoas de boa vontade, sensíveis aos bens da família que estão atualmente ameaçados, com disponibilidade para promovê-los e defendê-los através da presença e testemunho. Nada impede de promovermos uma ação ecumênica, já na instituição da Associação, desde que todos os seus membros concordem sobre os princípios a nortearem a sua existência. Seu objetivo é de congrega pessoas convictas dos verdadeiros valores familiares, em vista de se empenharem para fortalecer a família, proporcionando a ela um clima cultural positivo e todas as condições para que seja capaz de cumprir suas tarefas, e continuar sendo o maior recurso disponível para cada pessoa e para a sociedade brasileira. É um valioso serviço que podemos prestar a todas as famílias. Seus membros são convidados a olhar para o futuro com esperança e com a certeza de que a família é decisiva para construir ambientes de solidariedade e cooperação, favorecendo o crescimento humano/cidadão, relacional e espiritual das pessoas, especialmente dos jovens, além de contribuir para a promoção da paz na sociedade³⁴⁰.

3.5 – Setor casos especiais

Imitando a Jesus Cristo, o Bom Pastor da humanidade, que dá a sua vida pelas suas ovelhas, a Igreja se empenha, com todo o zelo, a cuidar das famílias que, com o auxílio de Deus e o empenho sincero de todos os seus membros, conseguem realizar o divino projeto de amor para esta sagrada instituição. O sacramento do matrimônio, que por sua vez eleva a naturalidade deste instituto a um grau sublime, por obra de Jesus Cristo, que manifestou seu infinito amor para a Igreja, é o fundamento onde a família se apoia. Este serviço eclesial é realizado pela Pastoral Familiar através do setor pós-matrimonial, em colaboração com tantas outras forças que atuam neste campo.

Contudo, somos conscientes que o nosso trabalho não termina aqui. Atualmente, é grande o número de pessoas que, por motivos diversos, que veremos no decorrer desta última

³⁴⁰ Texto inspirado num material divulgado para todas as Dioceses do Brasil, mas não publicado, pela Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e Família, no início de 2013. Maiores informações podem ser adquiridas junto a esta Comissão Episcopal.

seção, enfrentam obstáculos quase que intransponíveis para continuarem vivendo o projeto do matrimônio e da família querido por Deus, provocando graves feridas na vida deles e dos que estão próximos a eles, que, na maioria das vezes, não chegam a cicatrizar depois de longo tempo. Estes são aqueles que experimentam, com muita dor e tristeza, a frustração do divórcio. Quando perguntamos para alguém que passou por esta situação se ela um dia casou pensando, depois de algum tempo, de se separar, é unânime a resposta: não. E muitos, não conseguindo suportar a dor da solidão, contraem uma nova união, em muitos casos, aliviando o sofrimento humano, mas criando uma profunda crise de consciência. E tal conflito perdura na vida de muitos de nossos irmãos e irmãs por toda a vida.

Creemos que a grande maioria, para não dizer todos os que contraem o sacramento do matrimônio, tem o desejo de formar uma família, para viverem juntos para sempre, realizando o projeto de amor estabelecido por Deus. Mas quando tal projeto vai à falência, o que pode fazer a Igreja para estes seus filhos e filhas? Certamente, ela não se sente no direito nem de condená-los nem de abandoná-los, mas sim o dever de acolhê-los. E este é o motivo pelo qual estamos escrevendo estas páginas. Tal serviço eclesial pode ser prestado pela Pastoral Familiar, através do setor casos especiais. Outra situação que inspira cuidado e proximidade das famílias em situações difíceis é a viuvez. A ausência definitiva de uma das partes, pelo fato da morte, desencadeia uma dura e sofrida experiência para a outra, requerendo da Igreja uma postura cordial e fraterna.

Este é um setor que possui vasta abrangência. Ele perpassa os setores pré-matrimonial, como o pós-matrimonial. Todos os casos que extrapolam o ângulo de ação destes setores podem ser cuidados por este último. Assim, a quantidade de situações que o setor casos especiais é chamado a zelar é muito grande. Logicamente, não iremos tratar de todos os casos. Oportunamente citaremos um elenco desses. Apresentaremos os dois casos mencionados no parágrafo anterior a título de ilustração e devido ao fato de não prolongarmos excessivamente a nossa pesquisa. Assim, delimitaremos a refletir sobre os casais divorciados em segunda união e a viuvez. São dois casos recorrentes em nossos dias merecendo a nossa atenção.

Quanto à importância e a necessidade do serviço da Pastoral Familiar no setor casos especiais expressou o Beato João Paulo II:

Um empenho pastoral ainda mais generoso, inteligente e prudente, na linha do exemplo do Bom Pastor, é pedido para aquelas famílias que – muitas vezes independentemente da própria vontade ou pressionadas por outras exigências de natureza diversa – se encontram em situações objetivamente difíceis. A este propósito é necessário voltar especialmente a atenção para algumas categorias particulares, mais necessitadas não só de assistência, mas de uma ação mais incisiva sobre a opinião pública e sobretudo sobre as

estruturas culturais, econômicas e jurídicas, a fim de se poderem eliminar ao máximo as causas profundas do seu mal-estar³⁴¹.

O Beato João Paulo II reconheceu já naquela ocasião que o empenho da Pastoral Familiar, através do setor casos especiais, seria mais exigente do que aos dos setores anteriores. A generosidade pastoral da Igreja para com os seus vários destinatários requeria maior criatividade e dedicação. Não se tratava mais de um lugar determinado para evangelizar e nem mesmo de circunstâncias precisas a serem modificadas. Dentre as muitas situações difíceis em que se encontravam pessoas e famílias, cada uma esperava por uma resposta específica. Vejamos alguns casos que foram listados pelo Beato:

As famílias dos emigrantes por motivos de trabalho; as famílias dos que são obrigados a ausências longas, por exemplo, os militares, os marinheiros, os itinerantes de todo tipo; as famílias dos presos, dos prófugos e dos exilados; as famílias que vivem marginalizadas nas grandes cidades, aquelas que não têm casa, as incompletas ou “monoparentais”; as famílias com filhos deficientes ou drogados; as famílias dos alcoólatras; as desenraizadas do seu ambiente social e cultural ou em risco de perdê-lo; as discriminadas por motivos políticos ou por outras razões, as famílias ideologicamente divididas, as que dificilmente conseguem ter um contato com a paróquia; as que sofrem violência ou tratamento injusto por causa da própria fé; as que se compõem de cônjuges menores, os idosos, não raramente forçados a viver na solidão e sem meios adequados de subsistência; famílias com abandono de um cônjuge ou a sua perda, que leva à experiência dolorosa da viuvez; as famílias constituídas por matrimônios mistos; famílias com matrimônio à experiência; famílias com uniões livres de fato; católicos unidos só em matrimônio civil; separados e divorciados sem segunda união; divorciados que contraem nova união; os sem famílias³⁴².

Diante de uma imensidão de pessoas e famílias em situações tão distintas e conflitantes, resta-nos a procurar com generosidade, inteligência e prudência a realizar o que nos for possível. Somos chamados a fazer todo o nosso esforço em vista de darmos uma resposta, enquanto formos capazes, aos anseios dos nossos irmãos e irmãs sofredores. A solicitude pastoral da Igreja deve ser um sinal para eles de que não ficamos indiferentes com a situação que eles passam. De modo algum, a Pastoral Familiar seria capaz de responder sozinha a todos esses desafios. A colaboração mútua entre as diversas pastorais, movimentos, associações eclesiais, como também outras denominações cristãs, outras religiões não cristãs e todas as pessoas de boa vontade, dispostas a serem solidárias com esses nossos irmãos e irmãs podem colaborar nesta empresa árdua e difícil. Mesmo que não atendamos a todos os anseios

³⁴¹ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, n° 77, p. 134. Além do que dissemos nesta longa descrição, faltaria mencionar, por exemplo, casos difíceis como, os moradores de rua, pessoas que estão na rua, trabalhadores em situação de semiescravidão, prostituição de menores, menores explorados no mundo do tráfico, entre outros.

³⁴² Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, n° 77-85, pp. 134-149.

dos homens e mulheres de nosso tempo, marcados com tanta dor e sofrimento, não podemos deixar de realizar todo o bem que está ao nosso alcance.

A conversão pastoral que a Igreja é chamada a empreender em nossos dias, passando de uma pastoral de manutenção a uma pastoral decididamente missionária, deve considerar a dramaticidade destes diversos cenários, onde se encontram muitos de nossos irmãos e irmãs. É urgente que saíamos ao encontro deles, fazendo-nos próximos de uma gente marcada pela falta de esperança em dias melhores. Para ser decididamente missionária, a Pastoral Familiar tem um longo caminho a percorrer. Não dá para esquecer-se das palavras do Papa Francisco durante a homilia da Santa Missa com os Bispos da Jornada Mundial da Juventude, Sacerdotes, Religiosos e Seminaristas:

Não podemos ficar fechados na paróquia, em nossa comunidade, em nossa instituição paroquial ou em nossa instituição diocesana, quando tantas pessoas estão esperando o Evangelho. Saiam enviados. Não é um simples abrir a porta para que venham, para acolher, mas sair pela porta para buscar e encontrar... Pensemos com decisão na pastoral desde a periferia, começando pelos que estão mais afastados, os que não costumam frequentar a paróquia. Eles são os convidados VIP. Nos cruzamentos dos caminhos, vão buscá-los³⁴³.

Estas pessoas e famílias que se encontram em situações conflitantes e difíceis necessitam de uma atenção e zelo especiais. Não dá para esperar para outro momento uma decidida e solícita atitude pastoral em favor delas. E não é que estaríamos fazendo algo de extraordinário, uma vez que a saída da costumeira comodidade em que muitos se encontram dentro de nossas comunidades contradiz com o nosso ser cristão. Afinal, todo batizado é essencialmente missionário. Não se trata de uma escolha em sermos missionários, mas sim de recordarmos que já somos missionários e disto é quase impossível esquecer-nos. Somos chamados a realizar, urgentemente, a nossa identidade. Ser cristão redundante em ser missionário. Como o Bom Pastor (cf. Jo 10,11) ou como o Bom Samaritano da humanidade (cf. Lc 10,29-37) temos que sair ao encontro de todos que esperam, ansiosamente, a nossa ajuda. Assim, estaremos iluminando o mundo, a partir da luz da fé que recebemos no Batismo e ainda colaborando para que as pessoas sofridas experimentem e acreditem com mais intensidade de que Deus é bom. Saíamos, então, ao encontro do Senhor com as nossas lâmpadas acesas (cf. Mt 25,1-13), ele que quis se identificar com os menos favorecidos e sofredores (cf. Mt 25,31-46), com certeza estará presente nestas pessoas e famílias descritas acima.

³⁴³ FRANCISCO. *Pronunciamentos do Papa Francisco no Brasil*, p. 38.

Como nos propomos, neste momento daremos algumas indicações de como a Pastoral Familiar, através do setor casos especiais, poderia desenvolver ações em favor dos divorciados que contraem uma nova união e das pessoas em situação de viuvez.

Por divorciados que contraem uma nova união entendemos aquelas pessoas que, contraíram validamente o sacramento do matrimônio, e por motivos diversos, segundo a história de cada um, não conseguiram continuar realizando o projeto de amor do Deus Criador e Redentor para o matrimônio e a família, vindo a experimentar o divórcio. Após tal acontecimento, tais pessoas, na conseguindo suportar a dor da solidão, uniram-se a outra pessoa, constituindo uma segunda união.

Para os divorciados que contraem uma nova união, a Igreja, através da Pastoral Familiar, com seu setor específico, pode realizar:

- Numa atitude pastoral preventiva, a Pastoral Familiar, através do setor pós-matrimonial poderia ficar atenta às situações graves de conflito na família, colaborando para que os cônjuges não venham a experimentar a dor da separação. Esta dor não se limita a afetar somente aos dois, mas se alastra como uma peste para todos os membros da família, especialmente os filhos, provocando grande sofrimento. Vale a pena fazer de tudo para evitar tal situação.
- Uma vez que os cônjuges, acompanhados de perto pela Igreja, fizeram de tudo para salvar o matrimônio e a família, mas não obtiveram êxito, concluindo assim a impossibilidade de permanecerem juntos e tomando cada um a sua direção, a Pastoral Familiar, imitando ao Bom Pastor, deve permanecer muito mais próxima desta família esfacelada e enferma, procurando cuidar das feridas abertas e consolando os seus membros, de acordo com a necessidade de cada um. Mais que uma atitude de condenação, temos que ajudar as pessoas a acreditarem na infinita misericórdia de Deus. Ele que nos conhece por dentro e sabe de tudo que se passa conosco, nós esperamos confiantes, que nos trate segundo a sua bondade, pois, devido aos nossos pecados, teríamos poucos méritos para conseguir tal feito.
- Passado o tempo, se as partes que se separaram, por motivos de consciência e necessidade, viessem a contrair uma nova união, temos o dever de prestar-lhes toda a assistência possível, especialmente a espiritual, que consiste o bem primário de toda pessoa. A experiência desta nova união normalmente é marcada por vários conflitos, decorrentes da frustração da primeira união. A maioria das pessoas carrega muito viva na memória a lembrança do sofrimento que passou outrora, com a sensação que tal realidade, a qualquer momento, poderá vir à tona novamente. Isso provoca um

sentimento de insegurança. Outra marca que persiste é a frustração de um sonho que acabou, de uma esperança que desapareceu. Para muitos, o conflito mais intenso é o drama da culpa, que brota da consciência de fé. Eles, apesar da separação da primeira união, continuam acreditando que o matrimônio é para a vida toda, até que a morte os separe, como manifestaram por um consentimento livre e consciente diante do altar. Por mais que a segunda união os faça felizes, ela não é capaz de fazê-los esquecer dos princípios de fé que receberam. São convencidos de que o valor sagrado daquilo que creem não desapareceu, apesar do fracasso da sua história familiar. Como a mãe consola os filhos, a Igreja deve manifestar profundo zelo e proximidade desta gente, acolhendo a todos no seu meio, fazendo brilhar novamente para eles a luz resplendente da fé, capaz de lançar, também nesta situação, um brilho inovador. A tais famílias, somos chamados, por força do Evangelho, a permanecer próximos, animando-as a não se esquecerem da bondade de Deus e do zelo da Igreja por elas.

- Com caridade e verdade somos convidados a acolher os casais em segunda união e todos os seus familiares no seio de nossas comunidades. Temos que romper com todo tipo de preconceito que os afaste do convívio fraterno. Eles não podem ser vistos como pessoas inferiores, como impuras, desmerecedoras do nosso amor. A alegria do acolhimento deve ser uma das marcas que os atraia para Jesus Cristo e a sua Igreja. Eles devem compreender que em nossas comunidades o seu lugar é garantido, antes de tudo, pelo Batismo que receberam. A linguagem do “não pode” não pode ser prioritária na relação eclesial com eles, mesmo que tenhamos os limites a serem observados. São muitos os serviços que esses casais podem prestar à Igreja. Eles não podem ser preteridos por nós.
- Referente à participação dos casais em segunda união na Santa Missa, é um preceito que continua sendo de primeira importância. Este acontecimento é uma fonte de graças que nos sustenta em nossa peregrinação neste mundo. Nela nos encontramos com o próprio Senhor e com os nossos irmãos e irmãs. Mesmo quando a fraqueza do pecado nos fere, não deveríamos sentir desanimados de encontrar-nos com o Senhor nesta liturgia cheia de graças. O Beato João Paulo II recorda o dever dos pastores e da comunidade eclesial em relação aos divorciados em segunda união, da seguinte maneira:

Juntamente com o Sínodo exorto vivamente os pastores e a inteira comunidade dos fiéis a ajudar os divorciados, promovendo com caridade solícita que eles não se considerem separados da Igreja, podendo, e melhor devendo, enquanto batizados, participar na sua vida. Sejam exortados a ouvir

a Palavra de Deus, a frequentar o Sacrifício da Missa, a perseverar na oração, a incrementar as obras de caridade e as iniciativas da comunidade em favor da justiça, a educar os filhos na fé cristã, a cultivar o espírito e as obras de penitência para assim implorarem, dia a dia, a graça de Deus. Reze por eles a Igreja, encoraje-os, mostre-se mãe misericordiosa e sustente-os na fé e na esperança³⁴⁴.

- Quanto ao fato dos casais divorciados em segunda união não poderem receber a sagrada comunhão, seguimos o presente ensinamento da Igreja, como expressou o Beato João Paulo II:

A Igreja, contudo, reafirma a sua práxis, fundada na Sagrada Escritura, de não admitir à comunhão eucarística os divorciados que contraíram nova união. Não podem ser admitidos, do momento em que o seu estado e condições de vida contradizem objetivamente aquela união de amor entre Cristo e a Igreja, significada e atuada na Eucaristia. Há, além disso, um outro peculiar motivo pastoral: se se admitissem estas pessoas à Eucaristia, os fiéis seriam induzidos em erro e confusão acerca da doutrina da Igreja sobre a indissolubilidade do matrimônio³⁴⁵.

É inegável o valor absoluto da unidade e da indissolubilidade do matrimônio. É um bem que foi confiado à Igreja, pelo seu eterno Fundador, Jesus Cristo. Como Mãe e Mestra ela tem a missão de transmitir aquilo que ela mesma recebeu (cf. 1Cor 15,3), não devendo tirar ou acrescentar uma só virgula (cf. Mt 5,18-19; Lc 16,17). Contudo, não podemos, no tempo presente, ficar indiferentes com a realidade que nos rodeia e o grito de tanta gente que nos interpela, muitas vezes, tomada de grande sofrimento na vida pessoal e familiar. Diante do número cada vez maior de divórcio, basta lembrarmos-nos dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentado por nós no primeiro capítulo: aumenta a quantidade de casais que contraíram o sacramento do matrimônio e experimentaram a tristeza da separação, acompanhada de uma nova união, ora motivada pela dor da solidão ou da necessidade de educar os filhos. Muitos desses casais frequentam as nossas comunidades. Vários vivem o drama de acreditar no que celebram, mas não poderem comungar do Corpo e Sangue do Senhor morto e ressuscitado. Tal fato gera grande sofrimento pessoal, conjugal e familiar. Quando da presença dos filhos, alguns reclamam da dificuldade de educá-los a frequentarem a Santa Missa e da importância de receberem a Sagrada Comunhão, visto que eles próprios são impedidos. Como conscientizar uma criança de dez anos da importância dela comungar, quando a mesma observa os seus pais não praticando tal ato? Esta é uma dificuldade que deve ainda ser vencida atualmente.

³⁴⁴ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 84, p. 146.

³⁴⁵ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 84, p. 147.

Além disso, o não recebimento da sagrada comunhão parece não contribuir na busca do bem natural dos cônjuges, uma das finalidades do matrimônio, ao lado da procriação e consequente educação dos filhos. A Igreja precisa oferecer a devida ajuda aos casais nesta e em outras situações semelhantes, a fim de que eles obtenham sucesso no processo educativo dos filhos e na busca do bem mútuo. Não basta, neste caso, uma postura eclesial reativa, mas é preciso uma abertura ao diálogo, para encontrar alternativas plausíveis, sem ferir o valor daquilo que cremos. Cremos que não seja o caso da Igreja entrar na moda do momento, mas sim de aproveitar o momento presente para continuar anunciando a beleza do Evangelho da família, procurando responder as mais diversas interrogações dos seus filhos e filhas e confortá-los em seus muitos desacertos.

- Outra questão debatida pelos casais divorciados em segunda união é a da reconciliação por meio do Sacramento da Penitência. A propósito disso, a Igreja ensina:

A reconciliação pelo sacramento da penitência - que abriria o caminho ao sacramento eucarístico - pode ser concedida só àqueles que, arrependidos de ter violado o sinal da Aliança e da fidelidade a Cristo, estão sinceramente dispostos a uma forma de vida não mais em contradição com a indissolubilidade do matrimônio. Isto tem como consequência, concretamente, que quando o homem e a mulher, por motivos sérios - quais, por exemplo, a educação dos filhos - não se podem separar, “assumem a obrigação de viver em plena continência, isto é, de abster-se dos atos próprios dos cônjuges”³⁴⁶.

Afirmamos a nossa posição alinhada com o ensinamento da Igreja sobre esta temática. Contudo, não é difícil encontramos casais que, sinceramente, aceitam, teórica e praticamente, a existência da contradição entre o valor sagrado da indissolubilidade do matrimônio, fundada, misteriosamente, na relação de Cristo e a Igreja, e a real situação em que eles se encontram neste segundo pacto conjugal. Renunciá-lo nem sempre é possível, ora pela consciência de que um, de fato, está convencido de que ama o outro e não tem coragem de abandoná-lo, ora pelo dever intrínseco a este estado de vida de educar os filhos. Em nossos dias, é desafiante para o casal, mas não impossível, a renúncia aos atos próprios dos cônjuges, quando esses estão imersos numa cultura que exalta, exacerbadamente, a busca do prazer, o erotismo, a autonomia absoluta do ser humano, entre outros supostos valores, que na verdade, não o são. As dificuldades para os casais são similares àquelas que mencionamos acima com relação ao Sacramento da Eucaristia. O mesmo vale para a postura da Igreja diante deste caso.

³⁴⁶ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, nº 84, p. 147.

- Em vista de ajudar muitos casais cristãos divorciados que contraíram a segunda união a terem, ao menos, a possibilidade mais acessível de verem julgado seu pedido de nulidade matrimonial relativa ao primeiro casamento, cremos que a Igreja pode rever o modo como se dá o trâmite legal atualmente. Não são poucas as dificuldades para o casal conseguir ter uma colaboração qualificada a partir da própria Paróquia, onde reside, principalmente em ser acompanhado no preenchimento do longo questionário exigido, elemento essencial para obter êxito no processo de nulidade matrimonial. A presença de um Padre ou outra pessoa especializada nesta área poderia, muito, colaborar para o êxito deste processo. Como, infelizmente, tornou-se recorrente em nossos dias a prática do divórcio, urge darmos um bom suporte para as pessoas que nos procuram. Não sabemos se o modo como o caso é tratado nos Cursos de Teologia, na área de Direito Canônico, seja suficiente para respondermos á altura daquilo que nos pedem frequentemente. A constituição de uma Câmara Diocesana, formada por peritos em nulidade matrimonial, poderia ser uma alternativa plausível para, ao menos, amenizar a carência atual que temos neste assunto. Mesmo que tal instituição tenha o seu ônus, seria um investimento benéfico a muita gente. Outro ponto que dificulta muitos casais a entrarem com o processo de nulidade matrimonial do primeiro casamento é o custo que isso implica. Devido aos dramas econômicos de muitas famílias, tal fato torna-se um obstáculo, quase que intransponível, impossibilitando muitas pessoas de terem acesso a este serviço. Outro ponto que inibe as pessoas a buscarem esta alternativa é o longo tempo de espera para serem julgadas. Poderia se pensar na possibilidade da criação de mais Tribunais Eclesiásticos para executar tarefa tão importante para o sentido da vida de muitas pessoas e famílias. É evidente que a quantidade de Tribunais existentes é incompatível com o número de casos a serem julgados. Parece que estamos diante da necessidade de uma urgente reforma institucional, em vista de respondermos com mais eficácia aos reais anseios de muitos irmãos e irmãs que nos procuram. O excesso burocrático pode nos atrapalhar de praticar a caridade evangélica, essência da nossa vida cristã;
- Com certeza, mais que em outros tempos, temos muitos casais divorciados em segunda união que não obtiveram êxito no processo de nulidade matrimonial, ou nunca entraram com o pedido. Tais casais não podem deixar de serem atendidos pelas nossas comunidades. Eles devem ser acolhidos e amados com muita intensidade por nós, em vista de ajudá-los a amenizar a dor decorrente de experiências de vida anteriores. Em vários casos, a condição em que eles se encontram os faz sentirem

inferiores aos demais, abrindo feridas profundas. Propomos como ação eclesial concreta para esses casais a realização de um retiro espiritual, com duração de um final de semana, proporcionando-lhes refletir e experimentar a eterna caridade do Bom Pastor, que dá a vida pelas suas ovelhas. Os casais são chamados a acreditar na força da misericórdia de Deus, abandonando-se a ela. Fiz a experiência em 1998, durante um retiro espiritual, de ouvir a história de 11 casais. Todos apresentaram a frustração de uma experiência mal sucedida e marcada com muito sofrimento. Tais feridas não desapareceram da vida de nenhum deles. Eles se sentiram bastante valorizados pelo simples fato de terem tido a oportunidade de relatarem o ocorrido. Além disso, foi uma chance de ouro para estimulá-los a prosseguirem adiante acreditando na bondade do Senhor. Após este retiro, formamos um grupo de casais que passou a se reunir para rezar e partilhar por dois anos seguidos, até a ocasião em que tive de mudar de paróquia. Tínhamos um temário com assuntos próprios para a situação familiar deles, o que muito colaborou para o cotidiano de cada um. Esta foi uma experiência muito parecida com o Encontro de Casais com Cristo (ECC). Valeu a pena investir neste campo.

Enfim, após termos percorrido este longo caminho de pesquisa, fica a sensação de que a Igreja tem muito a fazer pelo matrimônio e a família. Se focarmos a atenção somente no setor casos especiais, o presente objeto de nossa reflexão, veremos que tem muita gente ainda esperando por uma ajuda mais próxima de todos nós. Não podemos ficar satisfeitos com o que já fizemos, é preciso avançar para águas mais profundas (Lc 5,1-11), mostrando que a bondade de Deus é muito mais forte que a fraqueza do nosso pecado e fazendo as pessoas se convencerem de que vale a pena apostar tudo no Senhor. Que todos os casais redescubram, diariamente, a beleza de se viver o matrimônio numa família sólida e feliz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recordamos que a hipótese desta pesquisa era verificar quais seriam as principais prospectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea. Tal hipótese foi subdividida em outras três secundárias, originando os capítulos que desenvolvemos no decorrer desta reflexão.

No primeiro capítulo analisamos criticamente a realidade contemporânea, a partir de quatro princípios pré-estabelecidos, a saber – olhar a realidade a partir de Jesus Cristo, na Igreja (princípio teológico); olhar a realidade com a devida humildade (princípio eclesial); contar com a valiosa ajuda das ciências naturais (princípio científico); nunca deixar de buscar o conhecimento por inteiro (princípio filosófico) – mostrando como esta pode interferir no modo de ser e pensar das pessoas, especialmente no interior da vida matrimonial e familiar, requerendo da Igreja, em sua missão evangelizadora, respostas aos novos anseios emergentes. Quanto à realidade contemporânea investigamos cinco cenários, enfatizando a influência destes na vida matrimonial e familiar. Estes foram: cenário cultural; cenário do fenômeno da globalização; cenário sociopolítico; cenário eclesial e cenário familiar.

Independente do tipo de análise que fizemos da realidade contemporânea, cremos que os princípios que estabelecemos podem servir de instrumental para a realização de outras investigações. Eles muito colaboraram conosco em nossa empresa. Quanto ao resultado de cada cenário que investigamos, nos contentamos, neste momento, de acenar de modo panorâmico, com a complexidade e a dinamicidade que os constituem. Pretender enumerar o resultado de todos os seus dados seria desnecessário e redundante. Apesar disso, constatamos que fenômenos como a mudança de época e a globalização perpassam transversalmente todos os cenários, causando profundas mudanças, ao ponto de destituir os paradigmas sólidos de uma época, abrindo espaço para o surgimento de uma nova. Tais fenômenos causaram muitas interrogações e angústia no espírito humano.

Assim, olharmos a realidade hodierna, à luz de Cristo, pode significar fazer dos critérios da “lógica” de Deus, os critérios de nossa “lógica”. Seria contarmos com o misterioso auxílio de sua graça no discernimento dos sinais dos tempos atuais. Seria deixarmos que os critérios da fé iluminassem nossa razão, sem a cancelar. Seria olhar a realidade com fé, sem medo de sermos vencidos por ela. Seria termos a firme esperança de que nada está perdido, já que, *“a esperança não decepciona, pois o amor de Deus foi*

derramando em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5). Seria fazer da caridade o motor que nos move na direção da busca da renovação das estruturas de morte, uma estrutura de vida. Seria olhar para além das aparências e descobrirmos as primeiras causas daquilo que vemos. É neste cenário de pessoas que caminham segundo o seu bel-prazer, entregues aos seus juízos subjetivos, nem sempre bons, às vezes indiferentes com Deus, que devemos procurar habitar. A descoberta e o convencimento interior de que Jesus Cristo caminha conosco, muito próximo de nós, será a companhia agradável a nos preceder, acompanhar e permanecer na realidade que investigamos. Diante da instável e complexa figura deste mundo, recordamos que Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre (Hb 13,8), que vive em comunhão com o Pai e Espírito Santo, e misteriosamente permanece conosco até a consumação dos séculos (Mt 28,20).

Vimos ainda que conhecer o mundo em que estamos é um desafio inevitável para a Igreja. Ela tem consciência das dificuldades inerentes a isto. E ainda sabe que este complexo mosaico causa angústia e sofrimento em muitos homens e mulheres por se sentirem quase que impotentes diante de tão rápidas e incompreensíveis transformações. Estes esperam um alento daquela que é Mãe e Mestra. Por outro lado, a Igreja reconhece que sozinha ela não tem condições de superar o desafio que lhe é apresentado. Conhecer com clareza e precisão a realidade hodierna é uma missão não muito fácil. Assim, reconhecendo, assumindo e respeitando os seus limites, ela conta com o auxílio das diversas ciências afins a este objetivo a ser cumprido. Sem se deixar confundir e vencer pelos diversos cenários desafiadores do seu tempo, à luz do Espírito do Senhor e com a colaboração da luz natural da razão, a Igreja se esforça para oferecer a todos uma palavra de esperança e alento em meio às turbulências contemporâneas. Num ambiente onde as sombras parecem sobressair à luz, ela quer ser luz para os povos. Assim, fé e razão – teologia e ciência não se contradizem, mas se completam. A humildade é a virtude que deve nortear a postura eclesial diante da realidade hodierna.

Diante da complexidade que constitui o mundo em que estamos, diante da rapidez com que tudo acontece, diante da instabilidade de direção das pessoas, parece ser mais prudente afirmar que nossas análises não poderiam esgotar todos os elementos que se entrelaçam no meio onde nos encontramos. A exatidão de resultado, com clareza e precisão, alcançando uma verdade absoluta e incontestável, parece estar acima dos nossos limites, mesmo quando a Igreja recorre ao uso das ciências na investigação do mundo atual. Aqui reafirmamos o que dissemos anteriormente, a devida atitude de humildade da Igreja na sua análise sobre a realidade hodierna deve se tornar um paradigma para as investigações das várias ciências. O esforço de todos pode colaborar para melhor compreensão da totalidade, mesmo que não a

esgotemos completamente. Devemos buscá-la sempre. Isto parece um paradoxo que não abandonou o homem durante toda a sua existência, isto é, o seu desejo pelo conhecimento do todo/do inteiro e a dificuldade de alcançá-lo.

Além da necessária colaboração entre fé e razão, vimos que não podemos prescindir da relação entre ciência natural e metafísica. A busca do saber particular não pode se fechar ao horizonte da totalidade do ser. Ciência natural e Teologia, ciência natural e metafísica, são saberes que não podem ser desvinculados, se de fato desejamos compreender mais profundamente a realidade em que vivemos. Desta maneira, consideramos que a filosofia podia colaborar conosco na compreensão da instável e complexa realidade hodierna. Platão foi o exemplo disso. O mundo é maior do que aquilo que vemos e sabemos do mundo. Não podemos nos iludir e reduzir o ser do mundo àquilo que vemos e sabemos dele. O mundo que está dentro de nós é menor do que aquele que nos rodeia e nos transcende. Nossa representação dele não será jamais condizente com a totalidade do seu ser real. Aquilo que é imanente a nós é uma dimensão do mundo. Além da sua dimensão física temos a metafísica. Possuir um conhecimento de causa de toda a realidade é algo grande demais diante da pequenez de nosso ser. Não obstante isso, carregamos implícito, no mais íntimo de nós, o desejo de síntese e o potencial de realizá-la. Qual será a sua abrangência, depende da aplicação de cada um e da devida humildade de contar com a ajuda alheia para este fim. Não caiamos na mediocridade de nos contentarmos com o pouco que conseguimos. Busquemos o melhor. Vimos que a busca do melhor para nós é uma experiência espaço-temporal específica. O dinamismo temporal é algo fascinante. Não podemos nos perder nele. Presente, passado e futuro são inseparáveis. Esta é uma nova dimensão de síntese que temos que realizar. A riqueza epistemológica é cumulativa. O que conhecemos ontem pode nos orientar hoje e abrir nosso horizonte para o amanhã. O acréscimo desta riqueza enriquece nossa visão cosmológica hodierna. O tesouro a ser explorado é sempre mais precioso do que aquilo que já temos. Assim, a busca constante de penetrarmos em suas profundezas (na realidade), a busca do todo deverá sempre nos atrair.

Já no segundo capítulo apresentamos as notas fundamentais do matrimônio cristão, baseando-nos na fundamentação bíblico-teológica deste.

Partindo da Sagrada Escritura, analisamos os textos Gn 1,26-28.31a; 2,4b-7.18-24, Mt 19,1-9 e Ef 5,2a.21-33 referentes ao tema em questão. Vimos, entre tantos outros elementos, que Deus, desde o princípio, tinha no seu coração o desígnio de criar o homem e a mulher, como a sua imagem e semelhança, e apresentar-lhes o matrimônio como um caminho natural para a realização deles. O matrimônio foi, desde então, naturalmente querido e instituído por

Deus. Este constitui uma realidade de Direito Natural, não dependendo do arbítrio humano, de circunstâncias culturais para a sua validade. Devido ao pecado ter entrado no mundo (cf. Gn 3) e provocado a queda do primeiro casal, endurecendo o coração de toda a humanidade, porque todos pecaram (cf. Rm 5,12), o divórcio foi autorizado por Moisés (cf. Dt 24,1) mas Jesus, por sua vez, ratificou o desígnio originário de Deus quanto ao matrimônio (Mt 19, 8) requerendo um amor único e indivisível entre marido e mulher por toda a vida. E é justamente a esta bondade originária que alçamos voo, fazendo prevalecer o desígnio primeiro do Criador. Para deixar um símbolo ou uma parábola perfeita que norteasse a vida matrimonial dos seus discípulos/missionários, o próprio Jesus realizou em sua íntima união de amor com a Igreja, o Grande Mistério (Ef 5,32) da nossa salvação. Marido e mulher devem compreender que esta sublime relação é o alicerce onde se deve erguer a vida matrimonial e familiar deles. A família se torna o espaço vital e privilegiado onde um deve amar o outro até as ultimas consequências. Nesta não deve existir espaço para o machismo nem para o feminismo, mas sim para uma paternidade e maternidade responsáveis. Aquele que pretende ser o maior, seja o servo do outro. Cada um procure fazer a experiência de assumir para si os mesmos sentimentos de Jesus Cristo (Fl 2,5). A suprema regra de vida é a do amor incondicional, aquele que leva a pessoa a doar tudo de si, em vista do bem do outro.

Num segundo momento discorreremos em torno à fundamentação teológica do matrimônio. Vimos que esta instituição possui a sua naturalidade, como também, foi elevada por Jesus Cristo à condição de Sacramento, se anular os elementos essenciais que se encontravam na natureza deste. Quando falamos de naturalidade do matrimônio, compreendíamos as notas ou os valores que se inserem no âmbito da natureza humana estabelecida por Deus. Deus, ao criar o homem e a mulher como ápice de toda a obra que fizera, e, simultaneamente, criar o próprio matrimônio, inscreveu originariamente no coração deles as normas que deveriam nortear o pacto conjugal. Tais normas consistiam no bem dos cônjuges e a procriação da prole e a sua consequente e necessária educação. E essas notas devem ser seguidas por todos, pelo fato de serem humanos, prescindindo de credo, cultura ou condição social. É como uma base natural, onde se apoia e torna possível a convivência familiar fundada no matrimônio entre um homem e uma mulher. Ambos sentem-se impelidos de buscarem o bem um do outro e de se tornarem colaboradores do Deus Criador, quando, com liberdade e responsabilidade concebem a vida humana, transmitindo a imagem e semelhança divina ao novo ser que nasce. Neste ato os pais prolongam para a posteridade o seu próprio ser. Após contemplarem-se nos filhos, os pais se empenham na arte de educá-los, a fim de instruí-los para conviverem pacífica e harmoniosamente na sociedade humana,

porém, cada um, pessoalmente, deve assumir o compromisso de direcionar e realizar a sua própria existência.

Em seguida, vimos que aqueles que o Senhor chamou para se unirem, por um consentimento entre si, pelo sacramento do matrimônio, e desta forma, estarem unidos a Ele, constituindo assim, a família, segundo o desígnio originário de Deus, são convocados a experimentar no cotidiano de suas vidas a lógica do amor incondicional do Divino Esposo pela Esposa Igreja. O amor conjugal, único e indissolúvel, deve tornar-se sinal sacramental daquele amor que levou o Filho de Deus a dar a sua vida na cruz pela redenção da humanidade, abrindo para esta, com a sua gloriosa ressurreição, as portas da eternidade. Tal amor deve ser fecundo e aberto para a geração dos filhos, como dons e coroa que Deus proporciona aos esposos e, conseqüentemente, para uma reta educação dos mesmos. Deus, que chamou marido e mulher para este fim, não deixa de ajudá-los pela graça santificante inerente ao próprio sacramento, pela Eucaristia e pela vida espiritual que ambos devem cultivar. A espiritualidade pascal deve tornar-se a espiritualidade conjugal e familiar. Portanto, a Igreja deve ficar atenta aos casais que dela se aproximam e a toda a família, ou melhor, ela deve se aproximar de todos eles, sendo sensível às suas alegrias e esperanças e seus sofrimentos e decepções. A atitude do Bom Pastor (cf. Jo 10,10), como aquele que dá a sua vida pelas ovelhas, deve nortear toda a ação evangelizadora em nossos dias com relação ao matrimônio e à família.

No terceiro capítulo, tínhamos por objetivo detectar as principais perspectivas teológico-pastorais da Igreja para orientar a vivência do matrimônio cristão, diante da instável e complexa realidade contemporânea, com base no que apresentamos nos dois capítulos anteriores.

Enumeramos três perspectivas para a Igreja nesta sua missão.

A primeira tratava da necessidade de aprofundar a partir da *fides et ratio* a compreensão eclesial acerca da realidade do matrimônio e da família. Vimos que não é possível mais prescindir da valiosa colaboração da razão para a fé, e nem deixar de iluminar com esta luz a realidade onde nos encontramos. A Igreja deve ter a devida humildade de colher os benefícios das ciências afins no campo do matrimônio e da família. Os princípios da razão não anulam os da fé e vice-versa. Muitos desvalores causam, em nossos dias, grandes dificuldades para toda a família. cremos que este cenário não tem a capacidade de destruir a beleza dos verdadeiros valores que proporcionam felicidade e estabilidade para todos nesta instituição sagrada. Propusemos a necessidade de aprofundar nos cursos de Filosofia e Teologia a temática da vida matrimonial e familiar, abrindo a possibilidade de termos bons

Pastores e fiéis Leigos bem formados, para colaborarem no acompanhamento de nossas famílias.

Já a segunda prospectiva tratava da necessidade de uma sincera conversão pastoral, passando de uma mera pastoral de conservação a uma pastoral autenticamente missionária. Motivada pela V Conferência do CELAM, ocorrida em Aparecida em 2007, a Igreja do Brasil assumiu o compromisso de entrar neste processo de conversão pastoral, como expressou nas suas Diretrizes 2011-2015. Não podemos mais ficar esperando que as pessoas nos procurem. Temos a urgente necessidade de sair do nosso comodismo e ir ao encontro de tantas pessoas e famílias que sofrem, muitas vezes, solitariamente, esperando ajuda. Não dá para ficarmos indiferentes diante da angústia de tanta gente. Precisamos deixar transparecer em nossa vida cristã a beleza do espírito missionário inerente em nossa mais íntima identidade de batizados. Não somos missionários por opção, mas por natureza. Permanecermos na comodidade é trairmos algo essencial em nós. Este espírito deve perpassar todas as nossas atitudes eclesiais, animando-nos por dentro. A comodidade deve dar lugar para a proximidade com os nossos irmãos e irmãs.

A terceira e última prospectiva era a necessidade de fortalecer e inovar uma Pastoral Familiar missionária. Na verdade, procuramos implantar o espírito missionário, descrito anteriormente nesta Pastoral. Seguimos, em linhas gerais, a intuição que teve o Beato João Paulo II na Familiaris Consortio, quanto à estrutura da Pastoral Familiar. O horizonte que ela pode ocupar diz respeito a toda a existência humana. Desde a concepção até a morte natural de uma pessoa, a Igreja, através desta pastoral, pode se fazer presente na vida desta e de sua família, manifestando o infinito amor de Jesus Cristo, o Bom Pastor da Humanidade. Hoje, muito mais que em outros tempos, as pessoas carecem de serem acompanhadas de perto. Temos que lançar raízes profundas no coração e na consciência destas, raízes estas que tenham a sua fonte no Evangelho. É necessário tornar-nos mais sensíveis à situação concreta das pessoas e das famílias. Acompanhar os pais quando da notícia da gravidez, e durante todo o período de gestação, na educação da criança que nasce, na iniciação cristã, na juventude, no namoro, na preparação para o casamento e após este, são desafios que a Igreja possui irremediavelmente. Tal solicitude pastoral pode ser desempenhada através da Pastoral Familiar e outras Pastorais e Movimentos afins. Somos convocados a cuidar também das pessoas e famílias que se encontram em situações especiais, especialmente os casais em segunda união. Tal desafio é urgente, pois, infelizmente, tem aumentado bastante o número de casais nesta situação. Além do ambiente eclesial, toda a sociedade constitui um espaço que

pode ser ocupado por nós, em vista do bem das pessoas e das famílias. Nisto consistem as dimensões intra e extra eclesiais do processo missionário que devemos empreender.

Enfim, ao concluirmos este longo e árduo percurso de pesquisa, temos consciência da imensa beleza e riqueza que envolvem a vida matrimonial e familiar, como também os inúmeros desafios para a Igreja em acompanhar e orientar cuidadosamente todos os membros que lhe são confiados. O matrimônio cristão não está fora de moda. Com o Beato João Paulo II temos que acreditar que o futuro da humanidade passa pela família³⁴⁷. Sendo assim, vale a pena todo o nosso esforço para valorizar esta sagrada instituição, fundada no sacramento do matrimônio e querida por Deus desde o princípio. Como Igreja, temos que zelar, da melhor maneira, na valorização, promoção e realização das exigências da família. É um longo caminho a ser percorrido. O espírito missionário deve nos impulsionar nesta direção. Vamos sair de nosso costumeiro comodismo e ir ao encontro de tantas pessoas que precisam da nossa ajuda. Mesmo que os operários sejam poucos e a messe grande, peçamos ao Senhor da messe que nos socorra, a fim de cumprirmos bem aquilo que se espera de nós (cf. Lc 10,1-2). Como vimos no decorrer desta pesquisa, o espaço que podemos ocupar no horizonte existencial da vida matrimonial e familiar é enorme. Acreditemos no valor sagrado do matrimônio cristão e da família. Lancemo-nos nesta empresa sem medo. Somos somente colaboradores. O protagonista de tudo é o próprio Deus. Confiemos Nele. Mesmo que não consigamos fazer tudo o que devíamos, como servos inúteis (cf. Lc 17,7-10), façamos o que nos é possível. Contemos com a força do Espírito de Deus e a sempre intercessão da Virgem Maria.

³⁴⁷ JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, p. 151.

REFERÊNCIAS

a) Fontes:

BÍBLIA: *Bíblia de Jerusalém*. 4a.ed. São Paulo: Paulus, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011-2015*, (Documento 94). Brasília: CNBB, 2011.

———. *Diretório da Pastoral Familiar* (Documento 79). Brasília: CNBB, 2006.

———. *Ritual do Matrimônio*. São Paulo: Paulus, 1993.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida*. 2.ed. 2007. São Paulo: Paulus e Paulinas, 2007.

JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*. Exortação Apostólica. 16.ed. 2002. São Paulo: Paulinas, 1981.

b) Documentos do Magistério

BENTO XVI. *Deus Caritas Est*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulinas, 2006.

———. *Sacramentum Caritatis*. Exortação Apostólica. São Paulo: Paulinas, 2007.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9.ed. 2004. São Paulo: Loyola, 1999.

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA – CNBB. *Guia de acompanhamento à Gestação*. Brasília: Farol Comunicação Integrada, 2007.

———. *Guia de Preparação para vida matrimonial*. Goiânia: Scala Gráfica e Editora, 2009.

———. *Guia de orientação para os Casos Especiais*. Brasília: Farol, 2010.

———. *Pastoral Familiar Setor Pré-Matrimonial*. Goiânia: Scala Gráfica, 2010.

———. *Pastoral Familiar Setor Pós-Matrimonial*. Goiânia: Scala Gráfica, 2010.

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A JUVENTUDE (CNBB) (Coord.). *Caminhando para a Jornada Mundial da Juventude – Subsídio para Adultos*. Brasília: CNBB, 2012.

CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum*: Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina. In: VIER, Frei Federico (Coord.) *Compêndio do Vaticano II*: constituições, decretos e declarações. 25.ed. 1996. Petrópolis: Vozes, 1968.

———. *Gaudium et Spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje.

———. *Lumen Gentium*: Constituição Dogmática sobre a Igreja.

- . *Sacrosanctum Concilium*. Constituição Dogmática sobre a Liturgia. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Evangelização e Missão Profética da Igreja* (Documento 80). São Paulo: Paulinas, 2005.
- . *Campanha da Fraternidade 2013: Manual*. Brasília: CNBB, 2012.
- . *Diretório Nacional da Catequese*. Brasília: CNBB, 2006.
- . *Documentos Fundamentais sobre as Jornadas Mundiais da Juventude*. Brasília: CNBB, 2012.
- . *Teologia e Ensino*. (Subsídios doutrinários 6). Brasília: CNBB, 2011.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Puebla*. 6.ed. 1984. São Paulo: Paulinas, 1979.
- FRANCISCO. *Lumen Fidei*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.
- . *Pronunciamentos do Papa Francisco no Brasil*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.
- JOÃO PAULO II. *A dignidade e a vocação da mulher*. Carta Encíclica. 6.ed. 2005. São Paulo: Paulinas, 1990.
- . *Código de Direito Canônico*. 9.ed. 1995. São Paulo: Loyola, 1983.
- . *Dies Domini*. Carta Apostólica. São Paulo: Paulinas, 1998.
- . *Fides et Ratio*. Carta Encíclica. 8.ed. 2005. São Paulo: Paulinas, 1998.
- . *Laborem Exercens*. Carta Encíclica. 8.ed. 1990. São Paulo: Paulinas, 1981.
- JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. Carta Encíclica. 9.ed. 1991. São Paulo: Paulinas, 1962.
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Carta Encíclica. 9.ed. 1965. São Paulo: Paulinas, 1891.
- PAULO VI. *Humanae Vitae*. Carta Encíclica. São Paulo: Paulinas, 1968.
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. 6.ed. 2004. São Paulo: Paulinas, 1994.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Lexicon - Termos ambíguos e discutidos sobre a família, vida e questões éticas*. São Paulo: Salesianas, 2002.
- SÍNODO DOS BISPOS. XIII Assembleia Geral Ordinária: *A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã – Lineamenta*. Brasília: CNBB, 2011.

c) Livros:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ALEXANDER, Pat (diretor). *Enciclopédia ilustrada da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1987.

- ALMEIDA, Antonio José. *Sois um em Cristo Jesus*. São Paulo: Paulinas; Valência – Espanha: Siquem, 2004.
- . *Lumen Gentium – a transição necessária*. São Paulo: Paulus, 2005.
- ARANA, Andrés Ibáñez. *Para compreender o Livro do Gênesis*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- ARISTOTELE. *Etica Nicomachea*. Roma-Bari: Laterza, 1999.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002.
- AUNEAU, J.; BOVON, F.; GOURGUES, M.; CHARPENTIER, E.; RADERMAKERS, J. *Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos*. 2.ed. 1986. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos (I)*. 2.ed. 2002. São Paulo: Loyola, 1990.
- BAUMAN, Zigmunt. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BLANK, Christiane E. *Construir o Matrimônio na Pós-modernidade*. 2. ed. 2011. São Paulo: Paulus, 2006.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. *História da filosofia cristã*. 11.ed. 2008. Petrópolis: Vozes, 1970.
- BRIEND J. *Uma leitura do Pentateuco*. 5.ed. 1980. São Paulo: Paulus, 1978.
- BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- . *Aparecida em resumo*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- . *Reconstruindo a Esperança*. São Paulo: Paulus, 2000.
- BROWN, Raymond E.; FTZMYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Editores). *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo*. Santo André – SP: Academia Cristã; São Paulo: Paulus, 2007.
- CARREIRA. Dom Joaquim Justino. *Família, torna-te aquilo que és*. São Paulo: Palavra e Prece, 2006.
- CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus*. Grande Comentário Bíblico. São Paulo: Paulus, 2002.
- CASARIN, Giuseppe. *Leccionário Comentado – Tempo Comum*. Semanas XVII-XXXIV. 2v. São Paulo: Paulus, 2010.

- CIFUENTES, Rafael Llano. *Noivado e casamento*. 2.ed. 2000. Rio de Janeiro: Saraiva, 1993.
- . *Família: Fidelidade – Felicidade*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2000.
- DELFINO, Claudio Antonio. *Necessidade humana de Deus hoje*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- DUHEM, Pierre. *Salvare i fenomeni*. Roma: Borba, (1908 pubblicazione originale) e 1986 edizione in italiano.
- FERNANDES, Leonardo Agostini; GRENZER, Mathias. *Dança, ó Terra*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- HAERING, Bernhard. *Lei de Cristo*. São Paulo: Herder, 1966, tomo III.
- HORTAL, Jesús. *O que Deus uniu*. 8.ed. 2012. São Paulo: Loyola, 1979.
- LAPPLE, Alfred. *Bíblia: interpretação atualizada e catequese*. 1 vol. 2.ed. 1982. São Paulo: Paulinas, 1978.
- LATOURELLE, René; FISICHELLA, Rino (dirigentes). *Dicionário de Teologia Fundamental*. Petrópolis: Vozes; Aparecida: Santuário, 1994.
- LEON-DUFOUR, Xavier (diretor). *Vocabulário de Teologia Bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LIBÂNIO, João Batista. *As lógicas da cidade*. São Paulo: Loyola, 2001.
- . *Cenários da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1999.
- LITURGIA DAS HORAS. In: BECKAUSER, Frei Alberto (Coord). *Liturgia das Horas: segundo o Rito Romano, 2v, Tempo da Quaresma, Tríduo Pascal e Tempo da Páscoa*. São Paulo: Paulinas, Paulus, Ave-Maria. Petrópolis: Vozes., 1995.
- LUBICH, Chiara. *A Família é o futuro*. São Paulo: Cidade Nova, 2002.
- LUCAS LUCAS, Ramon. *L'uomo spirito incarnato*. 2.ed. Milano: San Paolo, 1993.
- MATEOS Juan; BARRETO Juan. *O Evangelho de João*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- MATEOS, Juan e CAMACHO, Fernando. *Marcos*. São Paulo: Paulus, 1998.
- . *O Evangelho de Mateus*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- MONDIN, Batista. *Dizionario Enciclopedico del Pensiero di San Tommaso D'Aquino*. 2.ed. Bologna: Studio Dominicano, 2000.
- . *O Homem, quem é ele?* 12.ed. 2005. São Paulo: Paulus, 1980.

- MOSER, Antonio. *Biotecnologia e Bioética*. 2ed. 2004 (revista). São Paulo: Vozes, 2004.
- PETRINI, João Carlos. *Pós – modernidade e Família*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2003.
- PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos (colaboradores). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 22.ed. 1999. São Paulo: Saraiva, 1988.
- PLATONE. *Tutti gli Scritti*: Repubblica. A cura di Giovanni Reale. Milano: Bompiani, 2000.
- PORRECA, Wladimir. *Famílias em segunda união*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- RATZINGER, Joseph (Bento XVI). *Jesus de Nazaré: Da entrada em Jerusalém até a Ressurreição*. São Paulo: Planeta, 2011.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1990.
- SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. 19.ed. 2006. São Paulo: Paulus, 1984.
- SARTRE, Jean Paul. *L'essere e Il nulla*. Milano: Est, 1997.
- TERRA, João E. M. (Coord.). Introdução ao Pentateuco. *Revista de Cultura Bíblica*. São Paulo: Loyola, nnº 113-116, 2005.
- VANNI ROVIGHI, Sofia. *Historia da Filosofia Contemporânea*. 2.ed. 2001. São Paulo: Loyola, 1999.
- . *Historia da Filosofia Moderna*. 3.ed. 2002. São Paulo: Loyola, 1999.
- VERGOPOULOS, Kostas. *Globalização: o fim de um ciclo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- VIDAL, Marciano. *O Matrimônio: Entre o Ideal Cristão e a Fragilidade Humana*. 2.ed. 2007. Aparecida: Santuário, 2006.
- WHITEHEAD, Alfred North. *La scienza e il mondo moderno*. Torino: Boringhieri, 1979 (1926: publicação original inglesa).

d) Sites:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2010/default.shtm02/12/2011;15:20:25>